

RELATÓRIO E  
CONTAS

**08**

Relatório de Gestão  
Volume 1

## ÍNDICE

<b>1. MENSAGEM DO PRESIDENTE.....</b>	<b>3</b>
<b>2. ESTRUTURA ACCIONISTA.....</b>	<b>5</b>
<b>3. ÓRGÃOS SOCIAIS DO BPN.....</b>	<b>5</b>
<b>4. ORGANOGRAMA DO GRUPO BPN .....</b>	<b>6</b>
<b>5. REDE DE DISTRIBUIÇÃO .....</b>	<b>7</b>
<b>6. ENQUADRAMENTO ECONÓMICO .....</b>	<b>8</b>
<b>7. OS ACONTECIMENTOS AO LONGO DO EXERCÍCIO DE 2008 .....</b>	<b>13</b>
<b>8. ANÁLISE FINANCEIRA DA ACTIVIDADE CONSOLIDADA.....</b>	<b>15</b>
8.1. REEXPRESSION DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RELATIVAS A 2007 .....	15
8.2. RESULTADOS E RENDIBILIDADE .....	21
8.3. EVOLUÇÃO DO BALANÇO .....	26
<b>9. PROPOSTA DE APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS.....</b>	<b>30</b>

## 1. Mensagem do Presidente

A Lei n.º 62-A/2008, de 11 de Novembro, veio decretar a nacionalização de todas as acções representativas do capital social do BPN – Banco Português de Negócios, S.A..

Para todos os efeitos legais, concretizou-se nesta data a transmissão para o Estado, através da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças, de todas as acções representativas do capital social do BPN, livres de quaisquer ónus ou encargos.

O BPN adquiriu desta forma a natureza de sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, continuando a reger-se pelas disposições legais que regulam a respectiva actividade, bem como pelos seus estatutos, na medida em que estes não contrariem o previsto no regime jurídico do sector empresarial do Estado.

Nos termos do disposto no Artigo 2.º da referida Lei da nacionalização, a gestão do BPN foi nessa data atribuída à Caixa Geral de Depósitos, S. A..

Coube assim à Caixa Geral de Depósitos proceder á nomeação dos membros dos órgãos sociais do BPN, designadamente do Conselho de Administração a que tenho a honra de presidir.

O início do exercício das funções coincidiu com um período particularmente difícil em termos de envolvente macroeconómica, com um aprofundamento da crise financeira mundial e a evidência da concretização de alterações significativas ao nível do comportamento dos mercados interbancários.

No curto espaço de tempo de vigência do mandato coincidente com o exercício de 2008, foi preocupação fundamental dar cumprimento aos objectivos previstos no diploma da nacionalização, designadamente no respeitante ao acautelar dos interesses dos depositantes, dos interesses patrimoniais do Estado e dos contribuintes, e da defesa dos direitos dos trabalhadores.

Em Novembro, com referência a 31 de Outubro de 2008, deu-se início a uma auditoria preliminar às demonstrações financeiras das entidades e dos fundos geridos que compreendem o Grupo Banco Português de Negócios. Foi possível identificar diversas situações que vieram a ser objecto de revisão adicional com os trabalhos que, mais tarde, ocorreram no âmbito do processo de encerramento do exercício.

Concluíram-se as principais etapas necessárias para um rigoroso diagnóstico da situação económica e financeira do Grupo BPN, que, no final de 2008, para um resultado líquido consolidado negativo de 575,2 milhões de Euros, apresentava capitais próprios negativos de 1.624,2 milhões de Euros.

Em simultâneo com o estabelecimento das condições necessárias para dar resposta aos objectivos definidos pelo accionista, deu-se início a um novo ciclo no Grupo BPN em que a palavra-chave é o rigor, o pilar de suporte fundamental para a edificação da base que permitirá o relançamento da instituição.

O Conselho de Administração expressa o seu reconhecimento ao accionista Estado, ao Banco de Portugal, à CMVM e ao Instituto de Seguros de Portugal, ao Fiscal Único e ao Auditor Externo, pela valiosa cooperação prestada no acompanhamento da actividade do Grupo BPN.

Uma última palavra para os trabalhadores do BPN, que souberam reagir, num momento muito difícil para as suas carreiras e prestígio profissionais, estando sempre disponíveis para colaborar com a Administração tornando possível que progressivamente se retomasse a tranquilidade imprescindível à efectivação dos negócios.

## **2. Estrutura Accionista**

Pela Lei n.º 62-A/2008, de 11 de Novembro, foram nacionalizadas todas as acções representativas do capital social do BPN.

Com a nacionalização concretizou-se a transmissão para o Estado, através da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças, de todas as acções representativas do capital social do BPN.

O BPN passou assim a ter a natureza de sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos.

## **3. Órgãos Sociais do BPN**

### **BPN – Banco Português de Negócios, S.A.**

#### **Mesa da Assembleia Geral**

Miguel Galvão Teles (Presidente)  
Paulo Taveira de Sousa (Secretário)

#### **Conselho de Administração**

Francisco Manuel Marques Bandeira (Presidente)  
Norberto Emílio Sequeira da Rosa (Vice-Presidente)  
Pedro Manuel de Oliveira Cardoso (Vogal)  
Rui Manuel Correia Pedras (Vogal)  
José Lourenço Soares (Vogal)  
Mário Manuel Garcia Faria Gaspar (Vogal)  
Jorge António Beja Pessoa (Vogal)

#### **Fiscal Único**

##### **Efectivo**

Oliveira Rego & Associados, SROC

##### **Suplente**

Pedro Miguel Marques Antunes Bastos (ROC)

#### **Auditores**

Deloitte & Associados SROC

## 4. Organograma do Grupo BPN

### Banca Comercial e de Investimento

- BPN - Banco Português de Negócios
- BPN Cayman
- Banco Efisa
- BPN Brasil
- BPN IFI

### Gestão de Activos

- BPN Imofundos
- BPN Gestão de Activos

### Seguros

- Real Vida Seguros

### Crédito Especializado

- BPN Crédito IFIC

O Grupo BPN é constituído por 70 empresas, no entanto, este organograma apenas reflecte as empresas que são detidas directamente pelo BPN, S.A. e, as que, detidas indirectamente, tenham um peso significativo no Grupo.

## 5. Rede de Distribuição

Agências e Gabinetes Empresa, por Distrito, em 31-12-2008



## 6. Enquadramento Económico

### A Economia Mundial

A situação económica durante 2008 ficou marcada pela cronologia da progressão da crise do sistema financeiro internacional e das suas graves ramificações na economia real que se acentuaram marcadamente no quarto trimestre de 2008.

O crescimento económico mundial foi de 3,2%, com uma travagem muito acentuada no quarto trimestre de 2008, onde a generalidade das economias desenvolvidas entrou em recessão técnica. A taxa de crescimento foi muito distinta consoante os blocos económicos, tendo as economias mais desenvolvidas crescido apenas marginalmente (cerca de 1%, nos EUA e na Zona Euro), enquanto que as economias emergentes progrediram a um ritmo de 6,1%.

<b>Crescimento Económico</b>				
	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009(*)</b>	<b>2010(*)</b>
<b>Economia Mundial</b>	5,2	3,2	-1,3	1,9
<i>Economias avançadas</i>	2,7	0,9	-3,8	0,0
E. U. A.	2,0	1,1	-2,8	0,0
Zona Euro	2,7	0,9	-4,2	-0,4
Japão	2,4	-0,6	-6,2	0,5
<i>Economias Emergentes</i>	8,3	6,1	1,6	4,0

Fonte: FMI (Abril 2009)

(\*) Previsão

O ano de 2008 também revelou, de forma bastante clara, a fragilidade do sistema financeiro a nível mundial, sobretudo nos EUA e no Reino Unido, onde, não fora a intervenção decidida dos respectivos bancos centrais e Governos, as consequências poderiam ter sido muito graves.

O que começou, em Setembro de 2008, nos mercados financeiros mundiais como um processo de desalavancagem (no seguimento da falência do banco de investimento Lehman Brothers), acabou por transformar-se na contracção da actividade económica mais severa desde 1945, em consequência da pior crise financeira desde a Grande Depressão. Os problemas com os créditos concedidos não estão agora adstritos apenas ao sector das hipotecas de alto risco ("subprime"), mas antes abrangem quase todos os tipos de crédito, a particulares e a empresas, e decorrem do níveis de endividamento dos agentes económicos ser muito elevado.

No quarto trimestre de 2008, a economia dos países que compõem a OCDE contraiu-se 1,5%, a que corresponde uma taxa anualizada de 6%. Esta é a maior contracção desde que existem dados da OCDE. Nesse período, a maior queda do PIB entre os países que compõem os G7 verificou-se no Japão (3,3%) e a menor nos EUA (1%).

Os consumidores confrontados com desvalorizações sem precedentes no seu património de activos financeiros e imobiliário e com a degradação das condições dos mercados de trabalho registaram

acentuadas quedas da confiança, aumentando significativamente as suas poupanças discricionárias, por contrapartida da redução do consumo de bens duradouros em geral e de automóveis, em particular.

A redução da actividade económica levou a uma queda acentuada dos preços das matérias-primas em geral e do petróleo em particular, o qual depois de ter atingido o valor mais alto de sempre nos 140 dólares por barril, desceu para cerca 50 dólares no final do ano.

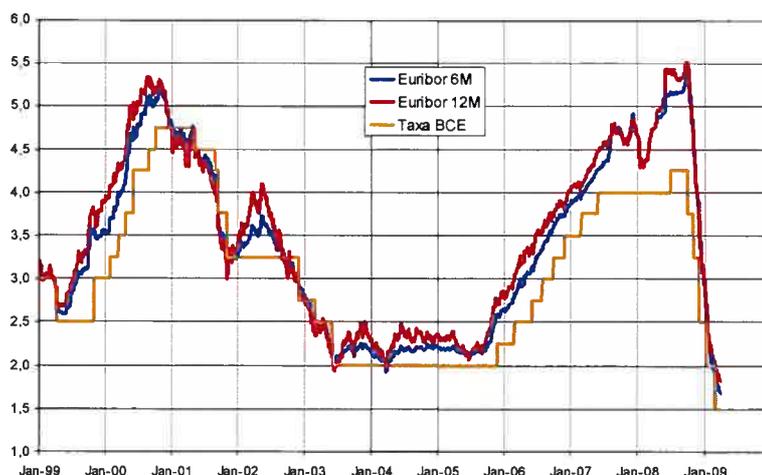
O FMI estima que, em 2009, o saldo orçamental das economias desenvolvidas dos G20 deverá deteriorar-se em seis pontos percentuais relativamente a 2008, atingindo-se um défice de 8% do PIB. O peso da dívida pública no PIB aumentará quinze pontos percentuais no biénio 2009/10.

As previsões de Maio de 2009 da Comissão Europeia para a zona Euro apontam para uma queda da actividade económica de 4,0% em 2009, com particular incidência no investimento que deverá contrair 10,4%. A taxa de desemprego na zona euro deverá subir para 11,5% em 2010, quando era de 7,5% no final de 2007.

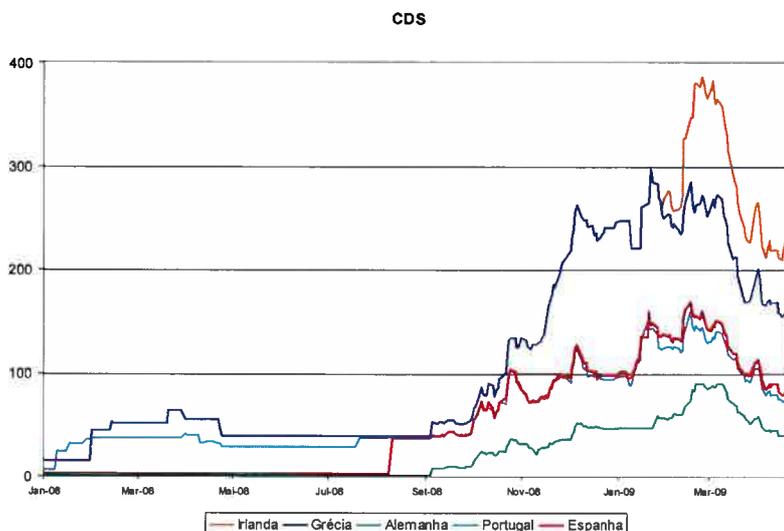
### **Mercados monetários**

Para compensar o declínio da actividade económica que se foi fazendo sentir nos EUA de forma crescente ao longo do ano, a Reserva Federal dos EUA reduziu a taxa dos fundos que cede ao sistema bancário de 4,25%, no início do ano, para 0,25%, em Dezembro. As Libors de 6 e de 12 meses reduziram-se de cerca de 4,5% para 1,75%.

Na zona Euro, o BCE subiu a sua taxa de cedência de fundos de 4% para 4,25% em Junho, mas teve de inflectir a sua orientação a partir de 8 de Outubro, passando a reduzir a sua taxa de cedência, a qual fechou o ano em 2,5%. Apesar destas reduções, as tensões no mercado monetário levaram a que as taxas de prazos mais longos (6 e 12 meses) tenham descido apenas de 5,5% em Janeiro para 3,05% no final de Dezembro.



A absorção do risco de financiamento do sistema bancário pelos Governos nacionais levou a um alargamento dos "spreads" de risco do crédito soberano, medidos pelo custo dos respectivos seguros de crédito (credit default swaps).



### Mercados de capitais

O índice FTSE World registou uma queda de cerca 40% no ano aproximando-se dos seus mínimos de 2002. Os índices de referência americano e europeu, respectivamente, o S&P 500 e o Euro Stoxx 50, sofreram evolução semelhante neste período, tendo caído 35,6% e 44,4%. Ao longo do ano de 2008, os mercados de capitais registaram perdas equivalentes ao PIB mundial de um ano, estimando-se que 40% da riqueza financeira mundial possa ter sido perdida.

### A Economia Portuguesa

Depois ter crescido 1,9% em 2007 (ao ritmo mais elevado desde 2001), a economia portuguesa estagnou em 2008. Apesar da procura interna ter aumentado 0,9% em termos anuais, o contributo da procura externa líquida para o PIB anulou esse crescimento.

#### **Portugal**

	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009 (*)</b>
Produto Interno Bruto	1,8	0,0	<b>-3,5</b>
Consumo privado	1,6	1,7	-0,9
Consumo público	0	0,5	0,4
Formação bruta de capital fixo	2,8	-1,7	-14,4
Procura interna	1,5	0,9	-3,5
Exportações	7,5	-0,4	-14,2
Importações	5,6	2,1	-11,7
Contributo para o PIB (em p.p.)			
Procura interna		1,0	-3,9
Exportações líquidas		-1,0	0,3
Balança Corrente e de Capital (% PIB)	-8,1	-10,5	-7,9
Inflação (IHPC)	2,4	2,7	<b>-0,2</b>

Fonte: Banco de Portugal (Abril 2009)

(\*) Previsão

Nas principais componentes da procura interna destacou-se, em 2008, o consumo privado que cresceu a uma taxa de 1,7% (contra os 1,6% de 2007), valor este que só foi possível através de uma diminuição da taxa de poupança das famílias. Já o consumo público teve uma variação real positiva de 0,5%, a qual contrasta com uma variação real nula em 2007.

A formação bruta de capital fixo registou uma variação negativa de 1,7% em 2008, depois do aumento de 2,8% em 2007. Refira-se que, o valor positivo de 2007 e o crescimento registado em 2004, foram os únicos incrementos do investimento na economia portuguesa, numa base anual, desde 2001.

As exportações tiveram uma ligeira queda em 2008, depois de aumentarem a um ritmo muito significativo (7,5% em 2007 e 8,7% em 2006). O comportamento das importações foi menos favorável, uma vez que cresceram 2,1%, agravando o défice da balança de mercadorias.

As previsões do Banco de Portugal para 2009, apontam para a pior evolução macroeconómica desde 1975, em linha com a degradação da envolvente externa da economia portuguesa, sendo a estimativa para o PIB de uma queda de 3,5%.

### **Inflação e Desemprego**

A taxa de inflação média foi de 2,7% em 2008, em ligeira subida à do ano anterior que foi de 2,4%. Para este comportamento foi fundamental o aumento dos preços dos produtos energéticos e dos produtos agrícolas.

Segundo os dados divulgados pelo INE para o quarto trimestre de 2008, o valor da taxa de desemprego atingiu os 7,8%. Tal valor é igual ao registado no quarto trimestre de 2007. A taxa de actividade de actividade da população era, no final de 2008, de 62,3%.

### **Finanças públicas**

Durante o ano de 2008, o défice das administrações públicas foi de 2,6%, valor equivalente ao do ano de 2007. A despesa corrente primária do Estado registou um crescimento moderado de 4,7%, sobretudo se tomarmos em linha de conta que a amortização do défice tarifário do sector eléctrico adicionou 1,3 pontos percentuais a este valor.

### **Contas externas**

Em 2008, o défice agregado das balanças corrente e de capital foi de 17,5 mil milhões de euros, o equivalente a 10,5% do produto interno português que foi de 166,1 mil milhões. Em consequência, o peso do endividamento externo da economia portuguesa, relativamente ao PIB, voltou a aumentar em 2008.

### **Sistema bancário**

A taxa de crescimento dos empréstimos bancários concedidos ao sector não monetário foi de 7,7% em 2008, abrando relativamente a 2007, onde a taxa de crescimento foi de 10,7%. O crédito ao sector não financeiro aumentou 7,1% e os empréstimos às instituições financeiras não monetárias de 17,6%. A qualidade da carteira de crédito dos bancos portugueses registou uma deterioração moderada em 2008, mas os rácios de cobertura por provisões permaneceram confortáveis.

Em Outubro de 2008, o Governo disponibilizou garantias bancárias no valor de 20 mil milhões de euros para emissão de dívida sénior pelos bancos portugueses, repartida consoante a quota de cada instituição bancária no sistema financeiro português. Tal aconteceu num cenário de concertação com outros Governos da Zona Euro.

Para além destas garantias, da qual a maior parte permanece ainda disponível para utilização, os bancos portugueses utilizaram a sua base de clientes para aumentar a sua captação de depósitos, tendo igualmente colocado (sobretudo durante o primeiro semestre), obrigações hipotecárias, titularizações de crédito imobiliário e MTNs nos mercados de capitais. Os bancos portugueses têm vindo a aumentar os activos disponíveis para desconto junto do BCE, recorrendo à transformação da sua carteira de crédito.

Por fim é de referir que o Banco de Portugal recomendou aos bancos que, em face da instabilidade vivida nos mercados de capitais, aumentassem o seu rácio de Tier 1 para 8% até 30 de Setembro de 2009 e que o Governo disponibilizou 4 mil milhões de euros para recapitalizar bancos que de tal necessitassem.

## 7. Os Acontecimentos ao Longo do Exercício de 2008

Sujeita aos condicionalismos decorrentes da intensificação da crise nos mercados financeiros e do incremento da escassez de liquidez, a actividade do Grupo BPN, durante o exercício de 2008, foi fortemente afectada por todo um conjunto adicional de dificuldades com origem no seio da própria instituição.

No decurso do primeiro trimestre, emergiu a necessidade de se reforçarem os fundos próprios para níveis consentâneos com o crescimento verificado no balanço e a deterioração entretanto ocorrida na carteira de crédito. A emissão de dívida subordinada perpétua colocada em Março, no montante de 94,5 milhões de Euros, contribuiu para o reforço dos fundos próprios.

Durante o segundo trimestre, em resultado do incremento dos resgates nas carteiras dos fundos de investimento geridos pelas sociedades gestoras de fundos do Grupo, continuou a assistir-se a um inusitado crescimento do activo resultante, neste caso, do aumento muito significativo da carteira de títulos disponíveis para venda.

Ainda durante o primeiro semestre, identificaram-se créditos concedidos sem garantia para os quais se exigiu a constituição de montante adequado de provisões.

Acresce que as condições de exploração corrente sofreram deterioração adicional em consequência da perda de valor verificada na carteira de *SIV's* do Grupo. O reconhecimento contabilístico do respectivo justo valor veio a traduzir-se na realização de perdas elevadas.

Como corolário deste percurso, em 18 de Junho, a agência de *rating Moody's* divulgou um *downgrade* do *rating* do BPN, alterando a notação de Baa1 para Baa3.

Com a tomada de posse de um novo Conselho de Administração, no final de Junho, foram tomadas decisões no sentido de serem incorporados activos que não se encontravam relevados contabilisticamente no perímetro do Grupo. O concomitante aumento do activo, tratando-se de créditos com níveis de imparidade significativos, implicou uma deterioração do rácio de solvabilidade.

Com a ocorrência do mencionado *downgrade* da notação de risco, as condições de gestão da liquidez foram ficando mais difíceis, ao longo de todo o terceiro trimestre, obrigando a uma gestão muito rigorosa das linhas de crédito disponíveis e a um monitorar muito exigente das previsões de fluxos de caixa.

Assiste-se então, sobretudo a partir de Setembro, a uma perda significativa de depósitos, apesar de todos os esforços desenvolvidos no sentido de não se hipotecar a tradicional capacidade competitiva em matéria de remuneração de produtos passivos.

Entretanto, não foi possível concretizar uma entrada de capitais próprios de montante capaz de repor os níveis de solvabilidade, e de liquidez, em patamares adequados ao exercício da actividade. O aumento de capital que acabou por se verificar resumiu-se a um montante de 80 milhões de euros, tendo sido

realizado, em 30 de Setembro, já num contexto de franca dificuldade de gestão da tesouraria e da actividade corrente.

Promoveram-se diversas iniciativas no sentido de se viabilizar a ultrapassagem das dificuldades com que o Banco se deparava e de se impedir a ocorrência da interrupção de pagamentos, nomeadamente, através de apoios especiais de liquidez.

Neste contexto de grande dificuldade de gestão, em face do volume de perdas já acumuladas e das imparidades diagnosticadas, tornou-se evidente o esgotar de soluções suportadas apenas em operações de apoio de liquidez. Requeria-se uma reposição dos níveis de capital adequados ao exercício da actividade, sem o que se revelaria impossível resolver os assinalados estrangulamentos de tesouraria.

A Lei n.º 62-A/2008, de 11 de Novembro, veio decretar a nacionalização de todas as acções representativas do capital social do BPN.

Com a nacionalização concretizou-se a transmissão para o Estado, através da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças, de todas as acções representativas do capital social do BPN, livres de quaisquer ónus ou encargos.

O BPN passou a ter a natureza de sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, continuando a reger-se pelas disposições legais que regulam a respectiva actividade, bem como pelos seus estatutos.

Nos termos do disposto no Artigo 2.º da referida Lei da nacionalização, a gestão do BPN foi nessa data atribuída à Caixa Geral de Depósitos, S. A., cabendo a esta entidade proceder à designação dos respectivos membros dos órgãos sociais.

Com a tomada de posse do novo Conselho de Administração do BPN foram criadas as condições que permitissem dar cumprimento aos objectivos previstos no diploma de nacionalização, sendo de salientar o início da auditoria às demonstrações financeiras das entidades e dos fundos geridos que compreendem o Grupo BPN com referência a 31 de Outubro de 2008.

## 8. Análise Financeira da Actividade Consolidada

Os trabalhos de auditoria desenvolvidos permitiram identificar diversas situações que, à data do encerramento do exercício de 2008, conduziram a uma posição económica e financeira caracterizada por capitais próprios negativos de 1.624.185 milhares de Euros e um resultado do exercício negativo de 575.238 milhares de Euros.

### 8.1. Reexpressão das demonstrações financeiras relativas a 2007

Ao abrigo do "IAS 8 – Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros", foram reexpressas as demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2007 com vista a corrigir os erros materiais que as mesmas continham.

	Resultado Líquido	Capitais Próprios, excluindo Resultado	Capitais Próprios
<b>01-01-07 Contas Estatutárias</b>	<b>58,9</b>	<b>345,2</b>	<b>404,2</b>
<b>Ajustamentos no Balanço de Abertura de 2007</b>			<b>-1.336,9</b>
Insuficiência de provisões para crédito			-1.131,1
Investimentos Financeiros			-147,9
Passivos contingentes			-13,6
Outros			-44,3
<b>Ajustamento em Interesses Minoritários</b>			<b>74,3</b>
<b>Saldo ajustado 01-01-2007</b>	<b>58,9</b>	<b>-917,4</b>	<b>-858,4</b>
<b>Ajustes na aplicação de resultados</b>	<b>-58,9</b>	<b>26,9</b>	<b>-32,0</b>
<b>Resultado Estatutário de 2007</b>	<b>47,0</b>		<b>47,0</b>
<b>Ajustamentos no exercício de 2007</b>	<b>-342,8</b>	<b>3,2</b>	<b>-339,6</b>
Insuficiência de provisões para crédito	-199,2		-199,2
Investimentos Financeiros	-71,4	5,0	-66,4
Passivos contingentes	-24,4		-24,4
Activos intangíveis	-24,4		-24,4
Outros	-23,3	-1,8	-25,1
<b>Outros Movimentos</b>		<b>-11,3</b>	<b>-11,3</b>
<b>31-12-2007 (Proforma)</b>	<b>-295,8</b>	<b>-898,5</b>	<b>-1.194,2</b>
<b>Valores em 31-12-2008</b>	<b>-575,2</b>	<b>-1.048,9</b>	<b>-1.624,2</b>

A descrição dos pressupostos que foram utilizados na reexpressão das demonstrações financeiras, objecto dos parágrafos seguintes, permitirá detalhar a natureza das situações que foram identificadas internamente, e que, conforme se referiu, contribuíram para estes impactos na situação líquida do Grupo, traduzidos, à data do encerramento do exercício de 2008, num capital próprio negativo consolidado de 1.624.185 milhares de Euros.

## Banco Insular

O financiamento do activo do Banco Insular (IFI), entidade sediada na República de Cabo Verde, na sua quase totalidade, repousava em exposição detida pelo Grupo BPN.

Detendo o Grupo BPN o risco inerente a esta exposição, na reexpressão entendeu-se que estas responsabilidades deveriam ser elegíveis para efeitos de apuramento de provisões.

## Insuficiência de provisões para crédito

Foi identificada a necessidade de se proceder ao reforço das provisões para crédito, no montante de 1.330.351 milhares de Euros, nos seguintes casos:

- Operações de crédito registadas nas contas estatutárias do Grupo em 31 de Dezembro de 2007 e 2006;
- Operações de crédito que não se encontravam registadas nas contas estatutárias do Grupo em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, as quais faziam parte do Banco Insular.

As responsabilidades do Banco Insular, na reexpressão, foram consideradas para efeitos de apuramento de provisões dado que estas operações eram financiadas pelo Grupo. Excluindo as operações relativas ao Banco Insular (IFI), SARL (Banco Insular enquanto tal), estas responsabilidades foram registadas nas demonstrações financeiras apenas em 2008.

A decomposição do reforço das provisões para crédito é descrita no quadro seguinte:

	<u>31-12-2006</u>	<u>31-12-2007</u>
Responsabilidades		
Registadas em contas estatutárias		
Crédito Vivo	4.806.693	5.563.920
Crédito Vencido	126.885	115.202
Garantias Prestadas	<u>426.022</u>	<u>556.833</u>
	5.359.600	6.235.955
Relativas ao Banco Insular incluindo Balcão Virtual	<u>783.927</u>	<u>619.470</u>
	6.143.527	6.855.425
Provisões Estimadas		
Responsabilidades registadas nas contas estatutárias	843.405	980.222
Responsabilidades relativas ao Banco Insular incluindo Balcão Virtual	<u>424.914</u>	<u>491.039</u>
	1.268.319	1.471.261
Provisões constituídas nas contas estatutárias	137.242	140.910
Insuficiência de provisões para crédito	<u>-1.131.077</u>	<u>-1.330.351</u>
Impacto nos capitais próprios	<u>-1.131.077</u>	<u>-199.274</u>

### Cálculo das provisões estimadas para as responsabilidades registadas

Para as responsabilidades registadas nas contas estatutárias em 31 de Dezembro de 2006 e 2007, o apuramento das provisões estimadas para essas datas foi efectuado com recurso a uma análise individual para identificação de indícios de imparidade nas operações de crédito cujo montante era igual ou superior a 1.500 milhares de Euros. O Grupo BPN atribuiu uma percentagem de provisão específica para estas operações.

As restantes operações de crédito foram objecto de uma análise colectiva com base em questionários de crédito preenchidos pelas áreas comerciais do BPN para uma amostra significativa de clientes em Dezembro de 2008.

As taxas de provisão média apuradas com base nos questionários de crédito foram de 11,19% no crédito a empresas e de 12,86% no crédito a particulares.

Considerando-se que a política de concessão e acompanhamento das operações de crédito não sofreu alterações significativas até à nacionalização do Banco, por simplificação, foram aplicadas às responsabilidades em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 taxas de provisão idênticas de acordo com a metodologia acima apresentada.

Assim sendo, em 31 de Dezembro de 2007 as provisões estimadas apresentam a seguinte decomposição em milhares de Euros:

Provisões decorrentes de análise individual	703.030
Provisões decorrentes de extrapolação dos resultados da amostra obtida a partir dos questionários de crédito:	
Empresas	192.015
Particulares	85.177
	<hr/>
	980.222
	<hr/> <hr/>

A estimativa das provisões relativas a 31 de Dezembro de 2006 foi apurada aplicando às responsabilidades a essa data a taxa média de provisão apurada com referência a 31 de Dezembro de 2007 (16,73%).

### Cálculo das provisões estimadas para as responsabilidades do Banco Insular

O crédito concedido e afecto ao Banco Insular que não estava registado nas contas estatutárias do BPN ascende a 619.470 milhares de Euros e 783.927 milhares de Euros, respectivamente, em 31 de Dezembro de 2007 e 2006.

Em Dezembro de 2008, as operações de crédito concedidas e afectas ao Banco Insular foram objecto de análise individual com vista à identificação de indícios de imparidade, tendo sido atribuídas taxas de provisão específicas para cada operação.

Desta forma, a reexpressão das demonstrações financeiras implicou a constituição de provisões relativas a estas responsabilidades no montante de 491.039 milhares de Euros e 424.914 milhares de Euros, respectivamente, correspondentes a 31 de Dezembro de 2007 e 2006. Estas provisões foram registadas na rubrica “Provisões para outros riscos e encargos”.

#### Imóveis das carteiras dos fundos imobiliários

Foi solicitada à Imocaixa – Gestão Imobiliária, S.A. (Imocaixa), em Dezembro de 2008, uma avaliação dos imóveis detidos pelos fundos imobiliários geridos pela BPN Imofundos, cujas up’s integram a carteira do BPN.

Com base nas avaliações efectuadas por esta entidade, foram identificadas menos-valias potenciais face ao valor contabilístico dos imóveis nos fundos imobiliários.

A afectação das menos-valias dos imóveis por exercício foi efectuada com base na data de aquisição dos imóveis pelos fundos imobiliários.

O impacto negativo nos capitais próprios do Grupo decorrente dessas avaliações ascende a 163.250 milhares de Euros e 132.806 milhares de Euros, respectivamente, em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006.

#### Activos financeiros disponíveis para venda

Até 31 de Dezembro de 2007, a valorização dos Veículos de Investimento Estruturado (SIV) registadas na rubrica “Activos financeiros disponíveis para venda” era efectuada com base nas perdas efectivas. O Grupo alterou a forma de valorização destes títulos, passando a adoptar o Net Asset Value (NAV).

#### Abate de activos intangíveis

O abate relativo a activos intangíveis está relacionado com a decisão de descontinuação do projecto informático do Sistema “Core Banking” denominado “Projecto Adamastor”, tendo sido rescindido em 2007 o contrato que existia com a entidade norueguesa responsável pelo seu desenvolvimento.

O Grupo reconheceu agora com efeitos em 2007 um custo de 24.416 milhares de Euros relativo às despesas já incorridas no âmbito do “Projecto Adamastor” acima referidas através da rubrica “Gastos Gerais Administrativos”.

#### Reexpressão do perímetro de consolidação

O Grupo efectuou a reexpressão do seu perímetro de consolidação com referência a 31 de Dezembro de 2006. Foram incluídas todas as entidades que se encontravam fora do perímetro, mas que formalmente já existia o compromisso por parte do Grupo em adquirir essas participações aos seus detentores. As entidades incluídas na consolidação no âmbito da reexpressão foram as seguintes: CLIP Multi-Strategy, BPN Valorização Patrimonial – FEI, BPN Diversificação – FEI, BPN Real Estate, BPN Imoglobal e BPN Imoreal. No caso dos dois últimos fundos, tratou-se de alterar o método de consolidação de equivalência patrimonial para consolidação pelo método integral.

#### Provisão para o montante depositado no Investec Bank

O Grupo reconheceu imparidade relativamente ao montante depositado em 2007 junto do Investec Bank, dado como colateral a financiamentos concedidos a empresa do Grupo SLN e a uma outra sociedade, no montante de 17.000 milhares de Euros.

#### Impostos diferidos activos

De acordo com o "IAS 12 – Impostos sobre lucros", os impostos diferidos activos devem ser registados até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou prejuízos fiscais.

Face às dúvidas quanto à recuperabilidade dos impostos diferidos activos registados nas contas estatutárias em 31 de Dezembro de 2006 e 2007, os mesmos foram integralmente anulados.

#### Valorização de acções da SLN detidas pelo CLIP Multi Strategy

Em 31 de Dezembro de 2007, o Fundo CLIP Multi Strategy detinha 5.527.182 acções da SLN cujo custo de aquisição ascendia a 9.916 milhares de Euros e cujo valor contabilístico ascendia a 11.054 milhares de Euros. A provisão adicional constituída em 2007 é de 10.063 milhares de Euros.

#### Provisão para compromissos de taxa

As rendibilidades geradas durante o ano de 2007 pelos activos afectos à representação das provisões matemáticas da Real foram significativamente inferiores às taxas garantidas aos clientes pela generalidade dos contratos em vigor. Foi assim constituída uma provisão para compromissos de taxa, no montante de 9.686 milhares de Euros.

#### Provisões para contingências genéricas

O Banco constituiu uma provisão de 8.485 milhares de Euros para contingências fiscais relativamente às liquidações adicionais (incluindo juros compensatórios) realizadas pela Administração Fiscal no âmbito da

Inspeção Tributária ao BPN Serviços, ACE em sede de Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) relativamente aos exercícios de 2003 a 2005. Esta provisão foi reconhecida na rubrica "Provisões para outros riscos e encargos".

#### Provisão para o valor líquido contabilístico da frota da Rentilusa

Durante o exercício de 2007, a BPN Crédito – IFIC, S.A. (BPN Crédito IFIC), adquiriu a frota gerida pela empresa Rentilusa, S.A., entidade do Grupo SLN, passando esta entidade a efectuar operações de sublocação operacional sobre a mesma frota. A BPN Crédito IFIC reconheceu uma provisão para o valor líquido contabilístico dessa frota no valor de 8.078 milhares de Euros.

#### Imparidade para créditos concedidos que irão ser recomprados

O Banco constituiu imparidade para créditos concedidos que irão ser recomprados a uma instituição de crédito. A imputação deste ajustamento ao exercício de 2007, no montante de 6.424 milhares de Euros, é justificada pelo facto da venda destes créditos ter ocorrido em 2007.

#### Provisões relativas a garantias prestadas

Com referência a 31 de Dezembro de 2006, o Banco constituiu uma provisão relativamente às garantias prestadas no âmbito de um financiamento concedido por outra instituição de crédito a uma empresa do Grupo SLN no montante de 6.000.000 Dólares Norte-Americanos. As provisões para outros riscos e encargos relativamente a esta situação ascendem a 4.076 e 4.556 milhares de Euros, respectivamente, em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006. O impacto reconhecido no resultado do exercício de 2007 corresponde integralmente à variação cambial.

#### Imparidade para bens recebidos em dação

A imparidade para imóveis recebidos em dação em pagamento foi apurada por comparação entre o valor contabilístico em 31 de Dezembro de 2007 (e em 31 de Dezembro de 2006) e o valor de venda aprovado internamente pelo Grupo. Esta imparidade foi reconhecida na rubrica "Imparidade – Bens recebidos em dação em pagamento".

#### Imparidade relativa a activos tangíveis

Em 2008, efectuou-se um levantamento da localização de obras de arte registadas pelo Banco na rubrica "Outros activos tangíveis - Património artístico", não tendo sido possível localizar quadros cujo valor global ascende a 2.503 milhares de Euros. A afectação da imparidade relativa a estes quadros com referência a 31 de Dezembro de 2007 e 2006 teve por base a data de aquisição dos mesmos.

#### Cupão inicial do título "Barclays 10 year coupon"

A Real Vida adquiriu em 2007 o montante de 45.800 milhares de Euros da emissão das obrigações "10 year EUR Coupon Protected Note Linked to the Real Reference Portfolio" emitidas pelo Barclays Bank Plc. Em 31 de Dezembro de 2007, o cupão inicial foi pago e indevidamente reconhecido em resultados. Este montante, 2.288 milhares de Euros, foi anulado no âmbito da reexpressão das demonstrações financeiras.

#### Provisão relativa a produtos vendidos formalmente aos clientes com capital e juro garantido

Com referência a 31 de Dezembro de 2007 foi constituída uma provisão de 2.051 milhares de Euros, correspondente à diferença entre o valor de mercado e o valor formalmente garantido aos clientes.

Em 31 de Dezembro de 2007 esta provisão foi reconhecida na rubrica "Provisões para outros riscos e encargos".

#### Opção de venda sobre acções não cotadas

No âmbito da reexpressão das demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2007, o Banco reconheceu uma opção de venda celebrada com um cliente cujo subjacente corresponde a acções da SLN o que, independentemente da sua validade, que está em apreciação, tem de ser relevada. A valorização desta opção de venda foi reconhecida na rubrica "Passivos detidos para negociação – opções sobre acções não cotadas".

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o justo valor desta opção de venda ascende aos montantes negativos de 515 milhares de Euros e 1.993 milhares de Euros, respectivamente, em 31 de Dezembro de 2007 e 2006.

## **8.2. Resultados e rendibilidade**

Tendo em conta a natureza e o detalhe das correcções apresentadas, qualquer análise comparativa tendo por referência os exercícios de 2007 e 2008, objecto do presente ponto e seguintes, terá necessariamente de ser ponderada pelos efeitos decorrentes da reexpressão das demonstrações financeiras de 2007, e, por conseguinte, por toda a natureza de alterações plasmadas nestas contas proforma de 2007.

Os resultados líquidos consolidados do Grupo BPN em 2008 foram negativos em 575.238 milhares de Euros, contra um resultado negativo de 295.792 milhares de Euros em 2007, verificando-se assim um agravamento de 94,5% face ao resultado proforma do exercício anterior.

A evolução dos resultados traduz os efeitos da crise dos mercados financeiros e principalmente o impacto resultante de um conjunto adicional de dificuldades com origem no seio do Grupo. Estes efeitos repercutiram-se negativamente ao nível de todas as principais rubricas, designadamente, da margem financeira, produto da actividade, custos operacionais e provisões e imparidade.

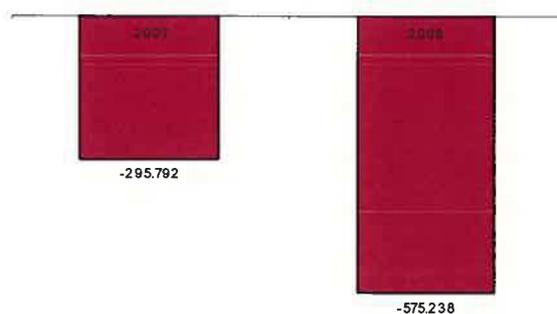
## Demonstração de Resultados (Consolidados)

milhares €

	2007	2008	Var. %
Margem financeira	180.930	108.865	-39,8%
Rendimentos de Instrumentos de Capital	4.319	2.071	-52,1%
Comissões líquidas	43.204	40.434	-6,4%
Resultados em operações financeiras	-4.052	-105.868	-2512,7%
Resultados líquido de resseguro	-11.880	-4.103	65,5%
Outros Resultados do Exploração	88.826	49.290	-44,5%
<b>Produto da actividade</b>	<b>301.347</b>	<b>90.689</b>	<b>-69,9%</b>
Custos operacionais	242.573	275.797	13,7%
Provisões e imparidade	335.467	383.751	14,4%
Resultado de associadas	-109	-1.975	-1711,9%
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>-276.802</b>	<b>-570.834</b>	<b>-106,2%</b>
Imposto	15.964	9.035	-43,4%
Interesses minoritários	3.026	-4.631	-253,0%
<b>Resultado consolidado</b>	<b>-295.792</b>	<b>-575.238</b>	<b>-94,5%</b>

## Resultados Líquidos

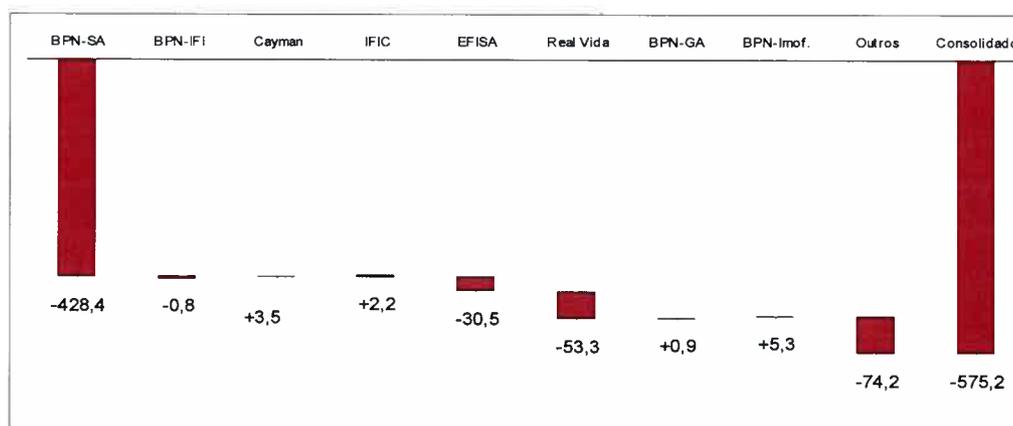
milhares €



A actividade do BPN contribuiu negativamente, com 74,5%, para o resultado consolidado. Destaca-se ainda o contributo negativo por parte da Real Vida com 9,3% do total.

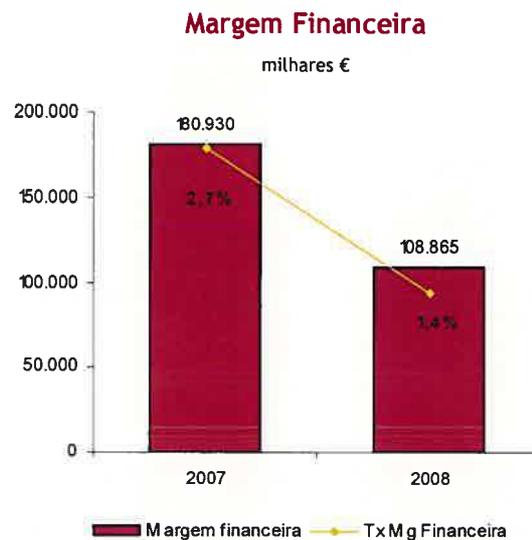
## Contributo de cada área de negócio para o lucro líquido consolidado

milhões €

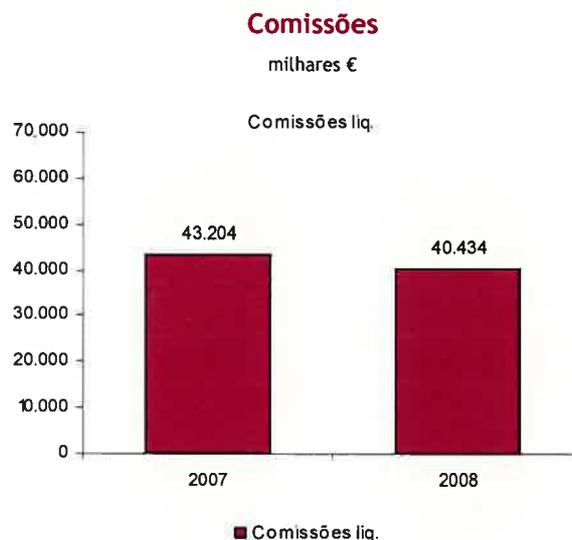


A Margem Financeira diminuiu 39,8%, de 180.930 milhares de Euros em 2007 para 108.865 milhares de Euros no exercício de 2008. A taxa da Margem Financeira desceu de 2,7% para 1,4%.

No comportamento da Margem Financeira reflectem-se decisões de gestão tomadas no sentido de pôr cobro a situações de capitalização de juros de operações activas vencidas. Acresce ainda a degradação significativa deste indicador em resultado de estratégias de captação de recursos, implementadas no período pré-nacionalização num contexto de descida da própria notação de *rating*, para fazer face à envolvente muito adversa em matéria de gestão da liquidez.



As Comissões Líquidas diminuíram para 40.434 milhares de Euros o que representou uma queda de 6,4% relativamente ao exercício anterior.



Os resultados em operações financeiras apresentam um valor negativo de 105.868 milhares de Euros face a um resultado também negativo de 4.052 milhares de Euros no ano precedente. Esta evolução muito desfavorável é explicada pelas perdas verificadas nas carteiras de títulos, fundamentalmente em resultado de posições detidas em Veículos de Investimento Estruturado (SIV).

### Resultados de Activos Financeiros

milhares €

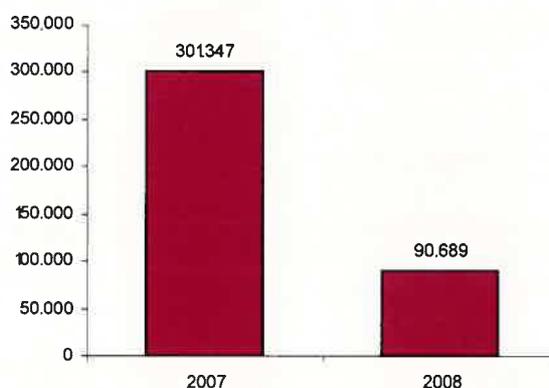
	2007	2008	Var. %
Activos e passivos ao justo valor	-9.836	-107.133	-989,2%
Activos financeiros para venda	-1.617	811	150,2%
Reavaliação cambial	3.916	-12.850	-428,1%
Alienação de outros activos	3.485	13.304	281,8%
	<b>-4.052</b>	<b>-105.868</b>	<b>-2512,7%</b>

A Margem Técnica da Actividade de Seguros cifrou-se num resultado negativo de 4.103 milhares de Euros contra um valor negativo de 11.880 milhares de Euros no ano transacto.

Considerando o comportamento descrito das Margens Financeira e Complementar, o Produto da Actividade em 2008 sofreu uma redução de 69,9% relativamente ao ano de 2007, cifrando-se num montante de 90.690 milhares de Euros por oposição ao montante de 301.348 milhares de Euros atingido no ano anterior.

### Produto da Actividade

milhares €



Os custos operativos somaram 275.797 milhares de Euros, registando um acréscimo de 33.224 milhares de Euros (+13,7%), comportamento resultante dos aumentos verificados nos gastos com pessoal (+29,5%), nos gastos administrativos (-6,2%) e nas depreciações e amortizações (+62,3%).

Em resultado de situações extraordinárias em matéria de política de pessoal, ocorridas durante o ano, os custos com pessoal sofreram um acréscimo de 30.100 milhares de Euros durante o exercício de 2008. Contribuíram igualmente para esta situação remunerações e prémios atribuídos a membros de órgãos sociais, alguns dos quais se encontram pendentes de apreciação final por parte do Conselho de Administração do BPN, e a regularização salarial efectuada a alguns colaboradores com situações contratuais atípicas.

As amortizações aumentaram 10.806 milhares de Euros em resultado do impacto da aquisição de POS (Netpay) no BPN e do incremento verificado na actividade de locação operacional na BPN Crédito IFIC.

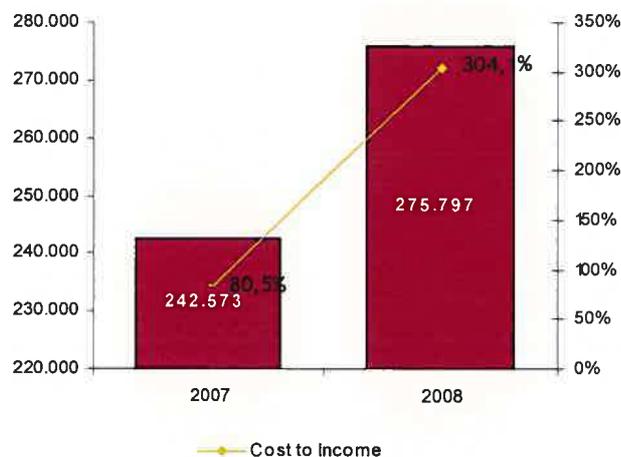
### Custos Operativos

Milhares €

	2007		2008		Var. %
	Valor	%	Valor	%	
Custos com pessoal	102.178	42,1%	132.278	48,0%	29,5%
Gastos gerais administrativos	123.039	50,7%	115.357	41,8%	-6,2%
Custos de funcionamento	225.217		247.635		10,0%
Amortizações	17.356	7,2%	28.162	10,2%	62,3%
<b>Custos Operativos</b>	<b>242.573</b>	<b>100,0%</b>	<b>275.797</b>	<b>100,0%</b>	<b>13,7%</b>
Custos com pessoal / Produto da Actividade		33,9%		145,9%	
Custos de funcionamento / Produto da Actividade		74,7%		273,1%	
Custos Operativos / Produto da Actividade ( <i>Cost-to-Income</i> )		80,5%		304,1%	
Custos Operativos / Activo líquido Médio		3,4%		3,5%	

### Custos Operativos

milhares €



A dotação para provisões e a imparidade de outros activos ascenderam, no seu conjunto, a 253.201 milhares de Euros, correspondente a um aumento de 88.882 milhares de Euros face ao ano precedente. A imparidade do crédito, líquida de reversões, cifrou-se em 130.549 milhares de Euros.

### Provisões e Imparidades

milhares €

Valores	2007	%	2008	%	Var. %
<b>Provisões líquidas de reposições e anulações</b>					
Encargos com benefícios aos empregados	7		16		144,7%
Garantias e compromissos assumidos	18.230		3.551		-80,5%
Outras provisões	116.342		135.865		16,8%
	134.578	40,1%	139.431	36,3%	3,6%
<b>Imparidade do crédito</b>					
Aplicações em instituições de crédito	-		-		n.a.
Crédito a clientes	171.148		130.549		-23,7%
	171.148	51,0%	130.549	34,0%	-23,7%
<b>Imparidade de outros activos</b>					
Outros activos financeiros	19.153	5,7%	90.191	23,5%	370,9%
Devedores e outras aplicações	791		160		-79,7%
Títulos	15.029		81.739		443,9%
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	3.334		8.291		148,7%
Outros activos	10.588	3,2%	23.579	6,1%	122,7%
	29.741	8,9%	113.770	29,6%	282,5%
	335.467	100,0%	383.751	100,0%	14,4%



### 8.3. Evolução do Balanço

O Activo Líquido do Grupo BPN totalizou 8.188.033 milhares de Euros no final de 2008, o que corresponde a um aumento de 814.774 milhares de Euros (+11,1%) face a igual data do ano anterior (Balanço proforma), assente, quase exclusivamente, no crescimento do Crédito a Clientes e na evolução das Propriedades de Investimento.

No Passivo destaca-se o crescimento da rubrica de Recursos de Instituições de Crédito e Bancos Centrais, com mais 1.313.177 milhares de Euros (+144,8%), e o aumento verificado nos Passivos Financeiros Associados a Activos Transferidos, de mais 206.809 milhares de Euros (+36,2%).

## Evolução das Rúbricas de Balanço

milhares €

	2007	2008	Var. %
<b>Activo</b>			
Activos monetários e créditos a I.C.	959.913	858.268	-10,6%
Activos financeiros	640.979	362.222	-43,5%
Crédito a clientes	4.718.477	5.278.384	11,9%
Participações, imobilizado e outros	1.053.890	1.689.159	60,3%
	<u>7.373.259</u>	<u>8.188.033</u>	<u>11,1%</u>
<b>Passivo e Capitais Próprios</b>			
Débitos para com Bancos Centrais e I.C.	907.096	2.220.272	144,8%
Débitos para com Clientes	4.800.255	5.128.262	6,8%
Passivos financeiros	595.422	833.363	40,0%
Dívida titulada	236.533	231.001	-2,3%
Dívida subordinada e outros passivos	2.028.201	1.399.320	-31,0%
	<u>8.567.507</u>	<u>9.812.218</u>	<u>14,5%</u>
Capitais próprios	-1.194.248	-1.624.185	-36,0%
	<u>7.373.259</u>	<u>8.188.033</u>	<u>11,1%</u>

No Activo, o comportamento manifestado nas rubricas de disponibilidades e aplicações em instituições de crédito, com um decréscimo de 101.645 milhares de Euros (-10,6%), foi acompanhado, no Passivo, pelo referido aumento significativo da rubrica Recursos de Instituições de Crédito e Bancos Centrais. A evolução do saldo com Instituições de Crédito traduz assim uma situação de tesouraria em que a dependência do recurso ao mercado interbancário de curto prazo assume maior protagonismo.

Contribuiu para a mencionada variação do Activo Líquido o comportamento da rubrica Crédito a Clientes, com um aumento de 559.906 milhares de Euros (+11,9%), em grande parte explicado pela integração de activos que se encontravam fora do perímetro de consolidação.

A carteira de títulos sofreu uma redução para 362.222 milhares de Euros (-43,5%), em resultado da adopção de estratégias mais defensivas na gestão do respectivo portfolio de activos e da reclassificação de algumas das suas classes, incluindo-se neste contexto a componente de fundos de investimento que por força das exposições detidas viram a sua consolidação efectuar-se pelo método integral.

## Activos Financeiros

milhares €

	2007		2008		Var. %
	Valor	%	Valor	%	
<b>Activos financeiros detidos para negociação e ao justo valor</b>					
Obrigações	94.614	13,4%	34.565	8,0%	-63,5%
Acções	11.200	1,6%	10.542	2,5%	-5,9%
Outros títulos	9.150	1,3%	5.767	1,3%	-37,0%
Instrumentos derivados	22.397	3,2%	21.180	4,9%	-5,4%
	<b>137.361</b>		<b>72.053</b>		
<b>Activos financeiros ao justo valor através de resultados</b>					
Obrigações	3.311	0,5%	14.926	3,5%	350,8%
Outros títulos	9.899	1,4%	11.590	2,7%	17,1%
	<b>13.210</b>		<b>26.516</b>		
<b>Activos financeiros disponíveis para venda</b>					
Obrigações	284.622	40,2%	237.061	55,1%	-16,7%
Acções	158.292	22,4%	37.980	8,8%	-76,0%
Outros títulos	76.132	10,8%	9.556	2,2%	-87,4%
Imparidade	-28.638	-4,0%	-20.944	-4,9%	-26,9%
	<b>490.407</b>		<b>263.653</b>		
<b>Investimentos em Associadas</b>					
	<b>66.856</b>	<b>9,4%</b>	<b>67.853</b>	<b>15,8%</b>	<b>1,5%</b>
<b>Total</b>	<b>707.834</b>	<b>100,0%</b>	<b>430.075</b>	<b>100,0%</b>	<b>-39,2%</b>

De salientar ainda no Activo a evolução verificada na rubrica Propriedades de Investimento, com um crescimento de 485.045 milhares de Euros (+797,4%), em resultado da consolidação pelo método integral das posições detidas em fundos de investimento imobiliário. O aumento de exposição verificado decorreu da política de apoio à liquidez dos fundos que foi concretizada ao longo do exercício.

Face ao exercício anterior, os recursos de clientes cresceram 328.007 milhares de Euros (+6,8%), atingindo um valor de 5.128.262 milhares de Euros.

## Recursos de Clientes

milhares €

	2007		2008		Var. %
	Valor	%	Valor	%	
Depósitos à ordem	1.188.887	24,8%	896.349	17,5%	-24,6%
Depósitos a prazo	3.445.276	71,8%	4.035.705	78,7%	17,1%
Depósitos de poupança	95.504	2,0%	69.709	1,4%	-27,0%
Outros recursos	70.588	1,5%	126.499	2,5%	79,2%
	<b>4.800.255</b>	<b>100,0%</b>	<b>5.128.262</b>	<b>100,0%</b>	<b>6,8%</b>

As necessidades de funding do Grupo foram tributárias do recurso aos mercados interbancários, o que se traduziu num crescimento muito significativo desta natureza de recursos (+144,8%) conforme acima se referiu.

Os Passivos Financeiros Associados a Activos Transferidos cifraram-se em 777.562 milhares de Euros (+36,2%) em consequência da operação de titularização Chaves 5 da BPN Crédito IFIC.

A rubrica de Outros Passivos Subordinados ascendeu a 246.675 milhares de Euros, registando um acréscimo de 96.210 milhares de Euros (+63,9%) em resultado da emissão de dívida subordinada perpétua, elegível para efeitos de fundos próprios regulamentares, que foi colocada no final do mês de Março.

Em 30 de Setembro o BPN aumentou o seu capital em 80 milhões de Euros. Os capitais próprios que no final de 2007, após reexpressão das suas demonstrações financeiras, se cifraram num valor negativo de 1.191.248 milhares de Euros, agravaram o seu saldo negativo para 1.624.185 milhares de Euros no final do exercício de 2008. O resultado líquido do exercício traduziu-se por um prejuízo de 575.238 milhares de Euros.

### Capitais próprios

milhares €

	2007		2008		Var. %
	Valor	%	Valor	%	
Capital	300.000	-25,12%	380.000	-23,40%	26,7%
Prémios de emissão	6.790	-0,57%	6.790	-0,42%	-
Outros instrumentos de capital	0	-	0	-	-
Acções próprias	0	-	0	-	-
Outras reservas e resultados transitados	-1.287.348	107,80%	-1.641.811	101,09%	-27,5%
Resultado líquido	-295.792	24,77%	-575.238	35,42%	-94,5%
	-1.194.248	100,00%	-1.624.185	100,00%	-36,0%

## 9. Proposta de Apresentação de Resultados

Nos termos da alínea f), do n.º 5 do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, propõe-se que o Resultado Líquido do Exercício, negativo em 428.390.992,27 euros, seja totalmente transferido para Resultados Transitados.

- O Resultado Consolidado foi negativo em 575.238 milhares de euros.

Porto, 30 de Abril de 2009

Conselho de Administração



O Presidente  
Francisco Manuel Marques Bandeira



Vice-Presidente  
Norberto Emilio Sequeira da Rosa



Vogal  
Pedro Manuel de Oliveira Cardoso



Vogal  
Rui Manuel Correia Pedras



Vogal  
José Lourenço Soares



Vogal  
Mário Manuel Garcia Faria Gaspar



Vogal  
Jorge António Beja Pessoa

## Anexo I

Para efeitos do artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais, a posição accionista dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização, no exercício de 2008, era a seguinte:

Francisco Manuel Marques Bandeira

Não possuía em 1 de Janeiro de 2008, quaisquer acções.

Não possuía em 31 de Dezembro de 2008, quaisquer acções.

Norberto Emílio Sequeira da Rosa

Não possuía em 1 de Janeiro de 2008, quaisquer acções.

Não possuía em 31 de Dezembro de 2008, quaisquer acções.

Pedro Manuel de Oliveira Cardoso

Não possuía em 1 de Janeiro de 2008, quaisquer acções.

Não possuía em 31 de Dezembro de 2008, quaisquer acções.

Rui Manuel Correia Pedras

Não possuía em 1 de Janeiro de 2008, quaisquer acções.

Não possuía em 31 de Dezembro de 2008, quaisquer acções.

José Lourenço Soares

Não possuía em 1 de Janeiro de 2008, quaisquer acções.

Não possuía em 31 de Dezembro de 2008, quaisquer acções.

Mário Manuel Garcia Faria Gaspar

Não possuía em 1 de Janeiro de 2008, quaisquer acções.

Não possuía em 31 de Dezembro de 2008, quaisquer acções.

Jorge António Beja Pessoa

Não possuía em 1 de Janeiro de 2008, quaisquer acções.

Não possuía em 31 de Dezembro de 2008, quaisquer acções.

## **Anexo II**

Para efeitos do artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais, as participações dos accionistas eram, à data do encerramento do exercício, as seguintes:

Accionistas com, pelo menos, metade do capital social:

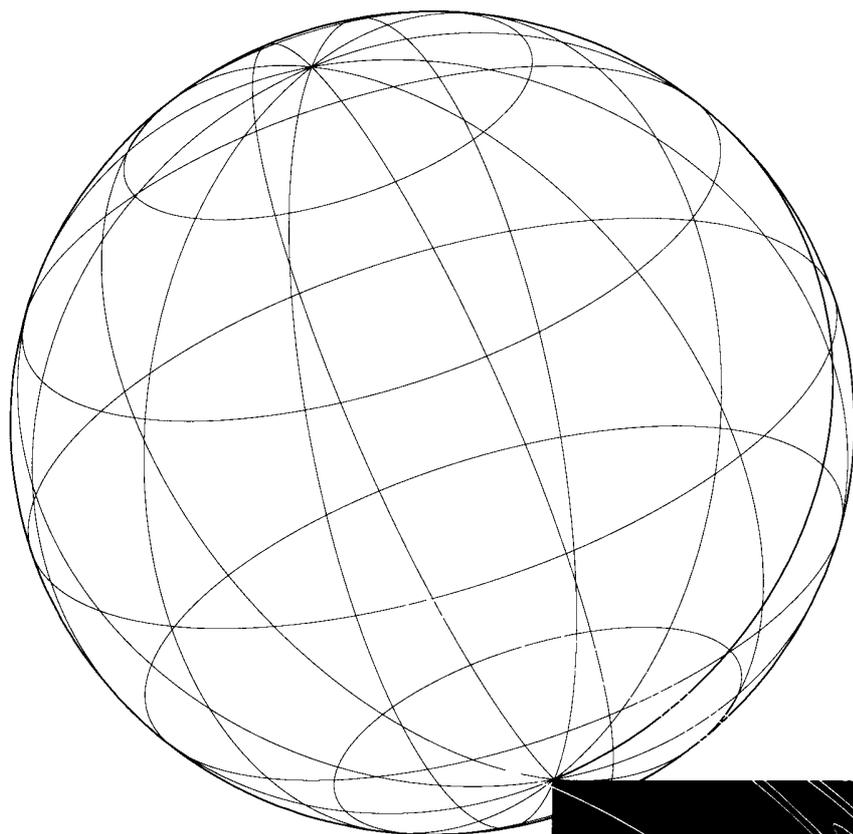
Estado Português.

Accionistas com, pelo menos, um terço do capital social:

Nada a referir.

Accionistas com, pelo menos, um décimo do capital social:

Nada a referir.



RELATÓRIO E  
CONTAS

08

Contas Individuais e Anexos  
Volume 2

BANCO PORTUGUÊS DE NEGÓCIOS, S.A.

BALANÇOS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007 (PROFORMA)

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	2008		2007		Notas	PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas	2008	2007 (proforma)
	Activo bruto	Provisões, imparidade e amortizações	Activo líquido	Activo líquido (proforma)					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	183.645	-	183.645	512.955	16	Recursos de bancos centrais	20.003	-	
Disponibilidades em outras instituições de crédito	165.035	-	165.035	162.248	10	Passivos financeiros detidos para negociação	55.788	22.294	
Activos financeiros detidos para negociação	22.985	-	22.985	29.320	16	Recursos de outras instituições de crédito	2.250.077	1.136.919	
Activos financeiros disponíveis para venda	924.343	(235.021)	689.322	222.439	17	Recursos de clientes e outros empréstimos	4.469.204	4.081.943	
Aplicações em instituições de crédito	917.228	(1)	917.227	936.608	18	Responsabilidades representadas por títulos	22.441	22.243	
Crédito a clientes	5.661.071	(1.258.334)	4.402.737	3.725.099	19	Passivos financeiros associados a activos transferidos	580.345	570.753	
Derivados de cobertura	-	-	-	77	10	Derivados de cobertura	3	-	
Outros activos tangíveis	75.848	(41.809)	34.039	26.062	20	Provisões	390.640	708.984	
Activos intangíveis	12.533	(8.125)	4.408	4.168	14	Passivos por impostos correntes	4	4	
Investimentos em filiais, associadas e emp. conjuntos	73.187	-	73.187	18.187	14	Passivos por impostos diferidos	2.719	2.719	
Activos por impostos correntes	2.324	-	2.324	2.763	21	Outros passivos subordinados	246.675	150.465	
Outros activos	251.963	(14.002)	237.961	221.019	22	Outros passivos	170.629	254.419	
						Total do passivo	8.208.528	6.950.743	
						Capital	380.000	300.000	
						Prémios de emissão	6.790	6.790	
						Reservas de reavaliação	358	538	
						Outras reservas e resultados transitados	(1.434.415)	(1.176.673)	
						Resultado do exercício	(428.391)	(220.453)	
						Total do capital próprio	(1.475.658)	(1.089.798)	
						Total do passivo e do capital próprio	6.732.870	5.860.945	
Total do activo	8.290.162	(1.557.292)	6.732.870	5.860.945					

O anexo faz parte integrante destes balanços.

*António R. P.*  
*R. M. M. ou a*  
*João Luís*  
*Remuneração*  
*João Lourenço*  
*João Lourenço*

BANCO PORTUGUÊS DE NEGÓCIOS, S.A.

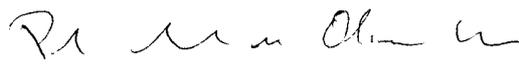
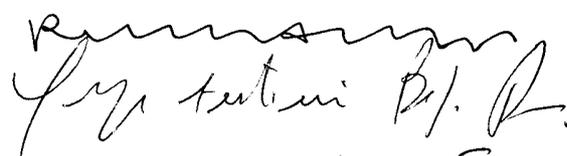
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS INDIVIDUAIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007 (PROFORMA)

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	<u>Notas</u>	<u>2008</u>	<u>2007</u> <i>(proforma)</i>
Juros e rendimentos similares	25	448.731	380.720
Juros e encargos similares	25	<u>(353.569)</u>	<u>(245.720)</u>
<b>MARGEM FINANCEIRA</b>		<b><u>95.162</u></b>	<b><u>135.000</u></b>
Rendimentos de instrumentos de capital	26	1.407	29.666
Rendimentos de serviços e comissões	27	45.721	44.394
Encargos com serviços e comissões	27	(16.451)	(16.845)
Resultados de activos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados	28	(34.785)	177
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	29	1.187	(2.924)
Resultados de reavaliação cambial		306	1.550
Resultados de alienação de outros activos	30	79	3.361
Outros resultados de exploração	31	2.993	6.350
<b>PRODUTO BANCÁRIO</b>		<b><u>95.619</u></b>	<b><u>200.729</u></b>
Custos com pessoal	32	(90.704)	(68.516)
Gastos gerais administrativos	34	(65.448)	(82.443)
Amortizações do exercício	11 e 12	(6.028)	(4.206)
Provisões líquidas de reposições e anulações	20	(133.795)	(109.224)
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)	20	(130.387)	(132.260)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	20	(84.528)	(14.409)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	20	(7.947)	(2.820)
<b>RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS</b>		<b><u>(423.218)</u></b>	<b><u>(213.149)</u></b>
<b>Impostos sobre lucros</b>			
<i>Correntes</i>	14	(5.173)	(7.304)
<i>Diferidos</i>	14	-	-
		<b><u>(5.173)</u></b>	<b><u>(7.304)</u></b>
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b><u>(428.391)</u></b>	<b><u>(220.453)</u></b>

O anexo faz parte integrante destas/demonstrações.


BANCO PORTUGUÊS DE NEGÓCIOS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS

FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007 (PROFORMA)

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	<u>2008</u>	<u>2007</u> <i>(proforma)</i>
Fluxos de caixa das actividades operacionais		
Recebimento de juros e comissões	481.177	399.669
Rendimentos adquiridos nos activos disponíveis para venda	-	25.463
Pagamento de juros e comissões	(331.625)	(249.371)
Pagamentos ao pessoal e fornecedores	(142.954)	(113.023)
Resultados cambiais e outros resultados operacionais	4.956	21.130
Recuperação de créditos incobráveis	-	154
Resultados operacionais antes das alterações nos activos operacionais	<u>11.554</u>	<u>84.022</u>
 (Aumentos) / diminuições de activos operacionais:		
Activos financeiros detidos para negociação e outros activos ao justo valor	436	42.036
Aplicações em instituições de crédito	21.771	(100.671)
Crédito a clientes	(1.126.296)	(695.836)
Activos ao justo valor por resultados	(547)	(2.747)
Derivados de cobertura	80	473
Outros activos	(305.579)	(51.099)
	<u>(1.410.135)</u>	<u>(807.844)</u>
 Aumentos / (diminuições) de passivos operacionais:		
Recursos de bancos centrais	20.003	-
Passivos financeiros detidos para negociação e derivados de cobertura	2.949	(307)
Recursos de instituições de crédito	1.125.917	125.697
Recursos de clientes e outros empréstimos	365.947	604.580
Outros passivos	215.387	(189.276)
	<u>1.730.203</u>	<u>540.694</u>
 Caixa líquida das actividades operacionais antes dos impostos sobre o rendimento	<u>331.622</u>	<u>(183.128)</u>
 Impostos sobre os lucros	(4.732)	(15.795)
Caixa líquida das actividades operacionais	<u>326.890</u>	<u>(198.923)</u>
 Fluxos de caixa de actividades de investimento		
Recebimento de dividendos	(12.500)	28.851
Aquisição de activos disponíveis para venda	(674.814)	(260.149)
Alienação de activos disponíveis para venda	-	389.353
Aquisições de activos tangíveis e intangíveis	(35.338)	(17.448)
Vendas de activos tangíveis e intangíveis	-	3.938
Investimentos em empresas filiais e associadas	(55.000)	6.472
Caixa líquida das actividades de investimento	<u>(777.652)</u>	<u>151.017</u>
 Fluxos de caixa das actividades de financiamento		
Aumento de capital	80.000	-
Dividendos pagos	(37.000)	(32.000)
Emissão de dívida titulada e subordinada	94.500	(14.758)
Remuneração paga relativa às obrigações de caixa e outros	-	(5.282)
Recursos de instituições de crédito	(13.261)	(8.739)
Caixa líquida das actividades de financiamento	<u>124.239</u>	<u>(60.779)</u>
 Aumento / (diminuição) de caixa e seus equivalentes	(326.523)	(132.896)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	<u>675.203</u>	<u>808.099</u>
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	<u>348.680</u>	<u>675.203</u>

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

BANCO PORTUGUÊS DE NEGÓCIOS, S.A.  
DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS INDIVIDUAIS  
PARA OS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007 (PROFORMA)

(Montantes expressos em milhares de Euros)

Capital	Prémios de emissão	Reservas de reavaliação		Outras reservas e resultados transitados			Resultado do exercício	Total
		Reservas de justo valor	Reservas por impostos diferidos	Total	Reserva legal	Outras reservas		
300.000	6.790	5.053	(1.340)	3.713	15.553	12.071	2.964	363.347
-	(6.031)	1.340	-	(4.691)	-	-	(1.197.517)	(1.202.208)
300.000	6.790	(978)	-	(978)	15.553	12.071	(1.194.553)	(838.861)
-	-	-	-	-	4.988	12.892	17.880	-
-	-	-	-	-	-	-	-	(32.000)
-	-	1.694	(178)	1.516	-	-	-	1.516
-	-	-	-	-	-	-	-	(220.453)
300.000	6.790	716	(178)	538	20.541	24.963	(1.176.673)	(1.089.798)
-	-	-	-	-	4.080	(273)	(261.260)	220.453
80.000	-	-	-	-	-	-	(100)	(100)
-	-	(180)	-	(180)	-	-	-	80.000
-	-	-	-	-	-	-	-	(180)
-	-	-	-	-	-	-	(189)	(189)
380.000	6.790	536	(178)	358	24.621	24.690	(1.434.415)	(428.391)
-	-	-	-	-	-	-	-	(428.391)
380.000	6.790	536	(178)	358	24.621	24.690	(1.434.415)	(1.475.658)

Saldo em 31 de Dezembro de 2006 (contas estatutárias)  
 Reexpressão das demonstrações financeiras  
 Saldo em 31 de Dezembro de 2006 (Proforma)

Distribuição do resultado do exercício de 2006:

Transferência para reservas e resultados transitados  
 Distribuição de dividendos  
 Valorização de activos financeiros disponíveis para venda, incluindo o efeito fiscal  
 Resultado do exercício

Saldo em 31 de Dezembro de 2007 (Proforma)

Distribuição do resultado do exercício de 2007:

Transferência para reservas e resultados transitados  
 Distribuição de dividendos  
 Aumento do capital social  
 Valorização de activos financeiros disponíveis para venda  
 Outros

Resultado do exercício

Saldo em 31 de Dezembro de 2008

O anexo faz parte integrante destas demonstrações.

## 1. NOTA INTRODUTÓRIA

O Banco Português de Negócios S.A. (BPN ou Banco) é uma instituição de crédito com sede no Porto, que iniciou a sua actividade bancária em 1 de Julho de 1993 após a conclusão do processo de fusão entre a Norcrédito – Sociedade de Investimento, S.A. e a Soserfin – Sociedade de Investimento e Serviços Financeiros, S.A..

Em Novembro de 2008, todas as acções representativas do capital social do BPN foram nacionalizadas ao abrigo da Lei nº 62-A/2008, de 11 de Novembro. De acordo com a referida Lei, a nacionalização foi motivada pelo volume de perdas acumuladas pelo Banco, ausência de liquidez adequada e iminência de uma situação de ruptura de pagamentos que ameaçava os interesses dos depositantes e a estabilidade do sistema financeiro.

O Banco passou assim a ter a natureza de sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, sendo detido pela Direcção Geral do Tesouro e Finanças.

A gestão do Banco foi atribuída à Caixa Geral de Depósitos, S.A. (CGD), cabendo a esta entidade a designação dos membros dos órgãos sociais.

Até à data da nacionalização, o Banco era detido pela BPN SGPS, S.A., entidade detida pela Sociedade Lusa de Negócios, SGPS, S.A. (SLN).

O Banco desenvolve a sua actividade numa óptica de banca universal, actuando também, directamente ou através de empresas participadas directa ou indirectamente, nas áreas de banca, seguros, banca de investimento, gestão de activos, área imobiliária e saúde.

Para a realização das suas operações, em 31 de Dezembro de 2008 o Banco contava com uma rede nacional de 220 agências, uma Sucursal em França com 5 agências e uma Sucursal Financeira Exterior na Madeira.

As demonstrações financeiras individuais do Banco foram preparadas para dar cumprimento à legislação em vigor, nomeadamente para aprovação em Assembleia Geral de Accionistas, e aos requisitos de apresentação de contas determinados pelo Banco de Portugal. O Banco apresenta separadamente contas consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, as quais são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS).

As demonstrações financeiras do Banco em 31 de Dezembro de 2008 encontram-se pendentes de aprovação pela Assembleia Geral. No entanto, o Conselho de Administração admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

## 2. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As demonstrações financeiras da Sede são agregadas com as das Sucursais, o que representa a sua actividade global (ou actividade individual). Todos os saldos e transacções entre a Sede e as Sucursais foram eliminados no processo de agregação das respectivas demonstrações financeiras.

### 2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras do Banco foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), nos termos do Aviso nº 1/2005, de 21 de Fevereiro e das Instruções nº 23/2004 e nº 9/2005, do Banco de Portugal, na sequência da competência que lhe é conferida pelo número 3 do Artigo 115º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro.

As NCA correspondem genericamente às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) tal como adoptadas pela União Europeia, na sequência do Regulamento (CE) Nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro e pelo Aviso nº 1/2005, de 21 de Fevereiro, do Banco de Portugal. No entanto, nos termos do Aviso nº 1/2005, existem as seguintes excepções com impacto nas demonstrações financeiras do Banco:

- i. Valorimetria do crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (crédito e contas a receber) – os créditos são registados pelo valor nominal, não podendo ser classificados em outras categorias e, como tal, não podem ser registados pelo justo valor;
- ii. Provisionamento do crédito e valores a receber – são definidos níveis mínimos de provisionamento de acordo com o disposto no Aviso nº 3/95 do Banco de Portugal, com as alterações introduzidas pelos Avisos nº 8/03 e nº 3/05 do Banco de Portugal. Este normativo abrange também o provisionamento de responsabilidades representadas por aceites, garantias e outros instrumentos de natureza análoga;
- iii. Os activos tangíveis são obrigatoriamente mantidos ao custo de aquisição, não sendo deste modo possível o seu registo pelo justo valor, conforme permitido pela Norma IAS 16 – Activos fixos tangíveis. Como excepção, é permitido o registo de reavaliações extraordinárias, legalmente autorizadas, caso em que as mais - valias resultantes são registadas em “Reservas de reavaliação”.

Durante o segundo semestre de 2008 foram identificadas um conjunto de situações com impacto significativo nas demonstrações financeiras do Banco, nomeadamente imparidades e provisões para crédito concedido e activos imobiliários, originadas em exercícios anteriores. De forma a permitir a comparabilidade da informação financeira apresentada, o Banco efectuou a reexpressão das demonstrações financeiras do exercício de 2007, conforme permitido pelo IAS 8. Os impactos e as divulgações decorrentes desta alteração estão descritos na Nota 3.

Desde 2006 que o Banco apresenta as suas demonstrações financeiras individuais de acordo com as NCA.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as NCA requer que o Banco efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectem a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, activos e passivos.

2.2. Adopção de normas (novas ou revistas) emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (IASB) e interpretações emitidas pelo “International Financial Reporting Interpretation Committee” (IFRIC), conforme adoptadas pela União Europeia

Em 2007, foi endossado pela União Europeia, o IFRS 8 – “Operating Segments”, o qual é efectivo para exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2009. Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 e até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, foram ainda endossadas pela União Europeia as seguintes normas contabilísticas e interpretações:

	<b>Data de Eficácia</b>
<b><u>Com aplicação obrigatória no exercício de 2008</u></b>	
IAS 39/IFRS 7 – Reclassificação de activos financeiros (Alterações)	01-07-08
IFRIC 13 – Programas de fidelização de clientes	01-07-08
IFRIC 14 – IAS 19 O Limite sobre um activo de benefícios definidos, requisitos de financiamento mínimo e respectiva interacção	01-01-08
<b><u>Com aplicação obrigatória após 2008</u></b>	
IFRS 8 – Segmentos operacionais	01-01-09
IFRS 2 – Pagamentos baseados em acções (Alterações)	01-01-09
IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras (Revista)	01-01-09
IAS 23 – Custos de empréstimos obtidos (Alterações)	01-01-09
IAS 32/IAS 1 – Instrumentos Financeiros com uma Opção Put e Obrigações Decorrentes de uma Liquidação (Alterações)	01-01-09
Melhoramentos das Normas Internacionais de Relato Financeiro (2007)	01-01-09
IFRS 1/IAS 27 – Custo de um investimento numa subsidiária, entidade conjuntamente controlada ou associada	01-01-09

Tal como descrito acima, em 2008 foram introduzidas alterações nas Normas IAS 39 – Instrumentos financeiros: Reconhecimento e Mensuração e IFRS 7 – Instrumentos financeiros: Divulgações, que foram endossadas pela União Europeia, nomeadamente nos critérios de reclassificação de instrumentos financeiros. Desta forma, o IAS 39 vem permitir a possibilidade da entidade poder reclassificar:

- Em circunstâncias particulares, activos financeiros não derivados (que não os designados no reconhecimento inicial ao justo valor através de resultados no âmbito da “Fair Value Option”) da categoria ao justo valor através de resultados para as restantes categorias; e
- Da categoria de activos financeiros disponíveis para venda para a categoria de crédito e outros valores a receber de activos financeiros que cumprissem com a definição de crédito ou outros valores a receber, desde que a entidade tenha a intenção e capacidade de o deter no futuro próximo ou até à maturidade.

Para reclassificações ocorridas até 1 de Novembro de 2008, o efeito destas alterações tinha por referência 1 de Julho de 2008. Quaisquer reclassificações verificadas em ou após 1 de Novembro de 2008 teriam impacto apenas a partir da data da reclassificação.

A entrada em vigor da IFRIC 14 e IFRIC 13, em 2008, não teve impactos significativos nas presentes demonstrações financeiras.

As normas de aplicação obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2009, não foram adoptadas antecipadamente pelo Banco no exercício de 2008. Não são estimados impactos significativos nas demonstrações financeiras, decorrentes da adopção dessas normas.

As seguintes normas contabilísticas e interpretações foram já emitidas a esta data, embora não se encontrem ainda endossadas pela União Europeia:

	<u>Data de Eficácia</u>
Alteração ao IFRS 3 – Concentrações empresariais	01-07-09
Alteração ao IFRS 1 – Adopção pela primeira vez dos IFRS	01-07-09
IAS 27 – Demonstrações financeiras consolidadas e individuais (Alterações)	01-07-09
IAS 39 – Itens elegíveis de cobertura (Alterações)	01-07-09
IAS 39 – Reclassificações de activos financeiros (Alterações)	01-07-09
IFRS 7 – Incrementos qualitativos às divulgações relativas aos Instrumentos Financeiros (Alterações)	01-01-09
IFRIC 12 – Contratos relativos a serviços de concessão	01-01-09
IFRIC 15 – Contratos relativos a construção imobiliária	01-01-09
IFRIC 16 – Cobertura de investimento líquido em operações com o exterior	01-10-08
IFRIC 17 – Distribuição aos accionistas de activos não monetários	01-07-09
IFRIC 18 – Transferência de activos de clientes	01-07-09

Apesar de não se encontrar ainda disponível uma avaliação do impacto da adopção das normas e interpretações acima referidas na preparação das demonstrações financeiras individuais do Banco, o Conselho de Administração entende que a sua aplicação não apresentará um impacto materialmente relevante para as mesmas.

### 2.3. Conversão de saldos e transacções em moeda estrangeira

As contas do Banco e das Sucursais são preparadas de acordo com a divisa utilizada no ambiente económico em que operam (denominada “moeda funcional”). Nas contas globais, os resultados e posição financeira são expressos em Euros, a moeda funcional do Banco.

Na preparação das demonstrações financeiras individuais, as transacções em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio indicativas na data em que foram realizadas. Em cada data de balanço, os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional com base na taxa de câmbio em vigor. Os activos não monetários que sejam valorizados ao justo valor são convertidos com base na taxa de câmbio em vigor na data da última valorização. Os activos não monetários registados ao custo histórico, incluindo activos tangíveis e intangíveis, permanecem registados ao câmbio original.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão cambial são reflectidas em resultados do exercício, com excepção das originadas por instrumentos financeiros não monetários, tal como acções, classificados como disponíveis para venda, que são registadas numa rubrica específica de capital próprio até à sua alienação.

2.4. Instrumentos financeiros

a) Crédito a clientes e valores a receber de outros devedores

*Valorimetria*

Conforme descrito na Nota 2.1, estes activos são registados de acordo com as disposições do Aviso nº 1/2005, do Banco de Portugal. Deste modo são registados pelo valor nominal, sendo os respectivos proveitos, nomeadamente juros e comissões, reconhecidos ao longo do período das operações, quando se tratem de operações que produzam fluxos residuais ao longo de um período superior a um mês. Sempre que aplicável, as comissões e custos externos imputáveis à contratação das operações subjacentes aos activos incluídos nesta categoria são igualmente periodificados ao longo do período de vigência dos créditos.

*Desreconhecimento*

De acordo com a Norma IAS 39, os créditos apenas são removidos do balanço ("desreconhecimento") quando o Banco transfere substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção. Relativamente à operação de titularização de créditos efectuada pelo Banco (Nota 19), os procedimentos adoptados foram os seguintes:

- No que respeita à operação de titularização de crédito concedido, no âmbito da qual foram efectuadas pelo Banco cessões de créditos nos exercícios de 2006 e 2007, o BPN não procedeu ao respectivo desreconhecimento. Assim, o montante em dívida de créditos titularizados desde o início da operação encontra-se registado na rubrica "Créditos a clientes", tendo sido reconhecido um passivo financeiro associado aos activos transferidos (Notas 2.4. c) e 19).

*Provisionamento*

O regime de provisionamento mínimo destes activos corresponde ao definido no Aviso nº 3/95, de 30 de Junho, do Banco de Portugal, com as alterações introduzidas pelo Aviso nº 8/2003, de 30 de Janeiro e pelo Aviso nº 3/2005, de 21 de Fevereiro, e inclui as seguintes provisões para riscos de crédito:

i. Provisão para crédito e juros vencidos

Destina-se a fazer face aos riscos de realização de créditos concedidos que apresentem prestações vencidas e não pagas de capital ou juros. As percentagens provisionadas do crédito e juros vencidos dependem do tipo de garantias existentes e são função crescente do período decorrido desde a data de início do incumprimento.

ii. Provisão para créditos de cobrança duvidosa

Destina-se à cobertura dos riscos de realização do capital vincendo relativo a créditos concedidos que apresentem prestações vencidas e não pagas de capital ou juros, ou que estejam afectos a clientes que tenham outras responsabilidades vencidas.

Nos termos do Aviso nº 3/95 consideram-se como créditos de cobrança duvidosa, os seguintes:

- As prestações vincendas de uma mesma operação de crédito em que se verifique, relativamente às respectivas prestações em mora de capital e juros, pelo menos uma das seguintes condições:
  - (i) excederem 25% do capital em dívida, acrescido dos juros vencidos;
  - (ii) estarem em incumprimento há mais de:
    - . seis meses, nas operações com prazo inferior a cinco anos;
    - . doze meses, nas operações com prazo igual ou superior a cinco anos mas inferior a dez anos;
    - . vinte e quatro meses, nas operações com prazo igual ou superior a dez anos.

Os créditos nestas condições são considerados vencidos apenas para efeitos da constituição de provisões, sendo provisionados de acordo com a percentagem das provisões constituídas para crédito vencido.

- Os créditos vincendos sobre um mesmo cliente se o crédito e juros vencidos de todas as operações relativamente a esse cliente, acrescidos do crédito vincendo abrangido pela alínea anterior, excederem 25% do crédito total, acrescido dos juros vencidos. Os créditos nestas condições são provisionados com base em metade das taxas de provisão aplicáveis aos créditos vencidos.

Provisão para risco-país

Destina-se a fazer face aos problemas de realização de todos os activos financeiros e extrapatrimoniais sobre residentes de países considerados de risco pelo Banco de Portugal, qualquer que seja o instrumento utilizado ou a natureza da contraparte, com excepção:

- Dos domiciliados em sucursal estabelecida nesse país, expressos e pagáveis na moeda desse país, na medida em que estejam cobertos por recursos denominados nessa moeda;
- Das participações financeiras;
- Das operações com sucursais de instituições de crédito de um país considerado de risco, desde que estabelecidas em Estados membros da União Europeia;
- Dos que se encontrem garantidos por entidades indicadas no número 1 do artigo 15º do Aviso nº 3/95, do Banco de Portugal, desde que a garantia abranja o risco de transferência;
- Das operações de financiamento de comércio externo de curto prazo, que cumpram as condições definidas pelo Banco de Portugal.

As necessidades de provisões são determinadas por aplicação das percentagens fixadas pelo Banco de Portugal, o qual classifica os países e territórios segundo grupos de risco.

iii. Provisão para riscos gerais de crédito

Encontra-se registada no passivo, e destina-se a fazer face aos riscos de cobrança do crédito concedido e garantias e avales prestados.

Esta provisão é calculada por aplicação das seguintes percentagens genéricas à totalidade do crédito e garantias e avales prestados, excluindo as responsabilidades incluídas na base de cálculo das imparidades e provisões para crédito e juros vencidos e créditos de cobrança duvidosa:

- 1,5% no que se refere ao crédito ao consumo e às operações de crédito a particulares, cuja finalidade não possa ser determinada;
- 0,5% relativamente ao crédito garantido por hipoteca sobre imóvel ou operações de locação financeira imobiliária, em ambos os casos quando o imóvel se destine a habitação do mutuário;
- 1% no que se refere ao restante crédito concedido.

O efeito da constituição desta provisão é reconhecido na rubrica "Provisões líquidas de reposições e anulações", da demonstração de resultados.

Tal como referido anteriormente o Aviso 3/95 de 30 de Junho do Banco de Portugal define níveis de provisionamento mínimo dos créditos a clientes. Face às especificidades da carteira de crédito do Banco, as provisões estimadas excedem as provisões mínimas.

Para fazer face a potenciais problemas na recuperabilidade de créditos para os quais existem indícios de imparidade, em 31 de Dezembro de 2008, as provisões registadas acima dos mínimos exigidos pelo normativo do Banco de Portugal ascendem a 986.196 mEuros.

As imparidades e provisões para crédito foram apuradas da seguinte forma:

- Análise individual de todos os clientes com responsabilidades superiores a 1.500 mEuros;
- Para o universo dos clientes com responsabilidades inferiores a 1.500 mEuros, análise colectiva baseada nas respostas obtidas aos questionários de crédito enviados às áreas comerciais do Banco para uma amostra de operações de crédito.

b) Outros activos financeiros

Os outros activos e passivos financeiros são reconhecidos e valorizados de acordo com os IAS 32 e IAS 39, sendo registados na data de contratação pelo justo valor.

i) Activos financeiros detidos para negociação

Os activos financeiros detidos para negociação incluem títulos de rendimento variável transaccionados em mercados activos, adquiridos com o objectivo de venda ou recompra no curto prazo, bem como derivados. Os derivados de negociação com valor líquido a receber (justo valor positivo) são incluídos na rubrica de activos financeiros detidos para negociação. Os derivados de negociação com valor líquido a pagar (justo valor negativo), são incluídos na rubrica de passivos financeiros detidos para negociação.

Os activos e passivos financeiros detidos para negociação são reconhecidos inicialmente ao justo valor. Os ganhos e perdas decorrentes da valorização subsequente ao justo valor são reconhecidos em resultados.

Os juros inerentes aos activos financeiros e as diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) são calculados de acordo com o método da taxa efectiva e reconhecidos em resultados na rubrica de "Juros e rendimentos similares".

Os dividendos são reconhecidos quando atribuídos ou recebidos. De acordo com este critério, os dividendos antecipados são registados como proveitos no exercício em que é deliberada a sua distribuição.

ii) Empréstimos e contas a receber

São activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado activo. Dada a restrição estabelecida no Aviso nº 1/2005, esta categoria inclui apenas valores a receber de outras instituições de crédito.

No reconhecimento inicial estes activos são registados pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efectiva, e acrescido de todos os custos incrementais directamente atribuíveis à transacção. Subsequentemente, estes activos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade e provisões para risco-país.

*Reconhecimento de juros*

Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efectiva, que permite calcular o custo amortizado e repartir os juros ao longo do período das operações. A taxa efectiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro, permite igualar o seu valor actual ao valor do instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial.

iii) Activos financeiros disponíveis para venda

Esta categoria inclui os seguintes instrumentos financeiros:

- Unidades de participação em fundos de investimento;
- Acções;
- Obrigações e outros títulos de rendimento fixo.

Os activos financeiros disponíveis para venda são mensurados ao justo valor, com excepção de instrumentos de capital não cotados num mercado activo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo. Os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são registados directamente em capitais próprios, em “Reservas de reavaliação”. No momento da venda, ou caso seja determinada imparidade, as variações acumuladas no justo valor são transferidas para proveitos ou custos do exercício, sendo registadas nas rubricas de “Resultados de activos financeiros disponíveis para venda” ou “Imparidade de outros activos financeiros, líquida de reversões e recuperações”, respectivamente.

Para efeitos da determinação dos resultados na venda, os activos vendidos são valorizados pelo custo médio ponderado de aquisição.

Os juros de instrumentos de dívida classificados nesta categoria são determinados com base no método da taxa efectiva, sendo reconhecidos em “Juros e rendimentos similares” da demonstração de resultados.

Os dividendos de instrumentos de capital classificados nesta categoria são registados como proveitos na rubrica “Rendimentos de instrumentos de capital” quando é estabelecido o direito do BPN ao seu recebimento.

Justo valor

Conforme acima referido, os activos financeiros registados na categoria de Activos financeiros detidos para negociação e Activos financeiros disponíveis para venda são valorizados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um activo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transacção em condições normais de mercado.

O justo valor de activos financeiros é determinado com base em:

- Preços (bid prices) difundidos por meios de difusão de informação financeira;
- Cotação de fecho na data de balanço, para instrumentos transaccionados em mercados activos.

c) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são registados na data de contratação pelo respectivo justo valor, deduzido de custos directamente atribuíveis à transacção. Os passivos são classificados nas seguintes categorias:

i) Passivos financeiros detidos para negociação

Os passivos financeiros detidos para negociação incluem instrumentos financeiros derivados com reavaliação negativa.

Estes passivos encontram-se registados pelo respectivo justo valor, sendo os ganhos e perdas resultantes da sua valorização subsequente registados nas rubricas de “Resultados de activos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados”.

ii) Passivos financeiros associados a activos transferidos

Esta rubrica inclui os fundos recebidos no âmbito da operação de titularização de crédito concedido.

iii) Outros passivos financeiros

Esta categoria inclui recursos de outras instituições de crédito e de clientes, obrigações emitidas, passivos subordinados e passivos incorridos para pagamento de prestações de serviços ou compra de activos, registados em “Outros passivos”.

Estes passivos financeiros são valorizados pelo custo amortizado sendo os juros, quando aplicável, reconhecidos de acordo com o método da taxa efectiva.

d) Derivados e contabilidade de cobertura

O Banco realiza operações com produtos derivados no âmbito da sua actividade, com o objectivo de satisfazer as necessidades dos seus clientes e de reduzir a sua exposição a flutuações cambiais, de taxas de juro e de cotações.

Os instrumentos financeiros derivados são registados pelo seu justo valor na data da sua contratação. Adicionalmente, são reflectidos em rubricas extrapatrimoniais pelo respectivo valor nocional.

Subsequentemente, os derivados são registados ao justo valor, o qual é apurado:

- Com base em cotações obtidas em mercados activos (por exemplo, no que respeita a futuros transaccionados em mercados organizados);
- Com base em modelos que incorporam técnicas de valorização normalmente utilizadas no mercado, incluindo cash-flows descontados e modelos de valorização de opções.

Derivados de cobertura

Tratam-se de derivados contratados com o objectivo de cobertura da exposição do BPN a riscos inerentes à sua actividade. A classificação como derivados de cobertura e a utilização das regras de contabilidade de cobertura, conforme abaixo descrito, dependem do cumprimento das regras definidas na Norma IAS 39.

Em 31 de Dezembro de 2008, o Banco apenas utiliza coberturas de exposição à variação do justo valor dos instrumentos financeiros registados em balanço, denominadas “Coberturas de justo valor”.

Os derivados de cobertura são registados ao justo valor, sendo os resultados apurados reconhecidos em proveitos e custos do exercício. Caso se demonstre que a cobertura é eficaz, nomeadamente através do apuramento de uma eficácia entre 80% e 125%, o Banco reflecte igualmente no resultado do exercício a variação no justo valor do elemento coberto atribuível ao risco coberto nas rubricas de “Resultados em activos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados”. No caso de instrumentos que incluem uma componente de juros (como por exemplo, swaps de taxa de juro) a periodificação de juros relativa ao período em curso e os fluxos liquidados são reflectidos em “Juros e rendimentos similares” e “Juros e encargos similares”, da margem financeira.

Sempre que as coberturas deixem de satisfazer os requisitos para aplicação de contabilidade de cobertura definidos na Norma, ou caso o Banco revogue a designação, a contabilidade de cobertura é descontinuada. Nestas situações, os ajustamentos efectuados aos elementos cobertos até à data em que a contabilidade de cobertura deixa de ser eficaz ou é decidida a revogação dessa designação passam a ser reconhecidos em resultados pelo método da taxa efectiva até à maturidade do activo ou passivo financeiro.

As reavaliações positivas e negativas de derivados de cobertura são registadas no activo e passivo, respectivamente, em rubricas específicas.

As valorizações dos elementos cobertos são reflectidas nas rubricas de balanço onde se encontram registados esses instrumentos.

#### Derivados de negociação

Inclui todos os derivados que não estejam associados a relações de cobertura eficazes, de acordo com a Norma IAS 39, nomeadamente:

- Derivados contratados para cobertura de risco em activos ou passivos registados ao justo valor através de resultados, tornando assim desnecessária a utilização de contabilidade de cobertura;
- Derivados contratados para cobertura de risco que não reúnem as condições necessárias para a utilização de contabilidade de cobertura ao abrigo da Norma IAS 39, nomeadamente pela dificuldade em identificar especificamente os elementos cobertos, nos casos em que não se tratam de micro-coberturas, ou pelos resultados dos testes de eficácia se situarem fora do intervalo permitido pela Norma IAS 39;
- Derivados contratados com o objectivo de “trading”.

Os derivados de negociação são registados ao justo valor, sendo os resultados apurados reconhecidos em proveitos e custos do exercício, nas rubricas de “Resultados de activos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados”, com excepção da parcela relativa a juros corridos e liquidados, a qual é reflectida em “Juros e rendimentos similares” e “Juros e encargos similares”. As reavaliações positivas e negativas são registadas nas rubricas “Activos financeiros detidos para negociação” e “Passivos financeiros detidos para negociação”, respectivamente.

#### e) Imparidade de activos financeiros

##### Activos financeiros ao custo amortizado

O Banco efectuou uma análise de imparidade dos seus activos financeiros registados ao custo amortizado excluindo, conforme referido na nota 2.1, o crédito a clientes e as contas a receber.

#### Activos financeiros disponíveis para venda

Conforme referido na Nota 2.4. b), os activos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, sendo as variações no justo valor reflectidas em capital próprio, na rubrica “Reservas de reavaliação”.

Sempre que exista evidência objectiva de imparidade, as menos-valias acumuladas que tenham sido reconhecidas em reservas são transferidas para custos do exercício sob a forma de perdas por imparidade, na rubrica “Imparidade de outros activos financeiros, líquida de reversões e recuperações”.

A Norma IAS 39 prevê os seguintes indícios específicos para imparidade em instrumentos de capital:

- Informação sobre alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera que indique que o custo do investimento não venha a ser recuperado;
- Um declínio significativo ou prolongado do valor de mercado abaixo do preço de custo.

As perdas por imparidade em instrumentos de capital não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são reflectidas em “Reservas de reavaliação”. Caso posteriormente sejam determinadas menos-valias adicionais, considera-se sempre que existe imparidade, pelo que são reflectidas em resultados do exercício.

O montante de perda por imparidade apurado é reconhecido directamente em resultados do exercício. As perdas por imparidade nestes activos não podem igualmente ser revertidas.

#### 2.5. Bens recebidos em dação de crédito

O Banco regista em “Outros activos” os imóveis, equipamentos e outros bens recebidos em dação para pagamento de operações de crédito vencido, sendo registados pelo valor acordado no contrato de dação, o qual corresponde ao menor dos valores da dívida existente ou da avaliação do bem, na data da dação. Os imóveis são objecto de avaliações periódicas que dão lugar ao registo de perdas por imparidade sempre que o valor decorrente dessas avaliações (líquido de custos de venda) seja inferior ao valor por que se encontram contabilizados. Os activos tangíveis são registados nesta rubrica a partir do momento da celebração do contrato promessa de dação ou da arrematação.

Pela venda dos bens arrematados procede-se ao seu abate do activo, sendo os ganhos ou perdas registados nas rubricas “Outros proveitos e custos de exploração”.

#### 2.7. Outros activos tangíveis

São registados ao custo de aquisição, reavaliado ao abrigo das disposições legais aplicáveis, deduzido das amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como custo do exercício, na rubrica “Gastos gerais administrativos”.

As amortizações são calculadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso, que é:

	<u>Anos de vida útil</u>
Imóveis de serviço próprio	50
Obras em edifícios arrendados	10
Equipamento	4 a 10
Outras imobilizações	10

Os terrenos não são objecto de amortização.

As despesas com obras e beneficiações em imóveis ocupados pelo Banco como locatário em regime de locação operacional são capitalizadas nesta rubrica e amortizadas, em média, ao longo de um período de 10 anos.

As amortizações são registadas em custos do exercício.

#### 2.8. Locação financeira

As operações de locação financeira são registadas da seguinte forma:

##### Como locatário

Os activos em regime de locação financeira são registados pelo justo valor no activo e no passivo, processando-se as respectivas amortizações.

As rendas relativas a contratos de locação financeira são desdobradas de acordo com o respectivo plano financeiro, reduzindo-se o passivo pela parte correspondente à amortização do capital. Os juros suportados são registados em "Juros e encargos similares".

##### Como locador

Os activos em regime de locação financeira são registados no balanço como "Crédito a clientes", sendo este reembolsado através das amortizações de capital constantes do plano financeiro dos contratos. Os juros incluídos nas rendas são registados como "Juros e rendimentos similares".

#### 2.9. Activos intangíveis

Esta rubrica compreende essencialmente custos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de software utilizado no desenvolvimento das actividades do BPN.

Os activos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são registadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos activos, a qual corresponde a um período de 3 anos.

As despesas com manutenção de software são contabilizadas como custo no exercício em que são incorridas.

2.10. Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

Esta rubrica inclui as participações em empresas nas quais o BPN exerce um controlo efectivo sobre a sua gestão corrente, de modo a obter benefícios económicos das suas actividades, as quais são denominadas “filiais”. Normalmente o controlo é evidenciado pela detenção de mais de 50% do capital ou dos direitos de voto.

Estes activos são registados ao custo de aquisição, sendo objecto de análises periódicas de imparidade.

Os dividendos são registados como proveitos no exercício em que é decidida a sua distribuição pelas filiais e associadas.

2.11. Impostos sobre lucros

Impostos correntes

O BPN está sujeito ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (Código do IRC). As contas das sucursais são integradas nas contas da sede para efeitos fiscais. Para além da sujeição a IRC nestes termos, os resultados das sucursais são ainda sujeitos a impostos locais nos países/territórios onde estas estão estabelecidas. Os impostos locais são dedutíveis à colecta de IRC da sede nos termos do artigo 85.º do respectivo Código e dos Acordos de Dupla Tributação celebrados por Portugal.

A Sucursal Financeira Exterior na Região Autónoma da Madeira beneficia, ao abrigo do artigo 33.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, de isenção de IRC até 31 de Dezembro de 2011. Para efeitos da aplicação desta isenção, considera-se que pelo menos 85% do lucro tributável da actividade global da entidade é resultante de actividades exercidas fora do âmbito institucional da zona franca da Madeira.

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal do Banco durante um período de quatro anos (seis anos relativamente aos exercícios em que sejam apurados prejuízos fiscais), podendo resultar devido a diferentes interpretações da legislação, eventuais correcções ao lucro tributável, dos exercícios de 2006 a 2008. Dada a natureza das eventuais correcções que poderão ser efectuadas, não é possível quantificá-las neste momento. No entanto, na opinião do Conselho de Administração do Banco, não é previsível que qualquer correcção relativa aos exercícios acima referidos seja significativa para as demonstrações financeiras.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos.

Impostos diferidos

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto que os impostos diferidos activos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são reflectidos nos resultados do exercício, excepto nos casos em que as transacções que os originaram tenham sido reflectidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda). Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente reflectido por contrapartida de capital próprio, não afectando o resultado do exercício.

O Banco não reconheceu impostos diferidos activos nas demonstrações financeiras individuais, nomeadamente os referentes a prejuízos fiscais reportáveis, na medida em que não dispõe de estudos que demonstrem a probabilidade de obtenção de lucros fiscais no futuro que possibilitem a recuperação dessas diferenças.

#### 2.12. Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

As provisões para outros riscos e encargos destinam-se a fazer face a contingências diversas, que se encontram descritas na Nota 20.

#### 2.13. Benefícios dos empregados

As responsabilidades com benefícios dos empregados são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela Norma IAS 19 – Benefícios dos Trabalhadores, com as adaptações previstas nos Avisos do Banco de Portugal nº 4/2005 e nº 12/2005, conforme explicado na Nota 2.1. Os principais benefícios concedidos pelo BPN incluem pensões de reforma e sobrevivência, encargos com saúde e outros benefícios de longo prazo.

##### Responsabilidades com pensões e encargos com saúde

O BPN estabeleceu um plano de pensões de benefício definido, o qual tem por objectivo garantir o pagamento de pensões de reforma, invalidez e sobrevivência aos seus empregados, nos termos descritos na Nota 33. Adicionalmente, a assistência médica aos empregados no activo e pensionistas do Banco está a cargo do Serviço de Assistência Médico-Social (SAMS). As contribuições obrigatórias para o SAMS, a cargo do Banco, correspondem a 6,5% do total das retribuições efectivas dos trabalhadores no activo, incluindo, entre outras, o subsídio de Férias e o subsídio de Natal.

A responsabilidade reconhecida em balanço relativa a planos de benefício definido corresponde à diferença entre o valor actual das responsabilidades e o justo valor dos activos dos fundos de pensões, caso aplicável, ajustada pelos ganhos e perdas actuariais diferidos. O valor total das responsabilidades é determinado numa base anual, por actuários independentes, utilizando o método “*Unit Credit Projected*”, e pressupostos actuariais considerados adequados (Nota 33). A taxa de desconto utilizada na actualização das responsabilidades reflecte as taxas de juro de mercado de obrigações de empresas de elevada qualidade, denominadas na moeda em que são pagas as responsabilidades, e com prazos até ao vencimento similares aos prazos médios de liquidação das responsabilidades.

Os ganhos e perdas resultantes de diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados no que se refere às responsabilidades e ao rendimento esperado do fundo de pensões, bem como os resultantes de alterações de pressupostos actuariais, são diferidos numa rubrica de activo ou passivo (“corredor”), até ao limite de 10% do valor actual das responsabilidades por serviços passados ou do valor do fundo de pensões (ou, caso aplicável, das provisões constituídas), dos dois o maior, reportados ao final do ano corrente. Caso os ganhos e perdas actuariais excedam o valor do corredor, o referido excesso deverá ser reconhecido em resultados pelo período de tempo médio até à idade normal de reforma dos colaboradores abrangidos pelo plano. Os desvios acima do corredor estão a ser amortizados considerando um período médio de aproximadamente 28 anos até à reforma dos empregados activos.

O custo do exercício com pensões de reforma e encargos com saúde, incluindo o custo dos serviços correntes e o custo dos juros, deduzido do rendimento esperado, bem como a amortização de ganhos e perdas actuariais, é reflectido pelo valor líquido em “Custos com pessoal”.

#### Outros benefícios de longo prazo

O BPN tem ainda outras responsabilidades por benefícios de longo prazo concedidos a trabalhadores, incluindo responsabilidades com prémios de antiguidade e subsídio por morte antes da idade normal de reforma. O subsídio por morte após a idade normal de reforma está abrangido pelo Fundo de Pensões.

As responsabilidades com estes benefícios são igualmente determinadas com base em avaliações actuariais. No entanto, tal como previsto na Norma IAS 19, os ganhos e perdas actuariais não podem ser diferidos, sendo integralmente reflectidos nos resultados do período.

#### Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo, incluindo prémios de produtividade pagos aos colaboradores pelo seu desempenho, são reflectidos em “Custos com pessoal” no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização de exercícios.

### 2.14. Comissões

As comissões relativas a operações de crédito e outros instrumentos financeiros, nomeadamente comissões cobradas ou pagas na originação das operações, são reconhecidas ao longo do período das operações pelo método da taxa efectiva em “Juros e rendimentos similares” e “Juros e encargos similares”.

As comissões por serviços prestados são normalmente reconhecidas como proveito ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se corresponderem a uma compensação pela execução de actos únicos.

### 2.15. Valores recebidos em depósito

Os valores recebidos em depósito, nomeadamente os títulos de clientes, encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais ao valor nominal.

### 2.16. Estimativas contabilísticas críticas e aspectos julgamentais mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração do Banco. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras individuais do Banco incluem as abaixo apresentadas.

Estimativas utilizadas no âmbito da reexpressão das demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2007

O Banco utilizou um conjunto de estimativas na reexpressão das demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2007, as quais são descritas em maior detalhe na Nota 3. As estimativas mais relevantes dizem respeito às imparidades e provisões para crédito e à desvalorização de imóveis detidos indirectamente pelo Banco através de unidades de participação em fundos imobiliários geridos pelo BPN e Imofundos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A. (BPN Imofundos).

Determinação das imparidades e provisões para crédito

As imparidades e provisões para crédito concedido são determinadas de acordo com a metodologia definida na Nota 2.4. a). Deste modo, a determinação da provisão para créditos analisados individualmente resulta de uma avaliação específica efectuada pelo Banco com base no conhecimento da realidade dos clientes e nas garantias associadas às operações em questão.

A determinação das provisões relativas a operações de crédito com responsabilidades inferiores a 1.500 mEuros foi efectuada com base nas respostas aos questionários de crédito elaborados pelas áreas comerciais do Banco.

O Banco considera que as imparidades e provisões para crédito determinadas com base nesta metodologia reflectem adequadamente o risco associado à sua carteira de crédito concedido.

Avaliação dos colaterais nas operações de crédito

As avaliações dos colaterais de operações de crédito, nomeadamente hipotecas de imóveis, foram efectuadas com o pressuposto da manutenção de todas as condições de mercado imobiliário, durante o período de vida das operações, tendo correspondido à melhor estimativa do justo valor dos referidos colaterais na data do balanço.

Avaliação dos activos imobiliários das carteiras dos fundos geridos pela BPN Imofundos

As avaliações dos activos imobiliários das carteiras dos fundos geridos pela BPN Imofundos foram efectuadas em Dezembro de 2008, por peritos avaliadores da Imocaixa. Contudo, estes avaliadores não se encontram inscritos na lista da CMVM, motivo pelo qual estas avaliações não foram usadas pelos fundos para efeitos de registo, tendo o impacto sido reconhecido nas demonstrações financeiras do Banco.

Valorização de instrumentos financeiros não transaccionados em mercados activos

De acordo com a Norma IAS 39, o Banco valoriza ao justo valor todos os instrumentos financeiros, com excepção dos registados ao custo amortizado. Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados líquidos, são utilizadas técnicas de valorização baseadas nas ofertas de compra e venda difundidas através de entidades especializadas. As valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço.

Benefícios dos empregados

Conforme referido na Nota 2.13. acima, as responsabilidades do Banco por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo concedidos aos seus empregados são determinadas com base em avaliações actuariais. Estas avaliações actuariais incorporam pressupostos financeiros e actuariais relativos a mortalidade, invalidez, crescimentos salariais e de pensões, rendibilidade dos activos e taxa de desconto, entre outros. Os pressupostos adoptados correspondem à melhor estimativa do Banco e dos seus actuários do comportamento futuro das respectivas variáveis.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008  
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)Impostos diferidos activos não registados

O Banco não reconheceu impostos diferidos activos nas demonstrações financeiras individuais, nomeadamente os referentes a prejuízos fiscais reportáveis, na medida em que não dispõe de estudos que demonstrem a probabilidade de obtenção de lucros fiscais no futuro que possibilitem a recuperação dessas diferenças.

3. REEXPRESSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RELATIVAS AO EXERCÍCIO DE 2007

Ao abrigo do “IAS 8 - Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros”, o Banco reexpressou as demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2007 com vista a corrigir os erros materiais que as mesmas continham.

A reexpressão das demonstrações financeiras relativas a 2007 implicou um impacto negativo nos capitais próprios com referência a 31 de Dezembro de 2006 e 31 de Dezembro de 2007 de 1.202.208 mEuros e 1.458.970 mEuros, respectivamente, de acordo com o detalhe apresentado abaixo:

	Nota	Capital próprio		Resultado 2007
		31/12/2007	31/12/2006	
Saldos de acordo com as contas estatutárias		369.169	363.347	40.805
Imparidades e provisões para crédito				
Créditos reconhecidos no Balanço	(a)	(723.439)	(606.654)	(116.785)
Provisões para créditos relativos ao Banco Insular	(a)	(491.039)	(424.914)	(66.125)
		<u>(1.214.478)</u>	<u>(1.031.568)</u>	<u>(182.910)</u>
Valorização de imóveis detidos indirectamente				
Participações detidas directamente pelo Banco	(b)	(26.068)	(18.894)	(12.755)
Participações detidas nessas datas pelos clientes	(b)	(137.182)	(113.912)	(23.270)
		<u>(163.250)</u>	<u>(132.806)</u>	<u>(36.025)</u>
Abate de activos intangíveis	(c)	(24.416)	-	(24.416)
Valorização de empresas participadas detidas através de fundos mobiliários	(d)	(20.341)	(10.279)	(10.063)
Impostos diferidos activos	(e)	(10.395)	(8.928)	(212)
Provisão para contingências genéricas	(f)	(8.485)	(8.485)	-
Provisões relativas a garantias prestadas	(g)	(4.076)	(4.556)	480
Imparidade para imóveis recebidos em dação	(h)	(3.085)	(2.543)	(542)
Imparidade relativa a activos tangíveis	(i)	(2.503)	(1.032)	(1.471)
Provisões relativas a produtos de capital garantido	(j)	(2.051)	-	(2.051)
Valorização de opção de venda sobre acções não cotadas	(k)	(1.993)	(515)	(1.478)
Valorização de activos financeiros disponíveis para venda	(l)	(1.239)	-	(1.413)
Imparidade para saldos devedores	(m)	(1.273)	(1.243)	(30)
Outros		<u>(1.383)</u>	<u>(253)</u>	<u>(1.127)</u>
		<u>(81.239)</u>	<u>(37.833)</u>	<u>(42.323)</u>
Impacto total da reexpressão das demonstrações financeiras		<u>(1.458.968)</u>	<u>(1.202.208)</u>	<u>(261.259)</u>
Saldos após a reexpressão das demonstrações financeiras		<u>(1.089.798)</u>	<u>(838.861)</u>	<u>(220.453)</u>

O impacto nos capitais próprios em 31 de Dezembro de 2006 e 2007, reconhecidos na rubrica de “Reserva de justo valor”, incluindo o seu efeito fiscal, ascendeu a 4.691 mEuros e 4.499 mEuros, respectivamente.

Detalhe dos pressupostos utilizados na reexpressão das demonstrações financeiras(a) Imparidades e provisões para crédito

O reforço das provisões para crédito no montante de 1.214.478 mEuros decorre essencialmente das seguintes situações:

- Reforço das imparidades e provisões relativas a operações de crédito registadas nas contas estatutárias do Banco em 31 de Dezembro de 2007 e 2006; e

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008  
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

- Constituição de provisões para operações de crédito que não se encontravam registadas nas contas estatutárias do BPN em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, as quais faziam parte do Banco Insular (IFI), SARL (Banco Insular), uma instituição com sede em Cabo Verde, e que serão identificadas por "Banco Insular". Na reexpressão, o Banco considerou estas responsabilidades para efeitos de apuramento de provisões, dado que estas operações eram por si financiadas. Parte destas responsabilidades, ditas do "balcão virtual" foram registadas nas demonstrações financeiras individuais do Banco apenas em 2008, excluindo as operações relativas ao Banco Insular, enquanto tal.

O reforço das provisões para crédito apresenta a seguinte decomposição:

	<u>31-12-2007</u>	<u>31-12-2006</u>
Responsabilidades:		
Registadas nas contas estatutárias		
Crédito vivo	4.430.474	3.732.200
Crédito vencido	54.836	72.797
Garantias prestadas	473.817	403.057
	<u>4.959.127</u>	<u>4.208.054</u>
Relativas ao Banco Insular	619.470	783.927
	<u>5.578.597</u>	<u>4.991.981</u>
Provisões estimadas		
Responsabilidades registadas nas contas estatutárias	829.493	703.864
Responsabilidades relativas ao Banco Insular	491.039	424.914
	<u>1.320.532</u>	<u>1.128.778</u>
Provisões constituídas nas contas estatutárias	<u>106.054</u>	<u>97.210</u>
Insuficiência de provisões para crédito	(1.214.478)	(1.031.568)
Impacto nos capitais próprios	<u>(182.910)</u>	<u>(1.031.568)</u>

Após a reexpressão das demonstrações financeiras, as provisões contabilísticas relativas a Crédito a Clientes encontram-se registadas da seguinte forma:

	<u>31-12-2007</u>	<u>31-12-2006</u>
	(Notas 9 e 20)	(Nota 20)
Provisões para riscos gerais de crédito	45.765	38.056
Provisões para clientes de cobrança duvidosa e crédito vencido	783.728	665.808
	<u>829.493</u>	<u>703.864</u>
Provisão para outros riscos e encargos	491.039	424.914
	<u>1.320.532</u>	<u>1.128.778</u>

Os principais pressupostos utilizados no apuramento das provisões estimadas em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 foram os seguintes:

- Responsabilidades registadas nessas datas nas contas estatutárias

Em Dezembro de 2008, o Banco efectuou uma análise individual para identificação de indícios de imparidade nas operações de crédito cujo montante era igual ou superior a 1.500 mEuros, tendo atribuído uma percentagem de provisão específica para estas operações.

As restantes operações de crédito foram objecto de uma análise colectiva com base em questionários de crédito preenchidos pelas áreas comerciais do Banco para uma amostra significativa de clientes em Dezembro de 2008.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008  
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

As taxas de provisão média apuradas com base nos questionários de crédito foram as seguintes:

Crédito a empresas	11,19%
Crédito a particulares	12,86%

Por simplificação e considerando que a política de concessão e acompanhamento das operações de crédito não sofreu alterações significativas até à nacionalização do Banco, foram aplicadas às responsabilidades em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, taxas de provisão idênticas, de acordo com a metodologia acima apresentada.

Desta forma, em 31 de Dezembro de 2007 as provisões estimadas apresentam a seguinte decomposição:

Provisões decorrentes de análise individual	552.301
Provisões decorrentes de extrapolação dos resultados da amostra obtida a partir dos questionários de crédito:	
. Empresas	192.015
. Particulares	85.177
	-----
	829.493
	=====

A estimativa das provisões relativas a 31 de Dezembro de 2006 foi apurada aplicando às responsabilidades a essa data a taxa média de provisão apurada com referência a 31 de Dezembro de 2007 (16,73%).

• Responsabilidades relativas ao Banco Insular

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o crédito concedido e afecto ao Banco Insular que não estava registado nas contas estatutárias ascende a 619.470 mEuros e 783.927 mEuros, respectivamente.

Em Dezembro de 2008, as operações de crédito concedidas e afectas ao Banco Insular foram objecto de análise individual com vista à identificação de indícios de imparidade, tendo sido atribuídas taxas de provisão específicas para cada operação.

Por simplificação e considerando a natureza deste banco, as provisões foram estimadas com referência a 31 de Dezembro de 2007 e 2006 através da aplicação das taxas de provisões atribuídas a cada cliente em Dezembro de 2008 às responsabilidades nessas datas.

Desta forma, a reexpressão das demonstrações financeiras implicou a constituição de provisões relativas a estas responsabilidades com referência a 31 de Dezembro de 2007 e 2006 no montante de 491.039 mEuros e 424.914 mEuros, respectivamente. Estas provisões foram registadas na rubrica "Provisões para outros riscos e encargos".

(b) Valorização de imóveis detidos indirectamente

Em Dezembro de 2008, o Banco solicitou à Imocaixa – Gestão Imobiliária, S.A. (Imocaixa) novas avaliações para os imóveis detidos pelos fundos imobiliários geridos pela BPN Imofundos.

Com base nas avaliações efectuadas pela Imocaixa foram identificadas menos-valias face ao valor contabilístico dos imóveis nos fundos imobiliários.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008  
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

O impacto nos capitais próprios do Banco decorrente das menos-valias apuradas nos imóveis teve em conta os seguintes aspectos:

- unidades de participação detidas directamente pelo Banco; e
- unidades de participação adquiridas formalmente aos clientes em 2008, relativamente às quais o Banco tinha assumido um compromisso de compra.

A afectação das menos-valias dos imóveis por exercício foi efectuada com base na data de aquisição dos imóveis pelos fundos imobiliários.

Desta forma, o impacto negativo nos capitais próprios do Banco em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 decorrente dessas avaliações ascende a 163.250 mEuros e 132.806 mEuros, respectivamente, conforme detalhe abaixo:

	31-12-2007			31-12-2006		
	Resultados Transitados	Reserva de Justo valor	Total	Resultados Transitados	Reserva de Justo valor	Total
Unidades de participação detidas directamente pelo Banco	(25.618)	(450)	(26.068)	(12.862)	(6.031)	(18.894)
Unidades de participação adquiridas posteriormente pelo Banco	(137.182)	-	(137.182)	(113.912)	-	(113.912)
	<u>(162.800)</u>	<u>(450)</u>	<u>(163.250)</u>	<u>(126.775)</u>	<u>(6.031)</u>	<u>(132.806)</u>

Refira-se que os impactos negativos nos capitais próprios decorrentes da situação acima descrita foram reconhecidos da seguinte forma:

- Reconhecimento de perdas por imparidade em “Activos financeiros disponíveis para venda” relativamente às unidades de participação detidas directamente pelo Banco; e
- Registo na rubrica “Provisões para outros riscos e encargos” relativamente às unidades de participação que foram adquiridas posteriormente aos clientes (Nota 20).

A decomposição do impacto apresentado nos capitais próprios do Banco por Fundos imobiliários é a seguinte:

	31-12-2007			31-12-2006		
	Menos valias potenciais			Menos valias potenciais		
	Participação directa	Participação detida por clientes	Total	Participação directa	Participação detida por clientes	Total
Fundo Imonegócios	(7.238)	(85.727)	(92.965)	(402)	(66.081)	(66.482)
Fundo Imoreal	(17.094)	(22.471)	(39.566)	(16.773)	(21.874)	(38.647)
Fundo Imoglobal	(1.736)	(8.216)	(9.952)	(1.719)	(8.137)	(9.856)
Fundo Imomarinhas	-	(3.730)	(3.730)	-	(1.972)	(1.972)
Fundo Real Estate	-	(17.038)	(17.038)	-	(15.849)	(15.849)
	<u>(26.068)</u>	<u>(137.182)</u>	<u>(163.250)</u>	<u>(18.894)</u>	<u>(113.912)</u>	<u>(132.806)</u>

(c) Abate de activos intangíveis

O abate relativo a activos intangíveis está relacionada com a decisão de descontinuação do projecto informático do Sistema “Core Banking” denominado “Projecto Adamastor”, tendo sido rescindido em 2007 o contrato que existia com a entidade norueguesa responsável pelo seu desenvolvimento.

Desta forma, o Banco reconheceu relativamente ao exercício de 2007, um custo de 24.416 mEuros relativo às despesas já incorridas no âmbito do “Projecto Adamastor” acima referidas através da rubrica “Gastos gerais administrativos” (Nota 34).

(d) Valorização de fundos mobiliários geridos pela BPN Gestão de Activos - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A.

O impacto nos capitais próprios do Banco relativamente à valorização de fundos mobiliários geridos pela BPN Gestão de Activos - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A. (BPN Gestão de Activos) corresponde essencialmente às seguintes situações:

- Atribuição de valor nulo com referência a 31 de Dezembro de 2006 às seguintes participações detidas pelo Fundo BPN Valorização Patrimonial:

<u>Participações</u>	<u>Montante</u>
Labicer – Laboratório Industrial Cerâmico, S.A.	( 12.800 )
Quimiceram – Químicos e Minerais, S.A.	( 880 )
Valoceram – Subprodutos Cerâmicos, S.A.	( 158 )
	-----
	( 13.838 )
	=====

Refira-se que em 31 de Dezembro de 2008, a percentagem de participação neste fundo é a seguinte:

Participação directa	3,82%
Participação indirecta através de:	
· Fundo BPN Diversificação - FEI	49,00%
· Fundo Clip Multi Strategy	21,46%
	-----
	74,28%
	=====

- Atribuição de imparidade às acções da Sociedade Lusa de Negócios, SGPS, S.A. detidas pelo Fundo Clip Multi Strategy no exercício de 2007. Em 31 de Dezembro de 2007, o Fundo Clip Multi Strategy detinha 5.527.182 acções da SLN cujo custo de aquisição ascendia a 9.916 mEuros e cujo valor contabilístico ascendia a 11.054 mEuros.

À semelhança do procedimento adoptado nos fundos imobiliários, o impacto nos capitais próprios do Banco teve em consideração as unidades de participação adquiridas aos clientes em 2008. Refira-se que em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o Banco não detinha formalmente participações directas nos fundos mobiliários acima mencionados. O Banco constituiu provisões relativamente às unidades de participação adquiridas aos clientes em 2008, na medida em que as perdas não foram transferidas para os clientes.

Deste modo, o impacto nos capitais próprios em 31 de Dezembro de 2006 foi apurado conforme segue:

Menos-valias relativas ao Fundo BPN Valorização Patrimonial	( 13.838 )
% de participação	74,28%
	-----
Provisão para outros riscos e encargos	( 10.279 )
	=====

O impacto adicional nos capitais próprios em 31 de Dezembro de 2007 foi apurado conforme segue:

Valorização das acções SLN pelo Fundo Clip Multi Strategy	11.055
Custo de aquisição das acções SLN	9.916
Imparidade	( 8.924 )
	-----
Valor líquido	992
	-----
Provisão adicional constituída em 2007	( 10.063 )
	=====

(e) Impostos diferidos activos

De acordo com o “IAS 12 – Impostos sobre lucros”, os impostos diferidos activos devem ser registados até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou prejuízos fiscais.

Face às dúvidas quanto à recuperabilidade dos impostos diferidos activos registados nas contas estatutárias em 31 de Dezembro de 2006 e 2007, os mesmos foram integralmente anulados.

(f) Provisões para contingências genéricas

O Banco constituiu uma provisão para contingências fiscais relativamente às liquidações adicionais (incluindo juros compensatórios) realizadas pela Administração Fiscal no âmbito da Inspeção Tributária ao BPN Serviços, ACE em sede de Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) relativamente aos exercícios de 2003 a 2005. Esta provisão foi reconhecida na rubrica “Provisões para outros riscos e encargos”.

(g) Provisões relativas a garantias prestadas

Com referência a 31 de Dezembro de 2006, o Banco constituiu uma provisão relativamente às garantias prestadas no âmbito de um financiamento concedido por outra instituição de crédito a uma empresa do Grupo SLN no montante de 6.000.000 Dólares Norte-Americanos. Desta forma, em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, as provisões para outros riscos e encargos relativamente a esta situação ascendem a 4.076 mEuros e 4.556 mEuros, respectivamente. O impacto reconhecido no resultado do exercício de 2007 corresponde integralmente à variação cambial.

(h) Imparidade para bens recebidos em dação

A imparidade para imóveis recebidos em dação em pagamento foi apurada por comparação entre o valor contabilístico em 31 de Dezembro de 2007 (e em 31 de Dezembro de 2006) e o valor de venda aprovado internamente pelo Banco. Esta imparidade foi reconhecida na rubrica “Imparidade – Bens recebidos em dação em pagamento”.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008  
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

De seguida apresentamos o detalhe da imparidade por imóvel apurada com referência a 31 de Dezembro de 2007 e 2006:

Imóvel	Valor de venda aprovado	Impacto nos capitais próprios	
		31-12-2007	31-12-2006
Nó do IP-3, Trouxemil, Coimbra	3.500	( 103)	( 103)
Gandra - Freguesia e Concelho de Valongo	1.350	( 467)	( 467)
Herdade do Zambujeiro, parcela 64, Benavente	475	( 25)	( 25)
Rua Pinhal, Freguesia Agua Santas, Concelho Maia	420	( 312)	( 312)
Predio U 266-A/B/C/E Concelho Mesão Frio			
Freguesia Mesão Frio (S.Nicolau)	400	( 115)	-
Rua Simão Bolivar - Maia	250	( 456)	( 450)
Rua Fresca - Leça da Palmeira - Matosinhos - 610	250	( 130)	( 130)
Predio U 5603 Concelho Lagos Freguesia Luz	230	-	-
Predio R 10021/30/31 Concelho Leiria Freguesia Maceira	200	( 178)	-
Predio U 13322 Concelho Ovar Freguesia Ovar	200	-	-
Predio U 7380 Concelho Gondomar			
Freguesia Gondomar (S.Cosme)	180	( 56)	-
Lugar de Vales, freguesia de Rebordosa, Paredes	150	( 62)	( 62)
	7.605	(1.904)	(1.549)
Outros	2.354	( 1.181)	( 994)
	<u>9.959</u>	<u>(3.085)</u>	<u>(2.543)</u>

(i) Imparidade relativa a activos tangíveis

Em 2008, o Banco efectuou um levantamento da localização de obras de arte registadas pelo Banco na rubrica "Outros activos tangíveis - Património artístico", não tendo sido possível localizar quadros cujo valor global ascende a 2.503 mEuros. A afectação da imparidade relativa a estes quadros com referência a 31 de Dezembro de 2007 e 2006 teve por base a data de aquisição dos mesmos.

(j) Provisão relativa a produtos vendidos formalmente aos clientes com capital e juro garantido

Com referência a 31 de Dezembro de 2007 foi constituída uma provisão para produtos vendidos a clientes com capital e juro garantido. O montante desta provisão corresponde à diferença entre o valor de mercado desses produtos e o respectivo valor formalmente garantido aos clientes.

Em 31 de Dezembro de 2007 esta provisão foi reconhecida na rubrica "Provisões para outros riscos e encargos" (Nota 20).

(k) Valorização da opção de venda

No âmbito da reexpressão das demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2007, o Banco reconheceu uma opção de venda celebrada com um cliente cujo subjacente corresponde a acções da SLN. A valorização desta opção de venda foi reconhecida na rubrica "Passivos de negociação – opções sobre acções não cotadas". Em 31 de Dezembro de 2006 e 2007, o justo valor negativo desta opção de venda ascende a 515 mEuros e 1.993 mEuros, respectivamente (Nota 10).

(l) Valorização de activos financeiros disponíveis para venda

Até 31 de Dezembro de 2007, a valorização dos Veículos de Investimento Estruturado (SIV) registadas na rubrica "Activos financeiros disponíveis para venda" era efectuada com base nas perdas efectivas. O Banco alterou a forma de valorização destes títulos, passando a adoptar o Net Asset Value (NAV) à data do balanço.

(m) Imparidade para saldos devedores

O Banco constituiu imparidade para saldos devedores de elevada antiguidade, nomeadamente o relativo à revogação de um protocolo existente com a Jespersion no montante de 1.000 mEuros.

4. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u> <i>(proforma)</i>
Caixa	75.535	85.117
Depósitos à ordem em Bancos Centrais		
No Banco de Portugal	106.178	426.271
Em Bancos Centrais estrangeiros	1.932	1.567
	<u>183.645</u>	<u>512.955</u>

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a rubrica "Caixa" inclui 40.000 mEuros relativos a moedas comemorativas do Europeu de futebol - Euro 2004, correspondendo a 5.000.000 de moedas com o valor facial de 8 Euros cada.

Os depósitos à ordem no Banco de Portugal visam satisfazer as exigências de reservas mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC). Estes depósitos são remunerados e correspondem a 2% dos depósitos e títulos de dívida com prazo até dois anos, excluindo os depósitos e os títulos de dívida de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do SEBC.

5. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u> <i>(proforma)</i>
Cheques a cobrar		
No País	82.362	61.114
No Estrangeiro	3.229	6.031
	<u>85.591</u>	<u>67.145</u>
Depósitos à ordem		
No País	62.119	60.331
No Estrangeiro	17.321	34.756
	<u>79.440</u>	<u>95.087</u>
Juros a receber	4	16
	<u>165.035</u>	<u>162.248</u>

Os cheques a cobrar correspondem a cheques sobre clientes de outros bancos enviados para compensação. Estes valores são cobrados nos primeiros dias do exercício subsequente, geralmente não permanecem nesta conta por mais de um dia útil.

#### 6. ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
		<i>(proforma)</i>
<u>Instrumentos de dívida</u>		
- De outros emissores:		
. Obrigações e outros títulos:		
De não residentes	<u>497</u>	<u>8.076</u>
<u>Instrumentos de capital</u>		
De não residentes	962	967
De residentes	-	3
	<u>962</u>	<u>970</u>
	<u>1.459</u>	<u>9.046</u>
<u>Instrumentos derivados com</u>		
<u>justo valor positivo (Nota 10)</u>	<u>21.526</u>	<u>20.274</u>
	<u>22.985</u>	<u>29.320</u>

O detalhe dos títulos classificados nesta rubrica encontra-se no Anexo I.

7. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u> <i>(proforma)</i>
<u>Instrumentos de dívida</u>		
De dívida pública	32.708	30.210
De outros emissores nacionais	27.811	49.820
De outros emissores internacionais	33.068	10.199
	<u>93.587</u>	<u>90.229</u>
<u>Instrumentos de capital</u>		
. Acções		
- Valorizadas ao justo valor	5	4.965
- Valorizadas ao custo histórico	3.711	3.375
	<u>3.716</u>	<u>8.340</u>
. Unidades de participação		
- Valorizadas ao justo valor	826.990	151.090
- Valorizadas ao custo histórico	50	51
	<u>827.040</u>	<u>151.141</u>
	<u>924.343</u>	<u>249.710</u>
Imparidade (Nota 20)		
. Instrumentos de dívida	(22.147)	(1.580)
. Instrumentos de capital		
- Acções	(73)	(74)
- Unidades de Participação	(212.801)	(25.617)
	<u>(235.021)</u>	<u>(27.271)</u>
	<u>689.322</u>	<u>222.439</u>

No exercício de 2008, com a aquisição formal por parte do Banco das unidades de participação de fundos de investimento mobiliário e imobiliário detidas por clientes, foi transferido o montante de 123.221 mEuros da rubrica "Provisões para outros riscos e encargos" para a rubrica "Imparidade - Instrumentos de capital - Unidades de Participação".

O movimento ocorrido na imparidade relativa a "Activos financeiros disponíveis para venda" é apresentado na Nota 20.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008  
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, as unidades de participação classificadas nesta categoria apresentam a seguinte composição:

Título	31.12.2007			31.12.2008			Reserva de justo valor	
	Valor de balanço (bruto)	Imparidade	Valor de balanço (líquido)	Valor de balanço (bruto)	Imparidade	Valor de balanço (líquido)		
<b>Unidades de participação valorizadas ao justo valor</b>								
BPN Imonegócios	44.982	(6.495)	38.487	-	328.483	(77.366)	251.117	-
BPN Diversificação - FEI	-	-	-	-	260.470	(72.954)	187.516	-
BPN Imoreal	75.598	(18.510)	57.088	-	122.299	(28.037)	94.262	-
BPN Imoglobal	17.814	(613)	17.201	-	46.730	(11.872)	34.858	-
Clip Multi-Strategy	-	-	-	-	46.555	(19.866)	26.689	-
BPN Imosocial - Fundo Investimento Imobiliário	11.098	-	11.098	376	11.048	-	11.048	326
BPN Imoamarinas	-	-	-	-	5.106	(371)	4.735	-
BPN Valorização Patrimonial	-	-	-	-	1.998	(989)	1.009	-
BPN Real Estate	-	-	-	-	1.481	(537)	944	-
Fundo BPN Acções Global	1.598	-	1.598	351	925	-	925	(322)
Fine Art Fund I	-	-	-	-	845	(422)	423	-
German Real Estate	-	-	-	-	629	(314)	315	-
Altium Vivace	-	-	-	-	144	-	144	-
Fundo Gottex ABI	-	-	-	-	130	-	130	(25)
Fine Art Fund II	-	-	-	-	147	(73)	74	-
<b>Unidades de participação valorizadas ao custo histórico</b>								
INEGI	50	-	50	-	50	-	50	-
	<b>151.140</b>	<b>(25.618)</b>	<b>125.522</b>	<b>727</b>	<b>827.040</b>	<b>(212.801)</b>	<b>614.239</b>	<b>(21)</b>

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a rubrica “Unidades de participação” inclui unidades de participação de fundos geridos por entidades do Grupo no montante de 613.103 mEuros e 125.473 mEuros, respectivamente.

Em 2008, o Banco adquiriu Veículos de Investimento Estruturado (SIV) ao BPN Cayman Limited e a fundos geridos pela BPN Gestão de Activos por 16.135 mEuros, os quais foram registados na rubrica “Instrumentos de dívida – De outros emissores internacionais”. Estas transacções foram efectuadas ao valor contabilístico destes activos nos balanços de origem, tendo o Banco reconhecido perdas por imparidade no montante de 16.135 mEuros. De seguida apresentamos o detalhe dos títulos adquiridos a estas entidades:

Título	Custo de Aquisição
Centauri Corporation G4 S1 T3	6.387
Parkland Fin. 15-09-2011	3.290
Parkland Fin. 15-12-2013 B	2.106
Centauri Corporation S2 T3	1.079
Outros (inferiores a 1.000 mEuros)	3.273
	<b>16.135</b>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008  
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 a reserva de justo valor apresenta a seguinte composição (Nota 24):

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Instrumentos de dívida	(559)	113
Instrumentos de capital	23	(829)
	<u>(536)</u>	<u>(716)</u>

Em 2008, ao abrigo da alteração do IAS 39 descrita na nota 2.2, o Banco reclassificou papel comercial no montante de 204.500 mEuros, na sua grande maioria adquirido no exercício, da rubrica "Activos financeiros disponíveis para venda" para a rubrica "Crédito a clientes" (Nota 9).

O detalhe dos títulos classificados nesta rubrica encontra-se no Anexo I.

8. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u> <i>(proforma)</i>
<u>Aplicações em instituições de crédito no país</u>		
Empréstimos	832.010	848.980
Outras aplicações	6.569	493
Depósitos à ordem	5.988	8.869
Aplicações a muito curto prazo	-	12.000
<u>Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro</u>		
Empréstimos	51.192	44.771
Outras aplicações	8.006	836
Depósitos à ordem	2.371	2.242
Aplicações a muito curto prazo	-	3.532
Operações de compra de acordo de revenda	-	6.177
<u>Juros a receber</u>		
De aplicações em instituições de crédito no país	10.560	8.133
De aplicações em instituições de crédito no estrangeiro	532	575
	<u>917.228</u>	<u>936.608</u>
Provisões para risco país	(1)	-
	<u>917.227</u>	<u>936.608</u>

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os prazos residuais das aplicações em instituições de crédito têm a seguinte classificação:

	<u>2008</u>	<u>2007</u> <i>(proforma)</i>
Até três meses	420.051	549.257
De três meses a um ano	66.414	104.002
De um a cinco anos	427.407	278.602
Mais de cinco anos	3.356	4.747
	<u>917.228</u>	<u>936.608</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008  
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

O movimento nas provisões para aplicações em instituições de crédito durante os exercícios de 2008 e 2007 é apresentado na Nota 20.

9. CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u> <i>(proforma)</i>
Crédito interno		
Empréstimos	1.113.141	942.219
Créditos em conta corrente	1.864.965	1.784.235
Outros créditos	484.791	436.944
Descontos e outros créditos titulados por efeitos	239.783	337.334
Descobertos em depósitos à ordem	203.098	135.562
Crédito ao exterior		
Outros créditos	52.039	35.648
Empréstimos	48.951	52.314
Créditos em conta corrente	143.948	78.537
Descobertos em depósitos à ordem	373.414	45.008
Desconto e outros créditos titulados por efeitos	4.639	12.472
Créditos tomados - Factoring sem recurso	-	90
Outros créditos e valores a receber		
Crédito titulado (Nota 7)	<u>204.500</u>	-
	<u>4.733.269</u>	<u>3.860.363</u>
Crédito titularizado não desreconhecido	<u>579.116</u>	<u>570.111</u>
	<u>5.312.385</u>	<u>4.430.474</u>
Crédito e juros vencidos	316.144	54.836
Juros a receber, líquidos de proveitos diferidos e comissões	<u>32.542</u>	<u>23.517</u>
	<u>5.661.071</u>	<u>4.508.827</u>
Provisões para crédito (Nota 20):		
Provisões para crédito de cobrança duvidosa	(1.064.489)	(747.145)
Provisões para crédito vencido	(143.837)	(36.378)
Provisões para risco-país	<u>(50.008)</u>	<u>(205)</u>
	<u>(1.258.334)</u>	<u>(783.728)</u>
	<u>4.402.737</u>	<u>3.725.099</u>

O apuramento das provisões estimadas para crédito em clientes foi efectuado de acordo com a metodologia descrita na Nota 2.4. Deste modo, em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, as provisões estimadas têm a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u> <i>(proforma)</i>
Análise individual	1.042.427	552.301
Provisões apuradas na extrapolação efectuada com base nos questionários de crédito	<u>266.807</u>	<u>277.192</u>
	<u>1.309.234</u>	<u>829.493</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008  
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, estas provisões encontram-se reflectidas da seguinte forma:

	<u>2008</u>	<u>2007</u> <i>(proforma)</i>
Provisões para crédito vencido e clientes de cobrança duvidosa (Nota 20)	1.258.334	783.728
Provisões para riscos gerais de crédito (Nota 20)	50.900	45.765
	<u>1.309.234</u>	<u>829.493</u>

Em Novembro de 2008, o Banco adquiriu ao BPN Cayman Limited, créditos no montante de 440.000 mEuros pelo respectivo valor nominal, tendo reconhecido em resultados, provisões líquidas no montante de 370.155 mEuros relativamente a estes créditos.

O movimento nas provisões durante os exercícios de 2008 e 2007, é apresentado na Nota 20.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a rubrica “Crédito titularizado não desreconhecido”, corresponde ao valor nominal dos créditos cedidos referentes à operação de securitização “Chaves SME CLO N°1”, concretizada em 2006 pelo montante total de 601.100 mEuros. Estes créditos não foram desreconhecidos do balanço do Banco. A titularização dos créditos é explicada em maior detalhe na Nota 19.

Em 2008, ao abrigo da alteração do IAS 39 descrita na Nota 2.2, o Banco reclassificou papel comercial no montante de 204.500 mEuros da rubrica “Activos financeiros disponíveis para venda” para a rubrica “Crédito a clientes” (Nota 7).

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os prazos residuais do “Crédito a clientes” têm a seguinte decomposição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u> <i>(proforma)</i>
Até três meses	2.090.069	1.956.697
De três meses a um ano	1.329.963	1.113.677
De um a cinco anos	1.150.161	621.913
Mais de cinco anos	1.090.878	816.540
	<u>5.661.071</u>	<u>4.508.827</u>

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a antiguidade do “Crédito vencido” apresentava a seguinte estrutura:

	<u>2008</u>	<u>2007</u> <i>(proforma)</i>
Até três meses	66.701	6.276
De três a seis meses	81.913	4.705
De seis meses a um ano	38.843	7.758
De um a três anos	63.547	19.404
Mais de 3 anos	61.097	15.522
Juros	4.043	1.171
	<u>316.144</u>	<u>54.836</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008  
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o crédito concedido a clientes apresentava a seguinte estrutura por sectores de actividade:

	31-12-2008		31-12-2007	
	Sem	Com	Sem	Com
	Securitização	Securitização	Securitização	Securitização
	<i>(proforma)</i>			
Agricultura, silvicultura, caça e pescas	90.471	112.702	54.659	75.398
Indústrias extractivas	15.791	22.390	22.750	28.297
Alimentação, bebidas e tabacos	48.936	65.066	44.414	57.675
Têxteis	70.194	80.784	63.415	72.529
Madeira e cortiça	42.233	47.396	42.216	47.648
Papel, artes gráficas e editoras	21.885	26.189	16.002	17.388
Químicas e actividades conexas	33.092	33.092	38.797	43.937
Produtos minerais não metálicos	114.803	122.827	69.906	79.648
Máquinas, equipamento e metalúrgicas de base	54.940	82.546	52.586	60.814
Fabricação de mobiliário e outras indústrias transformadoras	75.524	79.005	77.603	86.431
Electricidade, água e gás	2.533	2.533	10.382	10.393
Construção	92.454	92.454	511.025	585.360
Actividades imobiliárias	1.403.967	1.546.647	833.223	905.537
Comércio a retalho (excepto de veículos)	102.131	140.635	86.195	122.888
Comércio por grosso e agentes de comércio	383.105	383.105	315.751	369.326
Comércio, manutenção e reparação de veículos	66.475	81.135	65.912	82.195
Restaurantes e hotéis	105.127	127.752	93.319	114.888
Transporte, armazenagem e comunicações	60.490	72.263	25.569	33.116
Outras actividades de serviços prestados	152.434	188.399	340.237	380.753
Intermediação financeira	554.688	565.795	176.718	177.038
Particulares	815.568	945.847	761.606	887.253
Outros	775.114	842.509	236.431	270.515
	<b>5.081.955</b>	<b>5.661.071</b>	<b>3.938.716</b>	<b>4.508.827</b>

## 10. DERIVADOS

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, estas operações encontram-se valorizadas de acordo com os critérios descritos na Nota 2.4. d). Nestas datas, o seu montante nocional e o valor contabilístico apresentavam a seguinte desagregação:

	2008						
	Montante nocional (a)			Valor contabilístico			
	Derivados de negociação	Derivados de cobertura	Total	Activos detidos para negociação	Passivos detidos para negociação	Derivados de cobertura	
					Activo	Passivo	Total
	(Nota 6)						
<b>Swaps</b>							
Swaps cambiais	148.596	-	148.596	-	(75)	-	(75)
Interest rate swaps e cross currency							
Swaps	763.748	2.824	766.572	16.870	(14.833)	-	2.034
Swaps de eventos de crédito	21.500	-	21.500	-	(1.207)	-	(1.207)
<b>Futuros</b>							
Operações cambiais a prazo							
Forwards	124.140	-	124.140	4.465	(809)	-	3.656
<b>Opcões</b>							
Opcões de taxa de juro (Caps & Floors)	5.000	-	5.000	191	(428)	-	(237)
Opcões sobre acções não cotadas	38.100	-	38.100	-	(38.436)	-	(38.436)
	<b>1.101.084</b>	<b>2.824</b>	<b>1.103.908</b>	<b>21.526</b>	<b>(55.788)</b>	<b>(3)</b>	<b>(34.265)</b>

(a) O montante nocional apresentado corresponde ao montante nocional de compra.

BANCO PORTUGUÊS DE NEGÓCIOS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008  
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	2007							
	Montante nominal (a)			Valor contabilístico				
	Derivados de negociação	Derivados de cobertura	Total	Activos detidos para negociação (Nota 6)	Passivos detidos para negociação	Derivados de cobertura		Total
						Activo	Passivo	
<b>Swaps</b>								
Swaps cambiais	237.915	-	237.915	17	(212)	-	-	(195)
Interest rate swaps e cross currency								
Swaps	557.636	4.235	561.871	12.234	(9.616)	77	-	2.695
Swaps de eventos de crédito	8.088	-	8.088	4.677	(2.431)	-	-	2.246
<b>Futuros</b>								
Futuros de taxa de Juro	141.622	-	141.622	144	(44)	-	-	100
Futuros de taxa de câmbio	161.723	-	161.723	2.997	(1.719)	-	-	1.278
<b>Opções</b>								
Opções de taxa de Juro (Caps & Floors)	5.000	-	5.000	205	(6.279)	-	-	(6.074)
Opções sobre acções não cotadas	38.100	-	38.100	-	(1.993)	-	-	(1.993)
	<b>1.150.084</b>	<b>4.235</b>	<b>1.154.319</b>	<b>20.274</b>	<b>(22.294)</b>	<b>77</b>	<b>-</b>	<b>(1.943)</b>

(a) O montante nominal apresentado corresponde ao montante nominal de compra.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 as “Opções sobre acções não cotadas” correspondem a opções celebradas com um cliente sobre acções da Sociedade Lusa de Negócios, SGPS, S.A.. Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o valor contabilístico desta opção ascende a (38.436) mEuros e (1.993) mEuros (Nota 3), respectivamente.

11. **OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS**

O movimento ocorrido nas rubricas de “Outros activos tangíveis” durante os exercícios de 2008 e 2007 foi o seguinte:

	2008							
	Saldo em 31.12.2007 (proforma)							
Valor bruto	Amortizações acumuladas	Perdas por imparidades acumuladas	Adições	Transferências	Amortizações do exercício	Constituição de imparidade no exercício	Vendas e abates líquidos	
		(Nota 20)				(Nota 20)		
Imóveis de serviço próprio								
Terrenos	1.224	-	-	-	-	-	-	1.224
Edifícios	6.121	(1.080)	-	203	155	(126)	-	5.273
Obras em imóveis arrendados	21.768	(11.887)	-	2.275	-	(2.299)	-	9.857
Equipamento								
Mobiliário e material de escritório	3.126	(2.857)	-	3	-	(146)	-	126
Máquinas e ferramentas	4.809	(4.398)	-	3.154	-	(388)	-	3.177
Equipamento informático	7.064	(7.064)	-	96	-	(21)	-	75
Instalações interiores	2.432	(2.350)	-	42	-	(34)	-	90
Material de transporte	314	(258)	-	96	-	(38)	(1)	113
Equipamento de segurança	1.626	(1.155)	-	2	-	(148)	-	325
Outro equipamento	1	(1)	-	-	-	-	-	-
Activos em locação financeira								
Equipamento	9.894	(2.890)	-	7.533	-	(2.205)	-	12.332
Activos tangíveis em curso	155	-	-	-	(155)	-	-	-
Outros activos tangíveis	3.979	(8)	(2.503)	-	-	-	(21)	1.447
	<b>62.513</b>	<b>(33.948)</b>	<b>(2.503)</b>	<b>13.404</b>	<b>-</b>	<b>(5.405)</b>	<b>(21)</b>	<b>34.039</b>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008  
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	2007								
	Saldo em 31.12.2006		Reexpressão das demons- trações financeiras		Adições	Amortiza- ções do exercício	Constituição de imparidade no exercício (Nota 20)	Vendas e abates líquidos	Valor líquido em 2007 (proforma)
	Valor bruto	Amortizações e perdas por imparidades acumuladas	Amortizações acumuladas	Imparidade (Nota 20)					
Imóveis de serviço próprio									
Terrenos	1.224	-	-	-	-	-	-	-	1.224
Edifícios	6.113	(957)	-	-	8	(123)	-	-	5.041
Obras em imóveis arrendados	20.556	(9.957)	-	-	1.418	(2.077)	-	(59)	9.881
Equipamento									
Mobiliário e material de escritório	3.124	(2.529)	-	-	2	(328)	-	-	269
Máquinas e ferramentas	4.798	(4.035)	-	-	11	(363)	-	-	411
Equipamento informático	6.338	(6.196)	(254)	-	726	(614)	-	-	-
Instalações interiores	2.412	(2.249)	-	-	20	(83)	-	(18)	82
Material de transporte	258	(205)	-	-	56	(53)	-	-	56
Equipamento de segurança	1.615	(999)	-	-	11	(156)	-	-	471
Outro equipamento	1	(1)	-	-	-	-	-	-	-
Activos em locação financeira									
Equipamento	2.772	(2.757)	-	-	10.993	(198)	-	(3.806)	7.004
Activos tangíveis em curso	4	-	-	-	189	-	-	(38)	155
Outros activos tangíveis	1.829	(8)	-	(1.032)	2.150	-	(1.471)	-	1.468
	<b>51.044</b>	<b>(29.893)</b>	<b>(254)</b>	<b>(1.032)</b>	<b>15.584</b>	<b>(3.995)</b>	<b>(1.471)</b>	<b>(3.921)</b>	<b>26.062</b>

12. ACTIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido nas rubricas de "Activos intangíveis" durante os exercícios de 2008 e 2007 foi o seguinte:

	2008					
	Saldo em 31.12.2007		Adições	Transfe- rências	Amortizações do exercício	Valor líquido em 2008
	Valor bruto (proforma)	Amortizações acumuladas				
Sistemas de tratamento automático de dados (Software)	5.700	(5.063)	262	4.132	(623)	4.408
Outros activos intangíveis	2.439	(2.439)	-	-	-	-
Activos intangíveis em curso	3.531	-	601	(4.132)	-	-
	<b>11.670</b>	<b>(7.502)</b>	<b>863</b>	<b>-</b>	<b>(623)</b>	<b>4.408</b>

	2007							
	Saldo em 31.12.2006		Reexpressão das demons- trações financeiras		Adições	Transfe- rências	Amortizações do exercício	Valor líquido em 2007 (proforma)
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Adições	Abates				
Sistemas de tratamento automático de dados (Software)	4.892	(4.856)	21.072	(21.072)	-	808	(207)	637
Outros activos intangíveis	2.439	(2.435)	-	-	-	-	(4)	-
Activos intangíveis em curso	5.780	-	-	(3.344)	1.903	(808)	-	3.531
	<b>13.111</b>	<b>(7.291)</b>	<b>21.072</b>	<b>(24.416)</b>	<b>1.903</b>	<b>-</b>	<b>(211)</b>	<b>4.168</b>

13. INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	Participação directa (%)	Valor de Balanço	
		2008	2007
<u>Empresas no País</u>			
Real Vida Seguros, S.A.	100,00%	73.086	18.086
BPN Serviços ACE	51,40%	51	51
BPN - Participações Financeiras SGPS, Lda.	100,00%	50	50
		<b>73.187</b>	<b>18.187</b>

Para além dos instrumentos de capital incluídos nesta rubrica, o Banco concedeu a algumas das suas filiais suprimentos para financiar as suas actividades, os quais se encontram registados na rubrica "Outros activos" (Nota 15).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008  
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 2008, o Banco subscreveu integralmente os aumentos de capital efectuados pela Real Vida Seguros, S.A., no montante total de 55.000 mEuros, conforme detalhe abaixo:

<u>Aumentos de capital realizados em:</u>	<u>Nº de acções subscritas</u>	<u>Montante</u>
4 de Setembro de 2008	3.000	15.000
23 de Dezembro de 2008	8.000	40.000
	<u>11.000</u>	<u>55.000</u>

14. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Os saldos de activos e passivos por impostos sobre o rendimento em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 eram os seguintes:

	<u>2008</u>	<u>2007</u> <i>(proforma)</i>
<b>Activos por impostos correntes</b>		
Imposto sobre o rendimento a recuperar	2.324	2.763
<b>Passivos por impostos correntes</b>		
Imposto sobre o rendimento a pagar	(4)	(4)
<b>Passivos por impostos diferidos</b>	<u>(2.719)</u>	<u>(2.719)</u>
	<u>(399)</u>	<u>40</u>

De acordo com o “IAS 12 – Impostos sobre lucros”, os impostos diferidos activos devem ser registados até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou prejuízos fiscais.

Durante o exercício de 2008 não ocorreu movimento nos impostos diferidos. Durante o exercício de 2007, o movimento nos impostos diferidos foi o seguinte:

	<u>Saldo em 31.12.2006</u>		<u>Reexpressão das demonstrações financeiras</u>		<u>Saldo em 31.12.2006 <i>(proforma)</i></u>	<u>Variação em Reservas</u>	<u>Saldo em 31.12.2007</u>
	<u>Activos</u>	<u>Passivos</u>	<u>Reservas</u>	<u>Resultados Transitados</u>			
Provisões e imparidade temporariamente não aceites fiscalmente	7.600	-	(826)	(6.774)	-	-	-
Reavaliação de instrumentos financeiros derivados	-	(131)	-	-	(131)	-	(131)
Valorização de activos financeiros disponíveis para venda	418	(1.758)	(418)	-	(1.758)	(252)	(2.010)
Valorização de outros títulos	96	-	(96)	-	-	74	74
Benefícios aos trabalhadores	814	(652)	-	(814)	(652)	-	(652)
	<u>8.928</u>	<u>(2.541)</u>	<u>(1.340)</u>	<u>(7.588)</u>	<u>(2.541)</u>	<u>(178)</u>	<u>(2.719)</u>

O Banco não constituiu impostos diferidos activos, face às dúvidas existentes quanto à recuperabilidade dos mesmos. Adicionalmente, foram integralmente anulados os impostos diferidos activos registados nas contas estatutárias em 31 de Dezembro de 2007.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008  
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Os custos com impostos sobre lucros registados em resultados, bem como a carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos sobre lucros e o resultado líquido do exercício antes de impostos, podem ser apresentados como se segue:

	<u>2008</u>	<u>2007</u> <i>(proforma)</i>
<u>Impostos correntes</u>		
. Do exercício	824	7.304
. Correções relativas a exercícios anteriores (líquido)	4.349	-
Total de impostos em resultados	<u>5.173</u>	<u>7.304</u>
Resultado antes de impostos	<u>(423.218)</u>	<u>(213.149)</u>
Carga fiscal	<u>1,22%</u>	<u>3,43%</u>

Em 31 de Dezembro de 2008, o montante registado em "Correções relativas a exercícios anteriores (líquido)" apresenta o seguinte detalhe:

Correcção ao imposto pago relativo ao exercício de 2007	2.654
Correcção ao pagamento por conta efectuado do exercício de 2007	1.421
Liquidação adicional ao imposto pago relativo ao exercício de 2005	274
	-----
	4.349
	====

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de imposto no exercício de 2008 pode ser demonstrada como segue:

	<u>Taxa</u>	<u>Imposto</u>
Resultado antes de impostos		<u>(423.218)</u>
Imposto apurado com base na taxa nominal	26,50%	(112.153)
Imposto diferido activo não reconhecido	(26,50%)	112.153
Correções de imposto relativas a exercícios anteriores	(1,03%)	4.349
Tributação autónoma	(0,19%)	824
Imposto registado em resultados	<u>(1,22%)</u>	<u>5.173</u>

No exercício de 2007, o imposto registado em resultados no montante de 7.304 mEuros foi apurado com base no resultado antes de imposto das contas estatutárias desse exercício.

15. OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u> <i>(proforma)</i>
Outros activos		
Ouro, metais preciosos, numismática e medalhística	27	27
Outros	1.828	652
Devedores e outras aplicações		
Sector público administrativo	232	386
Devedores por operações sobre futuros e opções	-	1.195
Devedores por aplicações diversas		
Outras aplicações	-	12.516
Outros	14	14
Devedores diversos		
Suprimentos	105.988	105.988
Bonificações a receber	9	8
Outros devedores diversos	4.725	7.634
Outros rendimentos a receber	-	12.500
Despesas com encargo diferido		
Seguros	315	339
Outras	551	509
Responsabilidades com pensões e outros benefícios (Nota 33)	42.571	14.190
Operações activas a regularizar		
Operações de bolsa a liquidar	26.290	2.420
Operações cambiais a prazo	3.607	1.229
Outras operações activas a regularizar	2.595	2.156
Posição cambial a prazo	775	-
Posição cambial à vista	-	8.086
Bens recebidos em dação de crédito	62.436	57.245
	<u>251.963</u>	<u>227.094</u>
Imparidade (Nota 20):		
Devedores	(2.064)	(1.921)
Bens recebidos em dação de crédito	(11.938)	(4.154)
	<u>(14.002)</u>	<u>(6.075)</u>
	<u>237.961</u>	<u>221.019</u>

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a rubrica “Devedores diversos – Suprimentos” corresponde integralmente aos suprimentos concedidos à BPN – Participações Financeiras, Lda.. Estes suprimentos não vencem juros e não está previsto o seu prazo de reembolso.

A rubrica “Operações activas a regularizar - Operações de bolsa a liquidar” corresponde essencialmente a operações de vendas de títulos que se encontraram pendentes de liquidação financeira.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008  
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Conforme descrito na Nota 2.5, o Banco regista nesta rubrica os imóveis e outros bens obtidos por recuperação de crédito. O movimento nestes bens durante os exercícios de 2008 e 2007 foi o seguinte:

	2008						
	Saldo em 31.12.2007 (proforma)					Saldo em 31.12.2008	
	Valor bruto	Imparidade acumulada	Adições	Alienações e abates	Imparidade	Valor bruto	Imparidade acumulada
Bens recebidos em dação de crédito							
Imóveis	56.118	(4.154)	6.429	(1.238)	(7.784)	61.309	(11.938)
Outros	1.127	-	-	-	-	1.127	-
	<u>57.245</u>	<u>(4.154)</u>	<u>6.429</u>	<u>(1.238)</u>	<u>(7.784)</u>	<u>62.436</u>	<u>(11.938)</u>

	2007							
	Saldo em 31.12.2006					Saldo em 31.12.2007 (proforma)		
	Valor bruto	Imparidade acumulada	Reexpressão das demonstrações financeiras (Nota 3)	Adições	Alienações e abates	Imparidade	Valor bruto	Imparidade acumulada
Bens recebidos em dação de crédito								
Imóveis	32.549	(360)	(2.543)	24.657	1.088	(1.251)	56.118	(4.154)
Outros	210	-	-	917	-	-	1.127	-
	<u>32.759</u>	<u>(360)</u>	<u>(2.543)</u>	<u>25.574</u>	<u>1.088</u>	<u>(1.251)</u>	<u>57.245</u>	<u>(4.154)</u>

Em 2008 e 2007, as mais e menos valias líquidas obtidas na alienação de imóveis e outros bens obtidos por recuperação de crédito ascenderam a 54 mEuros e (173) mEuros, respectivamente (Nota 30).

O movimento na imparidade e provisões para outros activos durante os exercícios de 2008 e 2007 é apresentado na Nota 20.

Em 31 de Dezembro de 2007, a rubrica "Outros rendimentos a receber" no montante de 12.500 mEuros diz respeito ao montante de dividendos a receber da BPN – Participações Financeiras, SGPS, S.A., os quais foram recebidos em 2008 (Nota 26).

16. RECURSOS DE BANCOS CENTRAIS E DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u> <i>(proforma)</i>
Recursos de bancos centrais		
Mercado monetário interbancário	20.000	-
Juros a pagar	3	-
	<u>20.003</u>	<u>-</u>
Recursos de instituições de crédito no país		
Depósitos e outros recursos	63.599	77.979
Recursos de muito curto prazo	871.509	15.488
Empréstimos	638.454	5.679
Recursos de instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos e outros recursos	564.188	692.267
Recursos de muito curto prazo	20.000	-
Empréstimos	90.053	343.350
Juros a pagar		
De instituições de crédito no país	1.760	360
De instituições de crédito no estrangeiro	889	2.531
Despesas com encargos diferidos	(375)	(735)
	<u>2.250.077</u>	<u>1.136.919</u>
	<u>2.270.080</u>	<u>1.136.919</u>

Em 31 de Dezembro de 2008, a rubrica "Recursos de instituições de crédito no país" inclui financiamentos concedidos pela CGD nos montantes de 870.000 mEuros na rubrica "Recursos de muito curto prazo" e 585.092 mEuros na rubrica "Empréstimos". De acordo com a lei nº 6-A/2008 de 11 de Novembro, as operações de crédito ou de assistência de liquidez que sejam realizadas pela CGD, a favor do Banco no contexto da nacionalização e em substituição do Estado, até à data da aprovação dos objectivos de gestão previstos no nº 7, beneficiam de garantia do Estado.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os prazos residuais dos recursos de outras instituições de crédito apresentam a seguinte estrutura:

	<u>2008</u>	<u>2007</u> <i>(proforma)</i>
Até três meses	2.196.576	816.593
De três a seis meses	53.501	49.810
De seis meses a um ano	-	270.516
	<u>2.250.077</u>	<u>1.136.919</u>

**17. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS**

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u> <i>(proforma)</i>
Depósitos de poupança	69.708	95.504
Outros débitos		
Depósitos à ordem	881.352	1.101.533
Depósitos a prazo	3.403.438	2.827.724
Outros recursos		
Cheques e ordens a pagar	54.167	21.725
Outros	8.257	4.486
	<u>4.416.922</u>	<u>4.050.972</u>
Juros a pagar	52.282	30.971
	<u><u>4.469.204</u></u>	<u><u>4.081.943</u></u>

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os prazos residuais dos recursos de clientes e outros empréstimos apresentam a seguinte estrutura:

	<u>2008</u>	<u>2007</u> <i>(proforma)</i>
À vista	881.352	1.101.533
Até três meses	2.085.133	1.244.820
De três meses a um ano	1.302.483	1.113.677
De um a cinco anos	200.236	621.913
	<u>4.469.204</u>	<u>4.081.943</u>

**18. RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS**

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u> <i>(proforma)</i>
Obrigações em circulação:		
Obrigações de caixa	25.000	25.000
	<u>25.000</u>	<u>25.000</u>
Correcção de valor de passivos objecto de operações de cobertura	(2.870)	(2.870)
Juros a pagar	311	113
	<u>(2.559)</u>	<u>(2.757)</u>
	<u><u>22.441</u></u>	<u><u>22.243</u></u>

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a rubrica "Correcção de valor de passivos objecto de operações de cobertura" refere-se ao valor inicial das opções adquiridas para cobertura das obrigações emitidas. Estas opções encontram-se registadas na rubrica "Instrumentos financeiros derivados de negociação".

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008  
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

As principais condições das obrigações emitidas pelo Banco são:

Obrigação	Valor nominal	Data de emissão	Data de reembolso	Remuneração
BPN Private Equity	10.000	09-07-2007	09-07-2010	Remuneração indexada à performance do índices LPX Major Market Price, com remuneração mínima garantida de 3%.
BPN Competição Ibérica	10.000	29-10-2007	29-10-2010	Remuneração indexada à performance dos índices Ibx e PSI20.
BPN Dividendos	5.000	30-04-2007	30-04-2009	Remuneração indexada à performance dos índices Dow Jones Euro Stoxx Select Dividend 30 e Dow Jones Euro Stoxx 50, com uma remuneração mínima garantida de 3,85%.
	<u>25.000</u>			

#### 19. PASSIVOS FINANCEIROS ASSOCIADOS A ACTIVOS TRANSFERIDOS

Em Dezembro de 2006, o Banco procedeu à venda de parte da sua carteira de crédito no montante de 601.210 mEuros, através de uma operação de titularização denominada “Chaves SME CLO No.1”.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os passivos financeiros associados a esta operação ascendem a 580.345 mEuros e 570.753 mEuros.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os passivos financeiros associados a activos transferidos incluem 1.229 mEuros e 642 mEuros, respectivamente, relativos a créditos amortizados no último dia do ano e ainda não compensados nas responsabilidades titularizadas.

Os créditos foram vendidos pelo seu valor nominal (contabilístico) à Sagres – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A. (“Sagres”), na qual o BPN não detém qualquer participação directa ou indirecta. O BPN continua a efectuar a gestão dos contratos, entregando à Sagres todos os montantes recebidos ao abrigo dos contratos de crédito. Como forma de financiamento, a Sagres emitiu obrigações com diferentes níveis de subordinação e de rating e, conseqüentemente, de remuneração.

Estas obrigações apresentam as seguintes características:

Dívida emitida	Montante	2008		Data de reembolso	Remuneração
		Rating			
		Moody's	S&P		
Class A Secured Floating Rate Notes	527.550	Aaa	AAA	Fevereiro de 2010	Euribor 3 m + 0,18%
Class B Secured Floating Rate Notes	21.000	Aa2	AA	Novembro de 2015	Euribor 3 m + 0,25%
Class C Secured Floating Rate Notes	38.050	A1	A-	Agosto de 2016	Euribor 3 m + 0,45%
Class D Secured Floating Rate Notes	4.900	A3	BBB	Agosto de 2016	Euribor 3 m + 0,55%
Class E Secured Floating Rate Notes	9.600	Baa2	BBB	Agosto de 2016	Euribor 3 m + 0,60%
Montante Liquidado	(20.755)				
	<u>580.345</u>				
Dívida emitida	Montante	2007		Data de reembolso	Remuneração
		Rating			
		Moody's	S&P		
Class A Secured Floating Rate Notes	527.550	Aaa	AAA	Fevereiro de 2010	Euribor 3 m + 0,18%
Class B Secured Floating Rate Notes	21.000	Aa2	AA	Novembro de 2015	Euribor 3 m + 0,25%
Class C Secured Floating Rate Notes	38.050	A1	A-	Agosto de 2016	Euribor 3 m + 0,45%
Class D Secured Floating Rate Notes	4.900	A3	BBB	Agosto de 2016	Euribor 3 m + 0,55%
Class E Secured Floating Rate Notes	9.600	Baa2	BBB	Agosto de 2016	Euribor 3 m + 0,60%
Montante Liquidado	(30.347)				
	<u>570.753</u>				

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008  
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Adicionalmente foi emitida uma Tranche F, adquirida pelo Banco, que foi utilizada para um fundo de reserva da carteira e para fazer face a despesas iniciais. Esta tranche constitui o equivalente ao capital do Fundo, motivo pelo qual o crédito se encontra no balanço. Esta tranche não foi reconhecida nesta rubrica.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os montantes liquidados correspondem à amortização de créditos ocorrida nos meses de Dezembro de cada um dos exercícios. Conforme previsto nas condições de emissão, este montante foi compensado no dia 20 dos meses seguintes, tendo o Banco transferido da rubrica “Crédito vivo” para a rubrica “Crédito titularizado”, o montante de capital necessário para garantir o valor total das obrigações emitidas.

## 20. PROVISÕES E IMPARIDADE

O movimento ocorrido nas provisões e na imparidade do BPN durante os exercícios de 2008 e 2007 foi o seguinte:

	2008							Saldo em 31.12.2008 (proforma)
	Saldo em 31.12.2007 (proforma)	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	Diferenças de câmbio	Transfe- rências	Outros	
Provisões para riscos gerais de crédito (Nota 9)	45.765	7.108	(1.973)	-	-	-	-	50.900
Provisões para encargos com benefícios de empregados	46	16	-	-	-	-	-	62
Provisões para outros riscos e encargos	663.173	128.834	(190)	-	237	(452.376)	-	339.678
	<u>708.984</u>	<u>135.958</u>	<u>(2.163)</u>	<u>-</u>	<u>237</u>	<u>(452.376)</u>	<u>-</u>	<u>390.640</u>
Provisões para risco-país de aplicações em instituições de crédito (Nota 8)	-	3	(2)	-	-	-	-	1
Provisões para crédito a clientes (Nota 9)	783.728	130.386	-	-	-	329.154	15.066	1.258.334
	<u>783.728</u>	<u>130.389</u>	<u>(2)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>329.154</u>	<u>15.066</u>	<u>1.258.335</u>
Imparidade de activos financeiros disponíveis para venda (Nota 7)	27.271	84.528	-	-	-	123.221	-	235.021
	<u>27.271</u>	<u>84.528</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>123.221</u>	<u>-</u>	<u>235.021</u>
Imparidade de outros activos tangíveis (Nota 11)	2.503	21	-	-	-	-	-	2.524
Imparidade de outros activos (Nota 15)	6.075	7.947	(21)	-	-	1	-	14.002
	<u>8.578</u>	<u>7.968</u>	<u>(21)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>16.526</u>
	<u>1.528.561</u>	<u>358.843</u>	<u>(2.186)</u>	<u>-</u>	<u>237</u>	<u>-</u>	<u>15.066</u>	<u>1.900.522</u>

	2007							Saldo em 31.12.2007 (proforma)		
	Saldo em 31.12.2006 (proforma)	Reexpressão das demonstrações financeiras	Transferências	Saldo em 31.12.2006 (proforma)	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações		Diferenças de câmbio	Transfe- rências
Provisões para riscos gerais de crédito (Nota 9)	38.056	-	-	38.056	7.776	(67)	-	-	-	45.765
Provisões para encargos com benefícios de empregados	39	-	-	39	7	-	-	-	-	46
Provisões para outros riscos e encargos	12.199	562.145	(12.199)	562.145	101.508	-	-	(480)	-	663.173
	<u>50.294</u>	<u>562.145</u>	<u>(12.199)</u>	<u>600.240</u>	<u>109.291</u>	<u>(67)</u>	<u>-</u>	<u>(480)</u>	<u>-</u>	<u>708.984</u>
Provisões para risco-país de aplicações em instituições de crédito (Nota 8)	-	-	-	-	411	(411)	-	-	-	-
Provisões para crédito a clientes (Nota 9)	46.955	606.654	12.199	665.808	137.894	(5.834)	(13.932)	-	(408)	783.728
	<u>46.955</u>	<u>606.654</u>	<u>12.199</u>	<u>665.808</u>	<u>138.305</u>	<u>(6.045)</u>	<u>(13.932)</u>	<u>-</u>	<u>(408)</u>	<u>783.728</u>
Imparidade de activos financeiros disponíveis para venda (Nota 7)	-	12.862	-	12.862	14.409	-	-	-	-	27.271
	<u>-</u>	<u>12.862</u>	<u>-</u>	<u>12.862</u>	<u>14.409</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>27.271</u>
Imparidade de outros activos tangíveis (Nota 11)	-	1.032	-	1.032	1.471	-	-	-	-	2.503
Imparidade de outros activos (Nota 15)	380	3.786	-	4.146	1.383	(14)	-	-	580	6.075
	<u>380</u>	<u>4.818</u>	<u>-</u>	<u>5.178</u>	<u>2.834</u>	<u>(14)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>580</u>	<u>8.578</u>
	<u>97.609</u>	<u>1.186.479</u>	<u>-</u>	<u>1.284.088</u>	<u>264.839</u>	<u>(6.126)</u>	<u>(13.932)</u>	<u>(480)</u>	<u>172</u>	<u>1.528.561</u>

Em 2007, o Banco efectuou uma cessão de créditos vencidos pelo montante de 17.450 mEuros. O valor nominal destes créditos ascendia a 29.567 mEuros. No âmbito desta operação, o Banco utilizou as provisões constituídas nessa data e reconheceu um ganho em “Outros ganhos de exploração – Outros” no montante de 2.948 mEuros (Nota 31). Em 2008, esta operação foi revertida. Em consequência, o Banco readquiriu créditos pelo montante de 17.450 mEuros, tendo realizado os seguintes registos contabilísticos nas rubricas:

- Crédito a clientes: 29.568 mEuros
- Provisões para crédito: 15.066 mEuros
- Outros custos de exploração – outros: 2.948 mEuros (Nota 31).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008  
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

O saldo da “Provisão para outros riscos e encargos” apresenta a seguinte decomposição:

	31-12-2006 (Nota 3)	31-12-2007 (Nota 3)	31-12-2008
Provisões relativas a unidades de participação:			
Fundos de investimento imobiliários	113.912	137.182	34.302
Fundos de investimento mobiliários	10.279	20.341	-
	<u>124.191</u>	<u>157.523</u>	<u>34.302</u>
Provisões para crédito a clientes:			
Provisão para crédito concedido através do Banco Insular	424.914	491.039	168.637
Provisão para garantias prestadas	4.556	4.076	4.311
	<u>429.470</u>	<u>495.115</u>	<u>172.948</u>
Outras provisões:			
Provisão para eventual recompra de produtos financeiros a clientes	-	-	68.000
Provisões para contingências genéricas	-	-	25.000
Provisão para títulos de investimento estruturado colocados como capital garantido junto de clientes	-	2.051	14.107
Provisões para contingências fiscais	8.485	8.485	8.485
Custos a incorrer com a liquidação de uma empresa do Grupo	-	-	16.837
	<u>8.485</u>	<u>10.535</u>	<u>132.429</u>
	<u>562.145</u>	<u>663.173</u>	<u>339.678</u>

Em 2008 foram efectuadas transferências desta rubrica no montante de 452.376 mEuros, de acordo com o detalhe abaixo:

- transferência para “Perdas por imparidade em activos financeiros disponíveis para venda” no montante de 123.221 mEuros.
- transferência para provisões para crédito de 329.154 mEuros relativos às provisões para créditos concedidos através do “balcão virtual” do Banco Insular e que foram registados em 2008. Estes créditos foram adquiridos ao BPN Cayman Limited, tal como referido na Nota 9.

Em 31 de Dezembro de 2008, as provisões para outros riscos e encargos incluem 168.837 mEuros relativos a responsabilidades registadas no Banco Insular. Estas responsabilidades foram reconhecidas no balanço do BPN em Fevereiro de 2009.

Em 31 de Dezembro de 2008, o saldo desta rubrica inclui 16.837 mEuros relativos a custos a incorrer com a provável liquidação do BPN Crédito Brasil - Promotora de Vendas, Ltda..

## 21. OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2008	2007
Obrigações subordinadas perpétuas BPN - 2008	94.500	-
Obrigações de caixa subordinadas - BPN (SFE) - 2003	25.000	25.000
Obrigações de caixa subordinadas BPN - 2003	50.000	50.000
Obrigações de caixa subordinadas BPN - 2003	25.000	25.000
Obrigações de caixa subordinadas BPN - 2005	50.000	50.000
	<u>244.500</u>	<u>150.000</u>
Juros a pagar	2.175	465
	<u>246.675</u>	<u>150.465</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008  
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

As condições das principais emissões podem ser resumidas da seguinte forma:

Obrigação	Valor nominal	Data de reembolso	Remuneração	Taxa de juro nominal em:		Cláusula de reembolso antecipado
				31.12.2008	31.12.2007	
Obrigações subordinadas perpétuas BPN - 2008	94.500	Perpétuo	Euribor 6 meses + 2%	7,290%	6,764%	No final do décimo ano de vida do empréstimo e posteriormente em cada data de pagamento de juros subsequente, o BPN poderá proceder ao reembolso antecipado do empréstimo apenas na sua totalidade, mediante autorização do Banco de Portugal.
Obrigações de caixa subordinadas BPN (SFE) - 2003	25.000	16-05-2013	Euribor 6 meses + 2%	6,309%	6,579%	Nos últimos cinco anos, mediante autorização do Banco de Portugal, o BPN poderá proceder ao reembolso antecipado do empréstimo, total ou parcialmente.
Obrigações de caixa subordinadas BPN - 2003	50.000	16-06-2013	Euribor 6 meses + 2%	5,369%	6,898%	Nos últimos cinco anos, mediante autorização do Banco de Portugal, o BPN poderá proceder ao reembolso antecipado do empréstimo, total ou parcialmente.
Obrigações de caixa subordinadas BPN - 2003	25.000	16-06-2013	Euribor 6 meses + 2%	5,369%	6,898%	Nos últimos cinco anos, mediante autorização do Banco de Portugal, o BPN poderá proceder ao reembolso antecipado do empréstimo, total ou parcialmente.
Obrigações de caixa subordinadas BPN - 2005	50.000	22-12-2015	Euribor 6 meses + 1,15%	4,352%	5,942%	Nos últimos cinco anos, mediante autorização do Banco de Portugal, o BPN poderá proceder ao reembolso antecipado do empréstimo, total ou parcialmente.
	<u>244.500</u>					

22. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u> <i>(proforma)</i>
Credores e outros recursos	139.627	227.160
Encargos a pagar		
Juros de outros recursos	1.504	2.353
Outros encargos a pagar	14.014	13.826
Receitas com rendimento diferido	1.081	1.289
Outras contas de regularização		
Posição cambial à vista	4.255	-
Posição cambial a prazo	-	9.072
Operações cambiais à vista	13	79
Outras operações a liquidar	8.589	128
Outras operações passivas a regularizar	1.546	512
	<u>170.629</u>	<u>254.419</u>

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a rubrica “Credores e outros recursos” inclui os montantes de 109.766 mEuros e 181.258 mEuros, respectivamente, referentes a depósitos efectuados que servem de caução a operações contratadas com clientes.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a rubrica “Encargos a pagar – Outros encargos a pagar” inclui o montante de 4.661 mEuros, relativo a prémio de antiguidade, subsídio de morte e outros benefícios de longo prazo a pagar aos colaboradores (Nota 33).

23. CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2007, o capital do Banco era integralmente detido pelo BPN, SGPS, S.A., entidade detida pela SLN.

Em Setembro de 2008, foi realizado um aumento de capital no montante de 80.000 mEuros, tendo sido integralmente subscrito e realizado pela BPN, SGPS, S.A..

Conforme referido na Nota Introdutória, em Novembro de 2008, todas as acções representativas do capital social do BPN foram nacionalizadas ao abrigo da Lei nº 62-A/2008, de 11 de Novembro. De acordo com a referida Lei, a nacionalização foi motivada pelo volume de perdas acumuladas pelo Banco, ausência de liquidez adequada e iminência de uma situação de ruptura de pagamentos que ameaçavam os interesses dos depositantes e a estabilidade do sistema financeiro.

Em 31 de Dezembro de 2008, o capital do BPN é integralmente detido pelo Estado Português através da Direcção Geral do Tesouro e Finanças, representado por 76.000.000 de acções de valor nominal de cinco Euros cada.

O Banco passou assim a ter a natureza de sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, sendo detido pela Direcção Geral do Tesouro e Finanças. A gestão do Banco foi atribuída à Caixa Geral de Depósitos, S.A., cabendo a esta entidade a designação dos membros dos órgãos sociais.

#### 24. RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, as rubricas de reservas e resultados transitados têm a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u> <i>(proforma)</i>
Prémios de emissão	<u>6.790</u>	<u>6.790</u>
Reservas de reavaliação		
· Reserva de justo valor (Nota 7)	536	716
· Reserva por impostos diferidos (Nota 14)	<u>(178)</u>	<u>(178)</u>
	<u>358</u>	<u>538</u>
Outras reservas e resultados transitados		
· Reserva legal	24.621	20.541
· Outras reservas	24.690	24.963
· Resultados transitados	<u>(1.483.726)</u>	<u>(1.222.177)</u>
	<u>(1.434.415)</u>	<u>(1.176.673)</u>
Resultado líquido do exercício	<u>(428.391)</u>	<u>(220.453)</u>
	<u>(1.855.658)</u>	<u>(1.389.798)</u>

Nos termos da Portaria nº 408/99, de 4 de Junho, publicada no Diário da República – I Série B, nº 129, os prémios de emissão não podem ser utilizados para a atribuição de dividendos nem para a aquisição de acções próprias.

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos ou para aumentar o capital. A legislação portuguesa aplicável ao sector bancário, nomeadamente o artigo 97º do Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro, exige que a reserva legal seja anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital social.

As reservas de reavaliação representam as mais e menos valias potenciais, líquidas de imparidades reconhecidas em resultados no exercício ou em exercícios anteriores, relativas à carteira de títulos classificados como “ Activos financeiros disponíveis para venda”.

25. JUROS E RENDIMENTOS E JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u> <i>(proforma)</i>
<u>Juros e rendimentos similares:</u>		
Juros de disponibilidades em bancos centrais	4.223	3.420
Juro de disponibilidades em instituições de crédito	500	628
Juros de outras disponibilidades	-	5
Juros de aplicações em instituições de crédito		
No país	53.409	39.528
No estrangeiro	11.223	16.652
Juros de crédito a clientes		
Crédito interno	274.186	236.828
Crédito ao exterior	18.816	13.323
Outros créditos e valores a receber	1.226	-
Juros de crédito vencido	3.376	3.927
Juros de activos financeiros detidos para negociação	13.988	11.731
Juros de activos financeiros disponíveis para venda	17.982	25.463
Juros de activos titularizados não desreconhecidos	34.887	15.649
Juros de derivados de cobertura	67	13
Juros de devedores e outras aplicações	206	1.113
Outros juros e rendimentos similares	352	382
	<u>434.441</u>	<u>368.662</u>
Comissões recebidas ao custo amortizado	14.290	12.058
	<u><u>448.731</u></u>	<u><u>380.720</u></u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008  
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	<u>2008</u>	<u>2007</u> <i>(proforma)</i>
<u>Juros e encargos similares</u>		
Juros de depósitos		
Do sector público	24.633	19.225
De emigrantes	2.154	924
De outros residentes	187.985	106.249
De não residentes	7.628	5.299
Juros e recursos de instituições de crédito		
No país	11.108	3.050
No estrangeiro	36.286	39.891
Juros de passivos financeiros de negociação	13.262	11.200
Juros de responsabilidades representadas por títulos	198	4.108
Juros de responsabilidades representadas por activos não desreconhecidos de operações de titularização	44.940	42.535
Juros de passivos subordinados	14.972	8.805
Juros de recursos em bancos centrais	658	79
Outros juros e encargos similares	9.225	4.317
	<u>353.049</u>	<u>245.682</u>
Comissões pagas ao custo amortizado	520	38
	<u><u>353.569</u></u>	<u><u>245.720</u></u>

26. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u> <i>(proforma)</i>
De activos disponíveis para venda	1.407	17.166
Investimentos em filiais no país	-	12.500
	<u>1.407</u>	<u>29.666</u>

No exercício de 2007, o Banco reconheceu na rubrica "Rendimentos de instrumentos de capital – Investimentos em filiais no país" dividendos da BPN – Participações Financeiras SGPS, S.A. no montante de 12.500 mEuros (Nota 15). Este valor foi recebido em 2008.

No exercício de 2007, a rubrica "Rendimentos de instrumentos de capital – De activos financeiros disponíveis para venda" inclui 13.671 mEuros relativos a rendimentos recebidos do fundo imobiliário Imoreal gerido pela BPN Imofundos.

**27. RENDIMENTOS E ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES**

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u> <i>(proforma)</i>
<b><u>Rendimentos de serviços e comissões</u></b>		
Por serviços prestados	24.325	21.906
Por garantias prestadas	7.130	6.052
Outras operações realizadas por conta de terceiros	5.900	6.722
Por compromissos assumidos perante terceiros	304	415
Outros	8.062	9.299
	<u>45.721</u>	<u>44.394</u>
<b><u>Encargos com serviços e comissões</u></b>		
Por serviços bancários prestados para terceiros	13.887	13.362
Por operações realizadas por terceiros	2.424	3.441
Por operações sobre instrumentos financeiros	82	20
Por garantias recebidas	37	-
Outros	21	22
	<u>16.451</u>	<u>16.845</u>

**28. RESULTADOS DE ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS AVALIADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS**

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u> <i>(proforma)</i>
<b><u>Resultados em activos e passivos detidos para negociação</u></b>		
Instrumentos de capital	157	1.246
Instrumentos de dívida	8	(297)
Instrumentos derivados	(34.912)	(749)
Outros títulos	1	-
	<u>(34.746)</u>	<u>200</u>
<b><u>Resultados em operações de cobertura e elementos cobertos</u></b>		
Derivados de cobertura	(80)	(2)
Correções de valores de activos que sejam objecto de operações de cobertura	41	(21)
	<u>(39)</u>	<u>(23)</u>
	<u>(34.785)</u>	<u>177</u>

No exercício de 2008, a rubrica "Resultados em activos e passivos detidos para negociação – Instrumentos derivados" inclui uma perda de 36.443 mEuros relativa à opção de venda sobre acções da Sociedade Lusa de Negócios SGPS, S.A., detida por um cliente.

**29. RESULTADOS DE ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA**

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u> <i>(proforma)</i>
<b><u>Ganhos em activos financeiros disponíveis para venda</u></b>		
Instrumentos de dívida	444	129
Outros títulos	5	-
	<u>449</u>	<u>129</u>
<b><u>Perdas em activos financeiros disponíveis para venda</u></b>		
Instrumentos de dívida	(28)	(134)
Instrumentos de capital	766	(2.919)
	<u>738</u>	<u>(3.053)</u>
	<u>1.187</u>	<u>(2.924)</u>

**30. RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ACTIVOS**

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u> <i>(proforma)</i>
Ganhos e perdas em activos não correntes detidos para venda	54	(173)
Ganhos e perdas em investimentos em filiais	-	3.479
Ganhos e perdas em outros activos tangíveis	25	55
	<u>79</u>	<u>3.361</u>

No exercício de 2007, o montante de 3.479 mEuros registado na rubrica "Ganhos e perdas em investimentos em filiais" corresponde à mais-valia obtida na venda da ERGI – Empreendimentos, Lda..

A venda desta filial ocorreu no exercício de 2006, tendo sido suspenso o reconhecimento desta valia até ao apuramento definitivo das contingências fiscais e legais, o que ocorreu em 2007 no âmbito da "due diligence" efectuada a esta entidade.

31. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u> <i>(proforma)</i>
<u>Outros resultados de exploração</u>		
Rendas de locação operacional	440	449
Ganhos em rendimentos operacionais		
Reembolso de despesas	4.978	2.813
Recuperação de crédito	186	832
Rendimentos de prestações de serviços diversas	2.566	1.501
Outros		
Indemnizações contratuais	137	165
Despesas para emissão de cheques	-	1.376
Outros	718	3.880
	<u>9.025</u>	<u>11.016</u>
<u>Outros custos de exploração</u>		
Quotizações e donativos	305	954
Contribuições para o FGD e FGCAM	976	779
Outros activos tangíveis	-	9
Impostos indirectos	756	999
Impostos directos	111	207
Outros	3.884	1.718
	<u>6.032</u>	<u>4.666</u>
	<u>2.993</u>	<u>6.350</u>

No exercício de 2008, a rubrica “Outros custos de exploração - Outros” inclui 2.948 mEuros relativos à reversão do ganho obtido na venda de créditos vencidos (Nota 20).

32. CUSTOS COM PESSOAL E NÚMERO MÉDIO DE EMPREGADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u> <i>(proforma)</i>
Remuneração de empregados	56.892	50.772
Remunerações dos órgãos de gestão e de fiscalização	14.055	1.156
Outros encargos relativos a remunerações	9.457	8.268
Fundo de pensões (Nota 33)	7.933	6.637
Outros encargos sociais obrigatórios	1.263	1.005
Outros custos com o pessoal	1.104	678
	<u>90.704</u>	<u>68.516</u>

A variação ocorrida no exercício de 2008 na rubrica “Remunerações dos órgãos de gestão e de fiscalização” está relacionada com prémios e remunerações processadas a membros de Conselhos de Administração anteriores, que estão a ser objecto de apreciação final pelo actual Conselho de Administração.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008  
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

O número efectivo de empregados em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, por tipo de funções, foi o seguinte:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Direcção	66	62
Chefias	313	298
Técnicos	577	577
Administrativos	896	914
Auxiliares	17	17
	<u>1.869</u>	<u>1.868</u>

### 33. PENSÕES DE REFORMA E OUTROS BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Até 31 de Dezembro de 1997 o Grupo ainda não tinha aderido ao acordo colectivo de trabalho para o sector bancário. Por essa razão, e até essa data, os seus empregados estavam enquadrados no esquema de reformas da Segurança Social. Durante o ano de 1998, o Banco celebrou com os Sindicatos dos Bancários do Norte, Centro e Sul e Ilhas e com o Sindicato dos Quadros e Técnicos Bancários, Acordos de Adesão ao acordo colectivo de trabalho. Esses acordos prevêem que o Banco assegure as responsabilidades com pensões de reforma por velhice, invalidez e sobrevivência relativamente à totalidade do seu pessoal abrangido pelo acordo colectivo de trabalho a partir de 31 de Dezembro de 1997. Com o objectivo de cobrir as responsabilidades com pensões de reforma então assumidas foi constituído o Fundo de Pensões do Grupo BPN gerido pela Real Vida Seguros, S.A.

As responsabilidades com pensões de reforma por velhice, invalidez e sobrevivência assumidas pelas subsidiárias do sector financeiro, estão igualmente cobertas pelo Fundo de Pensões acima referido.

#### Pensões de reforma e subsídio por morte após a idade da reforma

O Banco assumiu o compromisso de pagar aos seus empregados pensões de reforma, velhice ou sobrevivência, bem como responsabilidades com assistência médica e subsídio por morte, nos termos previstos no Acordo Colectivo de Trabalho Vertical (ACTV) para o sector bancário e no plano de pensões em vigor no grupo BPN.

O Banco assegura o esforço contributivo necessário para a cobertura das suas responsabilidades por pensões através do Fundo de Pensões do Grupo BPN.

As pensões pagas são função do tempo de serviço prestado pelos trabalhadores e da respectiva retribuição à data da reforma, sendo actualizadas com base nas remunerações vigentes para o pessoal no activo.

#### Determinação das responsabilidades com pensões de reforma e subsídio por morte após a idade da reforma

Para determinação das responsabilidades com pensões de reforma em pagamento e por serviços passados dos empregados no activo, com referência a 31 de Dezembro de 2008 e 2007 foram efectuados estudos actuariais por entidades especializadas.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008  
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

As hipóteses e bases técnicas utilizadas foram as seguintes:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Método actuarial	Projected Unit Credit	Projected Unit Credit
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de invalidez	EVK 80	EVK 80
Taxa de desconto	5,75%	5%
Taxa de rendimentos dos activos dos fundos	5,75%	5%
Taxa de crescimento dos salários	3,50%	2,50%
Taxa de crescimento das pensões	2,50%	1,75%
Tabela de saídas	0%	0%

Nos estudos efectuados em 2008 e 2007, foi considerado que a idade normal de reforma ocorrerá aos 65 anos.

A comparação entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados na determinação dos custos com pensões do BPN para os exercícios de 2008 e 2007 e os valores efectivamente verificados é apresentada no quadro seguinte:

	<u>2008</u>		<u>2007</u>	
	<u>Pressupostos</u>	<u>Real</u>	<u>Pressupostos</u>	<u>Real</u>
Taxa de rendimento	5,75%	-26,5%	5,00%	0,27%
Taxa de crescimento dos salários	3,50%	5,30%	2,50%	5,50%
Taxa de crescimento das pensões	2,50%	3,70%	1,75%	3,40%

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, as responsabilidades com serviços passados de acordo com os estudos actuariais efectuados, assim como o fundo de pensões para cobertura das mesmas, ascendiam a:

	<u>2008</u>		<u>2007</u>	
	<u>Número de pessoas</u>	<u>Responsabilidades</u>	<u>Número de pessoas</u>	<u>Responsabilidades</u>
Responsabilidades por serviços passados	1.779	102.213	1.758	85.939
Fundos de pensões		101.103		83.979
Nível de financiamento		98,91%		97,72%

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008  
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

O movimento no valor do fundo de pensões durante os exercícios de 2007 e 2008 foi o seguinte:

Saldos em 31 de Dezembro de 2006	70.085
Contribuições:	
Do Banco	12.844
Dos empregados	960
Rendimento líquido do fundo de pensões	189
Pensões pagas	(99)
Saldos em 31 de Dezembro de 2007	83.979
Contribuições:	
Do Banco	38.276
Dos empregados	1.039
Rendimento esperado do fundo de pensões	4.221
Desvios de rendimento	(26.305)
Pensões pagas	(107)
Saldos em 31 de Dezembro de 2008	101.103

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o Fundo de Pensões do Grupo BPN é gerido pela Real Vida Seguros, S.A..

O movimento nas responsabilidades por serviços passados pode ser demonstrado da seguinte forma:

	2008	2007
		<i>(proforma)</i>
Responsabilidades no início do exercício	85.939	72.485
Desvios actuariais	3.384	1.217
Inclusão do subsídio por morte no Fundo de Pensões	-	1.288
Pensões pagas pelo fundo de pensões	(105)	(76)
Contribuições de empregados	1.039	960
Custo de serviço corrente	7.662	6.262
Custo dos juros	4.294	3.803
Responsabilidades no final do exercício	102.213	85.939

Em 2007 e 2008 os custos relativos a pensões foram os seguintes (Nota 32):

	2008	2007
		<i>(proforma)</i>
Custo serviço corrente	7.662	6.262
Rendimento esperado	(4.221)	(3.470)
Custo dos juros	4.294	3.803
Perda actuariais reconhecidas no ano	198	42
	7.933	6.637

#### Encargos com Saúde

A assistência médica aos empregados no activo e pensionistas do Banco está a cargo dos Serviço de Assistência Médico-Social (SAMS). A contribuição anual do BPN para os SAMS corresponde a 6,50% do total das retribuições efectivas dos trabalhadores no activo. Estas responsabilidades encontram-se incluídas no Fundo de Pensões do Banco.

Outros benefícios de longo prazo

O Banco paga um prémio a todos os trabalhadores que completem quinze, vinte e cinco e trinta anos de efectivo serviço, nesse ano, de valor igual a um, dois ou três meses da sua retribuição mensal efectiva. Adicionalmente, é pago um prémio aos trabalhadores que se encontrem numa situação de passagem à situação de invalidez ou invalidez presumível de valor proporcional àquele de que beneficiaria se continuasse ao serviço até reunir os pressupostos do escalão seguinte. Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 o correspondente passivo encontrava-se registado em "Outros passivos" e ascendia a 4.661 mEuros (Nota 22).

Desvios actuariais diferidos

O movimento ocorrido nas rubricas de desvios actuariais diferidos nos exercícios de 2008 e 2007 pode ser demonstrado como segue:

	Corredor (Nota 15)	Desvios acima do Corredor	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2006	7.248	1.197	8.445
Desvios actuariais do ano	1.345	4.442	5.787
Amortização:			
Por contrapartida de resultados do exercício	-	(42)	(42)
Saldos em 31 de Dezembro de 2007 (Nota 15)	<u>8.593</u>	<u>5.597</u>	<u>14.190</u>
Desvios actuariais do ano	1.627	28.062	29.689
Amortização:			
Por contrapartida de resultados do exercício	-	(198)	(198)
Saldos em 31 de Dezembro de 2008	<u><u>10.220</u></u>	<u><u>33.461</u></u>	<u><u>43.681</u></u>

Os desvios actuariais gerados em 2008 têm a seguinte composição:

. Desvio financeiro	26.305
. Desvio actuarial	3.384
	-----
	29.689
	=====

Os desvios acima do corredor estão a ser amortizados considerando um período médio de aproximadamente 28 anos até à reforma dos activos.

Em 31 de Dezembro de 2008 os saldos em balanço relativos ao fundo de pensões, são os seguintes (Nota 15):

Valor Fundo de Pensões	101.103
Valor das responsabilidades com Fundo de Pensões	<u>(102.213)</u>
<i>Diferencial</i>	(1.110)
Desvios actuariais diferidos	43.681
Total (Nota 15)	<u><u>42.571</u></u>

34. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u> <i>(proforma)</i>
Com fornecimentos e serviços externos	2.871	2.479
Com serviços especializados		
Avenças e honorários	2.151	1.569
Judiciais, contencioso e notariado	315	373
Informática	1.804	1.081
Segurança e vigilância	203	123
Limpeza	5	4
Informações	726	897
Mão de obra eventual	121	-
Outros serviços especializados	3.694	3.648
Rendas e alugueres	13.293	11.437
Comunicações	3.985	4.327
Deslocações	2.028	2.170
Seguros	1.017	980
Publicidade	964	755
Conservação e reparação	419	555
Formação de pessoal	382	433
Transportes	60	52
Outros serviços		
BPN Serviços, ACE	29.674	25.967
Outros	1.736	25.593
	<u>65.448</u>	<u>82.443</u>

A rubrica “BPN Serviços, ACE” corresponde à refacturação ao Banco de despesas incorridas por esta entidade, incluindo, entre outras, as despesas de comunicação, trabalhos especializados, publicidade e propaganda e limpeza.

No exercício de 2007, a rubrica “Outros serviços – Outros” inclui o montante de 24.416 mEuros relativo às despesas incorridas no âmbito do “Projecto Adamastor” (Nota 3).

35. PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS

Os passivos contingentes associados à actividade bancária encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais e apresentam o seguinte detalhe:

	<u>2008</u>	<u>2007</u> <i>(proforma)</i>
<u>Passivos eventuais</u>		
Garantias, avales prestados		
Residentes	535.807	437.501
Não Residentes	14.744	9.500
Créditos documentários abertos	<u>21.552</u>	<u>26.816</u>
	572.103	473.817
Cartas de crédito em "stand by"	5.500	5.500
Activos dados em garantia	<u>55.730</u>	<u>33.159</u>
	<u>633.333</u>	<u>512.476</u>
<u>Compromissos</u>		
Compromissos revogáveis		
Linhas de crédito revogáveis	704.365	771.929
Facilidades de desconto em conta	97.076	102.206
Compromissos irrevogáveis		
Linhas de crédito	188.017	201.875
Responsabilidades a prazo de contribuições anuais para o FGD	4.017	3.909
Outros	-	2.038
	<u>993.475</u>	<u>1.081.957</u>
Responsabilidades por serviços prestados		
Depósito e guarda de valores	4.003.736	4.003.736
De cobrança de valores	<u>81.868</u>	<u>89.773</u>
	<u>4.085.604</u>	<u>4.093.509</u>
	<u>5.712.412</u>	<u>5.687.942</u>

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a rubrica "Activos dados em garantia" refere-se aos títulos dados em garantia ao Banco de Portugal para cobertura de linha de crédito intradiária disponibilizada no montante de 22.500 mEuros. Adicionalmente, em 31 de Dezembro de 2008, esta rubrica inclui títulos dados em garantia a favor do Banco Central Europeu, do Fundo de Garantia de Depósitos e do Sistema de Indemnização a Investidores nos montantes de 25.880 mEuros, 4.950 mEuros e 1.400 mEuros, respectivamente.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008  
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)36. RELATO POR SEGMENTOS

Para cumprimento dos requisitos do IAS 14, o Banco adoptou os seguintes segmentos de negócio:

- **Negociação e vendas:** compreende a actividade bancária relacionada com a gestão da carteira própria de títulos, operações de mercado monetário e cambial, recepção e transmissão de ordens em relação com um ou mais instrumentos financeiros e execução de ordens por conta de clientes;
- **Banca de retalho:** compreende a actividade bancária junto dos particulares e empresários em nome individual, tais como a recepção de depósitos e de outros fundos reembolsáveis, empréstimos, concessão de garantias e assunção de outros compromissos. Inclui também o montante total devido à Instituição pelo cliente ou grupo de clientes ligados entre si;
- **Banca comercial:** actividades creditícia e de captação de recursos junto de empresas, bem como a tomada de fundos para fazer face aos compromissos com a concessão de crédito;
- **Outros:** compreende todos os segmentos de actividade que não foram contemplados nas linhas de negócio anteriores.

A distribuição dos principais activos, passivos e rubricas de resultados por linhas de negócio e mercados geográficos nos exercícios de 2008 e 2007 é a seguinte:

	2008				
	Negociação e Vendas	Banca de Retalho	Banca Comercial	Outros	Total
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	88.160	95.485	-	-	183.645
Disponibilidades em outras instituições de crédito	79.226	85.809	-	-	165.035
Aplicações em instituições de crédito	440.322	476.906	-	-	917.228
Activos financeiros detidos para negociação	22.985	-	-	-	22.985
Activos financeiros disponíveis para venda	689.322	-	-	-	689.322
Crédito a clientes	-	1.464.553	2.928.733	9.451	4.402.737
Outros	-	-	-	351.919	351.919
Activo líquido total	<u>1.320.015</u>	<u>2.122.753</u>	<u>2.928.733</u>	<u>361.370</u>	<u>6.732.870</u>
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	2.250.077	-	2.250.077
Recursos de Bancos Centrais	-	-	20.003	-	20.003
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	804.461	3.664.743	-	4.469.204
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	-	22.441	22.441
Outros	-	-	-	1.446.803	1.446.803
Passivo Total	<u>-</u>	<u>804.461</u>	<u>5.934.823</u>	<u>1.469.244</u>	<u>8.208.528</u>

	2008				
	Negociação e Vendas	Banca de Retalho	Banca Comercial	Outros	Total
Margem Financeira	2.329	(12.469)	102.077	3.225	95.162
Rendimentos de instrumentos de capital	24	-	-	1.383	1.407
Rendimentos de serviços e comissões	-	10.430	25.489	9.802	45.721
Encargos com serviços e comissões	5.538	-	-	10.913	16.451
Resultados de activos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados	(34.785)	-	-	-	(34.785)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	1.187	-	-	-	1.187
Resultados da reavaliação cambial	306	-	-	-	306
Resultados da alienação de outros activos	-	-	-	79	79
Outros resultados de exploração	-	431	1.576	986	2.993
Produto bancário	<u>(36.477)</u>	<u>(1.608)</u>	<u>129.142</u>	<u>4.562</u>	<u>95.619</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008  
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	2007				Total
	Negociação e Vendas	Banca de Retalho	Banca Comercial	Outros	
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	246.247	266.708	-	-	512.955
Disponibilidades em outras instituições de crédito	77.888	84.360	-	-	162.248
Aplicações em instituições de crédito	449.625	486.983	-	-	936.608
Activos financeiros detidos para negociação	29.320	-	-	-	29.320
Activos financeiros disponíveis para venda	222.439	-	-	-	222.439
Derivados de Cobertura	77	-	-	-	77
Crédito a clientes	-	1.079.855	2.638.275	6.969	3.725.099
Outros	-	-	-	272.199	272.199
Activo liquido total	<u>1.025.596</u>	<u>1.917.906</u>	<u>2.638.275</u>	<u>279.168</u>	<u>5.860.945</u>
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	1.136.919	-	1.136.919
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	734.754	3.347.189	-	4.081.943
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	-	22.243	22.243
Outros	-	-	-	1.709.638	1.709.638
Passivo Total	<u>-</u>	<u>734.754</u>	<u>4.484.108</u>	<u>1.731.881</u>	<u>6.950.743</u>

	2007				Total
	Negociação e Vendas	Banca de Retalho	Banca Comercial	Outros	
Margem Financeira	3.304	(17.689)	144.809	4.576	135.000
Rendimentos de instrumentos de capital	516	-	-	29.150	29.666
Rendimentos de serviços e comissões	-	10.127	24.749	9.518	44.394
Encargos com serviços e comissões	(5.670)	-	-	(11.175)	(16.845)
Resultados de activos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados	177	-	-	-	177
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	(2.924)	-	-	-	(2.924)
Resultados da reavaliação cambial	1.550	-	-	-	1.550
Resultados da alienação de outros activos	-	-	-	3.361	3.361
Outros resultados de exploração	-	915	3.344	2.091	6.350
Produto bancário	<u>8.293</u>	<u>(6.647)</u>	<u>172.902</u>	<u>59.871</u>	<u>200.729</u>

Os principais critérios de alocação utilizados pelo Banco na construção destes mapas foram os seguintes:

- Para as rubricas “Crédito a clientes” e “Recursos de clientes e outros empréstimos”, detalhou a informação entre “Particulares e “Empresas”, tendo alocado os respectivos saldos a “Banca de retalho” e “Banca comercial”, respectivamente.
- A rubrica “Recursos de instituições de crédito” e “Recursos de bancos centrais”, foram alocadas a “Banca comercial” dado que a finalidade é serem utilizados na actividade normal do Banco.
- Os outros activos e passivos foram considerados em “Outros”, dado a impossibilidade de alocação segmental.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008  
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)**Mercados Geográficos**

	2008		
	Portugal	Resto da União Europeia	Total
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	181.334	2.311	183.645
Disponibilidades em outras instituições de crédito	160.538	4.497	165.035
Aplicações em instituições de crédito	910.965	6.262	917.227
Activos financeiros detidos para negociação	22.985	-	22.985
Activos financeiros disponíveis para venda	689.322	-	689.322
Crédito a clientes (líquido)	4.318.660	84.077	4.402.737
Outros	350.694	1.225	351.919
Activo líquido total	<b>6.634.498</b>	<b>98.372</b>	<b>6.732.870</b>
Recursos de outras instituições de crédito	2.250.077	-	2.250.077
Recursos de Bancos Centrais	20.003	-	20.003
Recursos de clientes e outros empréstimos	4.374.182	95.022	4.469.204
Responsabilidades representadas por títulos	22.441	-	22.441
Outros	1.446.803	-	1.446.803
Passivo Total	<b>8.113.506</b>	<b>95.022</b>	<b>8.208.528</b>

	2008		
	Portugal	Resto da União Europeia	Total
Juros e rendimentos similares	442.379	6.352	448.731
Juros e encargos similares	350.401	3.168	353.569
Margem financeira	<b>91.978</b>	<b>3.184</b>	<b>95.162</b>
Rendimentos de instrumentos de capital	1.407	-	1.407
Rendimentos de serviços e comissões	44.721	1.000	45.721
Encargos com serviços e comissões	16.363	88	16.451
Resultados de activos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados	(34.785)	-	(34.785)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	1.187	-	1.187
Resultados da reavaliação cambial	289	17	306
Resultados da alienação de outros activos	79	-	79
Outros resultados de exploração	3.132	(139)	2.993
Produto bancário	<b>91.645</b>	<b>3.974</b>	<b>95.619</b>

BANCO PORTUGUÊS DE NEGÓCIOS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008  
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	2007		
	Portugal	Resto da União Europeia	Total
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	510.987	1.968	512.955
Disponibilidades em outras instituições de crédito	158.229	4.019	162.248
Aplicações em instituições de crédito	909.355	27.253	936.608
Activos financeiros detidos para negociação	29.320	-	29.320
Activos financeiros disponíveis para venda	222.439	-	222.439
Derivados de Cobertura	77	-	77
Crédito a clientes	3.657.794	67.305	3.725.099
Outros	270.836	1.363	272.199
Activo líquido total	<u>5.759.037</u>	<u>101.908</u>	<u>5.860.945</u>
Recursos de outras instituições de crédito	1.136.900	19	1.136.919
Recursos de clientes e outros empréstimos	3.983.452	98.491	4.081.943
Responsabilidades representadas por títulos	22.243	-	22.243
Outros	1.708.403	1.235	1.709.638
Passivo Total	<u>6.850.998</u>	<u>99.745</u>	<u>6.950.743</u>

	2007		
	Portugal	Resto da União Europeia	Total
Juros e rendimentos similares	375.485	5.235	380.720
Juros e encargos similares	(243.545)	(2.175)	(245.720)
Margem financeira	<u>131.940</u>	<u>3.060</u>	<u>135.000</u>
Rendimentos de instrumentos de capital	29.666	-	29.666
Rendimentos de serviços e comissões	43.486	908	44.394
Encargos com serviços e comissões	16.751	94	16.845
Resultados de activos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados	177	-	177
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	(2.924)	-	(2.924)
Resultados da reavaliação cambial	1.535	15	1.550
Resultados da alienação de outros activos	3.361	-	3.361
Outros resultados de exploração	6.527	(177)	6.350
Produto bancário	<u>197.017</u>	<u>3.712</u>	<u>200.729</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008  
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

## 37. ENTIDADES RELACIONADAS

Em 31 de Dezembro de 2008, são consideradas entidades relacionadas do BPN, a Direcção Geral do Tesouro e Finanças (accionista), o Fundo de Pensões do BPN, as empresas controladas pelo Grupo BPN e os órgãos de gestão do Banco.

Nome	Sede	Participação directa (%)	Participação efectiva (%)
<b>Empresas participadas</b>			
Real Vida Seguros, S.A.	Portugal	100,0%	100,0%
BPN Serviços ACE	Portugal	51,4%	83,4%
BPN Participações Financeiras, SGPS, Lda	Portugal	100,0%	100,0%
<b>Outras entidades do Grupo BPN</b>			
<u>Gestão de Participações Sociais</u>			
Ângulo Superior, SGPS, S.A.	Portugal	-	30,0%
BPN Internacional, SGPS, S.A.	Portugal	-	100,0%
BPN Madeira, SGPS, S.A.	Portugal	-	100,0%
BPN Participações Brasil Ltda	Brasil	-	80,0%
BPN Participações Financeiras, SGPS, Lda	Portugal	-	100,0%
Crossco (738) Ltd	Reino Unido	-	49,0%
Pay Up Holding BV	Holanda	-	76,4%
<u>Actividade Bancária</u>			
Banco Efisa, S.A.	Portugal	-	100,0%
BPN - Banco Português de Negócios, S.A.	Portugal	-	100,0%
BPN Brasil Banco Múltiplo, S.A.	Brasil	-	80,0%
BPN Cayman	Ilhas Caimão	-	100,0%
BPN IFI, S.A.	Portugal	-	100,0%
<u>Fundos</u>			
BPN Acções Europa - Fundo de Investimento Aberto	Portugal	-	81,4%
BPN Acções Global - Fundo de Investimento Aberto de Acções Internacionais	Portugal	-	81,1%
BPN CLIP Multi-Strategy	Luxemburgo	-	100,0%
BPN Conservador - Fundo de Investimento Aberto de Obrigações a Taxa Variável	Portugal	-	88,2%
BPN Diversificação - Fundo Especial de Investimento Aberto	Portugal	-	100,0%
BPN Valorização Patrimonial - Fundo de Capital de Risco	Portugal	-	94,1%
BPN Imofundos, SGFII, S.A.	Portugal	-	100,0%
BPN Imoglobal - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	Portugal	-	86,7%
BPN ImoMarinas - Fundo de Investimento Imobiliário	Portugal	-	99,4%
BPN Imonegócios - Fundo de Investimento Imobiliário	Portugal	-	70,6%
BPN Imoreal - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	Portugal	-	90,5%
BPN Optimização - Fundo de Investimento Aberto Misto de Obrigações	Portugal	-	67,4%
BPN Real Estate - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	Portugal	-	50,0%
BPN Taxa Fixa Euro - Fundo de Investimento Aberto de Obrigações de Taxa Fixa	Portugal	-	61,7%
BPN Tesouraria - Fundo de Investimento Aberto de Tesouraria	Portugal	-	50,7%
BPN Valorização - Fundo de Investimento Aberto Misto de Acções	Portugal	-	43,4%
Fundo de Capital de Risco Banco Efisa - Dinamização e Competitividade Empresarial	Portugal	-	30,0%
Mercapital - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado	Portugal	-	50,0%
<u>Segurador</u>			
Portuale Corretora de Seguros, Ltda	Brasil	-	34,8%
<u>Crédito Especializado</u>			
BPN Crédito, IFIC, S.A.	Portugal	-	100,0%
<u>Gestão de Activos</u>			
BPN Gestão Activos, SGFIM, S.A.	Portugal	-	100,0%

BANCO PORTUGUÊS DE NEGÓCIOS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008  
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Nome	Sede	Participação directa (%)	Participação efectiva (%)
<b>Imobiliário</b>			
Candal Parque - Sociedade Imobiliária, S.A.	Portugal	-	70,6%
Investimentos Dominiais Anglo Portugueses, S.A.	Portugal	-	86,7%
Astroimóvel - Imobiliária, S.A.	Portugal	-	86,7%
<b>Outras Entidades</b>			
ALC Leasing, S.A.R.L.	Moçambique	-	36,0%
Avipronto - Produtos Alimentares, S.A.	Portugal	-	24,8%
Biz Service Tecnologia em Meios de Pagamentos, Ltda	Brasil	-	100,0%
BPN Créditos Brasil - Promotora de Vendas Ltda	Brasil	-	100,0%
Calzeus - Calçado e Acessórios de Moda, S.A.	Portugal	-	89,9%
CCMG - Centro de Cardiologia da Marinha Grande, Lda	Portugal	-	48,3%
Censosf - Centro de Saúde Ocupacional de S. Francisco, S.A.	Portugal	-	33,8%
Centro Hospitalar de S. Francisco, S.A.	Portugal	-	48,3%
CHSF - Centro de Imagiologia, Lda.	Portugal	-	48,3%
CHSF - Consultoria de Gestão, Lda.	Portugal	-	48,3%
CHSF - Health Club, Lda.	Portugal	-	48,3%
Concretope - Fábrica de Betão Pronto, S.A.	Portugal	-	47,1%
Controlauto - Controlo Técnico Automóvel, SA	Portugal	-	38,9%
Ecoleiria - Ecografia de Leiria, Lda.	Portugal	-	48,3%
Ergorent - Aluguer e Comércio de Equipamentos e Serviços, S.A.	Portugal	-	20,0%
Imagran - Laboratório de Imagiologia da Marinha Grande, Lda	Portugal	-	61,8%
Imalis - Meios de Diagnóstico de Imagiologia de Leiria, Lda	Portugal	-	61,8%
Labicer - Laboratório Industrial Cerâmico, S.A.	Portugal	-	60,1%
Locagest - Aluguer e Participações, Lda	Portugal	-	20,0%
Lugab - Gestão e Participações, S.A.	Portugal	-	100,0%
Monte da Quinta - Propriedades, Lda	Portugal	-	86,7%
Nascimento & Sousa, Lda	Portugal	-	61,8%
Nearent - Aluguer e Comércio de Equipamentos, S.A.	Portugal	-	20,0%
Pay Up Desenvolvimento de Negócios, S.A.	Portugal	-	76,4%
Pay Up Iberia, S.A.	Espanha	-	76,4%
Pay Up Polska, S.A.	Polónia	-	39,0%
Pay Up Rom, S.A.	Roménia	-	76,4%
Pay Up Servia	Sérvia	-	76,4%
Precore II - Betão Pronto, S.A.	Portugal	-	47,0%
Quimiceram - Químicos e Minerais, S.A.	Portugal	-	94,1%
Valorceram - Subprodutos Cerâmicos, S.A.	Portugal	-	83,9%
ZenRegra - Unipessoal, Lda	Portugal	-	100,0%
<b>Accionistas do BPN</b>			
Direcção Geral de Tesouro e Finanças	Portugal		
<b>Membros do Conselho de Administração do BPN</b>			
Francisco Manuel Marques Bandeira			
Pedro Manuel de Oliveira Cardoso			
José Lourenço Soares			
Mário Manuel Faria Gaspar			
Jorge António Beja Pessoa			
Rui Manuel Correia Pedras			
Norberto Emilio Sequeira da Rosa			

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008  
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2008, as demonstrações financeiras do BPN incluem os seguintes saldos e transacções com entidades relacionadas, excluindo os órgãos de gestão:

Entidades Filiais, Associadas e Outras Empresas do Grupo	Aplicações	Recursos	Garantias	Proveitos	Custos
Banco Efisa	280.105	2.507	13.980	399	-
BPN - IFI, SA ( Instituição Financeira Internacional)	7.222	43.440	-	-	-
BPN Brasil	51.522	47	14.474	43	9
BPN Cayman	9	534.523	-	-	-
BPN Crédito, IFIC	559.051	5.614	-	275	-
BPN Imofundos, SGFIM, SA	-	-	-	316	-
BPN Madeira	51.000	51.000	-	-	-
BPN, Gestão Activos, SGFIM, SA	-	-	-	169	-
	<u>948.909</u>	<u>637.131</u>	<u>28.454</u>	<u>1.202</u>	<u>9</u>

Em 31 de Dezembro de 2007, as entidades relacionadas eram na sua grande maioria entidades do Grupo SLN.

38. GESTÃO DE CAPITAL

As demonstrações financeiras do Banco relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, apresentam prejuízos do exercício e uma situação líquida negativa de 428.391mEuros e 1.475.658 mEuros, respectivamente. Esta situação põe em causa a continuidade das operações do Banco. O capital do Banco foi nacionalizado, estando a Direcção Geral do Tesouro e Finanças a preparar um plano para a sua viabilização. Até esta data não existe uma decisão definitiva sobre este assunto, nem o Conselho de Administração do BPN foi informado sobre qualquer decisão. Contudo, a Administração do Banco decidiu preparar e apresentar as contas do exercício de 2008 no pressuposto da sua futura viabilização e, por conseguinte, com base na continuidade das suas operações. Consequentemente, a continuidade das operações do Banco encontra-se condicionada ao plano de viabilização que vier a ser aprovado pela Direcção Geral do Tesouro e Finanças e ao sucesso da sua implementação.

39. DIVULGAÇÕES RELATIVAS A INSTRUMENTOS FINANCEIROSPolíticas de gestão do risco**Risco de Crédito**

O Risco de Crédito é considerado um dos mais relevantes da actividade das Instituições Financeiras, em virtude de se encontrar associado a perdas potenciais decorrentes da possibilidade de incumprimento dos tomadores dos empréstimos (e do seu garante, se existir) ou de um emissor de um título ou da contraparte de um contrato.

A avaliação do risco de crédito encontra-se dispersa pelos diferentes escalões de decisão da concessão de crédito, sendo que para exposições consideradas elevadas, e complementando todo o processo de avaliação normal, são elaborados Relatórios de Risco de forma a se obter um conhecimento mais profundo dos Grupos Económicos e/ou Empresas envolvidas.

#### *Decisão*

O processo de decisão do chamado crédito geral, no Banco encontra-se repartido por 2 segmentos: Empresas e Retalho. Sendo esta divisão paralela com o Modelo de Estrutura Comercial adoptado pelo BPN (Centros de Empresas e Agências, respectivamente). Em ambos existem 5 Escalões de Decisão, sendo o Escalão definido em função do Montante da Operação, do Prazo da Operação, da Exposição do Grupo Económico e do Rating da Empresa (no caso do segmento empresas). Este processo encontra-se automatizado por uma Aplicação Informática (WorkFlow de Crédito). Os objectivos principais desta aplicação são: a criação da proposta (que inclui dos dados do cliente e respectivo Grupo Económico, a definição da tipologia de crédito, a definição das condições especiais associadas à tipologia de crédito e a descrição do colateral) e a Validação da Proposta (consistindo na validação e tomada de decisão, que poderá incluir alterações à proposta inicialmente apresentada, informação adicional e novos elementos do cliente).

#### *Avaliação*

A avaliação do risco de crédito processa-se ao nível dos grupos económicos, tendo por base os seguintes critérios de ponderação:

- Notações externas de risco de crédito, no caso da contraparte, sendo esta avaliação levada a cabo pelo Departamento Internacional (sendo pouco expressivo na carteira);
- Ratings internos, encontrando-se a atribuição do mesmo automatizada através de um WorkFlow, e sendo o seu modelo baseado em:
  - ✓ Elementos financeiros do cliente, sendo estes inseridos na aplicação informática que calcula vários rácios e posteriormente atribui um Grau de Rating em termos Quantitativos;
  - ✓ Preenchimento de um questionário pela área comercial (podendo este ser revisto em qualquer momento pela Direcção de Risco de Crédito) compreendendo informação qualitativa que definirá o Grau de Risco, que deverá espelhar a avaliação em termos qualitativos da empresa.

Como resultado da ponderação das duas classificações anteriores obtém-se o Rating Final da entidade.

- A tipologia do crédito, finalidade e montante propostos;
- O risco de crédito do grupo económico na globalidade;
- O endividamento global espelhado na central de risco do Banco de Portugal;
- Existência de dividas ao Estado ou à Segurança Social;
- A concentração da exposição;
- O relacionamento/experiência comercial e creditício existente;
- Valia patrimonial do grupo económico (existindo um WorkFlow para certificação do património);

Existem ainda processos de avaliação distintos para tipologias de crédito específicas, como sendo:

- Financiamento à construção, que para além das ponderações já referidas, ainda é complementado com uma análise relativa a:
  - ✓ Projectos concluídos (Histórica);
  - ✓ Obras em curso;
  - ✓ Projecto a financiar (mapa de exploração, plano financeiro, descrição do projecto, incluindo os aspectos específicos do mesmo, licenças necessárias para a sua concretização);
- Crédito à habitação e cartões de crédito, existindo WorkFlows específicos, que têm implementados modelos de scoring (baseados em modelos estatísticos), com o objectivo de melhorar a eficiência da classificação dos clientes particulares e de estabelecer critérios objectivos e coerentes de aceitação ou rejeição das propostas.

Para finalizar todo o processo de avaliação falta ainda referir a valorização dos colaterais. Sendo que no caso específico do financiamento à construção e à aquisição imobiliária, colateralizado com garantia real hipotecária, o imóvel é avaliado por técnicos certificados seguindo as regras do Banco de Portugal referentes à valorização de imóveis no activo para efeitos de cálculo do rácio de solvabilidade.

#### *Acompanhamento*

O acompanhamento do crédito concedido inicia-se após a contratação e prolonga-se até ao reembolso total, de forma a garantir o seu cumprimento. Também nesta área o BPN dispõe de uma ferramenta informática (WorkFlow vigilâncias especiais) que permite a caracterização de clientes com potencial de incumprimento. Esta caracterização implica a classificação em diferentes graus de vigilância especial de acordo com o grau de preocupação relativamente à possibilidade de incumprimento (4 graus, sendo que um deles é despoletado automaticamente se ocorrerem moras ou créditos abatidos ao activo na central de risco do Banco de Portugal) ou já incumprimento efectivo (existindo dois graus) do mesmo.

Ao longo do ano de 2008 foi dada especial atenção ao acompanhamento da concessão e crédito no sector de imobiliário e construção, face à elevada exposição existente neste sector.

#### **Risco de Taxa de Juro**

O risco de taxa de juro pode ser definido como o impacto nos resultados e nos capitais próprios de uma variação adversa das taxas de juro de mercado. O BPN incorre na assunção de risco de taxa de juro sempre que, no desenvolvimento da sua actividade, contrata operações com fluxos financeiros futuros sensíveis a eventuais variações da taxa de juro.

O BPN monitoriza mensalmente o risco de taxa de juro com base em análises de sensibilidade da margem financeira e da situação líquida face a um choque standard na taxa de juro de 200bp. Esta avaliação é efectuada com base na técnica de *gap analysis*, segundo a qual todos os activos e passivos sensíveis a variações na taxa de juro e não associáveis às carteiras de negociação são distribuídos de acordo com as suas maturidades ou datas de repricing residuais. Esta análise segue as recomendações do Comité de Supervisão Bancária de Basileia e da Instrução nº 19/2005 do Banco de Portugal.

Durante o ano de 2008 o perfil do gap de taxa de juro do BPN alterou-se substancialmente, devido essencialmente à alteração de perfil de *funding* do Grupo, com a diminuição até à data da nacionalização de depósitos e de financiamentos no mercado monetário e de capitais e o aumento das tomadas de curto prazo.

### **Risco de Liquidez**

O risco de liquidez é o risco de uma instituição não possuir recursos suficientes para financiar os seus activos ou para honrar os seus compromissos sem incorrer em perdas inaceitáveis. O ano de 2008 foi para o BPN um ano atípico em termos de gestão da liquidez, quer devido à evolução macroeconómica e do sistema financeiro em geral, quer devido à evolução específica do Banco.

Com efeito, a crise financeira e os diversos desenvolvimentos no Banco, amplamente divulgados na Comunicação Social, provocaram alterações muito substanciais na estrutura de *funding*, provocando a perda de depósitos e de financiamentos junto dos mercados monetários e de capitais, nomeadamente até ao momento da nacionalização.

Actualmente, a gestão do risco de liquidez é efectuada em estreita colaboração com a Caixa Geral de Depósitos, situação que se iniciou logo após a nacionalização. Neste âmbito, já em Dezembro de 2008 encontrava-se em preparação a montagem de um programa de papel comercial no valor de 2.000.000 mEuros com a garantia do Estado, que veio a ser totalmente subscrito pela CGD em Março de 2009 através de 3 emissões com maturidades em Setembro de 2009.

A gestão do risco de liquidez baseia-se na análise semanal dos prazos residuais de maturidade dos diferentes activos e passivos do balanço, evidenciando, para cada um dos intervalos considerados, os volumes de cash inflows e cash outflows esperados, bem como os respectivos gaps de liquidez. Adicionalmente, são construídos semanalmente dois cenários com base em diferentes pressupostos: um cenário optimista e um cenário pessimista (este último equivalente a um cenário de *stress*) com vista à determinação de um intervalo de oscilação para as necessidades de financiamento nos vários prazos.

O controlo e reporte do risco de liquidez para o Banco de Portugal é efectuada quinzenal, mensal e trimestralmente ao abrigo de um exercício de monitorização descrita na Carta Circular 86/2007 e da Instrução nº 1/2000 – Rácio de Liquidez.

### **Risco de Mercado**

O risco de mercado é o risco da existência de perdas decorrentes da variação adversa de valor de um instrumento financeiro como consequência da variação de factores de risco, nomeadamente taxa de juro, taxa de câmbio, preços de acções e preços de mercadorias.

O risco de mercado é medido diariamente em termos de sensibilidade a variações nos factores de risco, como sejam a taxa de juro (*basis point value*) e as taxas de câmbio. Encontram-se definidos limites de risco de mercado para a carteira de negociação, sendo estes limites controlados diariamente por um órgão distinto da área de negócio, mantendo o princípio da segregação de funções. Por outro lado, é efectuada semestralmente um exercício de *stress testing*, com o objectivo de avaliar o impacto de alterações extremas das condições de mercado, nomeadamente de taxas de juro, taxas de câmbio e preços de acções nos resultados e nos capitais próprios.

### **Risco Cambial**

O risco cambial representa o risco de perdas devido a variações adversas nas taxas de câmbio. O controlo e avaliação do risco cambial são efectuados a nível individual diariamente e mensalmente a nível consolidado. Relativamente à carteira de negociação, encontram-se definidos limites à exposição a cada moeda e a todas as moedas globalmente, sendo estes limites controlados numa base diária.

### ***Risco Operacional***

O Sistema de Gestão e Medição do Risco Operacional em implementação pelo Grupo BPN tem como objectivo incorporar as melhores práticas, e vir a satisfazer os critérios estabelecidos para a utilização do método de medição avançada (AMA) no cálculo de requisitos mínimos de fundos próprios para cobertura do risco operacional.

No âmbito da implementação da função de gestão do risco operacional, destacam-se a criação do Gabinete de Risco Operacional em Junho de 2007 e do Comité de Risco operacional em Novembro de 2007.

O Gabinete de Risco Operacional tem como principais competências estruturar e implementar o sistema de medição e gestão de risco operacional de uma forma agregada, bem como definir e implementar estratégias, políticas e procedimentos em termos de identificação, medição, controlo e mitigação do risco operacional. É também uma competência do Gabinete de Risco Operacional a definição e implementação de um sistema de reporte interno e do reporte para a entidade de supervisão.

O Comité de Risco Operacional tem como competências a gestão do risco operacional e o tratamento dos aspectos mais significativos do sistema de medição e gestão do risco operacional. No Comité, têm assento dois Administradores, o responsável do Gabinete de Risco Operacional, da Direcção de Auditoria e Inspecção, do Gabinete de Compliance, da Direcção de Organização e da Direcção de Suporte Operacional.

O BPN é membro efectivo da ORX (Operational Risk Exchange) desde início de 2007. A ORX Association é o maior consórcio de informação relativa a dados de perda de risco operacional, sendo constituída actualmente por 50 bancos europeus e norte-americanos, que reportam todos os trimestres os seus eventos de risco operacional.

Esta associação é também um dos mais importantes fóruns de discussão sobre o risco operacional. O BPN tem estado activamente envolvido na actividade desta Associação, participando no grupo de trabalho "Definitions Working Group" que visa a definição das fronteiras do risco operacional e a criação de standards comuns para todos os Bancos.

O BPN apresentou a candidatura formal ao Banco de Portugal para a utilização do método AMA no cálculo dos requisitos mínimos de fundos próprios para cobertura do risco operacional, encontrando-se a aguardar o processo de validação por parte do Banco de Portugal.

O Gabinete de Risco Operacional emite trimestralmente relatórios com a tipificação dos eventos de risco operacional ocorridos nas diferentes empresas do Grupo, destinados às respectivas Administrações. Estes relatórios facilitam a apreciação e a tomada de medidas adequadas para a mitigação dos riscos identificados.

### ***Acordo de Basileia - Risco de Crédito***

No ano de 2008 foram pela primeira vez calculados os requisitos de capital decorrentes da aplicação do Novo Acordo de Capital de Basileia II, tendo sido utilizado o método padrão para o cálculo do risco de crédito. Esta alteração condiciona a comparação entre os anos de 2007 e 2008.

São igualmente utilizados modelos de scoring de originação para os segmentos de crédito à habitação e cartões de crédito.



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008  
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

**Risco de taxa de juro**

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o desenvolvimento do valor nominal dos instrumentos financeiros com exposição a risco de taxa de juro, em função da sua maturidade ou data de refixação, é apresentado no quadro seguinte:

		2008								
		Datas de Refixação / Datas de Maturidade								
		<= 7 Dias	> 7 Dias <= 1 Mês	> 1 Mês <= 3 Meses	> 3 Meses <= 6 Meses	> 6 Meses <= 12 Meses	> 12 Meses <= 3 Anos	> 3 Anos	Indeterminado	Total
<b>Activo</b>										
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais		183.645	-	-	-	-	-	-	-	183.645
Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito		165.031	-	-	-	-	-	-	-	165.031
Aplicações em Instituições de Crédito		97.266	609.974	93.020	77.810	14.982	13.080	4	-	906.136
Activos financeiros detidos para negociação		-	-	-	-	-	-	497	962	1.459
Activos financeiros disponíveis para venda		-	17.775	15.919	205	33.696	-	3.845	852.903	924.343
Crédito a Clientes (Bruto)		469.201	1.075.221	2.498.030	375.445	62.917	40.174	7.780	-	4.528.769
		<u>915.143</u>	<u>1.702.971</u>	<u>2.606.969</u>	<u>453.460</u>	<u>111.595</u>	<u>53.254</u>	<u>12.126</u>	<u>853.865</u>	<u>6.709.383</u>
<b>Passivo</b>										
Recursos de Instituições de Crédito e Bancos Centrais		( 1.664.248)	( 446.671)	( 115.900)	( 27.061)	( 26.440)	-	-	-	( 2.280.319)
Recursos de Clientes e Outros Empréstimos		( 1.144.737)	( 753.455)	( 1.113.692)	( 802.960)	( 519.587)	( 17.847)	( 8.257)	( 56.387)	( 4.416.922)
Responsabilidades Representadas por Títulos		-	( 10.000)	( 5.000)	( 10.000)	-	-	-	-	( 25.000)
Outros Passivos Subordinados		-	-	( 94.500)	( 150.000)	-	-	-	-	( 244.500)
		<u>( 2.808.984)</u>	<u>( 1.210.126)</u>	<u>( 1.329.092)</u>	<u>( 990.021)</u>	<u>( 546.027)</u>	<u>( 17.847)</u>	<u>( 8.257)</u>	<u>( 56.387)</u>	<u>( 6.966.742)</u>
<b>Derivados (Valor Nominal)</b>										
Interest Rate Swaps (IRS)		590.805	92.015	( 539.349)	6.529	( 9.678)	( 140.844)	( 684)	-	( 1.206)
		<u>590.805</u>	<u>92.015</u>	<u>( 539.349)</u>	<u>6.529</u>	<u>( 9.678)</u>	<u>( 140.844)</u>	<u>( 684)</u>	<u>-</u>	<u>( 1.206)</u>
Exposição Líquida		<u>( 1.303.037)</u>	<u>584.859</u>	<u>738.529</u>	<u>( 530.031)</u>	<u>( 444.111)</u>	<u>( 105.437)</u>	<u>3.184</u>	<u>797.478</u>	<u>( 258.565)</u>

		2007								
		Datas de Refixação / Datas de Maturidade								
		<= 7 Dias	> 7 Dias <= 1 Mês	> 1 Mês <= 3 Meses	> 3 Meses <= 6 Meses	> 6 Meses <= 12 Meses	> 12 Meses <= 3 Anos	> 3 Anos	Indeterminado	Total
<b>Activo</b>										
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais		512.955	-	-	-	-	-	-	-	512.955
Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito		162.232	-	-	-	-	-	-	-	162.232
Aplicações em Instituições de Crédito		516.630	8.963	14.955	57.646	46.356	197.549	85.801	-	927.900
Carteira de Títulos:		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Activos financeiros detidos para negociação		-	-	-	-	-	2.824	5.161	1.061	9.046
Activos financeiros disponíveis para venda		-	27.829	27.081	30.210	-	-	4.768	159.822	249.710
Crédito a Clientes (Bruto)		460.471	1.151.355	1.541.578	499.473	124.418	70.161	12.907	-	3.860.363
		<u>1.652.289</u>	<u>1.188.147</u>	<u>1.583.614</u>	<u>587.329</u>	<u>170.774</u>	<u>270.534</u>	<u>108.636</u>	<u>160.884</u>	<u>5.713.160</u>
<b>Passivo</b>										
Recursos de Instituições de Crédito e Bancos Centrais		( 716.983)	( 52.468)	( 44.986)	( 49.810)	-	( 167.516)	( 103.000)	-	( 1.134.763)
Recursos de Clientes e Outros Empréstimos		( 1.304.043)	( 651.497)	( 802.535)	( 829.794)	( 388.494)	( 26.885)	( 1.628)	( 24.370)	( 4.029.247)
Responsabilidades Representadas por Títulos		-	( 10.000)	( 5.000)	( 10.000)	-	-	-	-	( 25.000)
Outros Passivos Subordinados		-	-	( 150.000)	-	-	-	-	-	( 150.000)
		<u>( 2.021.026)</u>	<u>( 713.965)</u>	<u>( 1.002.521)</u>	<u>( 889.604)</u>	<u>( 388.494)</u>	<u>( 194.401)</u>	<u>( 104.628)</u>	<u>( 24.370)</u>	<u>( 5.339.010)</u>
<b>Derivados (Valor Nominal)</b>										
Interest Rate Swaps (IRS)		106.241	318.724	( 321.015)	-	-	( 55.730)	( 48.220)	-	-
Futuros sobre Taxa de Juro		-	-	( 59.600)	-	-	-	-	-	( 59.600)
		<u>106.241</u>	<u>318.724</u>	<u>( 380.615)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>( 55.730)</u>	<u>( 48.220)</u>	<u>-</u>	<u>( 59.600)</u>
Exposição Líquida		<u>( 262.496)</u>	<u>792.906</u>	<u>200.477</u>	<u>( 302.275)</u>	<u>( 217.720)</u>	<u>20.403</u>	<u>( 44.212)</u>	<u>136.513</u>	<u>323.596</u>

Os pressupostos utilizados na elaboração deste mapa foram os seguintes:

- Os montantes apresentados não incluem juros corridos;
- A rubrica "Crédito a Clientes (Bruto)" não inclui crédito vencido nem crédito titularizado.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008  
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)**Risco de crédito**Qualidade do risco de crédito

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, as aplicações em instituições de crédito apresentam a seguinte composição de acordo com o rating de referência utilizado pelo Banco:

	2008					Total
	Portugal	União Europeia	América do Norte	Brasil	Outros	
AAA	-	781	-	-	-	781
Menor que A-	854.907	-	-	-	-	854.907
Sem Rating	-	2.400	-	51.814	7.325	61.539
	<u>854.907</u>	<u>3.181</u>	<u>-</u>	<u>51.814</u>	<u>7.325</u>	<u>917.227</u>

	2007					Total
	Portugal	União Europeia	América do Norte	Brasil	Outros	
AAA	-	830	-	-	-	830
AA- até AA+	2.908	-	3.566	-	-	6.475
Menor que A-	875.588	-	-	-	3.537	879.125
Sem Rating	-	6.440	-	39.286	4.453	50.179
	<u>878.497</u>	<u>7.270</u>	<u>3.566</u>	<u>39.286</u>	<u>7.990</u>	<u>936.608</u>

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os títulos de dívida apresentam a seguinte composição de acordo com o rating de referência utilizado pelo Banco:

	2008				Total
	Portugal	Restante União Europeia	América do Norte	Outros	
<i>Activos Financeiros Detidos para Negociação</i>					
AA- até AA+	-	497	-	-	497
	<u>-</u>	<u>497</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>497</u>
Emitidos por:					
Corporates	-	497	-	-	497
	<u>-</u>	<u>497</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>497</u>
<i>Activos Financeiros Disponíveis para Venda</i>					
AAA	-	544	-	-	544
AA- até AA+	32.708	-	-	-	32.708
A- até A+	-	131	-	2.986	3.117
Menor que A-	9.652	300	-	6.196	16.148
Sem Rating	18.159	13.825	7.842	1.244	41.069
	<u>60.519</u>	<u>14.800</u>	<u>7.842</u>	<u>10.426</u>	<u>93.587</u>
Emitidos por:					
Corporates	50	7.076	-	4.146	11.272
Governos e Outras Autoridades Locais	32.708	-	-	-	32.708
Instituições Financeiras	25.265	544	-	6.280	32.089
Outros Emitentes	2.495	7.180	7.842	-	17.518
	<u>60.519</u>	<u>14.800</u>	<u>7.842</u>	<u>10.426</u>	<u>93.587</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008  
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	2007				Total
	Portugal	Restante União Europeia	América do Norte	Outros	
<i>Activos Financeiros Detidos para Negociação</i>					
AAA					-
AA- até AA+	-	928	-	-	928
Sem Rating	-	7.148	-	-	7.148
	-	8.076	-	-	8.076
Emitidos por:					
Corporates	-	8.076	-	-	8.076
	-	8.076	-	-	8.076
<i>Activos Financeiros Disponíveis para Venda</i>					
AA- até AA+	30.210	-	-	-	30.210
Menor que A-	9.657	-	-	5.256	14.913
Sem Rating	39.997	4.768	-	-	44.764
	79.864	4.768	-	5.256	89.888
Emitidos por:					
Corporates	24.550	4.768	-	-	29.318
Governos e Outras Autoridades Locais	30.210	-	-	-	30.210
Instituições Financeiras	25.103	-	-	5.256	30.360
	79.864	4.768	-	5.256	89.888

Exposição máxima ao risco de crédito

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a exposição máxima ao risco de crédito por tipo de instrumento financeiro, excluindo os títulos em carteira, pode ser resumida como segue:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
<b>Patrimoniais:</b>		
Crédito a clientes	5.661.071	4.508.827
Disponibilidades em outras instituições de crédito	165.035	162.248
Aplicações em instituições de crédito	917.228	936.608
	-----	-----
	6.743.334	5.607.683
	-----	-----
<b>Extrapatrimoniais:</b>		
Garantias prestadas	550.551	447.001
Compromissos revogáveis e irrevogáveis	993.475	1.081.957
	-----	-----
	1.544.026	1.528.958
	-----	-----
	8.287.360	7.136.641
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008  
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)Justo valor das garantias recebidas de créditos em incumprimento

Em 31 de Dezembro de 2008, a diferença entre o justo valor das garantias recebidas e os créditos em incumprimento, pode ser detalhada da seguinte maneira:

	<u>Crédito vencido</u>	<u>Crédito vincendo associado ao vencido</u>	<u>Total</u>	<u>Justo valor das garantias</u>	<u>Diferença</u>
Operações de crédito com garantias reais					
Imóveis	72.116	261.157	333.273	546.471	213.197
Penhor de depósitos a prazo	5.447	50.657	56.104	11.418	(44.685)
Penhor de outras aplicações financeiras	1.403	38.518	39.922	21.604	(18.317)
Operações de crédito com outras garantias	88.989	31.047	120.036	154.215	34.179
Operações de crédito sem garantias	148.189	48.548	196.737	-	(196.737)
	<u>316.144</u>	<u>429.927</u>	<u>746.071</u>	<u>733.708</u>	<u>(12.363)</u>

**Risco de mercado**

O risco de mercado corresponde ao risco de variação do justo valor ou dos “cash-flows” dos instrumentos financeiros em função de alterações nos preços de mercado, incluindo os seguintes riscos: taxa de juro, cambial e de preço.

Risco de Taxa de juro

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o impacto no justo valor dos instrumentos financeiros sensíveis a risco de taxa de juro de deslocações paralelas na curva das taxas de juro de referência de 50, 100 e 200 basis points (bp), respectivamente, pode ser demonstrado pelos seguintes quadros:

	2008					
	<u>-200 bp</u>	<u>-100 bp</u>	<u>-50 bp</u>	<u>+50 bp</u>	<u>+100 bp</u>	<u>+200 bp</u>
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	73	37	18	(18)	(37)	(73)
Aplicações em Instituições de Crédito	2.837	1.419	709	(709)	(1.419)	(2.837)
Carteira de Títulos						
Negociação	19	10	5	(5)	(10)	(19)
Outros	721	360	180	(180)	(360)	(721)
Crédito a Clientes (Saldo Bruto)	15.782	7.891	3.946	(3.946)	(7.891)	(15.782)
Total Activo Sensível	<u>19.433</u>	<u>9.716</u>	<u>4.858</u>	<u>(4.858)</u>	<u>(9.716)</u>	<u>(19.433)</u>
Recurso de Outras Instituições de Crédito	(2.529)	(1.265)	(632)	632	1.265	2.529
Recursos de Clientes e Outros Empréstimos	(19.611)	(9.806)	(4.903)	4.903	9.806	19.611
Responsabilidades Representadas por Títulos	(108)	(54)	(27)	27	54	108
Outros Passivos Subordinados	(1.382)	(691)	(346)	346	691	1.382
Total Passivo Sensível	<u>(23.631)</u>	<u>(11.815)</u>	<u>(5.908)</u>	<u>5.908</u>	<u>11.815</u>	<u>23.631</u>
Extrapatrimoniais	(6.833)	(3.416)	(1.708)	1.708	3.416	6.833
	<u>(11.030)</u>	<u>(5.515)</u>	<u>(2.758)</u>	<u>2.758</u>	<u>5.515</u>	<u>11.030</u>

BANCO PORTUGUÊS DE NEGÓCIOS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008  
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	2007					
	-200 bp	-100 bp	-50 bp	+50 bp	+100 bp	+200 bp
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	205	103	51	( 51)	( 103)	( 205)
Aplicações em Instituições de Crédito	12.250	6.125	3.062	( 3.062)	( 6.125)	( 12.250)
Carteira de Títulos						
Negociação	307	153	77	( 77)	( 153)	( 307)
Outros	543	271	136	( 136)	( 271)	( 543)
Crédito a Clientes (Saldo Bruto)	15.998	7.999	3.999	( 3.999)	( 7.999)	( 15.998)
<b>Total Activo Sensível</b>	<b>29.302</b>	<b>14.651</b>	<b>7.326</b>	<b>( 7.326)</b>	<b>( 14.651)</b>	<b>( 29.302)</b>
Recurso de Outras Instituições de Crédito	( 11.314)	( 5.657)	( 2.828)	2.828	5.657	11.314
Recursos de Clientes e Outros Empréstimos	( 17.056)	( 8.528)	( 4.264)	4.264	8.528	17.056
Responsabilidades Representadas por Títulos	( 108)	( 54)	( 27)	27	54	108
Outros Passivos Subordinados	( 480)	( 240)	( 120)	120	240	480
<b>Total Passivo Sensível</b>	<b>( 28.958)</b>	<b>( 14.479)</b>	<b>( 7.240)</b>	<b>7.240</b>	<b>14.479</b>	<b>28.958</b>
Extrapatrimoniais	( 4.530)	( 2.265)	( 1.132)	1.132	2.265	4.530
	<b>( 4.186)</b>	<b>( 2.093)</b>	<b>( 1.047)</b>	<b>1.047</b>	<b>2.093</b>	<b>4.186</b>

No quadro seguinte é apresentado o efeito na margem financeira projectada para os exercícios de 2009 e 2008, respectivamente, de uma deslocação paralela das curvas de taxas de juro de 50, 100 e 200 bp que indexam os instrumentos financeiros sensíveis a variações na taxa de juro:

	Projeção Margem Financeira - Exercício de 2009					
	-200 bp	-100 bp	-50 bp	+50 bp	+100 bp	+200 bp
Proveitos com Juros	( 114.758)	57.379	( 28.689)	28.689	57.379	114.758
Custos com Juros	116.987	( 58.494)	29.247	( 29.247)	( 58.494)	( 116.987)
<b>Margem Financeira</b>	<b>2.230</b>	<b>( 1.115)</b>	<b>557</b>	<b>( 557)</b>	<b>( 1.115)</b>	<b>( 2.230)</b>

	Projeção Margem Financeira - Exercício de 2008					
	-200 bp	-100 bp	-50 bp	+50 bp	+100 bp	+200 bp
Proveitos com Juros	( 99.757)	( 49.878)	( 24.939)	24.939	( 49.878)	99.757
Custos com Juros	91.263	45.631	22.816	( 22.816)	45.631	( 91.263)
<b>Margem Financeira</b>	<b>( 8.494)</b>	<b>( 4.247)</b>	<b>( 2.124)</b>	<b>2.124</b>	<b>( 4.247)</b>	<b>8.494</b>

BANCO PORTUGUÊS DE NEGÓCIOS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008  
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Risco Cambial

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os instrumentos financeiros apresentam o seguinte detalhe por moeda:

	2008						
	Moeda						
	Euros	Dólares-Norte Americanos	Libra Esterlina	Iene	Real Brasileiro	Outras Moedas	Total
<b>Activo</b>							
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	182.641	465	218	-	-	321	183.645
Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito	154.506	6.559	468	187	-	3.316	165.035
Aplicações em Instituições de Crédito	834.307	82.919	-	-	-	0	917.227
Activos Financeiros Disponíveis para Venda	688.146	1.175	-	-	-	-	689.322
Crédito a Clientes (saldos brutos)	5.608.723	51.803	92	294	-	159	5.661.071
Outros Activos	237.207	407	348	-	-	-	237.961
	<b>7.705.530</b>	<b>143.329</b>	<b>1.125</b>	<b>481</b>	<b>-</b>	<b>3.796</b>	<b>7.854.261</b>
<b>Passivo</b>							
Recursos de Instituições de Crédito e Bancos Centrais	(2.077.178)	(174.517)	(15.480)	(22)	-	(2.883)	(2.270.080)
Recursos de Clientes e Outros Empréstimos	(4.408.849)	(47.443)	(7.275)	(85)	-	(5.552)	(4.469.204)
Responsabilidades Representadas por Títulos	(22.441)	-	-	-	-	-	(22.441)
Passivos Subordinados	(246.675)	-	-	-	-	-	(246.675)
Outros Passivos	(164.862)	(2.303)	(3.465)	-	-	-	(170.629)
	<b>(6.920.005)</b>	<b>(224.263)</b>	<b>(26.220)</b>	<b>(107)</b>	<b>-</b>	<b>(8.436)</b>	<b>(7.179.030)</b>
<b>Derivados (Nocionais)</b>							
Swaps Cambiais	157.162	117.015	25.197	-	-	6.406	305.780
Swaps de Taxa de Juro	1.830.854	53.557	-	-	-	-	1.884.411
Operações Cambiais a Prazo	63.704	60.436	-	-	-	-	124.140
	<b>2.051.720</b>	<b>231.008</b>	<b>25.197</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>6.406</b>	<b>2.314.331</b>
Exposição Líquida	<b>2.837.245</b>	<b>150.074</b>	<b>102</b>	<b>374</b>	<b>-</b>	<b>1.766</b>	<b>2.989.562</b>
<b>2007</b>							
<b>Moeda</b>							
	Euros	Dólares-Norte Americanos	Libra Esterlina	Iene	Real Brasileiro	Outras Moedas	Total
<b>Activo</b>							
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	510.876	785	792	1	-	502	512.955
Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito	129.573	28.545	1.275	47	-	2.809	162.248
Aplicações em Instituições de Crédito	884.016	47.069	5.493	-	-	31	936.608
Activos Financeiros Disponíveis para Venda	217.182	5.256	-	-	-	-	222.439
Crédito a Clientes (saldos brutos)	4.478.810	29.458	492	35	-	32	4.508.828
Outros Activos	218.988	2.002	29	-	-	-	221.019
	<b>6.439.445</b>	<b>113.115</b>	<b>8.080</b>	<b>83</b>	<b>-</b>	<b>3.374</b>	<b>6.564.097</b>
<b>Passivo</b>							
Recursos de Instituições de Crédito e Bancos Centrais	(943.089)	(175.003)	(8.983)	(6.754)	-	(3.089)	(1.136.919)
Recursos de Clientes e Outros Empréstimos	(4.015.520)	(55.019)	(7.503)	(293)	-	(3.608)	(4.081.943)
Responsabilidades Representadas por Títulos	(22.243)	-	-	-	-	-	(22.243)
Passivos Subordinados	(150.465)	-	-	-	-	-	(150.465)
Outros Passivos	(249.088)	(4.630)	(699)	-	-	(1)	(254.419)
	<b>(5.380.405)</b>	<b>(234.652)</b>	<b>(17.186)</b>	<b>(7.047)</b>	<b>-</b>	<b>(6.698)</b>	<b>(5.645.988)</b>
<b>Derivados (Nocionais)</b>							
Swaps Cambiais	225.063	184.696	22.499	22.373	-	21.328	475.959
Swaps de Taxa de Juro	1.507.042	6.793	-	-	-	3.032	1.516.866
Futuros	31.134	110.488	-	-	-	-	141.622
Operações Cambiais a Prazo	83.131	78.426	-	166	-	-	161.723
	<b>1.846.370</b>	<b>380.402</b>	<b>22.499</b>	<b>22.540</b>	<b>-</b>	<b>24.359</b>	<b>2.296.171</b>
Exposição Líquida	<b>2.905.410</b>	<b>258.865</b>	<b>13.394</b>	<b>15.576</b>	<b>-</b>	<b>21.035</b>	<b>3.214.281</b>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008  
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)Justo Valor

A comparação entre o justo valor e o valor de balanço dos principais activos e passivos registados pelo custo amortizado, em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, é apresentado como se segue:

	2008				
	Saldos Analisados			Saldos Não Analisados	
	Valor de Balanço	Justo Valor	Diferença	Valor de Balanço	Valor Total de Balanço
<b>Activo</b>					
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	183.645	183.645	-	-	183.645
Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito	165.035	165.035	-	-	165.035
Aplicações em Instituições de Créditos	917.227	917.227	-	-	917.227
Crédito a Clientes	5.320.467	5.047.912	( 272.555)	340.604	5.661.071
	<b>6.586.375</b>	<b>6.313.820</b>	<b>( 272.555)</b>	<b>340.604</b>	<b>6.926.979</b>
<b>Passivo</b>					
Recursos de Clientes e Outros Empréstimos	4.469.204	4.415.221	( 53.983)	-	4.469.204
Responsabilidades Representadas por Títulos	22.442	20.889	( 1.553)	-	22.441
Outros Passivos Subordinados	246.675	156.814	( 89.861)	-	246.675
	<b>4.738.321</b>	<b>4.592.924</b>	<b>( 145.397)</b>	<b>-</b>	<b>4.738.321</b>
<b>2007</b>					
	Saldos Analisados			Saldos Não Analisados	
	Valor de Balanço	Justo Valor	Diferença	Valor de Balanço	Valor Total de Balanço
<b>Activo</b>					
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	512.955	512.955	-	-	512.955
Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito	162.248	162.248	-	-	162.248
Aplicações em Instituições de Créditos	936.608	936.608	-	-	936.608
Crédito a Clientes	4.412.485	4.388.829	( 23.656)	96.342	4.508.827
	<b>6.024.297</b>	<b>6.000.641</b>	<b>( 23.656)</b>	<b>96.342</b>	<b>6.120.639</b>
<b>Passivo</b>					
Recursos de Clientes e Outros Empréstimos	4.031.995	3.990.097	( 41.898)	49.948	4.081.943
Responsabilidades Representadas por Títulos	22.243	19.599	( 2.644)	-	22.243
Outros Passivos Subordinados	150.465	93.178	( 57.287)	-	150.465
	<b>4.204.702</b>	<b>4.102.873</b>	<b>( 101.829)</b>	<b>49.948</b>	<b>4.254.650</b>

Os pressupostos utilizados na elaboração destes mapas foram os seguintes:

- Aplicações em instituições de crédito: dado tratarem-se de aplicações de muito curto prazo, o Banco considera que o valor contabilístico é uma aproximação razoável do seu justo valor.
- A rubrica “Saldos não analisados” do “Crédito a clientes” inclui o crédito com emissão de títulos de dívida não subordinada e os juros corridos.
- Recursos de clientes: o spread aplicado teve como referência as taxas praticadas pelo Banco na data de referência (218 basis points em 2008 e 37 basis points em 2007);
- Responsabilidades representadas por títulos: foi utilizado um spread baseado numa emissão de dívida senior floating rate efectuada por outro banco nacional.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008  
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

O detalhe do apuramento do justo valor do crédito a clientes apresenta-se de seguida:

	2008			2007		
	Valor de Balanço	Justo Valor	Diferença	Valor de Balanço	Justo Valor	Diferença
Operações concedidas à menos de 12 meses	1.779.308	1.779.308	-	1.242.723	1.242.723	-
Operações com plano financeiro definido	1.650.728	1.516.514	( 134.214)	1.534.784	1.516.985	( 17.799)
Operações sem plano financeiro definido	1.890.430	1.752.089	( 138.341)	1.634.978	1.629.121	( 5.857)
	<u>5.320.467</u>	<u>5.047.912</u>	<u>( 272.555)</u>	<u>4.412.485</u>	<u>4.388.829</u>	<u>( 23.656)</u>

As operações de crédito analisadas foram sujeitas ao desconto dos cash flows futuros (capital e juros) para as datas de referência, à taxa de juro média ponderada pelo montante para créditos concedidos nos 6 meses anteriores, para cada segmento analisado, sendo que para as operações sem plano financeiro definido (créditos em conta corrente e descobertos em depósitos à ordem), foi assumido um cash flow futuro em 31 de Janeiro pela totalidade do capital vincendo e juros até essa data.

Para as operações concedidas à menos de 12 meses, o Banco considera que o valor contabilístico é uma aproximação razoável do seu justo valor.

As taxas médias utilizadas e os segmentos considerados com base nas operações iniciadas nos 6 meses anteriores foram os seguintes:

31-12-2008

Segmento	Núm. Operações	Capital vincendo	Capital vencido	Valor de Balanço	Taxa Média Ponderada por Montante
Accionistas SLN	72	4.882	37.800	42.682	6,8503%
Empresa - CC	1375	141.616	327	141.943	6,6591%
Empresa - Empréstimos	929	155.788	379	156.167	7,0706%
Empresa - Outros	13259	162.432	5.372	167.804	9,6494%
Grupo SLN	22	57.256	-	57.256	6,9494%
Particular - CC	5794	12.245	26	12.271	7,7297%
Particular - Empréstimos	2196	70.860	41	70.900	6,4794%
Particular - Outros	2517	16.668	142	16.811	9,7053%

31-12-2007

Segmento	Núm. Operações	Capital vincendo	Capital vencido	Valor de Balanço	Taxa Média Ponderada por Montante
Accionistas SLN	85	32.319	-	32.319	6,0142%
Empresa - CC	1852	216.008	47	216.055	6,0411%
Empresa - Empréstimos	438	114.573	90	114.663	5,8760%
Empresa - Outros	16030	211.600	583	212.182	7,7153%
Grupo SLN	27	7.109	-	7.109	5,7716%
Particular - CC	8149	14.032	1	14.032	7,2029%
Particular - Empréstimos	1620	64.800	588	65.388	5,8570%
Particular - Outros	3961	32.192	123	32.315	8,7308%

O justo valor foi apurado através da fórmula  $\sum Cfn / [(1+i)^n/365]$ , sendo n o número de dias que medeiam entre 31 de Dezembro e a data do cash flow, e sendo i a taxa de juro média ponderada pelo montante para créditos concedidos nos últimos 6 meses, para cada segmento analisado.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008  
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a forma de apuramento do justo valor dos Instrumentos Financeiros reflectidos nas demonstrações financeiras, pode ser resumida como se segue:

	2008					Total
	Custo Histórico	Cotações de Mercado	Técnicas de Valorização			
			Inputs Observáveis de Mercado	Fontes Externas	Outras Técnicas de Valorização	
Activos Financeiros Detidos para Negociação	-	1.459	21.336	191	-	22.985
Activos Financeiros Disponíveis para Venda	28.743	64.561	-	3.845	827.194	924.343
Derivados de Cobertura	-	-	(3)	-	-	(3)
Passivos Financeiros de Negociação	-	-	16.924	-	38.864	55.788
	<u>28.743</u>	<u>66.019</u>	<u>38.257</u>	<u>4.036</u>	<u>866.058</u>	<u>1.003.113</u>

	2007					Total
	Custo Histórico	Cotações de Mercado	Técnicas de Valorização			
			Inputs Observáveis de Mercado	Fontes Externas	Outras Técnicas de Valorização	
Activos Financeiros Detidos para Negociação	-	-	15.597	4.677	-	20.274
Activos Financeiros Disponíveis para Venda	25.220	44.422	-	4.768	175.297	249.707
Derivados de Cobertura	-	-	77	-	-	77
Passivos Financeiros de Negociação	-	3.241	9.827	8.711	515	22.294
	<u>25.220</u>	<u>47.663</u>	<u>25.501</u>	<u>18.155</u>	<u>175.812</u>	<u>292.352</u>

## BANCO PORTUGUÊS DE NEGÓCIOS, S.A.

## INVENTÁRIO DE TÍTULOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes expressos em milhares de Euros)

Natureza e espécie	Cot. Unit.	Quantidade	Valor Nominal	Critério Valorimétrico	Valor de Balanço	Valias (+/-)	Correcções de Valor		% de participação		Custo de Aquisição
							Imparidade	Outros	Capital		
<b>ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO</b>											
<b>Instrumentos de dívida</b>											
<b>Dívida não subordinada</b>											
3Y ABSOLUTE	92,81%	1.000	1.000	Justo Valor	928	-	-	-	-	-	928
DWS GO Top Dovidend Booster Certificate 12/07/2010	99,35%	20	2.000	Justo Valor	1.987	-	-	-	-	-	1.987
HSBC France 0% 07/12	103,21%	5.000	5.000	Justo Valor	5.161	-	-	-	-	-	5.161
<b>Instrumentos de capital</b>											
ARKEMA	44,94	-	-	Justo Valor	-	-	-	-	-	-	-
BP Plc	838,62	-	-	Justo Valor	1	-	-	-	-	-	1
DWS INVEST COMMODITY PLUS-LC	112,37	1	1	Justo Valor	112	-	-	-	-	-	112
GLAXOSMITHKLINE	1.744,05	-	-	Justo Valor	2	-	-	-	-	-	2
HOMELAND SEC	0,00	-	-	Justo Valor	-	-	-	-	-	-	-
INFOGRAMES ENTERTAINMENT	0,13	-	-	Justo Valor	-	-	-	-	-	-	-
JDS UNIPHASE	9,03	-	-	Justo Valor	-	-	-	-	-	-	-
LISGRAFICA - Imp. A. Graficas-ACap07	0,10	34	2	Justo Valor	3	-	-	-	0,03%	-	3
MLIIF - Japan Value Fund A2	8,04	1	1	Justo Valor	10	-	-	-	-	-	10
TAIB BANK B S C	1,57	537	537	Justo Valor	842	-	-	-	-	-	842
TAIWAN SEMICONDUCTOR - ADR	6,77	-	-	Justo Valor	-	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>					<b>9.046</b>						<b>9.046</b>
<b>ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA</b>											
<b>Instrumentos de dívida</b>											
<b>De dívida pública</b>											
OT ABRIL 0511	96,996%	150	150	Justo Valor	149	-	-	-	3	-	145
OT JULHO 0408	99,574%	28.150	28.150	Justo Valor	28.451	154	-	-	421	-	27.876
OT JULHO 9909	99,778%	1.585	1.585	Justo Valor	1.610	(34)	-	-	29	-	1.616
<b>De outros emissores</b>											
<b>Adquiridos no âmbito de operação de titularização</b>											
CHAVES SME CLO N.º 1 - E	100,00%	9.600	9.600	Justo Valor	9.657	-	-	-	57	-	9.600
CHAVES SME CLO N.º 1 - F	100,00%	15.613	15.613	Justo Valor	15.446	-	(167)	-	-	-	15.613
<b>Dívida não subordinada</b>											
CITIBANK 0% 26/07/17	95,350%	5.000	5.000	Justo Valor	4.768	(233)	-	-	-	-	5.000
K2 CORP. (Capital Notes) 02-12-22	96,75%	7.903	5.369	Justo Valor	4.017	-	(1.413)	-	62	-	5.369
P.C. COFINA - 2ª Emissão	-	-	20.000	Custo Historico	20.011	-	-	-	11	-	20.000
P.C. MAR CAPITAL 1ª EMISSÃO	-	-	2.000	Custo Historico	1.978	-	-	-	29	-	1.949
VISABEIRA 2007/2014	100,00%	-	2.500	Justo Valor	2.561	-	-	-	61	-	2.500

Natureza e espécie	Cot. Unit.	Quantidade	Valor Nominal	Critério Valorimétrico	Valor de Balanço	Valias (+/-)	Correcções de Valor		% de participação		ANEXO I Custo de Aquisição
							Imparidade	Outros	Capital		
<b>Instrumentos de capital</b>											
ADRAVE	-	5	25	25 Custo Historico	25	-	-	-	-	6,36%	25
AMB, SGPS, S.A.	-	33	166	166 Custo Historico	94	-	(73)	-	-	11,00%	166
BANIF, SGPS - NOM.	4,00	13	13	13 Justo Valor	50	(1)	-	-	-	0,01%	51
BNP IMOGLOBAL	1.134,403	17	16.694	16.694 Justo Valor	17.202	-	(612)	-	-	-	17.814
COIMBRAVITA	-	15	75	75 Custo Historico	75	-	-	-	-	11,07%	75
ENTIGERE - Entidade Gestora da Rede Multiserviços, S.A.	-	20	100	100 Custo Historico	100	-	-	-	-	10,00%	100
Fundo Invest. BPN Acções	6,391	250	1.247	1.247 Justo Valor	1.598	351	-	-	-	-	1.247
Fundo Invest. BPN Imonegócios	6,795	6.730	33.567	33.567 Justo Valor	38.487	-	(6.495)	-	-	-	44.982
Fundo Invest. IMOREAL	105,267	705	70.470	70.470 Justo Valor	57.088	-	(18.509)	-	-	-	75.598
IMOSOCIAL - Fund.Inv. Imobiliário	6,345	1.749	8.746	8.746 Justo Valor	11.098	376	-	-	-	-	10.722
INEGI	-	10	50	50 Custo Historico	50	-	-	-	-	3,00%	50
NEXTPART, SGPS, S A	2,50	97	242	97 Justo Valor	242	54	-	-	-	1,57%	188
PME Capital de Risco, S.A.	-	1	4	5 Custo Historico	4	-	-	-	-	0,02%	4
PME Investimentos	-	1	4	5 Custo Historico	4	-	-	-	-	0,02%	4
QUATERNAIRE PORTUGAL - Rec. H., S.A.	-	8	41	41 Custo Historico	38	-	-	-	-	16,40%	38
SIBS	-	20	100	100 Custo Historico	2.342	-	-	-	-	0,41%	2.342
SWIFT	-	-	1	1 Custo Historico	17	-	-	-	-	0,62%	17
UBS VAR 26/02/2031	1.166,07	4	4.722	1 Justo Valor	4.722	50	-	-	-	-	4.672
UNICRE	-	6	29	29 Custo Historico	554	-	-	-	-	0,29%	554
<b>TOTAL</b>			<b>222.439</b>		<b>716</b>	<b>(27.270)</b>	<b>674</b>				<b>248.319</b>

## BANCO PORTUGUÊS DE NEGÓCIOS, S.A.

## INVENTÁRIO DE TÍTULOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em milhares de Euros)

Natureza e espécie	Cot. Unit.	Quantidade	Valor Nominal	Critério Valorimétrico	Valor de Balanço	Valias (+/-)	Correcções de Valor		% de participação	Custo de Aquisição
							Imparidade	Outros		
<b>ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO</b>										
<b>Instrumentos de dívida</b>										
<b>Dívida não subordinada</b>										
3Y ABSOLUTE	49,69%	1.000	1.000	Justo Valor	497	-	-	-	-	497
<b>Instrumentos de capital</b>										
MLJIF - Japan Value Fund A2	5,8274	1	1	Justo Valor	7	-	-	-	-	7
TAIB BANK B S C	1,96	487	487	Justo Valor	955	-	-	-	-	955
<b>TOTAL</b>					<b>1.459</b>					<b>1.459</b>
<b>ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA</b>										
<b>Instrumentos de dívida</b>										
<b>De dívida pública</b>										
OT ABRIL 0511	100,569%	150	150	Justo Valor	154	6	-	3	-	145
OT JULHO 9909	100,939%	170	170	Justo Valor	174	(2)	-	3	-	173
OT SETEMBRO 9813	108,170%	29.530	29.530	Justo Valor	32.379	1.704	-	437	-	30.238
<b>De outros emissores</b>										
<b>Adquiridos no âmbito de operação de titularização</b>										
CHAVES SME CLO N.º 1 - E	100,00%	9.600	9.600	Justo Valor	9.652	-	-	52	-	9.600
CHAVES SME CLO N.º 1 - F	100,00%	15.613	15.613	Justo Valor	15.280	-	(333)	-	-	15.613

Natureza e espécie	Cot. Unit.	Quantidade	Valor Nominal	Critério Valorimétrico	Valor de Balanço	Valias (+/-)	Correcções de Valor		% de participação		Custo de Aquisição
							Imparidade	Outros	Capital		
<b>Dívida não subordinada</b>											
ARL6 2005-EULR C3E	6,75%	250	250	Justo Valor	17	-	-	-	-	-	17
BANIF08/09	99,50%	1.368	1.368	Justo Valor	1.372	(2)	-	11	-	-	1.363
BBVAP 6 A1	96,340%	564	564	Justo Valor	543	15	-	-	-	-	528
Beta Finance Corp. (1) 04-2014	0,00%	68	68	Justo Valor	-	-	(36)	-	-	-	36
Beta Finance Corp. Serie 3 Grp 1 /14	0,00%	68	68	Justo Valor	-	-	(36)	-	-	-	36
BPN CAYMAN LTD FLT 09/09	99,983%	500	500	Justo Valor	500	15	-	-	-	-	485
CAGRAN Float 12	94,29%	500	500	Justo Valor	472	14	-	1	-	-	457
CAJACM Float 49	34,46%	-	-	Justo Valor	71	(6)	-	2	-	-	75
CANOVA 49 - Caixanova Float 49	52,12%	-	-	Justo Valor	237	77	-	2	-	-	158
CEMG FL 10	94,39%	500	500	Justo Valor	472	(10)	-	-	-	-	482
Centauri Corp (1-2) Float 03/2013	0,00%	10.093	10.093	Justo Valor	-	-	(6.387)	-	-	-	6.387
Centauri Corp Ser. 1 Float 09/14	0,00%	1.705	1.705	Justo Valor	-	-	(1.079)	-	-	-	1.079
CITIBANK 0% 26/07/17	76,900%	5.000	5.000	Justo Valor	3.847	(1.153)	-	-	-	-	5.000
FCFIN09/15 - FCFIN Float 09/15	75,00%	400	400	Justo Valor	300	(8)	-	-	-	-	308
HSBC 0 03/18/13	98,90%	2.000	2.000	Justo Valor	1.978	(22)	-	-	-	-	2.000
ISLA 09 - C.ECO MONTEPIO GERAL	98,49%	1.150	1.150	Justo Valor	1.142	(3)	-	9	-	-	1.136
K2 Corp. (Capital Notes) 02-11-21	0,00%	1.700	1.222	Justo Valor	-	-	-	-	-	-	584
K2 CORP. (Capital Notes) 02-12-22	0,00%	7.903	5.679	Justo Valor	-	-	(584)	-	-	-	5.679
Parkland Finance Corp. /08	0,00%	100	100	Justo Valor	-	-	(70)	-	-	-	70
Parkland Finance Corp. /11	0,00%	4.700	4.700	Justo Valor	-	-	(3.290)	-	-	-	3.290
Parkland Finance Corp. /13	0,00%	1.000	1.000	Justo Valor	-	-	(700)	-	-	-	700
Parkland Finance Corp. /13	0,00%	243	243	Justo Valor	-	-	(170)	-	-	-	170
Parkland Finance Corp. Series 12 2013	0,00%	3.009	3.009	Justo Valor	-	-	(2.106)	-	-	-	2.106
Parkland Finance Corp. Series 9	0,00%	1.000	1.000	Justo Valor	-	-	(700)	-	-	-	700
Parkland Finance Corporation	0,00%	18	18	Justo Valor	-	-	(13)	-	-	-	13
PENED 06/49 - PENED Float 06/49	57,52%	-	-	Justo Valor	173	45	-	-	-	-	128
VISABEIRA 2007/2014	97,00%	-	-	Justo Valor	2.500	(75)	-	75	-	-	2.500
VW FLOAT 14/03/16	60,01%	-	-	Justo Valor	131	(36)	-	-	-	-	167
White Pine Corp. Ltd. 12/13	0,00%	947	680	Justo Valor	-	-	(478)	-	-	-	478
White Pine Corp. Ltd. 12/14	0,00%	360	258	Justo Valor	-	-	(182)	-	-	-	182
Zela Fin.Corp.02-2012	0,00%	18	18	Justo Valor	-	-	(8)	-	-	-	8
Zela Finance Corp. Ser. 5 08/16	0,00%	647	647	Justo Valor	-	-	(296)	-	-	-	296
<b>Dívida subordinada</b>											
SLN Rendimento Mais 2004	-	-	50	Custo Histórico	50	-	-	-	-	-	50

Natureza e espécie	Cot. Unit.	Quantidade	Valor Nominal	Critério Valorimétrico	Valor de Balanço	Válidas (+/-)	Correções de Valor		% de participação		Custo de Aquisição
							Imparidade	Outros	Capital		
<b>Instrumentos de capital</b>											
ADRAVE	-	5	25	25 Custo Histórico	25	-	-	-	-	6,36%	25
ALTIOM VIVACE EUR-SID PKT-E	57,63000	3	144	3 Justo Valor	144	-	-	-	-	-	144
AMB, SGPS, S.A.	-	33	93	166 Custo Histórico	93	-	(73)	-	-	11,00%	166
ARCELORMITTAL - MTP FP	17,11000	-	1	- Justo Valor	1	(2)	-	-	-	-	3
BANK OF AMERICA CORP.	10,11712	-	-	- Justo Valor	-	-	-	-	-	-	-
BNP FUNDOS IMOMARINAS	112,2150	46	4.734	4.554 Justo Valor	4.734	-	(371)	-	-	9,11%	5.105
BNP FUNDOS REAL ESTATE	656,6010	2	944	1.132 Justo Valor	944	-	(537)	-	-	1,42%	1.481
BNP FUNDOS VALORIZAÇÃO PATRIMONIAL	3.812,184	-	1.008	1.885 Justo Valor	1.008	-	(990)	-	-	-	1.998
BNP IMOGLOBAL	1.001,0200	42	34.858	42.275 Justo Valor	34.858	-	(11.872)	-	-	33,82%	46.730
COIMBRAVITA	-	15	75	75 Custo Histórico	75	-	-	-	-	11,07%	75
DELPHI FIXED 8.25% 15-10-2033	0,00007	-	-	6 Justo Valor	-	-	-	-	-	-	-
ENTIGERE - Entidade Gestora da Rede Multiserviços, S.A.	-	23	116	116 Custo Histórico	116	-	-	-	-	10,00%	116
CLIP MULTI-STRATEGY	8,012,080	4	26.689	4 Justo Valor	26.689	-	(19.866)	-	-	-	46.555
F. BPN DIVERSIFICAÇÃO - F. Especial. Invest.	4,7820	49.106	187.516	245.528 Justo Valor	187.516	-	(72.954)	-	-	99,99%	260.470
Fundo Invest. BPN Ações	3,6990	250	925	1.247 Justo Valor	925	(322)	-	-	-	16,58%	1.247
Fundo Invest. BPN Imonegócios	6,9808	47.518	251.116	237.018 Justo Valor	251.116	-	(77.366)	-	-	69,02%	328.482
Fundo Invest. IMOREAL	108,3360	1.130	94.262	113.040 Justo Valor	94.262	-	(28.037)	-	-	60,92%	122.299
GALP ENERGIA SGPS	7,1800	1	5	1 Justo Valor	5	-	-	-	-	-	5
Fine Art Fund II	0,66106	223	74	223 Justo Valor	74	-	(73)	-	-	-	147
Fine Art Fund	0,96285	880	422	880 Justo Valor	422	-	(423)	-	-	-	845
Gottex ABI Fund	67,23000	2	130	2 Justo Valor	130	(25)	-	-	-	-	155
IMOSOCIAL - Fund. Inv. Imobiliário	6,3160	1.749	11.048	8.746 Justo Valor	11.048	326	-	-	-	9,16%	10.722
INEGI	-	10	50	50 Custo Histórico	50	-	-	-	-	3,00%	50
Lon&Cap-German Real Estate Fund	1,106,27000	1	315	1 Justo Valor	315	-	(314)	-	-	-	629
NEXTPART, SGPS, S.A	-	97	188	97 Custo Histórico	188	-	-	-	-	1,57%	188
PME Capital de Risco, S.A.	-	1	4	5 Custo Histórico	4	-	-	-	-	0,02%	4
PME Investimentos	-	1	4	5 Custo Histórico	4	-	-	-	-	0,02%	4
POLLEX INC - PLLX US	0,04311	-	-	- Justo Valor	-	-	-	-	-	-	-
QUATERNAIRE PORTUGAL - Rec. H., S.A.	-	8	38	41 Custo Histórico	38	-	-	-	-	16,40%	38
RBS LN - ROYAL BANK OF SCOTLAND GROUP	0,51864	-	-	- Justo Valor	-	-	-	-	-	-	-
ROLLS-ROYCE GROUP - C SHR ENT	0,00000	-	-	- Justo Valor	-	-	-	-	-	-	-
SIBS	-	20	2.342	100 Custo Histórico	2.342	-	-	-	-	0,41%	2.342
SWIFT	-	-	17	1 Custo Histórico	17	-	-	-	-	0,62%	17
UNICRE	-	6	554	29 Custo Histórico	554	-	-	-	-	0,29%	554
VISA INC. - CLASS C	-	7	181	- Custo Histórico	181	-	-	-	-	-	181
<b>TOTAL</b>			<b>689.322</b>		<b>923.214</b>		<b>(235.021)</b>		<b>595</b>		<b>923.214</b>



OLIVEIRA REGO & ASSOCIADOS  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

## **CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS**

### **INTRODUÇÃO**

1. Examinámos as demonstrações financeiras do **Banco Português de Negócios, S.A.**, as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2008 (que evidencia um total de 6.732.870 milhares de euros e um total de capital próprio negativo de 1.475.658 milhares de euros, incluindo um resultado líquido negativo de 428.391 milhares de euros), a demonstração dos resultados, a demonstração dos fluxos de caixa e a demonstração das alterações no capital próprio do exercício findo naquela data e o correspondente anexo às demonstrações financeiras.

### **RESPONSABILIDADES**

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Banco e o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### **ÂMBITO**

4. Excepto quanto à limitação descrita nos parágrafos nº 7, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
  - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
  - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
  - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
  - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.



OLIVEIRA REGO & ASSOCIADOS  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

**RESERVA**

7. Apesar do esforço desenvolvido para a quantificação de todas as responsabilidades ou passivos contingentes do Banco perante terceiros e a sua integração ou divulgação nas respectivas demonstrações financeiras, não foi possível obter a totalidade das respostas aos pedidos de confirmação externa de saldos com advogados e entidades relacionadas do Banco antes da nacionalização, processo que se encontra ainda em curso, assim como a confirmação dos valores de títulos pertencentes a clientes depositados no Banco.

**OPINIÃO**

8. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existisse a limitação descrita no parágrafo 7 acima, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do **Banco Português de Negócios, S.A.**, em 31 de Dezembro de 2008, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa do exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal.

**ÊNFASES**

9. Em 12 de Novembro de 2008, entrou em vigor a Lei nº 62-A/2008, de 11 de Novembro, que procedeu à nacionalização de todas as acções representativas do capital social do Banco Português de Negócios, S.A., atribuindo a respectiva gestão à Caixa Geral de Depósitos, S.A. a quem coube proceder à designação dos membros dos órgãos sociais do Banco, os quais entraram em funções nessa data, conforme deliberação da Assembleia-Geral.
10. O Banco efectuou a "reexpressão" das demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2007, de forma a corrigir os erros materiais que as mesmas continham, de acordo com o previsto na Norma Internacional de Contabilidade 8 - "Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros". O impacto da "reexpressão" nas demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2007 (*proforma*) é apresentado de forma detalhada na Nota 3 do Anexo às Demonstrações Financeiras.



## OLIVEIRA REGO & ASSOCIADOS

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

11. O Banco apresenta um capital próprio negativo de 1.475.658 milhares de euros, encontrando-se na situação prevista no artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais e impossibilitado de cumprir as normas prudenciais que integram o Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras. A continuidade das operações e o futuro da Instituição encontram-se dependentes de decisão do accionista, Estado Português, através da Direcção Geral do Tesouro e Finanças.
  
12. As demonstrações financeiras estatutárias referentes ao exercício de 2007 foram objecto de certificação legal das contas por outro revisor oficial de contas. As contas apresentadas para efeitos comparativos com o exercício estão em formato *proforma* pelo que não emitimos opinião sobre as mesmas.

LISBOA, 19 DE MAIO DE 2009

  
OLIVEIRA REGO & ASSOCIADOS  
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS  
Representada pelo sócio Manuel de Oliveira Rego



### RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhor Accionista,

1. De acordo com o disposto nos artigos 420º e 508º – D do Código das Sociedades Comerciais, cumpre à nossa Sociedade emitir relatório e dar parecer sobre os documentos de prestação de contas, individuais e consolidadas, do **Banco Português de Negócios, S.A. (BPN)**, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2008.
2. Em 12 de Novembro de 2008, entrou em vigor a Lei nº 62-A/2008, de 11 de Novembro, que procedeu à nacionalização de todas as acções representativas do capital social do BPN, atribuindo a respectiva gestão à Caixa Geral de Depósitos, S.A. a quem coube proceder à designação dos membros dos órgãos sociais do Banco, os quais entraram em funções nessa data, conforme deliberação da Assembleia-Geral.
3. O Banco efectuou a “reexpressão” das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício de 2007, de forma a corrigir os erros materiais que as mesmas continham, de acordo com o previsto na Norma Internacional de Contabilidade 8 - “Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros”.  
O impacto da “reexpressão” das demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2007 é apresentado do Relatório de Gestão e na Nota 3 do Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.
4. O Fiscal Único alerta que o Banco apresenta um capital próprio individual e consolidado negativo, encontrando-se na situação prevista no artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais e impossibilitado de cumprir as normas prudenciais que integram o Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras. A continuidade das operações e o futuro da Instituição encontram-se dependentes de decisão do accionista Estado Português através da Direcção Geral do Tesouro e Finanças.
5. No âmbito das nossas funções previstas no Código das Sociedades Comerciais, procedemos à revisão legal das contas individuais e consolidadas do BPN e analisámos o Relatório de Gestão apresentado pelo Conselho de Administração do Banco, em relação aos quais damos a nossa opinião expressa na Certificação Legal das Contas, suportada pelos trabalhos desenvolvidos desde a nossa nomeação, em 12 de Novembro de 2008, e nos procedimentos específicos efectuados após o encerramento das contas do exercício.  
No desenvolvimento dos nossos trabalhos, contámos sempre com a colaboração do Conselho de Administração e dos Serviços da Sociedade, em termos de disponibilização das informações que consideramos necessárias.

6. **PARECER:**

Tudo devidamente ponderado, somos de parecer que a Assembleia-Geral:

- a) aprove o Relatório de Gestão e as contas do exercício de 2008, actividade individual e consolidada, apresentados pelo Conselho de Administração;
- b) aprove a proposta de aplicação de resultados que faz parte integrante do Relatório de Gestão;
- c) proceda à apreciação geral da Administração e Fiscalização da Sociedade e delas tire as conclusões referidas no art.º 455º do Código das Sociedades Comerciais.

O FISCAL ÚNICO

LISBOA, 19 DE MAIO DE 2009



OLIVEIRA REGO & ASSOCIADOS  
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS  
*Representada pelo sócio Manuel de Oliveira Rego*

## RELATÓRIO DE AUDITORIA

### CONTAS INDIVIDUAIS

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros)

#### **Introdução**

1. Examinámos as demonstrações financeiras individuais anexas do Banco Português de Negócios, S.A. (Banco), as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2008 que evidencia um total de 6.732.870 mEuros e capitais próprios negativos de 1.475.658 mEuros, incluindo um resultado líquido negativo de 428.391 mEuros, as demonstrações dos resultados, dos fluxos de caixa e das alterações no capital próprio do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

#### **Responsabilidades**

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração do Banco a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Banco, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

#### **Âmbito**

3. Excepto quanto ao assunto descrito no parágrafo 4 abaixo, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

A expressão Deloitte refere-se a uma ou várias sociedades que operam ao abrigo de um acordo com a Deloitte Touche Tohmatsu, uma Swiss Verein, bem como às suas respectivas representadas e afiliadas. Deloitte Touche Tohmatsu é uma associação mundial de sociedades dedicadas à prestação de serviços profissionais de excelência, concentradas no serviço ao cliente sob uma estratégia global, aplicada localmente em, aproximadamente, 140 países. Como Swiss Verein (associação), nem a Deloitte Touche Tohmatsu nem qualquer das suas sociedades membro assumem qualquer responsabilidade isolada ou solidária pelos actos ou omissões de qualquer das outras sociedades membro. Cada uma das sociedades membro é uma entidade legal e separada que opera sob a marca "Deloitte", "Deloitte & Touche", "Deloitte Touche Tohmatsu" ou outros nomes relacionados.

Capital Social: 500.000,00 euros - Matricula na CRC de Lisboa e NIPC 501 776 311  
Sede: Edifício Atrium Saldanha, Praça Duque de Saldanha, 1 - 6.º, 1050-094 Lisboa  
Tel: +(351) 210 427 500 Fax: +(351) 210 427 950 - [www.deloitte.com/pt](http://www.deloitte.com/pt)

• Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 - 13.º, 4150-146 Porto - Tel +(351) 225 439 200 - Fax +(351) 225 439 650

Member of  
Deloitte Touche Tohmatsu

## Reserva

4. Até à data de conclusão do nosso trabalho, não obtivemos resposta ao nosso pedido de confirmação de saldos por parte de um número significativo de advogados, accionistas da Sociedade Lusa de Negócios, SGPS, S.A., antigo accionista do Banco, e entidades pertencentes a este grupo. Desta forma, não podemos concluir quanto à existência de eventuais passivos não registados. Adicionalmente, não nos foi possível efectuar a confirmação directa de saldos de clientes relativos a títulos depositados no Banco, pelo que não podemos concluir quanto à razoabilidade do montante registado.

## Opinião

5. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários, caso não existisse a limitação descrita no parágrafo 4 acima, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes para os fins descritos no parágrafo 8 abaixo, a posição financeira do Banco Português de Negócios, S.A. em 31 de Dezembro de 2008, bem como o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal (Nota 2).

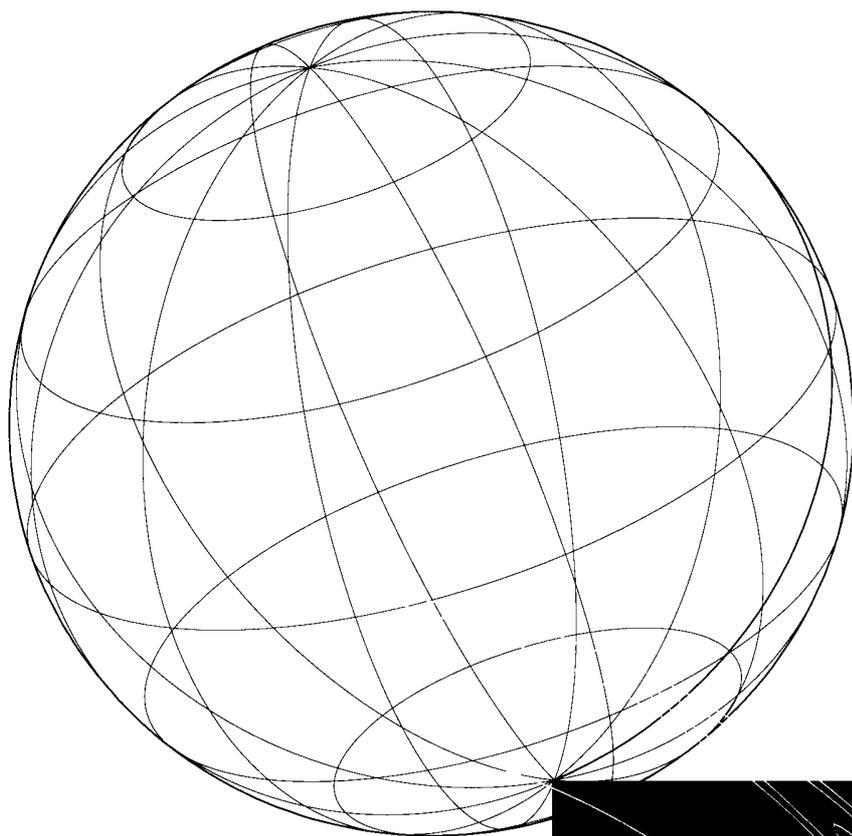
## Ênfases

6. Em Novembro de 2008 todas as acções representativas do capital social do Banco foram nacionalizadas ao abrigo da Lei nº 62-A/2008, de 11 de Novembro. De acordo com a referida Lei, a nacionalização foi motivada pelo volume de perdas acumuladas pelo Banco, ausência de liquidez adequada e iminência de uma situação de ruptura de pagamentos que ameaçava os interesses dos depositantes e a estabilidade do sistema financeiro (Nota 1). Durante o segundo semestre de 2008, foram identificadas um conjunto de situações com impacto significativo nas demonstrações financeiras do Banco, nomeadamente imparidades e provisões para crédito concedido e activos imobiliários (Nota 3), originadas em exercícios anteriores. De forma a permitir a comparabilidade da informação financeira apresentada, o Banco efectuou a reexpressão das demonstrações financeiras do exercício de 2007, conforme permitido pelo IAS 8, as quais são apresentadas em anexo no formato proforma. Os impactos e as divulgações decorrentes desta alteração estão descritos na Nota 3 do Anexo.
7. As demonstrações financeiras do Banco relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, apresentam prejuízos do exercício e uma situação líquida negativa de 428.391mEuros e 1.475.658 mEuros, respectivamente. Esta situação põe em causa a continuidade das operações do Banco. O capital do Banco foi nacionalizado, estando a Direcção Geral do Tesouro e Finanças a preparar um plano para a sua viabilização. Até esta data não existe uma decisão definitiva sobre este assunto, nem o Conselho de Administração do BPN foi informado sobre qualquer decisão. Contudo, a Administração do Banco decidiu preparar e apresentar as contas do exercício de 2008 no pressuposto da sua futura viabilização e, por conseguinte, com base na continuidade das suas operações. Consequentemente, a continuidade das operações do Banco encontra-se condicionada ao plano de viabilização que vier a ser aprovado pela Direcção Geral do Tesouro e Finanças e ao sucesso da sua implementação.

8. As demonstrações financeiras anexas referem-se à actividade individual do Banco, tendo sido elaboradas para aprovação em Assembleia Geral e para dar cumprimento aos requisitos de apresentação de contas determinados pelo Banco de Portugal. No entanto, as demonstrações financeiras consolidadas são aquelas que reflectem de forma mais adequada a situação financeira do Banco, os resultados das suas operações e os seus fluxos de caixa. Os efeitos da consolidação de contas em 31 de Dezembro de 2008 consistem num aumento do activo e do passivo nos montantes de 1.455.163 mEuros e 1.603.690 mEuros, respectivamente, e numa diminuição dos capitais próprios (excluindo o resultado do exercício) e do resultado do exercício nos montantes de 1.680 mEuros e 146.847 mEuros, respectivamente.
9. As demonstrações financeiras proforma relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, são apresentadas pelo Banco para efeitos comparativos e de forma a dar cumprimento aos requisitos de publicação de contas. Atendendo a que apenas fomos nomeados auditores do Banco em 20 de Novembro de 2008, as demonstrações financeiras do exercício de 2007 não foram por nós examinadas e, conseqüentemente, não expressamos qualquer opinião sobre as mesmas.

Lisboa, 20 de Maio de 2009

  
\_\_\_\_\_  
DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.  
Representada por Luís Augusto Gonçalves Magalhães



RELATÓRIO E  
CONTAS

08

Contas Consolidadas e Anexos  
Volume 3

BANCO PORTUGUÊS DE NEGÓCIOS, S.A.

BALANÇOS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007 (PROFORMA)

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	2008		2007		Notas	PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		Notas	2008		2007	
	Activo bruto	Imparidade e amortizações	Activo líquido	Activo líquido (proforma)		2008	2007 (proforma)		2008	2007 (proforma)		
<b>ACTIVO</b>												
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	187.547	-	187.547	517.630	5		Recursos de instituições de crédito e bancos centrais	19	2.220.273	907.096		
Disponibilidades em outras instituições de crédito	209.689	-	209.689	221.052	6		Recursos de clientes e outros empréstimos	20	5.126.262	4.800.255		
Aplicações em instituições de crédito	461.033	(1)	461.032	221.231	7		Responsabilidades representadas por títulos	21	1.008.563	807.286		
Activos financeiros detidos para negociação	72.053	-	72.053	137.361	8		Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	10	55.801	24.669		
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultado:	26.516	-	26.516	13.210	8		Derivados de cobertura com reavaliação negativa	10	360	1.295		
Activos financeiros disponíveis para venda	284.597	(20.944)	263.653	490.407	9		Provisões e imparidade	22	548.306	681.492		
Derivados de cobertura com reavaliação positiva	6.857	-	6.857	115	10		Provisões técnicas de contratos de seguros	23	250.856	344.678		
Crédito a clientes	6.751.704	(1.473.320)	5.278.384	4.718.478	11		Passivos por impostos correntes	16	2.828	4.982		
Propriedades de investimento	545.874	-	545.874	60.829	12		Passivos por impostos diferidos	16	3.607	4.252		
Outros activos tangíveis	515.224	(109.299)	405.925	377.731	13		Outros passivos subordinados	24	248.675	150.465		
Activos intangíveis	47.373	(23.634)	23.739	11.111	14		Outros passivos	25	346.687	841.037		
Investimentos em associadas	67.853	-	67.853	66.856	15		Total do passivo		9.812.218	8.567.507		
Activos por impostos correntes	6.878	-	6.878	5.249	16		Capital	26	380.000	300.000		
Provisões técnicas de resseguro cedido	7.569	-	7.569	7.913	17		Prémios de emissão	27	6.790	6.790		
Outros activos	668.373	(43.909)	624.464	524.086	18		Reservas de reavaliação	27	358	539		
<b>Total do activo</b>	<b>9.859.140</b>	<b>(1.671.107)</b>	<b>8.188.033</b>	<b>7.373.259</b>			Outras reservas e resultados transitados	27	(1.633.849)	(1.280.526)		
							Resultado líquido consolidado do exercício	27	(575.238)	(295.792)		
							Interesses minoritários	28	197.754	74.741		
							Total do capital próprio		(1.624.185)	(1.194.248)		
							Total do passivo e do capital próprio		8.188.033	7.373.259		

O Anexo faz parte integrante destes balanços.

*Paulo Pereira*

*Ramona Oliveira*

*Ramona Oliveira*

*Luís Manuel Pereira Soares*  
*Luís António Rufino*

*Jose-Luis Soares*

**BANCO PORTUGUÊS DE NEGÓCIOS, S.A.**

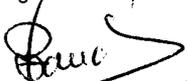
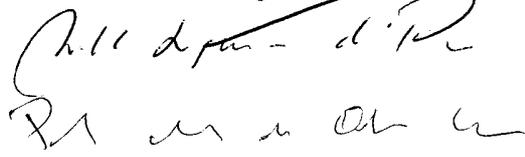
**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS (PROFORMA)**

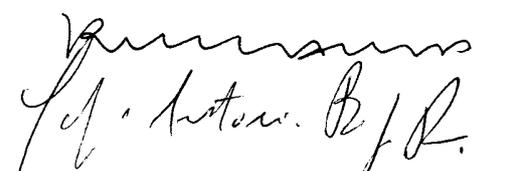
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007**

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	2008	2007
Juros e rendimentos similares	29	542.696	456.665
Juros e encargos similares	29	(433.831)	(275.735)
Rendimentos de instrumentos de capital	30	2.071	4.319
<b>MARGEM FINANCEIRA</b>		<b>110.936</b>	<b>185.249</b>
Rendimentos de serviços e comissões	31	61.391	68.644
Encargos com serviços e comissões	31	(20.957)	(25.440)
Resultados em operações financeiras	32	(105.868)	(4.052)
Outros resultados de exploração	33	49.291	88.826
<b>PRODUTO DA ACTIVIDADE FINANCEIRA</b>		<b>94.793</b>	<b>313.227</b>
<b>MARGEM TÉCNICA DA ACTIVIDADE DE SEGUROS</b>			
Prémios, líquidos de resseguro	34	51.641	80.809
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	34	(55.744)	(92.689)
		<b>(4.103)</b>	<b>(11.880)</b>
<b>PRODUTO DA ACTIVIDADE BANCÁRIA E SEGURADORA</b>		<b>90.690</b>	<b>301.348</b>
Custos com pessoal	35	(132.278)	(102.178)
Outros gastos administrativos	37	(115.357)	(123.039)
Depreciações e amortizações	13 e 14	(28.162)	(17.357)
Provisões líquidas de anulações	22	(139.431)	(134.578)
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	22	(130.549)	(171.148)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	22	(90.191)	(19.153)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	22	(23.580)	(10.588)
Resultados em empresas associadas	15 e 27	(1.975)	(109)
<b>RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS E DE INTERESSES MINORITÁRIOS</b>		<b>(570.834)</b>	<b>(276.802)</b>
Correntes	16	(9.680)	(16.201)
Diferidos	16	645	237
		<b>(9.035)</b>	<b>(15.964)</b>
Resultado consolidado do exercício, do qual:		<b>(579.869)</b>	<b>(292.766)</b>
Resultado após impostos de operações descontinuadas		-	-
Interesses minoritários	28	4.631	(3.026)
<b>RESULTADO LÍQUIDO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO</b>		<b>(575.238)</b>	<b>(295.792)</b>

O anexo faz parte integrante destas demonstrações.


BANCO PORTUGUÊS DE NEGÓCIOS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS PARA OS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
		<i>(proforma)</i>
Fluxos de caixa das actividades operacionais		
Recebimento de juros e comissões	530.716	510.521
Rendimentos adquiridos nos activos disponíveis para venda	(2)	25.463
Pagamento de juros e comissões	(394.678)	(286.582)
Pagamentos ao pessoal e fornecedores	(270.061)	(160.533)
Resultados cambiais e outros resultados operacionais	98.230	42.691
Resultados operacionais antes das alterações nos activos operacionais	<u>(35.795)</u>	<u>131.560</u>
(Aumentos) / diminuições de activos operacionais:		
Activos financeiros detidos para negociação e outros activos ao justo valor	195.679	10.453
Aplicações em instituições de crédito	(168.697)	(148.255)
Crédito a clientes	(1.012.269)	(858.853)
Activos ao justo valor por resultados	205.847	(15.410)
Derivados de Cobertura	80	1.304
Bens recebidos em dação de crédito	(14.461)	(25.186)
Outros activos	<u>(168.003)</u>	<u>(95.439)</u>
	<u>(961.824)</u>	<u>(1.131.386)</u>
Aumentos / (diminuições) de passivos operacionais:		
Recursos de bancos centrais	99.254	181.062
Recursos de instituições de crédito	1.066.747	61.230
Recursos de clientes e outros empréstimos	295.470	682.385
Passivos financeiros detidos para negociação e derivados de cobertura	1.809	1.418
Outros passivos	294.499	(181.115)
	<u>1.757.780</u>	<u>744.980</u>
Caixa líquida das actividades operacionais antes dos impostos sobre o rendimento	<u>760.161</u>	<u>(254.847)</u>
Impostos sobre os lucros	<u>(27.358)</u>	<u>(25.336)</u>
Caixa líquida das actividades operacionais	<u>732.802</u>	<u>(280.183)</u>
Fluxos de caixa de actividades de investimento		
Recebimento de dividendos	237	2.918
Aquisição de investimentos financeiros	(1.128.137)	(320.772)
Alienação de investimentos financeiros	5.318	405.376
Aquisições de activos tangíveis e intangíveis	(76.224)	(69.924)
Vendas de activos tangíveis e intangíveis	21.079	4.109
Aquisições e alienações de propriedades de investimento	(970)	(97)
Investimentos em empresas filiais e associadas	<u>(57.435)</u>	<u>7.048</u>
Caixa líquida das actividades de investimento	<u>(1.236.133)</u>	<u>28.658</u>
Fluxos de caixa das actividades de financiamento		
Aumento de capital	80.000	-
Dividendos pagos	(37.000)	(32.000)
Emissão de dívida titulada e subordinada	94.318	(8.123)
Remuneração paga relativa às obrigações de caixa e outros	-	(5.282)
Remuneração paga relativa a passivos subordinados	<u>(13.261)</u>	<u>(8.739)</u>
Caixa líquida das actividades de financiamento	<u>124.056</u>	<u>(54.145)</u>
Aumento / (diminuição) de caixa e seus equivalentes	<u>(379.275)</u>	<u>(305.670)</u>
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	738.682	603.558
Alterações no perímetro de consolidação	37.828	440.794
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	<u>397.236</u>	<u>738.682</u>

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

BANCO PORTUGUÊS DE NEGÓCIOS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS CONSOLIDADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Reservas de reavaliação			Outras reservas e resultados transitados					Resultado do exercício	Sub-total	Interesses minoritários	Total	
	Prêmios de emissão	Reservas de justo valor	Reservas de impostos diferidos	Total	Reserva Legal	Outras reservas	Resultados transitados	Reservas de conversão cambial					Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2006 (contas estatutárias)	6.790	5.053	(1.340)	3.713	15.553	13.064	-	2.518	31.135	58.937	400.575	3.612	404.187
Reexpressão das demonstrações financeiras (Nota 3)	-	(6.031)	1.340	(4.691)	-	-	(1.328.602)	-	(1.328.602)	-	(1.333.293)	74.308	(1.258.985)
Saldo em 31 de Dezembro de 2006 (Proforma)	6.790	(978)	-	(978)	15.553	13.064	(1.328.602)	2.518	(1.297.467)	58.937	(932.718)	77.920	(854.798)
Distribuição do lucro do exercício de 2006:													
Transferência para reservas e resultados transitados	-	-	-	-	4.987	11.899	10.051	-	26.937	(26.937)	-	-	-
Distribuição de dividendos a sócios	-	-	-	-	-	-	(14.300)	-	(14.300)	(32.000)	(32.000)	-	(32.000)
Alterações no perímetro de consolidação	-	-	-	-	-	-	(14.300)	-	(14.300)	(14.300)	(14.300)	(3.179)	(17.479)
Valorização de activos financeiros disponíveis para venda	-	1.694	(177)	1.517	-	-	-	4.304	4.304	-	1.517	-	1.517
Diferenças cambiais de consolidação	-	-	-	-	-	-	-	4.304	4.304	-	4.304	-	4.304
Resultado consolidado do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(295.792)	(295.792)	-	(295.792)
Saldo em 31 de Dezembro de 2007	6.790	716	(177)	539	20.540	24.963	(1.332.851)	6.822	(1.280.526)	(295.792)	(1.268.989)	74.741	(1.194.248)
Distribuição do lucro do exercício de 2007:													
Transferência para reservas e resultados transitados	-	-	-	-	4.081	(277)	(299.596)	-	(295.792)	295.792	-	-	-
Aumento de capital:													
Por entrada de dinheiro	80.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	80.000	-	80.000
Alterações do perímetro de consolidação	-	-	-	-	-	-	(21.671)	-	(21.671)	-	(21.671)	123.013	101.342
Distribuição de dividendos a sócios	-	-	-	-	-	-	(37.000)	-	(37.000)	-	(37.000)	-	(37.000)
Valorização de activos financeiros disponíveis para venda	-	(181)	-	(181)	-	-	-	-	-	-	(181)	-	(181)
Diferenças cambiais de consolidação	-	-	-	-	-	-	-	1.140	1.140	-	1,140	-	1,140
Resultado consolidado do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(575.238)	(575.238)	-	(575.238)
Saldo em 31 de Dezembro de 2008	6.790	535	(177)	358	24.621	24.686	(1.691.118)	7.962	(1.633.849)	(575.238)	(1.821.939)	197.754	(1.624.185)

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

## 1. NOTA INTRODUTÓRIA

O Banco Português de Negócios (BPN ou Banco), é uma Instituição de Crédito com sede no Porto, que iniciou a actividade bancária em 1 de Julho de 1993 após a conclusão do processo de fusão da Norcrédito – Sociedade de Investimento S.A. e a Soserfin – Sociedade de Investimento e Serviços Financeiros, S.A..

Em Novembro de 2008, todas as acções representativas do capital social do BPN foram nacionalizadas ao abrigo da Lei nº 62-A/2008, de 11 de Novembro. De acordo com a referida Lei, a nacionalização foi motivada pelo volume de perdas acumuladas pelo Banco, ausência de liquidez adequada e iminência de uma situação de ruptura de pagamentos que ameaçava os interesses dos depositantes e a estabilidade do sistema financeiro.

O Banco passou assim a ter a natureza de sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, sendo detido pela Direcção Geral do Tesouro e Finanças.

A gestão do Banco foi atribuída à Caixa Geral de Depósitos, S.A. (CGD), cabendo a esta entidade a designação dos membros dos órgãos sociais.

Até à data da nacionalização, o Banco era detido pela BPN SGPS, S.A., entidade detida pela Sociedade Lusa de Negócios, SGPS, S.A. (SLN).

O Banco participa ainda, directa e indirectamente, no capital de um conjunto significativo de empresas nacionais e estrangeiras, nomeadamente no Brasil, em Cabo Verde e nas Ilhas Caimão, nas quais detém posições maioritárias. Estas empresas constituem o Grupo Banco Português de Negócios (Grupo) e posicionam-se em diversos sectores, como sejam, banca, seguros, banca de investimento, gestão de activos, área imobiliária e saúde.

Para a realização das suas operações, em 31 de Dezembro de 2008, o Banco contava com uma rede nacional de 220 agências (213 em 2007), uma Sucursal Financeira Internacional em França com 5 agências (4 em 2007) e uma Sucursal Financeira Exterior na Madeira.

As demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2008 do Banco e das suas filiais e associadas estão pendentes de aprovação pelas correspondentes assembleias gerais. No entanto, o Conselho de Administração do Banco admite que as demonstrações financeiras utilizadas na preparação das contas consolidadas venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

## 2. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

### 2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 foram preparadas com base nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia, na sequência do Regulamento (CE) Nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho e das disposições do Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro.

Durante o segundo semestre de 2008 foram identificadas um conjunto de situações com impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Banco, nomeadamente imparidades e provisões para crédito concedido e activos imobiliários, originadas em exercícios anteriores. De forma a permitir a comparabilidade da informação financeira apresentada, o Banco efectuou a reexpressão das demonstrações financeiras do exercício de 2007, conforme permitido pelo IAS 8. Os impactos e as divulgações decorrentes desta alteração estão descritos na Nota 3.

2.2. Adopção de normas (novas ou revistas) emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (IASB) e interpretações emitidas pelo “International Financial Reporting Interpretation Commitee” (IFRIC), conforme adoptadas pela União Europeia

Em 2007, foi endossado pela União Europeia, o IFRS 8 – “Operating Segments”, o qual é efectivo para exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2009.

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 e até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, foram ainda endossadas pela União Europeia as seguintes normas contabilísticas e interpretações:

	<u>Data de Eficácia</u>
<b><u>Com aplicação obrigatória no exercício de 2008</u></b>	
IAS 39/IFRS 7 – Reclassificação de activos financeiros (Alterações)	01-07-08
IFRIC 13 – Programas de fidelização de clientes	01-07-08
IFRIC 14 – IAS 19 O Limite sobre um activo de benefícios definidos, requisitos de financiamento mínimo e respectiva interacção	01-01-08
<b><u>Com aplicação obrigatória após 2008</u></b>	
IFRS 8 – Segmentos operacionais	01-01-09
IFRS 2 – Pagamentos baseados em acções (Alterações)	01-01-09
IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras (Revista)	01-01-09
IAS 23 – Custos de empréstimos obtidos (Alterações)	01-01-09
IAS 32/IAS 1 – Instrumentos Financeiros com uma Opção Put e Obrigações Decorrentes de uma Liquidação (Alterações)	01-01-09
Melhoramentos das Normas Internacionais de Relato Financeiro (2007)	01-01-09
IFRS 1/IAS 27 – Custo de um investimento numa subsidiária, entidade conjuntamente controlada ou associada	01-01-09

Tal como descrito acima, em 2008 foram introduzidas alterações nas Normas IAS 39 – Instrumentos financeiros: Reconhecimento e Mensuração e IFRS 7 – Instrumentos financeiros: Divulgações, que foram endossadas pela União Europeia, nomeadamente nos critérios de reclassificação de instrumentos financeiros. Desta forma, o IAS 39 vem permitir a possibilidade da entidade poder reclassificar:

- Em circunstâncias particulares, activos financeiros não derivados (que não os designados no reconhecimento inicial ao justo valor através de resultados no âmbito da “Fair Value Option”) da categoria ao justo valor através de resultados para as restantes rubricas; e
- Da categoria de activos financeiros disponíveis para venda para a categoria de crédito e outros valores a receber de activos financeiros que cumprissem com a definição de crédito ou outros valores a receber, desde que a entidade tenha a intenção e capacidade de o deter no futuro próximo ou até à maturidade.

Para reclassificações ocorridas até 1 de Novembro de 2008, o efeito destas alterações tinha por referência 1 de Julho de 2008. Quaisquer reclassificações verificadas em ou após 1 de Novembro de 2008 teriam impacto apenas a partir da data da reclassificação.

A entrada em vigor da IFRIC 14 e IFRIC 13, em 2008, não teve impactos significativos nas presentes demonstrações financeiras consolidadas.

As normas de aplicação obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2009, não foram adoptadas antecipadamente pelo Grupo no exercício de 2008. Não são estimados impactos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, decorrentes da adopção dessas normas.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

As seguintes normas contabilísticas e interpretações foram já emitidas a esta data, embora não se encontrem ainda endossadas pela União Europeia:

	<u>Data de Eficácia</u>
Alteração ao IFRS 3 – Concentrações empresariais	01-07-09
Alteração ao IFRS 1 – Adopção pela primeira vez dos IFRS	01-07-09
IAS 27 – Demonstrações financeiras consolidadas e individuais (Alterações)	01-07-09
IAS 39 – Itens elegíveis de cobertura (Alterações)	01-07-09
IAS 39 – Reclassificações de activos financeiros (Alterações)	01-07-09
IFRS 7 – Incrementos qualitativos às divulgações relativas aos Instrumentos Financeiros (Alterações)	01-01-09
IFRIC 12 – Contratos relativos a serviços de concessão	01-01-09
IFRIC 15 – Contratos relativos a construção imobiliária	01-01-09
IFRIC 16 – Cobertura de investimento líquido em operações no exterior	01-10-08
IFRIC 17 – Distribuição aos accionistas de activos não monetários	01-07-09
IFRIC 18 – Transferência de activos de clientes	01-07-09

Apesar de não se encontrar ainda disponível uma avaliação do impacto da adopção das normas e interpretações acima referidas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas do Banco, o Conselho de Administração entende que a sua aplicação não apresentará um impacto materialmente relevante para as mesmas.

### 2.3. Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as contas do Banco e as das entidades controladas directamente e indirectamente pelo Grupo (Nota 4), incluindo entidades de propósito especial ("SPV").

A nível das entidades participadas, são designadas "filiais" aquelas nas quais o Grupo exerce um controlo efectivo sobre a gestão corrente de modo a obter benefícios económicos das suas actividades. Normalmente, o controlo é evidenciado pela detenção de mais de 50% do capital ou dos direitos de voto. Adicionalmente, em resultado da aplicação da Norma IAS 27 – "Demonstrações financeiras consolidadas e separadas", o Grupo inclui no perímetro de consolidação entidades de propósito especial, nomeadamente veículos e fundos criados no âmbito de operações de titularização, fundos de capital de risco e de investimento e outras entidades similares, quando exerce sobre as mesmas um controlo financeiro e operacional efectivo e nas quais o Grupo detém a maioria dos riscos e benefícios associados à respectiva actividade.

A consolidação das contas das filiais que integram o Grupo foi efectuada pelo método da integração global. As transacções e os saldos significativos entre as empresas objecto de consolidação foram eliminados. Adicionalmente, quando aplicável, são efectuados ajustamentos de consolidação de forma a assegurar a consistência na aplicação dos princípios contabilísticos do Grupo.

O valor correspondente à participação de terceiros nas filiais é apresentado na rubrica "Interesses minoritários", do capital próprio.

O lucro consolidado resulta da agregação dos resultados líquidos do Banco e das entidades filiais, na proporção da respectiva participação efectiva, após os ajustamentos de consolidação, designadamente a eliminação de dividendos recebidos e mais e menos-valias geradas em transacções entre empresas incluídas no perímetro de consolidação.

#### 2.4. Concentrações de actividades empresariais e "goodwill"

As aquisições de filiais são registadas pelo método da compra. O custo de aquisição corresponde ao justo valor agregado dos activos entregues e passivos incorridos ou assumidos em contrapartida da obtenção do controlo sobre a entidade adquirida, acrescido de custos incorridos directamente atribuíveis à operação. Na data de aquisição, que corresponde ao momento em que o Grupo obtém o controlo sobre a filial, os activos, passivos e passivos contingentes identificáveis que reúnem os requisitos para reconhecimento previstos na Norma IFRS 3 – "Concentrações de actividades empresariais" são registados pelo respectivo justo valor.

O "goodwill" corresponde à diferença positiva, na data de aquisição, entre o custo de aquisição de uma filial e a percentagem efectiva adquirida pelo Grupo no justo valor dos respectivos activos, passivos e passivos contingentes identificáveis. O "goodwill" é registado como um activo e não é sujeito a amortização.

No caso de transacções efectuadas após a obtenção de controlo pelo Grupo, o diferencial entre o custo de aquisição das acções adicionais e o valor correspondente de activos e passivos da entidade adquirida é registado directamente em reservas.

Até 1 de Janeiro de 2004, conforme permitido pelas políticas contabilísticas definidas pelo Banco de Portugal, o "goodwill" era totalmente deduzido ao capital próprio no ano de aquisição das filiais. Tal como permitido pela Norma IFRS 1, o Grupo não efectuou qualquer alteração a esse registo, pelo que o "goodwill" gerado em operações ocorridas até 1 de Janeiro de 2004 permaneceu deduzido às reservas.

#### 2.5. Investimentos em associadas

Consideram-se entidades "associadas" aquelas em que o Grupo tem uma influência significativa, mas sobre as quais não exerce um controlo efectivo sobre a sua gestão. Assume-se a existência de influência significativa sempre que a participação do Grupo se situe, directa ou indirectamente, entre 20% e 50% do capital ou dos direitos de voto.

Os investimentos em associadas são registados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com este método, as participações são inicialmente valorizadas pelo respectivo custo de aquisição, o qual é subsequentemente ajustado com base na percentagem efectiva do Grupo nas variações do capital próprio (incluindo resultados) das associadas.

Caso existam divergências com impacto materialmente relevante, são efectuados ajustamentos aos capitais próprios das associadas utilizados para efeitos da aplicação do método da equivalência patrimonial, de forma a reflectir a aplicação dos princípios contabilísticos do Grupo.

O "goodwill", correspondente à diferença positiva entre o custo de aquisição de uma associada e a percentagem efectiva adquirida pelo Grupo no justo valor dos respectivos activos, passivos e passivos contingentes, e é registado em reservas.

#### 2.6. Conversão de saldos e transacções em moeda estrangeira

As contas individuais de cada entidade do Grupo incluídas na consolidação são preparadas de acordo com a divisa utilizada no espaço económico em que opera - denominada "moeda funcional". Nas contas consolidadas, os resultados e posição financeira de cada entidade são expressos em Euros, a moeda funcional do Grupo.

Na preparação das demonstrações financeiras individuais do Banco e das filiais, as transacções em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio indicativas na data em que foram realizadas.

Em cada data de balanço, os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional de cada entidade com base na taxa de câmbio em vigor. Os activos não monetários que sejam valorizados ao justo valor são convertidos com base na taxa de câmbio em vigor na data da última valorização. Os activos não monetários registados ao custo histórico, incluindo activos tangíveis e intangíveis, permanecem registados ao câmbio original.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão cambial são reflectidas em resultados do exercício, com excepção das originadas por instrumentos financeiros não monetários registados ao justo valor, tal como acções classificadas como activos financeiros disponíveis para venda, que são registadas numa rubrica específica de capital próprio até à sua alienação.

Nas contas consolidadas, os activos e passivos de entidades com moeda funcional distinta do Euro são convertidos à taxa de câmbio de fecho, enquanto os proveitos e custos são convertidos à taxa média do período. As diferenças resultantes da conversão cambial, de acordo com este método, são registadas na rubrica "Outras reservas", do capital próprio, sendo o respectivo saldo transferido para resultados no momento da alienação das respectivas filiais.

## 2.7. Instrumentos financeiros

### a) Activos financeiros

Os activos financeiros são registados na data de contratação pelo respectivo justo valor. No caso de activos financeiros registados ao justo valor através de resultados, os custos directamente atribuíveis à transacção são registados na rubrica "Encargos com serviços e comissões". Nas restantes situações, estes custos são acrescidos ao valor do activo. Quando do reconhecimento inicial estes activos são classificados numa das seguintes categorias definidas na Norma IAS 39:

#### i) Activos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta categoria inclui:

- Activos financeiros detidos para negociação, que correspondem essencialmente a títulos adquiridos com o objectivo de realização de ganhos como resultado de flutuações de curto prazo nos preços de mercado. Incluem-se também nesta categoria os instrumentos financeiros derivados, excluindo aqueles que cumpram os requisitos de contabilidade de cobertura; e
- Activos financeiros classificados de forma irrevogável no seu reconhecimento inicial como ao justo valor através de resultados ("Fair Value Option"). Esta designação encontra-se limitada a situações em que a sua adopção resulte na produção de informação financeira mais relevante, nomeadamente:
  - a) Caso a sua aplicação elimine ou reduza de forma significativa uma inconsistência no reconhecimento ou mensuração ("accounting mismatch") que, caso contrário, ocorreria em resultado de mensurar activos e passivos relacionados ou reconhecer ganhos e perdas nos mesmos de forma inconsistente;
  - b) Grupos de activos financeiros, passivos financeiros ou ambos que sejam geridos e o seu desempenho avaliado com base no justo valor, de acordo com estratégias de gestão de risco e de investimento formalmente documentadas; e informação sobre os mesmos seja distribuída internamente aos órgãos de gestão.

- Adicionalmente, é possível classificar nesta categoria instrumentos financeiros que contenham um ou mais derivados embutidos, a menos que:
  - Os derivados embutidos não modifiquem significativamente os fluxos de caixa que de outra forma seriam produzidos pelo contrato;
  - Fique claro, com pouca ou nenhuma análise, que a separação dos derivados implícitos não deve ser efectuada.

Os activos financeiros classificados nesta categoria são registados ao justo valor, sendo os ganhos e perdas gerados pela valorização subsequente reflectidos em resultados do exercício, nas rubricas de "Resultados em operações financeiras". Os juros são reflectidos nas rubricas apropriadas de "Juros e rendimentos similares".

ii) Empréstimos e contas a receber

São activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado activo. Esta categoria inclui crédito concedido a clientes (incluindo crédito titulado), valores a receber de outras instituições de crédito e valores a receber pela prestação de serviços ou alienação de bens, registados em "Outros activos".

No reconhecimento inicial estes activos são registados pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efectiva, e acrescido de todos os custos incrementais directamente atribuíveis à transacção. Subsequentemente, estes activos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade.

*Reconhecimento de juros*

Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efectiva, que permite calcular o custo amortizado e repartir os juros ao longo do período das operações. A taxa efectiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro, permite igualar o seu valor actual ao valor do instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial.

iii) Activos financeiros disponíveis para venda

Esta categoria inclui os seguintes instrumentos financeiros aqui registados quando do reconhecimento inicial:

- Títulos de rendimento variável não classificados como activos financeiros ao justo valor através de resultados, incluindo instrumentos de capital detidos com carácter de estabilidade. Neste sentido, inclui também os instrumentos de capital detidos no âmbito da actividade de capital de risco do Grupo, sem opções associadas;
- Obrigações e outros instrumentos de dívida aqui classificados no reconhecimento inicial;
- Unidades de participação em fundos de investimento.

Os activos financeiros disponíveis para venda são mensurados ao justo valor, com excepção de instrumentos de capital não cotados num mercado activo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo. Os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são registados directamente em capitais próprios, na "Reserva de justo valor". No momento da venda, ou caso seja determinada imparidade, as variações acumuladas no justo valor são transferidas para proveitos ou custos do exercício, sendo registadas nas rubricas de "Resultados em operações financeiras" ou "Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações", respectivamente.

Para determinação dos resultados na venda, os activos vendidos são valorizados pelo custo médio de aquisição.

Os juros relativos a instrumentos de dívida classificados nesta categoria são determinados com base no método da taxa efectiva, sendo reconhecidos em "Juros e rendimentos similares", da demonstração de resultados.

Os dividendos de instrumentos de capital classificados nesta categoria são registados como proveitos na rubrica "Rendimentos de instrumentos de capital", quando é estabelecido o direito do Grupo ao seu recebimento.

#### Justo valor

Conforme acima referido, os activos financeiros registados na categoria de Activos financeiros ao justo valor através de resultados e Activos financeiros disponíveis para venda são valorizados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um activo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transacção em condições normais de mercado.

O justo valor de activos financeiros é determinado com base em:

- Relativamente a instrumentos transaccionados em mercados activos:
  - i) Preços (bid prices) difundidos por meios de difusão de informação financeira;
  - ii) Cotação de fecho na data de balanço, para instrumentos transaccionados em mercados activos.

#### b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são registados na data de contratação pelo respectivo justo valor, deduzido de custos directamente atribuíveis à transacção. Os passivos financeiros são classificados nas seguintes categorias:

##### i) Passivos financeiros ao justo valor através de resultados

Os passivos financeiros ao justo valor através de resultados incluem instrumentos financeiros derivados com reavaliação negativa, assim como títulos de rendimento fixo e variável transaccionados a descoberto. Estes passivos encontram-se registados pelo justo valor, sendo os ganhos ou perdas resultantes da sua valorização subsequente registados nas rubricas de "Resultados em operações financeiras".

ii) Passivos financeiros associados a activos transferidos

Esta rubrica inclui os fundos recebidos no âmbito da operação de titularização de crédito concedido.

iii) Outros passivos financeiros

Esta categoria inclui recursos de instituições de crédito e de clientes, dívida emitida, passivos subordinados e passivos incorridos para pagamento de prestações de serviços ou compra de activos, registados em "Outros passivos".

Estes passivos financeiros são valorizados pelo custo amortizado sendo os juros, quando aplicável, reconhecidos de acordo com o método da taxa efectiva.

c) Derivados e contabilidade de cobertura

O Grupo realiza operações com produtos derivados no âmbito da sua actividade, com o objectivo de satisfazer as necessidades dos seus clientes e para reduzir a sua exposição a flutuações cambiais, de taxas de juro e de cotações.

Os instrumentos financeiros derivados são registados pelo seu justo valor na data da sua contratação. Adicionalmente, são reflectidos em rubricas extrapatrimoniais pelo respectivo valor nominal.

Subsequentemente, os derivados são mensurados pelo respectivo justo valor. O justo valor é apurado:

- Com base em cotações obtidas em mercados activos (por exemplo, no que respeita a futuros transaccionados em mercados organizados);
- Com base em modelos que incorporam técnicas de valorização aceites no mercado, incluindo cash-flows descontados e modelos de valorização de opções.

Derivados de cobertura

Tratam-se de derivados contratados com o objectivo de cobertura da exposição do Grupo a riscos inerentes à sua actividade. A classificação como derivados de cobertura e a utilização das regras de contabilidade de cobertura, conforme abaixo descrito, dependem do cumprimento dos requisitos definidos na Norma IAS 39.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o Grupo apenas utiliza cobertura de exposição a variações de justo valor de instrumentos financeiros registados em balanço, denominadas "Coberturas de justo valor".

Os derivados de cobertura são registados ao justo valor, sendo os resultados apurados diariamente reconhecidos em proveitos e custos do exercício. Caso se demonstre que a cobertura é eficaz, nomeadamente através do apuramento de uma eficácia entre 80% e 125%, o Grupo reflecte igualmente no resultado do exercício a variação no justo valor do elemento coberto atribuível ao risco coberto, nas rubricas de "Resultados em operações financeiras". No caso de instrumentos que incluem uma componente de juros (como por exemplo, swaps de taxa de juro) a periodificação de juros relativa ao período em curso e os fluxos liquidados são reflectidos em "Juros e rendimentos similares" e "Juros e encargos similares", da margem financeira.

Sempre que as coberturas deixem de satisfazer os requisitos para aplicação de contabilidade de cobertura definidos na Norma, ou caso o Banco revogue a designação, a contabilidade de cobertura é descontinuada. Nestas situações, os ajustamentos efectuados aos elementos cobertos até à data em que a contabilidade de cobertura deixa de ser eficaz ou é decidida a revogação dessa designação passam a ser reconhecidos em resultados pelo método da taxa efectiva até à maturidade do activo ou passivo financeiro.

As reavaliações positivas e negativas de derivados de cobertura são registadas no activo e passivo, respectivamente, em rubricas específicas.

As valorizações dos elementos cobertos são reflectidas nas rubricas de balanço onde se encontram registados esses instrumentos.

#### Derivados de negociação

Inclui todos os derivados que não estejam associados a relações de cobertura eficazes, de acordo com a Norma IAS 39, nomeadamente:

- Derivados contratados para cobertura de risco em activos ou passivos registados ao justo valor através de resultados, tornando assim desnecessária a utilização de contabilidade de cobertura;
- Derivados contratados para cobertura de risco que não reúnem as condições necessárias para a utilização de contabilidade de cobertura ao abrigo da Norma IAS 39, nomeadamente pela dificuldade em identificar especificamente os elementos cobertos, nos casos em que não se tratem de micro-coberturas, ou pelos resultados dos testes de eficácia se situarem fora do intervalo permitido pela Norma IAS 39;
- Derivados contratados com o objectivo de "trading".

Os derivados de negociação são registados ao justo valor, sendo os resultados da reavaliação apurados diariamente reconhecidos em proveitos e custos do exercício, nas rubricas de "Resultados em operações financeiras", com excepção da parcela relativa a juros corridos e liquidados, a qual é reflectida em "Juros e rendimentos similares" e "Juros e encargos similares". As reavaliações positivas e negativas são registadas nas rubricas "Activos financeiros ao justo valor através de resultados" e "Passivos financeiros ao justo valor através de resultados", respectivamente.

#### d) Imparidade de activos financeiros

##### Activos financeiros ao custo amortizado

O Banco efectuou uma análise de imparidade dos seus activos financeiros registados ao custo amortizado, nomeadamente crédito a clientes.

A imparidade para crédito foi apurada da seguinte forma:

- Análise individual de todos os clientes com responsabilidades superiores a 1.500 mEuros;
- Para o universo dos clientes com responsabilidades inferiores a 1.500 mEuros, análise colectiva baseada nas respostas obtidas aos questionários de crédito enviados às áreas comerciais do Banco para uma amostra de operações de crédito.

##### Activos financeiros disponíveis para venda

Conforme referido na Nota 2.7. a), os activos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, sendo as variações no justo valor reflectidas em capital próprio, na rubrica "Reserva de justo valor".

Sempre que exista evidência objectiva de imparidade, as menos - valias acumuladas que tenham sido reconhecidas em reservas são transferidas para custos do exercício sob a forma de perdas por imparidade, sendo registadas na rubrica "Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações".

Para além dos indícios de imparidade acima referidos para activos financeiros registados ao custo amortizado, a Norma IAS 39 prevê ainda os seguintes indícios específicos para imparidade em instrumentos de capital:

- Informação sobre alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera que indique que o custo do investimento não venha a ser recuperado na totalidade;
- Um declínio significativo ou prolongado do valor de mercado abaixo do preço de custo.

Em cada data de referência das demonstrações financeiras é efectuada pelo Grupo uma análise da existência de perdas por imparidade em activos financeiros disponíveis para venda.

As perdas por imparidade em instrumentos de capital não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são reflectidas na “Reserva de justo valor”. Caso posteriormente sejam determinadas menos-valias adicionais, considera-se sempre que existe imparidade, pelo que são reflectidas em resultados do exercício.

#### 2.8. Bens recebidos em dação de crédito

O Grupo regista em “Outros activos” os imóveis, equipamentos e outros bens recebidos em dação para pagamento de operações de crédito vencido, sendo registados pelo valor acordado no contrato de dação, o qual corresponde ao menor dos valores da dívida existente ou da avaliação do bem, na data da dação. Os imóveis são objecto de avaliações periódicas que dão lugar ao registo de perdas por imparidade sempre que o valor decorrente dessas avaliações (líquido de custos de venda) seja inferior ao valor por que se encontram contabilizados. Os activos tangíveis são registados nesta rubrica a partir do momento da celebração do contrato promessa de dação ou da arrematação.

#### 2.9. Propriedades de investimento

Correspondem a imóveis detidos pelo Grupo com o objectivo de obtenção de rendimentos através do arrendamento e/ou da sua valorização.

As propriedades de investimento não são amortizadas, sendo registadas ao justo valor, determinado anualmente com base em avaliações de peritos. As variações no justo valor são reflectidas em resultados, nas rubricas “Outros rendimentos e encargos de exploração”.

#### 2.10. Outros activos tangíveis

São registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como custo do exercício, na rubrica “Outros gastos administrativos”.

As amortizações são calculadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso, que é:

	Anos de <u>vida útil</u>
Imóveis de serviço próprio	20 – 50
Obras em edifícios de serviço próprio	20 – 50
Obras em edifícios arrendados	10 – 20
Equipamentos	4 – 10
Outras imobilizações corpóreas	10

Os terrenos não são objecto de amortização.

As despesas com obras e beneficiações em imóveis ocupados pelo Grupo como locatário em regime de locação operacional são capitalizadas nesta rubrica e amortizadas, em média, ao longo de um período de 10 anos.

As amortizações são registadas em custos do exercício.

#### 2.11. Locação financeira

As operações de locação financeira são registadas da seguinte forma:

##### Como locatário

Os activos em regime de locação financeira são registados pelo justo valor em “Outros activos tangíveis” e no passivo, processando-se as respectivas amortizações.

As rendas relativas a contratos de locação financeira são desdobradas de acordo com o respectivo plano financeiro, reduzindo-se o passivo pela parte correspondente à amortização do capital. Os juros suportados são registados em “Juros e encargos similares”.

##### Como locador

Os activos em regime de locação financeira são registados no balanço como “Crédito a clientes”, sendo este reembolsado através das amortizações de capital constantes do plano financeiro dos contratos. Os juros incluídos nas rendas são registados em “Juros e rendimentos similares”.

#### 2.12. Activos intangíveis

Esta rubrica compreende essencialmente custos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de software utilizado no desenvolvimento das actividades do Grupo. Nos casos em que sejam cumpridos os requisitos definidos na Norma IAS 38 – Activos Intangíveis, os custos internos directos incorridos no desenvolvimento de aplicações informáticas são capitalizados como activos intangíveis. Estes custos correspondem exclusivamente a custos com pessoal.

Os activos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são registadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos activos, a qual corresponde normalmente a um período de 3 anos.

As despesas com manutenção de software são contabilizadas como custo no exercício em que são incorridas.

#### 2.13. Impostos sobre lucros

##### Impostos correntes

Todas as empresas do Grupo são tributadas individualmente, e as com sede em Portugal, nomeadamente o Banco, estão sujeitas ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (Código do IRC). As contas das sucursais são integradas nas contas da sede para efeitos fiscais. Para além da sujeição a IRC nestes termos, os resultados das sucursais são ainda sujeitos a impostos locais nos países/territórios onde estas estão estabelecidas. Os impostos locais são dedutíveis à colecta de IRC da sede nos termos do artigo 85.º do respectivo Código e dos Acordos de Dupla Tributação celebrados por Portugal.

A Sucursal Financeira Exterior na Região Autónoma da Madeira do BPN e a BPN Madeira, SGPS, S.A. beneficiam, ao abrigo do artigo 33.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, de isenção de IRC até 31 de Dezembro de 2011. Para efeitos da aplicação desta isenção, considera-se que pelo menos 85% do lucro tributável da actividade global da entidade é resultante de actividades exercidas fora do âmbito institucional da zona franca da Madeira.

No que respeita às subsidiárias no estrangeiro, os impostos sobre lucros são calculados e registados de acordo com base nas normas em vigor nos respectivos países.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos.

#### Impostos diferidos

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto que os impostos diferidos activos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são reflectidos nos resultados do exercício, excepto nos casos em que as transacções que os originaram tenham sido reflectidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda). Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente reflectido por contrapartida de capital próprio, não afectando o resultado do exercício.

O Grupo não reconheceu impostos diferidos activos nas demonstrações financeiras consolidadas, nomeadamente os referentes a prejuízos fiscais reportáveis, na medida em que não dispõe de estudos que demonstrem a probabilidade de obtenção de lucros fiscais no futuro que possibilitem a recuperação dessas diferenças.

#### 2.14. Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

As provisões para outros riscos destinam-se a fazer face a contingências diversas, que se encontram descritas na Nota 22.

## 2.15. Benefícios dos empregados

As responsabilidades com benefícios dos empregados são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela Norma IAS 19 – Benefícios dos Trabalhadores. Os principais benefícios concedidos pelo Grupo incluem pensões de reforma e sobrevivência, encargos com saúde e outros benefícios de longo prazo.

### Responsabilidades com pensões

Até 31 de Dezembro de 1997, as entidades financeiras do Grupo, não eram subscritoras do Acordo Colectivo de Trabalho Vertical (ACTV) para o sector bancário. Os seus colaboradores, encontravam-se então, enquadrados no sistema de reformas da Segurança Social. No decurso do ano de 1998, determinadas entidades financeiras do Grupo, celebraram com os Sindicatos dos Bancários do Norte, Centro, Sul e Ilhas e Quadros e Técnicos Bancários, os acordos de adesão ao ACTV vigente. Estes acordos prevêem que sejam asseguradas as responsabilidades com pensões de reforma por velhice, invalidez e sobrevivência e demais benefícios deles decorrentes, relativamente aos colaboradores abrangidos pelo referido acordo, com efeito imediato a partir da data mencionada. Com o objectivo de cobrir as responsabilidades com pensões de reforma, então assumidas, foi constituído o Fundo de Pensões, das subsidiárias do sector financeiro do Grupo, encontrando-se a sua gestão, a cargo da Real Vida Seguros, S.A. (Real Vida).

A Real Vida dispõe igualmente de Fundo de Pensões, enquadrado nos termos do Contrato colectivo de Trabalho da Actividade Seguradora. Entre as suas características principais destaca-se o facto de assegurar exclusivamente o pagamento de pensões por velhice e invalidez.

Os Planos de Pensões existentes no Grupo, correspondem a planos de benefícios definidos, dado que se encontram estabelecidos os critérios de determinação do valor da pensão que o colaborador receberá no decurso da sua reforma. Este encontra-se dependente de múltiplos factores, tais como e entre outros: a idade, os anos de serviço e o valor da retribuição mensal. Os Planos são substitutivos da Segurança Social e totalmente independente da mesma, para todos os empregados que efectuem descontos para os Serviços de Assistência Médico-Social (SAMS), assumindo carácter complementar e dependente em relação aos benefícios do regime público, para os restantes colaboradores.

A responsabilidade reconhecida em balanço relativa a planos de benefício definido corresponde à diferença entre o valor actual das responsabilidades e o justo valor dos activos dos fundos de pensões, caso aplicável, ajustada pelos ganhos e perdas actuariais diferidos. O valor total das responsabilidades é determinado numa base anual, por actuários especializados, utilizando o método "Unit Credit Projected", e pressupostos actuariais considerados adequados. A taxa de desconto utilizada na actualização das responsabilidades reflecte as taxas de juro de mercado de obrigações de empresas de elevada qualidade, denominadas na moeda em que são pagas as responsabilidades, e com prazos até ao vencimento similares aos prazos médios de liquidação das responsabilidades.

Os ganhos e perdas resultantes de diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados no que se refere às responsabilidades e ao rendimento esperado do fundo de pensões, bem como os resultantes de alterações de pressupostos actuariais, são diferidos numa rubrica de activo ou passivo ("corredor"), até ao limite de 10% do valor actual das responsabilidades por serviços passados ou do valor do fundo de pensões (ou, caso aplicável, das provisões constituídas), dos dois o maior, reportados ao final do ano corrente. Caso os ganhos e perdas actuariais excedam o valor do corredor, o referido excesso deverá ser reconhecido em resultados pelo período de tempo médio até à idade normal de reforma dos colaboradores abrangidos pelo plano.

Os limites referidos no parágrafo anterior são calculados e aplicados separadamente para cada plano de benefício definido.

O custo do exercício com pensões de reforma e encargos com saúde, incluindo o custo dos serviços correntes e o custo dos juros, deduzido do rendimento esperado, bem como a amortização de ganhos e perdas actuariais, é reflectido pelo valor líquido na rubrica apropriada de “Custos com pessoal”.

#### Encargos com saúde (SAMS)

Aos trabalhadores do sector bancário é garantida pelo Grupo, a assistência médica, através do SAMS, que se constitui como uma entidade autónoma, sendo gerida pelo respectivo Sindicato.

O SAMS proporciona, aos seus beneficiários, serviços e/ou participações em despesas no domínio de assistência médica, meios auxiliares de diagnóstico, internamentos hospitalares e intervenções cirúrgicas, em conformidade com as suas disponibilidades financeiras e regulamentação interna.

As contribuições obrigatórias para o SAMS, a cargo do Grupo, correspondem a 6,5% do total das retribuições efectivas dos trabalhadores no activo, incluindo, entre outras, o subsídio de Férias e o subsídio de Natal.

O cálculo e reconhecimento das obrigações do Grupo com benefícios de saúde atribuíveis aos trabalhadores na idade da reforma, é efectuado de forma similar às das responsabilidades com pensões.

#### Outros benefícios de longo prazo

O Grupo tem ainda outras responsabilidades por benefícios de longo prazo concedidos a trabalhadores, incluindo responsabilidades com prémios de antiguidade e subsídio por morte antes da idade normal de reforma. O subsídio por morte após a idade normal de reforma está abrangido pelo Fundo de Pensões.

As responsabilidades com estes benefícios são igualmente determinadas com base em avaliações actuariais. No entanto, tal como previsto na Norma IAS 19, os ganhos e perdas actuariais não podem ser diferidos, sendo integralmente reflectidos nos resultados do período.

#### Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo, incluindo prémios de produtividade pagos aos colaboradores pelo seu desempenho, são reflectidos em “Custos com pessoal” no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização de exercícios.

### 2.16. Seguros

#### a) Contratos de Seguro

O registo das transacções associadas aos contratos de seguro emitidos e aos contratos de resseguro detidos pelo Grupo respeita as disposições do IFRS 4 – “Contratos de seguro”. Esta Norma permite aos emissores de contratos de seguro a manutenção das políticas contabilísticas utilizadas antes da adopção dos IFRS, desde que seja assegurado o cumprimento de determinados requisitos mínimos, estabelecidos pela norma, incluindo a realização com referência a cada data de apresentação de demonstrações financeiras de um teste de adequacidade dos passivos associados aos contratos detidos. Neste sentido, no registo dos contratos de seguro emitidos e dos contratos de resseguro detidos pelo Grupo foram aplicados os princípios contabilísticos previstos no Plano de Contas para as Empresas de Seguros (PCEs), estabelecido pelo Instituto de Seguros de Portugal (ISP), e restantes normas emitidas por esta entidade, complementados com as modificações decorrentes das disposições do IFRS 4. De acordo com este normativo, os contratos com risco de seguro significativo são classificados como contratos de seguro e registados no âmbito do IFRS 4. Os contratos sem risco de seguro significativo são considerados contratos de investimento e contabilizados de acordo com os requisitos do IAS 39.

Adicionalmente, conforme previsto na IFRS 4, os contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária continuam a ser classificados como contratos de seguro, continuando portanto a ser reconhecidos como proveito os prémios emitidos e como custo os correspondentes aumentos de responsabilidades.

Considera-se que um contrato de seguro ou de investimento contém participação nos resultados com uma componente discricionária quando as respectivas condições contratuais prevêem a atribuição ao segurado, em complemento da componente garantida do contrato, de benefícios adicionais caracterizados por:

- Ser provável que venham a constituir uma parte significativa dos benefícios totais a atribuir no âmbito do contrato; e
- Cujo montante ou momento da distribuição dependam contratualmente da discricção do emissor; e
- Estejam dependentes da performance de um determinado grupo de contratos, de rendimentos realizados ou não realizados em determinados activos detidos pelo emissor do contrato, ou do resultado da entidade responsável pela emissão do contrato.

O valor líquido dos ajustamentos de justo valor relativos a investimentos afectos a seguros com participação nos resultados na parte estimada de tomador de seguro é registado na provisão para participação nos resultados a atribuir.

As responsabilidades originadas por contratos de seguro e contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária são incluídas nos testes de adequacidade de passivos realizados pelo Grupo.

b) Reconhecimento de proveitos e custos

Os prémios de contratos de seguro de vida e de contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária são registados quando devidos, na rubrica “Prémios, líquidos de resseguro”, da demonstração de resultados.

As responsabilidades para com os segurados associadas a contratos de seguro de vida e a contratos de investimento com participação discricionária nos resultados são reconhecidas através da provisão matemática do ramo vida, sendo o custo reflectido no mesmo momento em que são registados os proveitos associados aos prémios emitidos.

c) Provisão matemática do ramo vida

Corresponde ao valor actuarial estimado dos compromissos da empresa de seguros, incluindo as participações nos resultados já distribuídas e após dedução do valor actuarial dos prémios futuros, calculado para cada apólice de acordo com métodos actuariais e segundo as respectivas bases técnicas.

d) Provisão para participação nos resultados

A provisão para participação nos resultados inclui os montantes destinados aos tomadores de seguro ou aos beneficiários dos contratos, sob a forma de participação nos resultados, a atribuir ou atribuída desde que tais montantes não tenham sido já distribuídos.

A provisão para participação nos resultados a atribuir corresponde ao valor líquido dos ajustamentos de justo valor relativos aos investimentos afectos a seguros de vida com participação nos resultados, na parte estimada do tomador de seguro ou beneficiário do contrato. A estimativa dos montantes a atribuir aos segurados sob a forma de participação nos resultados em cada modalidade ou conjunto de modalidades é calculada tendo por base um plano adequado, aplicado de forma consistente, que tem em consideração o plano de participação nos resultados, a maturidade dos compromissos, os activos afectos e ainda outras variáveis específicas da modalidade ou modalidades em causa. Nos casos em que o plano de participação nos resultados não estabelece de forma inequívoca a percentagem da atribuição, são tidas em consideração as percentagens de atribuição históricas verificadas em período não inferior a 3 anos e a informação mais recente ao dispor da companhia.

Esta provisão é constituída por contrapartida de resultados do exercício, ou, em alternativa, na parte aplicável, directamente por contrapartida de reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos, de activos financeiros disponíveis para venda e dos terrenos e edifícios de uso próprio afectos aos seguros de vida com participação nos resultados.

Ao longo do período de duração dos contratos de cada modalidade ou conjunto de modalidades, o saldo da provisão para participação nos resultados a atribuir que lhe corresponde é integralmente utilizado pela compensação dos ajustamentos negativos do justo valor dos investimentos e pela sua transferência para a provisão para participação nos resultados atribuída.

A provisão para participação nos resultados atribuída inclui os montantes destinados aos tomadores de seguro ou aos beneficiários dos contratos, sob a forma de participação nos resultados, que não tenham ainda sido distribuídos mas que já lhes foram atribuídos.

e) Provisão para compromissos de taxa

A provisão para compromissos de taxa é constituída relativamente a todos os seguros em que exista uma garantia de taxa de juro, sempre que a taxa de rendibilidade efectiva das aplicações que se encontram a representar as provisões matemáticas de determinados contratos de seguro, seja inferior à taxa técnica de juro média ponderada utilizada na determinação das provisões matemáticas desses contratos.

f) Provisões técnicas de resseguro cedido

São determinadas aplicando os critérios descritos acima para o seguro directo, tendo em atenção as percentagens de cessão, bem como outras cláusulas existentes nos tratados em vigor.

g) Responsabilidades para com subscritores de produtos "Unit-linked"

As responsabilidades associadas a contratos de investimento em que o risco é suportado pelo tomador (produtos "Unit-linked") emitidos pelo Grupo são valorizadas ao justo valor, determinado com base no justo valor dos activos que integram a carteira de investimentos afectas a cada um dos produtos, deduzido dos correspondentes encargos de gestão.

As carteiras de investimentos afectas a produtos "Unit-linked" são compostas por activos financeiros, incluindo títulos de rendimento fixo, títulos de rendimento variável, instrumentos derivados e depósitos em instituições de crédito, os quais são avaliados ao justo valor, sendo as correspondentes mais e menos-valias não realizadas reconhecidas na demonstração de ganhos e perdas.

2.17. Comissões

Conforme referido na Nota 2.7. a), as comissões relativas a operações de crédito e outros instrumentos financeiros, nomeadamente comissões cobradas ou pagas na originação das operações, são incluídas no custo amortizado e reconhecidas ao longo da operação, pelo método da taxa efectiva, em "Juros e rendimentos similares".

As comissões por serviços prestados são normalmente reconhecidas como proveito ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se respeitarem a uma compensação pela execução de actos únicos.

2.18. Valores recebidos em depósito

Os valores recebidos em depósito, nomeadamente os títulos de clientes, encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais ao valor nominal.

2.19. Estimativas contabilísticas críticas e aspectos julgamentais mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração do Banco e das empresas do Grupo. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo incluem as abaixo apresentadas.

Estimativas utilizadas no âmbito da reexpressão das demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2007

O Banco utilizou um conjunto de estimativas na reexpressão das demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2007, as quais são descritas em maior detalhe na Nota 3. As estimativas mais relevantes dizem respeito às imparidades e provisões para crédito e à desvalorização de imóveis detidos pelos fundos imobiliários geridos pela BPN Imofundos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A. (BPN Imofundos).

Determinação de perdas por imparidade no crédito

A imparidade para crédito concedido são determinadas de acordo com a metodologia definida na Nota 2.7. d). Deste modo, a determinação da provisão para créditos analisados individualmente resulta de uma avaliação específica efectuada pelo Grupo com base no conhecimento da realidade dos clientes e nas garantias associadas às operações em questão.

A determinação das provisões relativas a operações de crédito com responsabilidades inferiores a 1.500 mEuros foi efectuada com base nas respostas aos questionários de crédito elaborados pelas áreas comerciais do Banco.

O Grupo considera que as imparidades e provisões para crédito determinadas com base nesta metodologia reflectem adequadamente o risco associado à sua carteira de crédito concedido.

Avaliação dos colaterais nas operações de crédito

As avaliações dos colaterais de operações de crédito, nomeadamente hipotecas de imóveis, foram efectuadas com o pressuposto da manutenção de todas as condições de mercado imobiliário, durante o período de vida das operações, tendo correspondido à melhor estimativa do justo valor dos referidos colaterais na data do balanço.

*Avaliação dos activos imobiliários das carteiras dos fundos geridos pela BPN Imofundos*

As avaliações dos activos imobiliários das carteiras dos fundos geridos pela BPN Imofundos foram efectuadas em Dezembro de 2008, por peritos avaliadores da Imocaixa. Contudo, estes avaliadores não se encontram inscritos na lista da CMVM, motivo pelo qual estas avaliações não foram usadas pelos fundos para efeitos de registo, tendo o impacto sido reconhecido nas demonstrações financeiras do Banco.

*Valorização de instrumentos financeiros não transaccionados em mercados activos*

De acordo com a Norma IAS 39, o Grupo valoriza ao justo valor todos os instrumentos financeiros, com excepção dos registados ao custo amortizado. Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados líquidos, são utilizadas técnicas de valorização baseadas nas ofertas de compra e venda difundidas através de entidades especializadas. As valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço.

*Benefícios dos empregados*

Conforme referido na Nota 2.15. acima, as responsabilidades do Grupo por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo concedidos aos seus empregados são determinadas com base em avaliações actuariais. Estas avaliações actuariais incorporam pressupostos financeiros e actuariais relativos a mortalidade, invalidez, crescimentos salariais e de pensões, rendibilidade dos activos e taxa de desconto, entre outros. Os pressupostos adoptados correspondem à melhor estimativa do Banco e dos seus actuários do comportamento futuro das respectivas variáveis.

*Impostos diferidos activos não registados*

O Grupo não reconheceu impostos diferidos activos nas demonstrações financeiras individuais, nomeadamente os referentes a prejuízos fiscais reportáveis, na medida em que não dispõe de estudos que demonstrem a probabilidade de obtenção de lucros fiscais no futuro que possibilitem a recuperação dessas diferenças.

*Determinação dos passivos por contratos de seguros*

A determinação das responsabilidades do Grupo por contratos de seguros é efectuada com base nas metodologias e pressupostos descritos na Nota 2.16. acima. Estes passivos reflectem uma estimativa quantificada do impacto de eventos futuros nas contas das companhias de seguros do Grupo, efectuada com base em pressupostos actuariais, histórico de sinistralidade e outros métodos aceites no sector.

Face à natureza da actividade seguradora, a determinação das provisões para sinistros e outros passivos por contratos de seguros reveste-se de um elevado nível de subjectividade, podendo os valores reais a desembolsar no futuro vir a ser significativamente diferentes das estimativas efectuadas.

No entanto, o Grupo considera que os passivos por contratos de seguros reflectidos nas contas consolidadas reflectem de forma adequada a melhor estimativa na data de balanço dos montantes a desembolsar pelo Grupo.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

3. REEXPRESSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RELATIVAS A 2007

Ao abrigo do "IAS 8 - Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros", o Grupo reexpressou as demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2007 com vista a corrigir os erros materiais que as mesmas continham.

A reexpressão das demonstrações financeiras relativas a 2007 implicou um impacto negativo nos capitais próprios com referência a 31 de Dezembro de 2006 e 31 de Dezembro de 2007 de 1.258.985 mEuros e 1.602.135 mEuros, respectivamente, de acordo com o detalhe apresentado abaixo:

	Nota	Capital próprio		Resultado 2007
		31/12/2007	31/12/2006	
Saldos de acordo com as contas estatutárias		407.887	404.187	46.986
Imparidades para crédito				
Créditos reconhecidos no Balanço	(a)	(839.312)	(706.163)	(133.149)
Provisões para créditos relativos ao Banco Insular	(a)	(491.039)	(424.914)	(66.125)
		(1.330.351)	(1.131.077)	(199.274)
Valorização de imóveis detidos pelos fundos imobiliários	(b)	(163.250)	(132.806)	(36.025)
Valorização de activos financeiros disponíveis para venda	(c)	(25.071)	-	(25.245)
Abate de activos intangíveis	(d)	(24.416)	-	(24.416)
Diferenças de consolidação apuradas no âmbito da reexpressão do perímetro	(e)	(32.153)	(32.153)	-
Interesses minoritários apurados no âmbito da reexpressão do perímetro	(e)	71.129	74.308	-
Provisão para o montante depositado no Investec Bank	(f)	(17.000)	-	(17.000)
Impostos diferidos activos	(g)	(14.487)	(13.059)	(174)
Valorização de acções da SLN detidas pelo Clip Multi Strategy	(h)	(10.063)	-	(10.063)
Provisão para compromissos de taxa	(i)	(9.686)	-	(9.686)
Provisão para contingências genéricas	(j)	(8.485)	(8.485)	-
Provisão para o valor líquido contabilístico da frota da Rentilusa	(k)	(8.078)	-	(8.078)
Provisão para créditos concedidos que irão ser recomprados	(l)	(6.424)	-	(6.424)
Provisões relativas a garantias prestadas	(m)	(4.076)	(4.556)	(480)
Imparidade para imóveis recebidos em dação	(n)	(3.085)	(2.543)	(542)
Imparidade relativa a activos tangíveis	(o)	(2.503)	(1.032)	(1.471)
Cupão inicial do título "Barclays 10 year coupon"	(p)	(2.288)	-	(2.288)
Provisões relativas a produtos de capital garantido	(q)	(2.051)	-	(2.051)
Valorização de opção de venda sobre acções não cotadas	(r)	(1.993)	(515)	(1.478)
Imparidade para saldos devedores	(s)	(1.654)	(1.356)	(299)
Outros		(6.152)	(5.712)	2.215
		(271.785)	(127.908)	(143.505)
Impacto total da reexpressão das demonstrações financeiras		(1.602.135)	(1.258.985)	(342.778)
Saldos após a reexpressão das demonstrações financeiras		(1.194.248)	(854.798)	(295.792)

O impacto nos capitais próprios em 31 de Dezembro de 2006 e 2007, reconhecidos na rubrica de "Reserva de justo valor", incluindo o seu efeito fiscal, ascendeu a 4.691 mEuros e 4.499 mEuros, respectivamente.

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Detalhe dos pressupostos utilizados na reexpressão das demonstrações financeiras(a) Imparidades para crédito

O reforço das imparidades e provisões para crédito no montante de 1.330.351 mEuros decorre essencialmente das seguintes situações:

- Reforço das imparidades e provisões relativas a operações de crédito registadas nas contas estatutárias do Grupo em 31 de Dezembro de 2007 e 2006; e
- Constituição de imparidades e provisões para operações de crédito que não se encontravam registadas nas contas estatutárias do BPN em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, as quais faziam parte do Banco Insular (IFI), SARL (Banco Insular), uma entidade sediada em Cabo Verde, e que serão identificadas por “Banco Insular”. Na reexpressão, o Banco considerou estas responsabilidades para efeitos de apuramento de provisões, dado que estas operações eram por si financiadas. Parte destas responsabilidades, ditas do “balcão virtual” foram registadas nas demonstrações financeiras individuais do Banco apenas em 2008, excluindo as operações relativas ao Banco Insular, enquanto tal.

O reforço das imparidades e provisões para crédito apresenta a seguinte decomposição:

	<u>31-12-2007</u>	<u>31-12-2006</u>
Responsabilidades:		
Registadas nas contas estatutárias		
Crédito vivo	5.563.920	4.806.693
Crédito vencido	115.202	126.885
Garantias prestadas	<u>556.833</u>	<u>426.022</u>
	6.235.955	5.359.600
Relativas ao Banco Insular	<u>619.470</u>	<u>783.927</u>
	6.855.425	6.143.527
Imparidades e provisões estimadas		
Responsabilidades registadas nas contas estatutárias	980.222	843.405
Responsabilidades relativas ao Banco Insular	<u>491.039</u>	<u>424.914</u>
	1.471.261	1.268.319
Imparidades constituídas nas contas estatutárias	<u>140.910</u>	<u>137.242</u>
Insuficiência de provisões para crédito	<u>(1.330.351)</u>	<u>(1.131.077)</u>
Impacto nos capitais próprios	<u>(199.274)</u>	<u>(1.131.077)</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Os principais pressupostos utilizados no apuramento das imparidades estimadas em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 foram os seguintes:

- Responsabilidades registadas nessas datas nas contas estatutárias

Em Dezembro de 2008, o Grupo efectuou uma análise individual para identificação de indícios de imparidade nas operações de crédito cujo montante era igual ou superior a 1.500 mEuros, tendo atribuído uma percentagem de provisão específica para estas operações.

As restantes operações de crédito foram objecto de uma análise colectiva com base em questionários de crédito preenchidos pelas áreas comerciais do BPN para uma amostra significativa de clientes em Dezembro de 2008.

As taxas de provisão média apuradas com base nos questionários de crédito foram as seguintes:

Crédito a empresas	11,19%
Crédito a particulares	12,86%

Por simplificação e considerando que a política de concessão e acompanhamento das operações de crédito não sofreu alterações significativas até à nacionalização do Banco, foram aplicadas às responsabilidades em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, taxas de provisão idênticas, de acordo com a metodologia acima apresentada.

Desta forma, em 31 de Dezembro de 2007 as imparidades e provisões estimadas apresentam a seguinte decomposição:

Imparidades e provisões decorrentes de análise individual	703.030
Imparidades e provisões decorrentes de extrapolação dos resultados da amostra obtida a partir dos questionários de crédito:	
. Empresas	192.015
. Particulares	85.177
	-----
	980.222
	=====

A estimativa das imparidades e provisões relativas a 31 de Dezembro de 2006 foi apurada aplicando às responsabilidades a essa data a taxa média de provisão apurada com referência a 31 de Dezembro de 2007 (16,73%).

- Responsabilidades relativas ao Banco Insular

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o crédito concedido e afecto ao Banco Insular que não estava registado nas contas estatutárias ascende a 619.470 mEuros e 783.927 mEuros, respectivamente.

Em Dezembro de 2008, as operações de crédito concedidas e afectas ao Banco Insular foram objecto de análise individual com vista à identificação de indícios de imparidade, tendo sido atribuídas taxas de provisão específicas para cada operação.

Por simplificação e considerando a natureza deste banco, as provisões foram estimadas com referência a 31 de Dezembro de 2007 e 2006 através da aplicação das taxas de provisões atribuídas em Dezembro de 2008 às responsabilidades nessas datas.

Desta forma, a reexpressão das demonstrações financeiras implicou a constituição de provisões relativas a estas responsabilidades com referência a 31 de Dezembro de 2007 e 2006 no montante de 491.039 mEuros e 424.914 mEuros, respectivamente. Estas provisões foram registadas na rubrica “Provisões para outros riscos e encargos”.

(b) Valorização de imóveis das carteiras dos fundos imobiliários

Em Dezembro de 2008, o Banco solicitou à Imocaixa – Gestão Imobiliária, S.A. (Imocaixa) novas avaliações para os imóveis detidos pelos fundos imobiliários geridos pela BPN Imofundos.

Com base nas avaliações efectuadas pela Imocaixa foram identificadas menos-valias face ao valor contabilístico dos imóveis nos fundos imobiliários.

A afectação das menos-valias dos imóveis por exercício foi efectuada com base na data de aquisição dos imóveis pelos fundos imobiliários.

Desta forma, o impacto negativo nos capitais próprios do Grupo em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 decorrente dessas avaliações ascende a 163.250 mEuros e 132.806 mEuros, respectivamente.

(c) Valorização de activos financeiros disponíveis para venda

Até 31 de Dezembro de 2007, a valorização dos Veículos de Investimento Estruturado (SIV) registadas na rubrica “Activos financeiros disponíveis para venda” era efectuada com base nas perdas efectivas. O Grupo alterou a forma de valorização destes títulos, passando a adoptar o Net Asset Value (NAV) à data do balanço.

(d) Abate de activos intangíveis

O abate relativo a activos intangíveis está relacionada com a decisão de descontinuação do projecto informático do Sistema “Core Banking” denominado “Projecto Adamastor”, tendo sido rescindido em 2007 o contrato que existia com a entidade norueguesa responsável pelo seu desenvolvimento.

Desta forma, o Banco reconheceu relativamente ao exercício de 2007, um custo de 24.416 mEuros relativo às despesas já incorridas no âmbito do “Projecto Adamastor” acima referidas através da rubrica “Gastos gerais administrativos” (Nota 37).

(e) Diferenças de consolidação apuradas no âmbito da reexpressão do perímetro de consolidação

O Grupo efectuou a reexpressão do seu perímetro de consolidação com referência a 31 de Dezembro de 2006. Foram incluídas todas as entidades que se encontravam fora do perímetro, mas que formalmente já existia o compromisso por parte do Grupo em adquirir essas participações aos seus detentores. As entidades incluídas na consolidação no âmbito da reexpressão foram as seguintes:

- CLIP Multi-Strategy
- BPN Valorização Patrimonial – FEI
- BPN Diversificação - FEI
- BPN Imoglobal (alteração de equivalência patrimonial para consolidação integral)
- BPN Imoreal (alteração de equivalência patrimonial para consolidação integral)
- BPN Real Estate

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Os principais pressupostos utilizados na reexpressão do perímetro de consolidação foram os seguintes:

- Para efeitos de consolidado do Grupo em 2007, foram utilizadas as mesmas percentagens de participação detidas pelo Grupo nestas entidades em 31 de Dezembro de 2008, tendo sido registado em “Outros passivos – credores diversos” o montante de 399.207 mEuros a pagar aos detentores pela aquisição dessas participações financeiras (Nota 25).
- Os imóveis pertencentes às carteiras dos fundos imobiliários foram alocados no consolidado de 2007, utilizando os mesmos critérios contabilísticos aplicados pelo Grupo nas demonstrações financeiras consolidadas de 31 de Dezembro de 2008.
- As diferenças de consolidação positivas e negativas apuradas, decorrentes da incorporação destas entidades no perímetro de consolidação e os respectivos interesses minoritários, nos montantes de 32.153 mEuros e 74.308 mEuros, respectivamente, foram registados em capitais próprios em 31 de Dezembro de 2006.

(f) Provisão para o montante depositado no Investec Bank

O Grupo reconheceu imparidade relativamente ao montante depositado em 2007 junto do Investec Bank, dado como colateral a financiamentos concedidos à Labicer e a uma empresa do Grupo SLN, no montante de 17.000 mEuros.

(g) Impostos diferidos activos

De acordo com o “IAS 12 – Impostos sobre lucros”, os impostos diferidos activos devem ser registados até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou prejuízos fiscais.

Face às dúvidas quanto à recuperabilidade dos impostos diferidos activos registados nas contas estatutárias em 31 de Dezembro de 2006 e 2007, os mesmos foram integralmente anulados.

(h) Valorização de acções da SLN detidas pelo CLIP Multi Strategy

Em 31 de Dezembro de 2007, o Fundo CLIP Multi Strategy detinha 5.527.182 acções da SLN cujo custo de aquisição ascendia a 9.916 mEuros e cujo valor contabilístico ascendia a 11.054 mEuros.

O impacto adicional nos capitais próprios em 31 de Dezembro de 2007 foi apurado conforme segue:

Valorização das acções SLN pelo Fundo CLIP Multi Strategy	11.054
Custo de aquisição das acções SLN	9.916
Imparidade	( 8.924 )
	-----
Valor líquido	992
	-----
Provisão constituída em 2007	( 10.063 )
	=====

(i) Provisão para compromissos de taxa

As rentabilidades geradas durante o ano de 2007 pelos activos afectos à representação das provisões matemáticas da Real foram significativamente inferiores às taxas garantidas aos clientes pela generalidade dos contratos em vigor, tendo sido constituída uma provisão para compromissos de taxa, no montante de 9.686 mEuros.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

(j) Provisões para contingências genéricas

O Banco constituiu uma provisão para contingências fiscais relativamente às liquidações adicionais (incluindo juros compensatórios) realizadas pela Administração Fiscal no âmbito da Inspecção Tributária ao BPN Serviços, ACE em sede de Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) relativamente aos exercícios de 2003 a 2005. Esta provisão foi reconhecida na rubrica “Provisões para outros riscos e encargos”.

(k) Provisão para o valor líquido contabilístico da frota da Rentilusa

Durante o exercício de 2007, a BPN Crédito – IFIC, S.A. (BPN Crédito IFIC), adquiriu a frota gerida pela empresa Rentilusa, S.A., entidade do Grupo SLN, passando esta entidade a efectuar operações de sublocação operacional sobre a mesma frota. A BPN Crédito IFIC reconheceu uma provisão para o valor líquido contabilístico dessa frota.

(l) Imparidade para créditos concedidos que irão ser recomprados

O Banco constituiu imparidade para créditos concedidos que irão ser recomprados ao Banco Privado Internacional. A imputação deste ajustamento ao exercício de 2007 é justificada pelo facto de a venda destes créditos ter ocorrido em 2007.

(m) Provisões relativas a garantias prestadas

Com referência a 31 de Dezembro de 2006, o Banco constituiu uma provisão relativamente às garantias prestadas no âmbito de um financiamento concedido por outra instituição de crédito a uma empresa do Grupo SLN no montante de 6.000.000 Dólares Norte-Americanos. Desta forma, em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, as provisões para outros riscos e encargos relativamente a esta situação ascendem a 4.076 mEuros e 4.556 mEuros, respectivamente. O impacto reconhecido no resultado do exercício de 2007 corresponde integralmente à variação cambial.

(n) Imparidade para bens recebidos em dação

A imparidade para imóveis recebidos em dação em pagamento foi apurada por comparação entre o valor contabilístico em 31 de Dezembro de 2007 (e em 31 de Dezembro de 2006) e o valor de venda aprovado internamente pelo Grupo. Esta imparidade foi reconhecida na rubrica “Imparidade – Bens recebidos em dação em pagamento”.

De seguida apresentamos o detalhe da imparidade por imóvel apurada com referência a 31 de Dezembro de 2007 e 2006:

Imóvel	Valor de venda aprovado	Impacto nos capitais próprios	
		31-12-2006	31-12-2007
<i>(proforma)</i>			
Nó do IP-3, Trouxemil, Coimbra	3.500	( 103)	( 103)
Gandra - Freguesia e Concelho de Valongo	1.350	( 467)	( 467)
Herdade do Zambujeiro, parcela 64, Benavente	475	( 25)	( 25)
Rua Pinhal, Freguesia Agua Santas, Concelho Maia	420	( 312)	( 312)
Predio U 266-A/B/C/E Concelho Mesão Frio			
Freguesia Mesão Frio (S.Nicolau)	400	-	( 115)
Rua Simão Bolivar - Maia	250	( 450)	( 456)
Rua Fresca - Leça da Palmeira - Matosinhos - 610	250	( 130)	( 130)
Predio U 5603 Concelho Lagos Freguesia Luz	230	-	-
Predio R 10021/30/31 Concelho Leiria Freguesia Maceira	200	-	( 178)
Predio U 13322 Concelho Ovar Freguesia Ovar	200	-	-
Predio U 7380 Concelho Gondomar			
Freguesia Gondomar (S.Cosme)	180	-	( 56)
Lugar de Vales, freguesia de Rebordosa, Paredes	150	( 62)	( 62)
	7.605	(1.549)	(1.904)
Outros	2.354	( 994)	( 1.181)
	<u>9.959</u>	<u>(2.543)</u>	<u>(3.085)</u>

(o) Imparidade relativa a activos tangíveis

Em 2008, o Banco efectuou um levantamento da localização de obras de arte registadas pelo Banco na rubrica "Outros activos tangíveis - Património artístico", não tendo sido possível localizar quadros cujo valor global ascende a 2.503 mEuros. A afectação da imparidade relativa a estes quadros com referência a 31 de Dezembro de 2007 e 2006 teve por base a data de aquisição dos mesmos.

(p) Cupão inicial do título "Barclays 10 year coupon"

A Real Vida adquiriu em 2007 o montante de 45.800 mEuros da emissão das obrigações "10 year EUR Coupon Protected Note Linked to the Real Reference Portfolio" emitidas pelo Barclays Bank Plc em Dezembro de 2007. Em 31 de Dezembro de 2007, o cupão inicial foi pago e indevidamente reconhecido em resultados. Este montante foi anulado no âmbito da reexpressão das demonstrações financeiras.

(q) Provisão relativa a produtos vendidos formalmente aos clientes com capital e juro garantido

Com referência a 31 de Dezembro de 2007 foi constituída uma provisão para produtos vendidos a clientes com capital e juro garantido. O montante desta provisão corresponde à diferença entre o valor de mercado desses produtos e o respectivo valor formalmente garantido aos clientes.

Em 31 de Dezembro de 2007 esta provisão foi reconhecida na rubrica "Provisões para outros riscos e encargos" (Nota 22).

(r) Valorização de opção de venda sobre acções não cotadas

No âmbito da reexpressão das demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2007, o Banco reconheceu uma opção de venda celebrada com um cliente cujo subjacente corresponde a acções da SLN. A valorização desta opção de venda foi reconhecida na rubrica "Passivos detidos para negociação – opções sobre acções não cotadas" (Nota 10).

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2007, o justo valor desta opção de venda ascende aos montantes negativos de 515 mEuros e 1.993 mEuros, respectivamente (Nota 10).

(s) Imparidade para saldos devedores

O Grupo constituiu imparidade para saldos devedores de elevada antiguidade.

BANCO PORTUGUÊS DE NEGÓCIOS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

4. **EMPRESAS DO GRUPO E TRANSACÇÕES OCORRIDAS NO PERÍODO**

A estrutura do Grupo a nível das principais empresas filiais, por sectores de actividade, e os respectivos dados financeiros retirados das suas contas estatutárias individuais, excepto quando expressamente indicado, podem ser resumidos da seguinte forma:

Sector de actividade/Entidade	Sede	2008			2007 (proforma)	
		% Participação Efectiva	Situação líquida (a)	Resultado líquido	Situação líquida (a)	Resultado líquido
<b>Área Financeira</b>						
<b>Gestão de Participações Sociais</b>						
Ângulo Superior, SGPS, S.A.	Portugal	30,03%	925	(3)	-	-
BPN Internacional, SGPS, S.A.	Portugal	100,00%	(2.147)	(2.106)	(41)	(5.960)
BPN Madeira, SGPS, S.A.	Portugal	100,00%	43	(5)	48	(6)
BPN Participações Brasil Ltda	Brasil	80,00%	17.250	938	20.489	2.193
BPN Participações Financeiras, SGPS, Lda	Portugal	100,00%	12.671	196	25.000	7.592
Crossco (738) Ltd	Reino Unido	49,02%	65	(10)	75	-
Pay Up Holding BV	Holanda	76,42%	1.886	81	-	-
<b>Bancário</b>						
Banco Efisa, S.A.	Portugal	100,00%	10.291	(16.126)	28.031	1.452
BPN - Banco Português de Negócios, S.A.	Portugal	100,00%	(1.475.658)	(428.391)	(1.089.797)	(220.453)
BPN Brasil Banco Múltiplo, S.A.	Brasil	80,00%	16.812	512	20.491	2.037
BPN Cayman	Ilhas Caimão	100,00%	(38.651)	3.461	(39.481)	(29.145)
BPN IFI, S.A.	Portugal	100,00%	(5.686)	(788)	(4.898)	(4.688)
<b>Fundos</b>						
BPN Acções Europa - Fundo de Investimento Aberto	Portugal	81,38%	4.103	(2.988)	8.369	221
BPN Acções Global - Fundo de Investimento Aberto de Acções Internacionais	Portugal	81,14%	5.578	(4.297)	11.748	(66)
BPN CLIP Multi-Strategy	Luxemburgo	100,00%	33.736	(13.229)	42.107	(689)
BPN Conservador - Fundo de Investimento Aberto de Obrigações a Taxa Variável	Portugal	88,22%	11.734	(14.965)	102.506	4.158
BPN Diversificação - Fundo Especial de Investimento Aberto	Portugal	99,99%	234.842	(26.553)	271.685	6.246
BPN GA Valorização Patrimonial - Fundo de Capital de Risco	Portugal	94,09%	37.619	(14.686)	52.304	388
BPN Imofundos, SGFII, S.A.	Portugal	100,00%	7.510	5.338	7.741	5.704
BPN Imoglobal - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	Portugal	86,67%	125.152	(16.650)	141.802	1.667
BPN ImoMarinas - Fundo de Investimento Imobiliário	Portugal	99,43%	56.230	(15)	195.554	11.331
BPN Imonegócios - Fundo de Investimento Imobiliário	Portugal	70,63%	480.588	14.158	597.422	24.084
BPN Imoreal - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	Portugal	90,52%	200.037	4.746	195.554	11.331
BPN Optimização - Fundo de Investimento Aberto Misto de Obrigações	Portugal	67,41%	2.575	(1.018)	6.266	(29)
BPN Real Estate - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	Portugal	50,00%	104.638	433	104.204	(17)
BPN Taxa Fixa Euro - Fundo de Investimento Aberto de Obrigações de Taxa Fixa	Portugal	61,73%	3.740	636	8.959	275
BPN Tesouraria - Fundo de Investimento Aberto de Tesouraria	Portugal	50,65%	5.746	(570)	67.201	2.632
BPN Valorização - Fundo de Investimento Aberto Misto de Acções	Portugal	43,40%	2.038	(1.484)	6.264	(20)
Fundo de Capital de Risco Banco Efisa - Dinamização e Competitividade Empresarial	Portugal	30,00%	28.736	(2.244)	30.980	(121)
Mercapital - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado	Portugal	50,00%	10.579	1.351	16.028	6.028
<b>Segurador</b>						
Portucalc Corretora de Seguros, Ltda	Brasil	34,83%	(152)	(171)	25	(27)
Real Vida Seguros, S.A.	Portugal	100,00%	(35.544)	(53.291)	18.359	429
<b>Crédito Especializado</b>						
BPN Crédito, IFIC, S.A.	Portugal	100,00%	42.115	(24.168)	75.035	5.316
<b>Gestão de Activos</b>						
BPN Gestão Activos, SGFIM, S.A.	Portugal	100,00%	3.778	881	4.850	2.092
<b>Imobiliário</b>						
Candal Parque - Sociedade Imobiliária, S.A.	Portugal	70,60%	38.777	1.613	38.325	1.731
Investimentos Dominais Anglo Portugueses, S.A.	Portugal	86,67%	24.673	(80)	28.145	(319)
Astroimóvel - Imobiliária, S.A.	Portugal	86,67%	13.515	174	19.413	50
Monte da Quinta - Propriedades, Lda	Portugal	86,67%	49.828	(3.843)	70.746	1.358

(a) A situação líquida inclui o resultado líquido do exercício.

BANCO PORTUGUÊS DE NEGÓCIOS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Sector de actividade/Entidade	Sede	2008				2007	
		% Participação Directa	% Participação Efectiva	Situação líquida (a)	Resultado líquido	Situação líquida (a) <i>(proforma)</i>	Resultado líquido
<b>Outras Entidades</b>							
ALC Leasing, S.A.R.L.	Moçambique	-	36,0%	137	(225)	375	1.624
Avipronto - Produtos Alimentares, S.A.	Portugal	-	24,8%	15.485	(3.039)	19.672	103
Biz Service Tecnologia em Meios de Pagamentos, Ltda	Brasil	-	100,0%	321	(498)	910	(165)
BPN Crédito Brasil Promotora de Vendas Ltda	Brasil	-	100,0%	(25.693)	(18.428)	(9.077)	(4.139)
BPN Serviços ACE	Portugal	51,4%	83,4%	100	-	100	-
Calzeus - Calçado e Acessórios de Moda, S.A.	Portugal	-	89,9%	(522)	(363)	(159)	(390)
CCMG - Centro de Cardiologia da Marinha Grande, Lda	Portugal	-	48,3%	(1)	-	-	-
Censosf - Centro de Saúde Ocupacional de S. Francisco, S.A.	Portugal	-	33,8%	52	1	-	-
Centro Hospitalar de S. Francisco, S.A.	Portugal	-	48,3%	8.387	386	8.000	954
CHSF - Centro de Imagiologia, Lda.	Portugal	-	48,3%	9	(52)	100	(29)
CHSF - Consultoria de Gestão, Lda	Portugal	-	48,3%	309	210	511	433
CHSF - Health Club, Lda	Portugal	-	48,3%	201	(13)	-	-
Concretepe - Fábrica de Betão Pronto, S.A.	Portugal	-	47,1%	1.337	(93)	1.430	(988)
Controlauto - Control Técnico Automóvel, SA	Portugal	-	38,9%	11.166	1.569	-	-
Ecoteira - Ecografia de Leiria, Lda.	Portugal	-	48,3%	(20)	(40)	20	(40)
Ergorent - Aluguer e Comércio de Equipamentos e Serviços, S.A.	Portugal	-	20,0%	64	(226)	-	-
Imagran - Laboratório de Imagiologia da Marinha Grande, Lda	Portugal	-	61,8%	216	19	203	5
Imatis - Meios de Diagnóstico de Imagiologia de Leiria, Lda	Portugal	-	61,8%	57	(51)	108	(79)
Labicer - Laboratório Industrial Cerâmico, S.A.	Portugal	-	60,1%	(14.101)	(24.399)	10.298	(4.737)
Locagest - Aluguer e Participações, Lda	Portugal	-	20,0%	17	-	-	-
Lugab - Gestão e Participações, S.A.	Portugal	-	100,0%	(288)	(1.597)	-	-
Nascimento & Sousa, Lda	Portugal	-	61,8%	(105)	(42)	-	-
Nearent - Aluguer e Comércio de Equipamentos, S.A.	Portugal	-	20,0%	(104)	(217)	-	-
Pay Up Desenvolvimento de Negócios, S.A.	Portugal	-	76,4%	181	87	-	-
Pay Up Ibeña, S.A.	Espanha	-	76,4%	1.157	(343)	-	-
Pay Up Polska, S.A.	Polónia	-	39,0%	350	(1.583)	-	-
Pay Up Rom, S.A.	Roménia	-	76,4%	118	(870)	-	-
Pay Up Servia	Sérvia	-	76,4%	1	(534)	-	-
Precore II - Betão Pronto, S.A.	Portugal	-	47,0%	(1.261)	(321)	(940)	(1.126)
Quimiceram - Químicos e Minerais, S.A.	Portugal	-	94,1%	380	(252)	632	(131)
Valorceram - Subprodutos Cerâmicos, S.A.	Portugal	-	83,9%	(273)	(229)	(44)	(226)
ZenRegra - Unipessoal, Lda	Portugal	-	100,0%	3	-	-	-

(a) A situação líquida inclui o resultado líquido do exercício.

Os dados financeiros em 31 de Dezembro de 2008 foram retirados das demonstrações financeiras provisórias, sujeitas a alterações antes da respectiva aprovação em Assembleia Geral de accionistas.

Em 31 de Dezembro de 2008, não foram incluídas na consolidação as seguintes entidades, por não existirem demonstrações financeiras disponíveis à data da consolidação:

	Participação Efectiva (%)	Valor de balanço em 31.12.2008
Sobrissul - Sociedade de Britas Seleccionadas do Sul, S.A.	23,5%	7.209
Carlife - Centros de Manutenção de Veículos Automóveis, S.A.	48,4%	1.300
CELLF SGPS, S.A.	20,0%	848
Tecneira Moçambique - Tecnologias Energéticas, S.A.	60,0%	162
Labicer.com (Itália)	54,1%	81
Nearent Ibérica, S.L.	20,0%	6
Fenton Ventures & Resources Inc.	30,0%	2
Payshope Moçambique S.A.R.L.	20,0%	-
		<u>9.608</u>

Em 31 de Dezembro de 2008, estas participações financeiras encontram-se registadas na rubrica "Activos financeiros disponíveis para venda".

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Os principais movimentos ocorridos no perímetro de consolidação do Grupo no exercício de 2008 foram os seguintes:

- Em Janeiro de 2008, o Banco Efisa, S.A. adquiriu 30,03% da Ângulo Superior, SGPS, S.A..
- Em Maio de 2008, o Banco Efisa, S.A. adquiriu 19,98% da Tecneira Moçambique - Tecnologias Energéticas, S.A.. Em Outubro de 2008, esta participação foi aumentada para 60%.
- Em Maio de 2008, o BPN aumentou a sua participação na BPN Participações Financeiras, SGPS, Lda. de 99,80% para 100%.
- Em Junho de 2008, o Banco Efisa, S.A. alienou 81% da sua participação na Sensorent - Aluguer e Comércio de Equipamentos e Serviços, S.A., passando a deter 19% do capital social desta entidade.
- Em Setembro de 2008, o Banco Efisa, S.A. adquiriu a totalidade do capital social da Lugab - Gestão e Participações, S.A. e da ZenRegra - Unipessoal, Lda..
- Em Outubro de 2008, o Banco Efisa, S.A. alienou à PayUp Holding BV, os 5% que detinha na PayUp Desenvolvimento de Negócios, S.A. passando aquela entidade a deter a totalidade do capital social desta empresa.

5. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u> <i>(proforma)</i>
Caixa	76.549	88.196
Depósitos à ordem em Bancos Centrais		
No Banco de Portugal	109.009	427.409
Em Bancos Centrais estrangeiros	1.989	2.025
	<u><u>187.547</u></u>	<u><u>517.630</u></u>

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a rubrica "Caixa" inclui 40.000 mEuros relativo a moedas comemorativas do Europeu de futebol - Euro 2004, correspondendo a 5.000.000 de moedas com o valor facial de 8 Euros cada.

Os depósitos à ordem no Banco de Portugal visam satisfazer as exigências de reservas mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC). Estes depósitos são remunerados e correspondem a 2% dos depósitos e títulos de dívida com prazo até dois anos, excluindo os depósitos e os títulos de dívida de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do SEBC.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

6. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u> (proforma)
Cheques a cobrar		
No país	82.392	61.848
No estrangeiro	3.229	6.031
	<u>85.621</u>	<u>67.879</u>
Depósitos à ordem e outras disponibilidades		
No país	66.981	76.204
No estrangeiro	57.082	76.952
	<u>124.063</u>	<u>153.156</u>
Juros a receber	5	17
	<u>209.689</u>	<u>221.052</u>

Os cheques a cobrar correspondem a cheques sobre clientes de outros bancos enviados para compensação. Estes valores são cobrados nos primeiros dias do exercício subsequente, geralmente não permanecem nesta conta por mais de um dia útil.

7. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u> (proforma)
<u>Aplicações em Instituições de Crédito no País</u>		
Empréstimos	-	5.000
Outras aplicações	-	58
Aplicações a muito curto prazo	-	799
Depósitos a prazo	608	19.475
<u>Aplicações em Instituições de Crédito no Estrangeiro</u>		
Empréstimos	25.597	24.004
Outras aplicações	423.727	149.529
Aplicações a muito curto prazo	-	3.532
Depósitos a prazo	9.543	9.682
Operações de compra com acordo de revenda	-	6.177
	<u>459.475</u>	<u>218.256</u>
Juros a receber	1.559	2.975
	<u>461.033</u>	<u>221.231</u>
Imparidade (Nota 22)	(1)	-
	<u>461.032</u>	<u>221.231</u>

Em 31 de Dezembro de 2008, a rubrica “Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro – Outras aplicações” inclui um depósito no montante de 182.482 mEuros do BPN (IFI) no Banco Insular.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os prazos residuais das aplicações em instituições de crédito têm a seguinte classificação:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Até três meses	354.816	183.268
De três a um ano	27.983	21.900
De um a cinco anos	77.076	9.733
Mais de cinco anos	1.157	6.330
	<u>461.032</u>	<u>221.231</u>

8. ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO E OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	<u>2008</u>		<u>2007</u>	
	Detidos para negociação	Ao justo valor através de resultados	Detidos para negociação	Ao justo valor através de resultados <i>(proforma)</i>
<u>Instrumentos de dívida</u>				
De emissores públicos:				
Títulos da dívida pública	2.044	-	7.176	-
Obrigações de outros emissores públicos:				
Nacionais	3.212	-	-	-
Estrangeiros	18.640	24	38.519	-
De Organismos Financeiros				
Internacionais	8.689	14.902	1.763	-
De outros emissores:				
Obrigações e outros títulos:				
De residentes	235	-	6.538	-
De não residentes	1.745	-	40.618	3.311
	<u>34.565</u>	<u>14.926</u>	<u>94.614</u>	<u>3.311</u>
<u>Instrumentos de capital</u>				
De residentes	393	-	1.470	-
De não residentes	10.149	-	9.730	-
	<u>10.542</u>	<u>-</u>	<u>11.200</u>	<u>-</u>
<u>Outros instrumentos financeiros</u>				
Outros				
De residentes	939	11.590	5.615	-
De não residentes	4.828	-	3.535	9.899
	<u>5.767</u>	<u>11.590</u>	<u>9.150</u>	<u>9.899</u>
<u>Instrumentos derivados com justo valor positivo (Nota 10)</u>				
Swaps	15.756	-	16.736	-
Futuros e outras operações a prazo	5.424	-	5.318	-
Opções de divisas e cotações	-	-	343	-
	<u>21.180</u>	<u>-</u>	<u>22.397</u>	<u>-</u>
	<u>72.053</u>	<u>26.516</u>	<u>137.361</u>	<u>13.210</u>

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, estas rubricas incluem os montantes de 16.920 mEuros e 22.184 mEuros, respectivamente, relativos a investimentos associados a produtos "Unit-Linked" comercializados pela Real Vida.

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

9. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u> <i>(proforma)</i>
<u>Instrumentos de dívida</u>		
- De dívida pública		
No país	36.095	33.511
No estrangeiro	5.086	11.114
- De outros emissores		
No país	28.952	68.386
No estrangeiro	166.927	171.611
	<u>237.060</u>	<u>284.622</u>
<u>Instrumentos de capital</u>		
- Valorizados ao justo valor	27.329	148.561
- Valorizados ao custo histórico	10.651	9.731
	<u>37.980</u>	<u>158.292</u>
<u>Outros títulos</u>		
- Valorizados ao justo valor	19	31.892
- Valorizados ao custo histórico	9.537	44.240
	<u>9.556</u>	<u>76.132</u>
	<u>284.597</u>	<u>519.046</u>
Imparidade (Nota 22)	(20.944)	(28.638)
	<u>263.653</u>	<u>490.407</u>

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a reserva de justo valor apresenta a seguinte decomposição (Nota 27):

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Instrumentos de dívida	559	(113)
Instrumentos de capital	(23)	829
	<u>536</u>	<u>716</u>

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

10. DERIVADOS

O Banco realiza operações com produtos derivados no âmbito da sua actividade, com o objectivo de satisfazer as necessidades dos seus clientes e de reduzir a sua exposição a flutuações cambiais, de taxas de juro e de cotações.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, estas operações encontram-se valorizadas de acordo com os critérios descritos na Nota 2.7. c). Nestas datas, o seu montante nocional e o valor contabilístico apresentavam a seguinte desagregação:

	2008							
	Montante nocional			Valor contabilístico				
	Derivados de negociação	Derivados de cobertura	Total	Activos detidos para negociação	Passivos detidos para negociação	Derivados de cobertura		Total
						Activo	Passivo	
(Nota 8)								
<b>Operações Cambiais a Prazo</b>								
Forwards Cambiais	141.177	-	141.177	5.424	(822)	-	-	4.602
<b>Swaps</b>								
Swaps Cambiais	157.162	50.486	207.648	-	(75)	6.857	(357)	6.425
Interest rate swaps e cross currency								
Interest rate swaps	1.859.801	2.824	1.862.625	15.756	(14.643)	-	(3)	1.110
Equity swaps	21.500	-	21.500	-	(1.207)	-	-	(1.207)
<b>Opções</b>								
Opções sobre taxas de juro (Caps & Floors)	31.500	-	31.500	-	(618)	-	-	(618)
Opções sobre acções não cotadas	38.100	-	38.100	-	(38.436)	-	-	(38.436)
	<u>2.249.240</u>	<u>53.310</u>	<u>2.302.550</u>	<u>21.180</u>	<u>(55.801)</u>	<u>6.857</u>	<u>(360)</u>	<u>(28.124)</u>
2007								
	Montante nocional			Valor contabilístico				
	Derivados de negociação	Derivados de cobertura	Total	Activos detidos para negociação	Passivos detidos para negociação	Derivados de cobertura		Total
						Activo	Passivo	

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 a rubrica “Opções sobre acções não cotadas” corresponde a uma opção celebrada com um cliente sobre acções da Sociedade Lusa de Negócios, SGPS, S.A. (SLN). Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o valor contabilístico desta opção ascende a 38.436 mEuros e 1.993 mEuros, respectivamente (Nota 3).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

A distribuição das operações com instrumentos financeiros derivados do Grupo em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 por prazos residuais apresenta o seguinte detalhe:

	2008					Total
	<= 3 meses	> 3 meses <= 6 meses	> 6 meses <= 1 ano	> 1 ano <= 5 anos	> 5 anos	
<b>Operações Cambiais a Prazo</b>						
Forwards Cambiais	89.441	50.428	713	595	-	141.177
<b>Swaps</b>						
Swaps Cambiais	151.423	7.862	27.947	20.416	-	207.648
Interest Rate Swaps	-	-	62.502	261.880	1.538.243	1.862.625
Equity Swaps	-	-	1.500	20.000	-	21.500
<b>Opções</b>						
Opções sobre taxas de juro (Caps & Floors)	-	10.000	1.500	20.000	-	31.500
Opções sobre acções não cotadas	-	38.100	-	-	-	38.100
	<u>240.864</u>	<u>106.390</u>	<u>94.162</u>	<u>322.891</u>	<u>1.538.243</u>	<u>2.302.550</u>
<b>2007</b>						
	<= 3 meses	> 3 meses <= 6 meses	> 6 meses <= 1 ano	> 1 ano <= 5 anos	> 5 anos	Total
<b>Operações Cambiais a Prazo</b>						
Forwards Cambiais	11.950	19.124	77.409	-	-	108.483
<b>Swaps</b>						
Swaps Cambiais	380.358	15.380	48.009	95.948	-	539.695
Interest Rate Swaps	20.000	20.000	-	417.539	1.063.090	1.520.629
Equity Swaps	20.400	-	29.100	21.500	-	71.000
<b>Futuros</b>						
Futuros de Taxa de Juro	141.622	-	-	-	-	141.622
Futuros de Taxa de Câmbio	161.723	-	-	-	-	161.723
<b>Opções</b>						
Opções sobre taxas de juro (Caps & Floors)	10.804	-	15.412	16.684	-	42.900
Opções sobre acções não cotadas	9.596	-	13.688	14.816	-	38.100
	<u>756.453</u>	<u>54.504</u>	<u>183.618</u>	<u>566.487</u>	<u>1.063.090</u>	<u>2.624.152</u>

A distribuição das operações com instrumentos financeiros derivados do Grupo em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 por tipo de contraparte apresenta o seguinte detalhe:

	2008		2007	
	Valor Nocial	Valor Contabilístico	Valor Nocial	Valor Contabilístico
<b>Operações Cambiais a Prazo</b>				
<b>Forwards Cambiais</b>				
Instituições Financeiras	57.809	1.884	-	-
Clientes	83.368	2.718	108.483	1.347
	<u>141.177</u>	<u>4.602</u>	<u>108.483</u>	<u>1.347</u>
<b>Swaps</b>				
<b>Swaps Cambiais</b>				
Instituições Financeiras	207.648	6.425	539.695	(1.468)
	<u>207.648</u>	<u>6.425</u>	<u>539.695</u>	<u>(1.468)</u>
<b>Interest rate swaps e cross currency interest rate swaps</b>				
Instituições Financeiras	1.612.241	(8.091)	1.274.307	5.847
Clientes	250.384	9.201	246.322	(6.445)
Equity Swap's	21.500	(1.207)	71.000	2.475
	<u>1.884.125</u>	<u>(97)</u>	<u>1.591.629</u>	<u>1.877</u>
<b>Futuros</b>				
Futuros de Taxa de Juro	-	-	141.622	100
Futuros de Taxa de Câmbio	-	-	161.723	1.278
	-	-	<u>303.345</u>	<u>1.378</u>
<b>Opções (Divisas e Cotacões)</b>				
Instituições Financeiras	5.000	191	5.000	205
Clientes	64.600	(39.245)	76.000	(6.791)
	<u>69.600</u>	<u>(39.054)</u>	<u>81.000</u>	<u>(6.586)</u>
	<u>2.302.550</u>	<u>(28.124)</u>	<u>2.624.152</u>	<u>(3.452)</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

11. CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u> <i>(proforma)</i>
Crédito interno e ao exterior		
Empréstimos	1.299.604	1.033.290
Créditos em conta corrente	2.038.730	2.106.713
Outros créditos	803.455	838.365
Outros créditos e valores a receber - titulado		
- Dívida não subordinada	221.226	-
- Outros	5.925	-
Desconto e outros créditos titulados por efeitos	244.422	349.806
Operações de locação financeira	268.816	324.791
Créditos tomados – Factoring	67.160	142.666
Descobertos em depósitos à ordem	562.223	198.178
	<u>5.511.561</u>	<u>4.993.809</u>
Activos titularizados não desreconhecidos		
Crédito interno	776.027	570.111
Juros a receber	9.143	2.815
	<u>785.170</u>	<u>572.926</u>
Correcções de valor de activos objecto de operações de cobertura	7	(36)
Juros a receber	39.010	38.344
Proveitos diferidos, comissões e outros custos e proveitos associados ao custo amortizado	(303)	-
	<u>38.713</u>	<u>38.308</u>
Crédito e juros vencidos	<u>416.259</u>	<u>115.202</u>
	<u>6.751.704</u>	<u>5.720.245</u>
Imparidade (Nota 22)	(1.473.320)	(1.001.767)
	<u>5.278.384</u>	<u>4.718.478</u>

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o valor de crédito a clientes inclui o montante de 776.027 mEuros e 570.111 mEuros, respectivamente, correspondentes ao valor nominal dos créditos cedidos e referentes às operações de securitização de crédito concedido denominados “Chaves SME CLO nº1” e “Chaves Funding nº5”.

Em 2008, ao abrigo da alteração do IAS 39 descrita na Nota 2.2, o BPN e o Banco Efisa reclassificaram papel comercial, adquirido maioritariamente no exercício, no montante de 223.614 mEuros da rubrica “Activos financeiros disponíveis para venda” para a rubrica “Crédito a clientes”. Adicionalmente, o Banco Efisa procedeu à reclassificação entre estas rubricas, de títulos de dívida emitida por emissores estrangeiros no montante de 5.250 mEuros.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os prazos residuais do "Crédito a clientes" apresentava a seguinte estrutura:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Até três meses	2.121.387	1.804.339
De três a seis meses	1.271.541	1.128.444
De seis meses a um ano	468.750	463.489
De um a três anos	1.280.281	353.274
Mais de três anos	1.609.745	1.970.699
	<u>6.751.704</u>	<u>5.720.245</u>

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a antiguidade do "Crédito e juros vencidos" apresentava a seguinte estrutura:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Até três meses	147.732	44.272
De três a um ano	102.510	30.413
De um a cinco anos	87.164	26.694
Mais de cinco anos	72.211	13.823
Indeterminado	6.642	-
	<u>416.259</u>	<u>115.202</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o crédito concedido a clientes apresentava a seguinte estrutura por sectores de actividade:

	2008								
	Sector Público Administrativo e Empresas Públicas			Empresas privadas e particulares			Total		
	Crédito vincendo	Crédito vencido	Sub-Total	Crédito vincendo	Crédito vencido	Sub-Total	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total
<b>Empresas</b>									
Agricultura, produção animal, caça e silvicultura	-	-	-	77.859	4.091	81.950	77.859	4.091	81.950
Pesca	-	-	-	39.931	94	40.025	39.931	94	40.025
Indústrias extractivas									
Extracção de produtos energéticos	-	-	-	23	-	23	23	-	23
Indústrias extractivas c/ excepção de prod. energéticos	-	-	-	34.089	1.357	35.446	34.089	1.357	35.446
Indústrias transformadoras									
Indústrias alimentares, de bebidas e do tabaco	-	-	-	92.910	1.857	94.767	92.910	1.857	94.767
Indústria têxtil	-	-	-	70.591	8.107	78.698	70.591	8.107	78.698
Indústria do couro e de produtos de couro	-	-	-	13.591	2.096	15.687	13.591	2.096	15.687
Indústrias da madeira, da cortiça e suas obras	-	-	-	42.251	8.210	50.461	42.251	8.210	50.461
Indústrias de pasta de papel, cartão e art. edição e impressão	-	-	-	33.911	5.769	39.680	33.911	5.769	39.680
Fabrico de coque, produtos petrol., refinados e combustível nuclear	-	-	-	12.930	740	13.670	12.930	740	13.670
Fabrico de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais	-	-	-	25.684	302	25.986	25.684	302	25.986
Fabrico de artigos de borracha e de matérias plásticas	-	-	-	16.927	63	16.990	16.927	63	16.990
Fabrico de outros produtos minerais não metálicos	-	-	-	116.792	7.866	124.658	116.792	7.866	124.658
Indústrias metalúrgicas de base e de produtos metálicos	-	-	-	80.707	3.674	84.381	80.707	3.674	84.381
Fabrico de máquinas e de equipamentos	-	-	-	44.791	1.875	46.666	44.791	1.875	46.666
Fabrico de equipamento eléctrico e de óptica	-	-	-	3.511	115	3.625	3.511	115	3.625
Fabrico de material de transporte	-	-	-	7.976	105	8.081	7.976	105	8.081
Indústrias transformadoras não especificadas	-	-	-	49.402	2.094	51.496	49.402	2.094	51.496
Produção e distribuição de electricidade, de água e gás	1.035	-	1.035	10.469	44	10.513	11.504	44	11.548
Construção	2.986	-	2.986	144.829	10.641	155.469	147.814	10.641	158.455
Com. grosso / retalho, rep. de autom., motoc. e bens pess. e domest.	-	-	-	685.596	37.144	722.740	685.596	37.144	722.740
Alojamento e restauração (restaurantes e similares)	-	-	-	141.078	6.429	147.507	141.078	6.429	147.507
Transportes, armazenagem e comunicações	-	-	-	109.835	7.890	117.725	109.835	7.890	117.725
Actividades financeiras									
Intermediação financeira excluindo seguros e fundos de pensões	-	-	-	501.039	46.824	547.863	501.039	46.824	547.863
Seguros, fundos de pensões e activ. complem. de seg. social	-	-	-	41.611	-	41.611	41.611	-	41.611
Actividades auxiliares de intermediação financeira	-	-	-	50.183	17.250	67.433	50.183	17.250	67.433
Actividades imobiliárias, alugueres e serv. prest. empresas									
Actividades imobiliárias	-	-	-	1.471.209	142.920	1.614.129	1.471.209	142.920	1.614.129
Outras actividades	-	-	-	9.479	463	9.943	9.479	463	9.943
Administração pública, defesa e segurança social obrigatória	1.819	3.178	4.997	22	-	22	1.841	3.178	5.019
Educação	19	4	23	344	-	344	363	4	367
Saúde e segurança social	1.599	2.080	3.680	9.276	116	9.392	10.875	2.196	13.072
Créditos a entidades offshore relativos ao "Balcão Virtual"	-	-	-	441.117	-	441.117	441.117	-	441.117
Outras actividades e serv. colectivos, sociais e pessoais	16	-	16	703.569	18.503	722.073	703.585	18.503	722.089
Famílias com empregados domésticos	-	-	-	2	-	2	2	-	2
Organismos internacionais e outros institutos extraterritoriais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	7.474	5.263	12.737	5.083.533	336.638	5.420.171	5.091.007	341.900	5.432.908
<b>Particulares</b>									
Habituação	-	-	-	389.065	8.393	397.458	389.065	8.393	397.458
Outros fins	-	-	-	855.373	65.966	921.339	855.373	65.966	921.339
	-	-	-	1.244.437	74.359	1.318.796	1.244.437	74.359	1.318.796
	7.474	5.263	12.737	6.327.971	410.997	6.738.967	6.335.445	416.259	6.751.704

BANCO PORTUGUÊS DE NEGÓCIOS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	2007						
	Sector Público Administrativo e Empresas Públicas			Empresas privadas e particulares			Total
	Crédito vincendo	Crédito vencido	Sub-Total	Crédito vincendo	Crédito vencido	Sub-Total	
<b>Empresas</b>							
Agricultura, produção animal, caça e silvicultura	-	-	-	76.824	3.426	80.250	80.250
Pesca	-	-	-	39.931	94	40.025	40.025
Indústrias extractivas							
Extracção de produtos energéticos	-	-	-	23	-	23	23
Indústrias extractivas c/ excepção de prod. energéticos	-	-	-	39.145	1.012	40.157	40.157
Indústrias transformadoras							
Indústrias alimentares, de bebidas e do tabaco	-	-	-	86.158	1.711	87.869	87.869
Indústria têxtil	-	-	-	65.759	8.029	73.788	73.788
Indústria do couro e de produtos de couro	-	-	-	13.591	2.096	15.687	15.687
Indústrias da madeira, da cortiça e suas obras	-	-	-	44.525	9.522	54.047	54.047
Indústrias de pasta de papel, cartão e art. edição e impressão	-	-	-	36.353	5.468	41.821	41.821
Fabrico de coque, produtos petrol., refinados e combustível nuclear	-	-	-	12.934	740	13.674	13.674
Fabrico de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais	-	-	-	22.075	132	22.207	22.207
Fabrico de artigos de borracha e de matérias plásticas	-	-	-	17.602	63	17.664	17.664
Fabrico de outros produtos minerais não metálicos	-	-	-	111.210	2.658	113.868	113.868
Indústrias metalúrgicas de base e de produtos metálicos	-	-	-	83.308	3.836	87.144	87.144
Fabrico de máquinas e de equipamentos	-	-	-	49.672	1.875	51.547	51.547
Fabrico de equipamento eléctrico e de óptica	-	-	-	4.405	115	4.519	4.519
Fabrico de material de transporte	-	-	-	7.715	105	7.820	7.820
Indústrias transformadoras não especificadas	-	-	-	50.498	2.729	53.227	53.227
Produção e distribuição de electricidade, de água e gás	894	-	894	6.700	-	6.700	7.594
Construção	2.270	-	2.270	148.676	7.547	156.223	158.493
Com. grosso / retalho, rep. de autom., motoc. e bens pess. e domest.	5.667	-	5.667	727.541	33.556	761.097	766.764
Alojamento e restauração (restaurantes e similares)	-	-	-	141.209	6.414	147.623	147.623
Transportes, armazenagem e comunicações	-	-	-	113.477	3.754	117.231	117.231
Actividades financeiras							
Intermediação financeira excluindo seguros e fundos de pensões	-	-	-	501.260	-	501.260	501.260
Seguros, fundos de pensões e activ. complem. de seg. social	-	-	-	41.611	-	41.611	41.611
Actividades auxiliares de intermediação financeira	-	-	-	49.181	17.242	66.424	66.424
Actividades imobiliárias, alugueres e serv. prest. empresas							
Actividades imobiliárias	-	-	-	1.477.051	114.079	1.591.130	1.591.130
Outras actividades	-	-	-	7.866	-	7.866	7.866
Administração pública, defesa e segurança social obrigatória	5.707	2.965	8.672	3.595	460	4.055	12.727
Educação	102	-	102	-	303	303	405
Saúde e segurança social	199	-	199	4.512	116	4.628	4.827
Outras actividades e serv. colectivos, sociais e pessoais	16	-	16	192.714	16.667	209.381	209.397
Famílias com empregados domésticos	-	-	-	2	-	2	2
Organismos internacionais e outros institutos extraterritoriais	-	-	-	-	-	-	-
	<b>14.855</b>	<b>2.965</b>	<b>17.820</b>	<b>4.177.123</b>	<b>243.751</b>	<b>4.420.874</b>	<b>4.438.694</b>
<b>Particulares</b>							
Habituação	-	-	-	390.837	8.483	399.320	399.320
Outros fins	-	-	-	822.419	59.811	882.230	882.230
	-	-	-	1.213.256	68.294	1.281.550	1.281.550
	<b>14.855</b>	<b>2.965</b>	<b>17.820</b>	<b>5.390.379</b>	<b>312.045</b>	<b>5.702.425</b>	<b>5.720.244</b>

**12. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO**

Conforme referido na Nota 2.9, as propriedades de investimento correspondem a imóveis detidos pelo Grupo com o objectivo de obtenção de rendimentos através do arrendamento e/ou da sua valorização.

O movimento ocorrido nas “Propriedades de investimento” durante os exercícios de 2007 e 2008 foi o seguinte:

Saldos em 31 de Dezembro de 2006	-
Reexpressão das demonstrações financeiras	213.808
Saldos em 1 de Janeiro de 2007	<u>213.808</u>
Aquisições	2.662
Alienações	(155.641)
Saldos em 31 de Dezembro de 2007	<u>60.829</u>
Alterações no perímetro de consolidação	481.769
Aquisições	17.958
Reavaliações	1.419
Alienações	(16.101)
Saldos em 31 de Dezembro de 2008	<u><u>545.874</u></u>

No exercício de 2008, o montante relativo a alterações no perímetro de consolidação refere-se aos imóveis que compõem a carteira do fundo BPN Imonegócios, que passou a consolidar pelo método de equivalência integral.

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2008, o detalhe desta rubrica por imóvel é o seguinte:

Imóvel	Fundo	Data aquisição	Datas das últimas avaliações	Avaliador	Custo aquisição	Ajustamentos	Valor contabilístico
Prédio Urbano, Av. Marechal Gomes da Costa, n.º 37, Lisboa (15)	BPN Imonegócios	20-01-2003	31-08-2007 14-08-2007	DTZ Euroengineering	56.702	8.890	65.592
Prédio Urbano, Hospital CUF Descobertas, Lisboa	BPN Imonegócios	08-06-2006	14-12-2007 18-05-2007	DTZ Euroengineering	34.281	400	34.681
Prédio Urbano, Quinta da Marquesa, Palmela	BPN Imonegócios	29-12-2003	02-02-2007 23-02-2007	DTZ Euroengineering	24.780	(3.223)	21.557
Lotes 2,3,4,5,12 e 13, Sapec Bay, Freguesia do Sado, Setúbal	BPN Imoreal	05-12-2005	15-11-2007 16-11-2007	DTZ Euroengineering	20.111	-	20.111
Fracção "A", Av. General Humberto Delgado, Costa da Caparica	BPN Imonegócios	14-06-2004	31-03-2008 07-03-2008	DTZ Euroengineering	20.005	-	20.005
2 Prédios Urbanos, R. Mário Castelhana n.º40, Queuz de Baixo	BPN Imonegócios	11-02-2004	31-12-2008 31-12-2008	Worx Euroengineering	17.142	858	18.000
144 Fracções, Av. da Liberdade n.º245, Lisboa	BPN Imonegócios	30-10-2003	01-06-2007 01-06-2007	DTZ Euroengineering	17.786	100	17.886
Lotes 1 e 2, Parque Industrial Porto Alto, Benavente	BPN Imonegócios	01-02-2007	28-11-2008 28-11-2008	CBRE Worx	16.505	-	16.505
Prédio Urbano, Quinta da Velha, Sto Antão do Tojal, Loures	BPN Imonegócios	07-04-2006	31-08-2007 10-08-2007	Euroengineering DTZ	16.445	-	16.445
165 Fracções, Rua da Constituição, n.º884 e 890, Porto	BPN Imonegócios	17-02-2004	14-09-2007 14-09-2007	DTZ Euroengineering	13.785	485	14.250
Prédio Urbano Praça Francisco Sá Carneiro n.º13, Lisboa	BPN Imonegócios	12-07-2004	12-06-2008 12-06-2008	Worx Euroengineering	12.606	(0)	12.600
Prédio Urbano, Av. 24 de Julho n.º 62 e 64, Lisboa	BPN Imonegócios	13-09-2004	03-09-2007 03-09-2007	DTZ Euroengineering	12.201	11	12.212
Prédio Urbano, Av. da República n.º 26, Lisboa	BPN Imonegócios	23-12-2004	28-11-2008 28-11-2008	DTZ Euroengineering	11.767	-	11.767
Fracção "D", Ed. Estádio Cidade de Coimbra, R. D. João III n.º11 a 81, Coimbra	BPN Imonegócios	14-12-2007	04-03-2008 03-03-2008	Euroengineering DTZ	11.556	-	11.556
Prédio Urbano, Quinta do Marchante, Lote 1, Prior Velho, Loures	BPN Imonegócios	23-12-2003	09-11-2007 02-11-2007	Euroengineering DTZ	10.041	259	10.300
Lotes 9, 10 e 11, Parque Industrial Sapec Bay, Setúbal	BPN Imonegócios	26-07-2005	06-07-2007 03-07-2007	Euroengineering DTZ	10.031	-	10.031
							313.498
						Outros	232.376
							<u>545.874</u>

DTZ - DTZI - Consultoria e Avaliação de Imóveis, Lda.  
Euroengineering - Euroengineering - Serviços Técnicos, Lda.  
CBRE - CB Richard Ellis - Consultoria e Avaliação de Imóveis Unipessoal, Lda  
Worx - Worx Consultoria, Lda.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o Grupo registou imparidade na rubrica "Provisões para outros riscos e encargos" para os imóveis contabilizados como propriedades de investimento (Nota 22).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

13. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

O movimento nos outros activos tangíveis, líquidos, durante os exercícios de 2008 e 2007, foi o seguinte:

	2008									
	Saldo em 31.12.2007		Perdas por imparidades acumuladas (Nota 22)	Alterações do perímetro de consolidação	Adições	Diferenças de câmbio	Transferências	Amortizações do exercício	Constituição de imparidade no exercício (Nota 22)	Vendas e abates líquidos
Valor bruto	Amortizações									
<b>Imóveis de serviço próprio</b>										
Terrenos	61.409	-	-	-	-	-	-	-	-	54.816
Edifícios	105.818	(13.922)	-	20.208	1.355	-	(155)	(2.897)	-	91.938
Outros Imóveis	55	-	-	-	-	-	-	-	-	55
Obras em imóveis arrendados	24.151	(13.757)	-	-	18.266	(1)	-	(2.505)	(76)	26.077
<b>Equipamento</b>										
Mobiliário e material de escritório	4.827	(2.097)	-	-	2.728	-	-	(1.122)	(74)	4.262
Máquinas e ferramentas	5.553	(2.942)	-	-	12.548	-	-	(1.479)	(62)	13.618
Equipamento informático	17.096	(14.313)	-	-	1.181	3	-	(582)	(205)	3.180
Instalações interiores	2.596	(2.439)	-	-	397	-	-	(258)	(99)	197
Material de transporte	5.525	(1.015)	-	-	263	-	-	(521)	(57)	4.195
Equipamento de segurança	1.781	(1.634)	-	-	108	-	-	(254)	-	(0)
Outro equipamento	38.997	(23.011)	-	-	422	(8)	-	(399)	(130)	15.870
<b>Activos em locação operacional</b>	48.075	(6.025)	-	-	11.757	-	-	(9.583)	-	44.243
Activos em locação financeira	11.893	(4.822)	-	-	7.529	-	-	(2.245)	-	12.355
Outros activos tangíveis	9.012	(1.412)	(2.503)	-	9.243	-	163	(2.350)	(21)	6.043
Activos tangíveis em curso	130.857	-	-	16.801	16.126	-	-	-	-	129.075
	<b>467.643</b>	<b>(87.388)</b>	<b>(2.503)</b>	<b>37.009</b>	<b>81.921</b>	<b>3</b>	<b>-</b>	<b>(24.175)</b>	<b>(21)</b>	<b>405.925</b>

	2007											
	Saldo em 31.12.2006		Reexpressão das demonstrações financeiras		Alterações do perímetro de consolidação	Adições	Diferenças de câmbio	Transferências	Amortizações do exercício	Constituição de imparidade no exercício (Nota 22)	Vendas e abates líquidos	Valor líquido em 2007
Valor bruto	Amortizações	Constituição de imparidade (Nota 3)										
<b>Imóveis de serviço próprio</b>												
Terrenos	2.085	(1.325)	-	59.048	1.601	-	-	-	-	-	-	61.409
Edifícios	8.748	(46)	-	84.231	223	6	462	(1.727)	-	-	-	91.897
Outros Imóveis	31	-	-	24	-	-	-	-	-	-	-	55
Obras em imóveis arrendados	22.739	(11.523)	-	268	1.617	7	(52)	(2.482)	-	(181)	-	10.393
<b>Equipamento</b>												
Mobiliário e material de escritório	4.714	(3.512)	-	1.757	332	13	5	(580)	-	-	-	2.730
Máquinas e ferramentas	5.251	(4.454)	-	1.821	407	-	3	(417)	-	-	-	2.610
Equipamento informático	10.312	(9.669)	-	7.233	1.203	12	23	(1.586)	-	(4.745)	-	2.783
Instalações interiores	2.617	(2.398)	-	33	24	-	-	(101)	-	(18)	-	158
Material de transporte	1.355	(996)	-	4.148	243	3	-	(188)	-	(56)	-	4.510
Equipamento de segurança	1.771	(1.085)	-	402	82	-	13	(262)	-	(773)	-	146
Outro equipamento	557	(225)	-	15.575	87	7	65	(81)	-	(0)	-	15.986
<b>Activos em locação operacional</b>	9.467	(4.708)	-	3.063	43.720	-	-	(4.390)	-	(5.112)	-	42.050
Activos em locação financeira	4.858	(4.674)	-	-	10.991	-	-	(265)	-	(3.839)	-	7.071
Outros activos tangíveis	2.079	(119)	(1.032)	2.994	2.841	-	3	(3.282)	(1.471)	3.063	-	5.076
Activos tangíveis em curso	411	-	-	130.786	221	(1)	(580)	-	-	-	-	130.857
	<b>76.994</b>	<b>(44.732)</b>	<b>(1.032)</b>	<b>311.383</b>	<b>63.589</b>	<b>48</b>	<b>(38)</b>	<b>(15.351)</b>	<b>(1.471)</b>	<b>(11.860)</b>	<b>-</b>	<b>377.731</b>

Em 2008, a rubrica "Alterações do perímetro de consolidação" diz respeito aos imóveis que compõem a carteira do fundo BPN Imonegócios, que passou a consolidar pelo método de equivalência integral.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o valor da rubrica "Activos tangíveis em curso" é composto por imóveis em construção, para futuro arrendamento, uso próprio ou venda, conforme o seguinte detalhe:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Monte da Quinta:		
. Aldeamento Monte da Quinta Club	89.519	8.308
. Aparthotel em construção	8.312	98.142
Investimentos Dominiais Anglo Portugueses:		
. Empreendimento Quinta do Castelo	9.269	-
BPN Imonegócios:		
. Parque Industrial Sapeç Bay	7.122	-
. Estrada de Benfica	1.265	-
. Quinta do Alcaide	8.413	-
Outros	5.275	24.407
	-----	-----
	<b>129.075</b>	<b>130.857</b>
	=====	=====

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2008, o Aldeamento Monte da Quinta Club encontrava-se ainda em curso, tendo sido concluído no início de 2009.

14. ACTIVOS INTANGÍVEIS

Esta rubrica apresentou o seguinte movimento durante os exercícios de 2008 e 2007:

	2008							Valor líquido em 2008
	Saldo em 31.12.2007 (proforma)							
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Adições	Transferências	Regulações	Amortizações do exercício	Vendas e abates líquidos	
Sistemas de tratamento automático de dados (Software)	12.697	(8.291)	3.736	(5.124)	-	(2.354)	(25)	638
Outros activos intangíveis	19.548	(15.593)	4.878	5.874	-	(1.632)	(497)	12.578
Activos intangíveis em curso	2.750	-	9.049	(750)	(114)	-	(411)	10.523
	<u>34.995</u>	<u>(23.884)</u>	<u>17.663</u>	<u>-</u>	<u>(114)</u>	<u>(3.987)</u>	<u>(934)</u>	<u>23.739</u>

	2007										
	Saldo em 31.12.2006										
	Valor bruto	Amortizações e perdas por impandades acumuladas	Reexpressão das demonstrações financeiras				Transferências	Diferenças de câmbio	Amortizações do exercício	Vendas e abates líquidos	Valor líquido em 2007 (proforma)
			Adições	Abates	Alterações do perímetro de consolidação	Adições					
Sistemas de tratamento automático de dados (Software)	8.180	(7.524)	21.072	(21.072)	-	835	2.898	19	-	(2)	4.406
Outros activos intangíveis	5.176	(3.389)	4.098	-	1.247	657	(1.490)	131	(1.234)	(1.241)	3.955
Activos intangíveis em curso	6.276	-	-	(3.344)	141	1.867	(1.370)	(48)	(772)	-	2.750
	<u>19.632</u>	<u>(10.913)</u>	<u>25.170</u>	<u>(24.416)</u>	<u>1.388</u>	<u>3.359</u>	<u>38</u>	<u>102</u>	<u>(2.006)</u>	<u>(1.243)</u>	<u>11.111</u>

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os activos intangíveis em curso referem-se essencialmente a despesas incorridas com o desenvolvimento de aplicações informáticas que não tinham ainda entrado em funcionamento nestas datas.

15. INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2008				
	Participação efectiva (%)	Capitais próprios em 31.12.2008	Equivalência patrimonial	Resultado líquido em 31.12.2008	Proporção no resultado líquido (Nota 27)
ALC Leasing	36,00%	123	44	(335)	(120)
Ângulo Superior, SGPS	30,03%	925	278	(3)	(1)
Avipronto	23,40%	15.485	3.623	(3.039)	(711)
BPN Real Estate	50,00%	99.929	49.866	(294)	(147)
BPN Valorização	43,58%	2.038	888	(1.484)	(647)
Controlauto	40,45%	11.166	4.517	1.569	635
Portucale	34,83%	(120)	-	(172)	(60)
Ergorent	20,00%	64	13	(226)	(45)
Fundo de Capital de Risco Banco Efisa	30,00%	28.736	8.621	(2.244)	(673)
Locagest	20,00%	17	3	-	-
Nearent	20,00%	(104)	-	(217)	(43)
Precore II	50,00%	(1.261)	-	(321)	(161)
			<u>67.853</u>		<u>(1.975)</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	2007				
	Participação efectiva (%)	Capitais próprios em 31.12.2007	Equivalência patrimonial	Resultado líquido em 31.12.2007	Proporção no resultado líquido
ALC Leasing	36,00%	375	175	1.624	500
Avipronto	23,40%	19.672	4.603	103	24
BPN Acções Global	24,72%	11.748	2.904	(66)	(16)
BPN Real Estate	50,00%	104.204	49.871	(17)	(9)
Portucale	34,83%	25	9	(26)	(9)
Fundo de Capital de Risco Banco Efisa	30,00%	30.980	9.294	(121)	(36)
Precore II	50,00%	(940)	-	(1.126)	(563)
			<u>66.856</u>		<u>(109)</u>

16. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O Banco e as suas subsidiárias são tributados individualmente e encontram-se sujeitas a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) e correspondente Derrama.

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal do Banco e das suas participadas com sede em Portugal durante um período de quatro anos (seis anos relativamente aos exercícios em que sejam apurados prejuízos fiscais), podendo resultar devido a diferentes interpretações da legislação, eventuais correcções ao lucro tributável, dos exercícios de 2006 a 2008. Dada a natureza das eventuais correcções que poderão ser efectuadas, não é possível quantificá-las neste momento. No entanto, na opinião dos Conselhos de Administração do Banco e das suas participadas, não é previsível que qualquer correcção relativa aos exercícios acima referidos seja significativa para as demonstrações financeiras.

Os saldos de activos e passivos por impostos sobre o rendimento em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 eram os seguintes:

	2008	2007
		(proforma)
Activos por impostos correntes		
Imposto sobre o rendimento a recuperar	6.813	5.210
Outros	65	39
	<u>6.878</u>	<u>5.249</u>
Passivos por impostos correntes		
Imposto sobre o rendimento a pagar	<u>(2.828)</u>	<u>(4.982)</u>
	<u>(2.828)</u>	<u>(4.982)</u>
Passivos por impostos diferidos	<u>(3.607)</u>	<u>(4.252)</u>
	<u>443</u>	<u>(3.985)</u>

O movimento ocorrido nos impostos diferidos durante os exercícios de 2008 e 2007 foi o seguinte:

	Saldo em 31.12.2006		Reexpressão das dem. financeiras		Saldo em 31.12.2006	Variação em:		Saldo em 31.12.2007	Variação em Resultados	Saldo em 31.12.2008
	Activos	Passivos	Reservas	Resultados Transitados		Reservas	Resultados			
Provisões e imparidade temporariamente não aceites fiscalmente	11.494	-	(589)	(10.905)	-	-	-	-	-	-
Reavaliação de instrumentos financeiros derivados	-	(131)	-	-	(131)	-	-	(131)	-	(131)
Valorização de activos financeiros disponíveis para venda	611	(3.529)	(611)	-	(3.529)	(177)	237	(3.469)	645	(2.824)
Valorização de outros títulos	140	-	(140)	-	-	-	-	-	-	-
Benefícios aos trabalhadores	814	(652)	-	(814)	(652)	-	-	(652)	-	(652)
	<u>13.059</u>	<u>(4.312)</u>	<u>(1.340)</u>	<u>(11.719)</u>	<u>(4.312)</u>	<u>(177)</u>	<u>237</u>	<u>(4.252)</u>	<u>645</u>	<u>(3.607)</u>

O Grupo não reconheceu impostos diferidos activos nas demonstrações financeiras consolidadas, nomeadamente os referentes a prejuízos fiscais reportáveis, na medida em que não dispõe de estudos que demonstrem a probabilidade de obtenção de lucros fiscais no futuro que possibilitem a recuperação dessas diferenças.

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Os custos com impostos sobre lucros registados em resultados, bem como a carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos sobre lucros e o lucro líquido do exercício antes de impostos, podem ser apresentados como se segue:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Impostos correntes		<i>(proforma)</i>
Do exercício	4.239	15.833
Correções relativas a exercícios anteriores (líquido)	5.441	368
	<u>9.680</u>	<u>16.201</u>
Impostos diferidos	(645)	(237)
Total de impostos em resultados	<u>9.035</u>	<u>15.964</u>
Prejuízo consolidado antes de impostos e de interesses minoritários	(570.834)	(276.802)
Carga fiscal	<u>1,6%</u>	<u>5,8%</u>

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de imposto verificada no exercício de 2008 pode ser demonstrada como se segue:

	<u>Taxa</u>	<u>Imposto</u>
Resultado antes de impostos		<u>(570.834)</u>
Imposto apurado com base na taxa nominal	26,5%	(151.271)
Imposto diferido activo não reconhecido	(26,5%)	151.271
Correcções de imposto relativas a exercícios anteriores	(1,0%)	5.441
Tributação autónoma	(0,2%)	938
Outros	(0,5%)	2.656
Imposto registado em resultados	<u>(1,6%)</u>	<u>9.035</u>

No exercício de 2007, o imposto corrente registado em resultados no montante de 16.201 mEuros foi apurado com base no resultado antes de imposto das contas estatutárias desse exercício.

17. PROVISÕES TÉCNICAS DE RESSEGURO CEDIDO

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
		<i>(proforma)</i>
<u>Ramo Vida:</u>		
Provisão matemática	<u>3.965</u>	<u>4.858</u>
Provisão para sinistros:		
Sinistros declarados	3.510	3.032
Sinistros não declarados (IBNR)	94	24
	<u>7.569</u>	<u>7.913</u>

18. OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u> <i>(proforma)</i>
Devedores por seguro directo e resseguro	4.436	6.407
Devedores e outras aplicações		
Aplicações diversas	14	14
Devedores por bonificações a receber	9	8
Suprimentos	2.388	431
Devedores por operações sobre futuros e opções	-	1.407
Outras aplicações	75.029	70.237
Sector público administrativo	6.444	20.100
Devedores e outras aplicações	787	189
Devedores diversos	257.094	201.252
Outros activos		
Metais preciosos, numismática e medalhística	30	30
Bens recebidos em dação de crédito	99.269	69.378
Outros	82.848	73.965
Rendimentos a receber		
Juros e rendimentos similares	90	969
Outros rendimentos a receber	2.092	2.797
Despesas com encargo diferido	35.068	34.741
Responsabilidades com pensões e outros benefícios (Nota 36)	45.574	14.739
Outras contas de regularização		
Posição cambial	777	10.430
Operações cambiais a liquidar	26.242	28.129
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	26.563	2.952
Outras operações a regularizar	3.621	5.495
	<u>668.373</u>	<u>543.672</u>
Imparidade (Nota 22)		
Bens recebidos em dação de crédito	(13.847)	(5.843)
Devedores e outras aplicações	(30.062)	(13.743)
	<u>(43.909)</u>	<u>(19.586)</u>
	<u>624.464</u>	<u>524.086</u>

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a rubrica "Devedores diversos" inclui os seguintes saldos a receber de terceiros por parte dos fundos imobiliários do Grupo:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Adiantamentos:		
. por conta de construções	109.257	112.179
. por compras de terrenos	18.755	18.749
Devedores por rendas vencidas	7.493	4.047
Outros valores a receber	33.347	35.743
	-----	-----
	<u>168.852</u>	<u>170.718</u>
	=====	=====

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o Grupo registou imparidade na rubrica “Provisão para outros riscos e encargos” para os saldos das rubricas “Adiantamentos por conta de construções” e “Adiantamento por compras de terrenos”.

Em Dezembro de 2008 e 2007, a rubrica “Outros activos – Outros” inclui os imóveis pertencentes às carteiras dos fundos imobiliários que se encontram disponíveis para venda. Estes imóveis encontram-se registados contabilisticamente ao nível do consolidado, ao custo histórico, tendo o Grupo registado imparidade na rubrica “Provisão para outros riscos e encargos”.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a rubrica “Outras contas de regularização – operações sobre valores mobiliários a regularizar” inclui operações de vendas de títulos que se encontraram pendentes de liquidação financeira.

O movimento na rubrica “Bens recebidos em dação de crédito” durante os exercícios de 2008 e 2007 foi o seguinte:

	2008									
	Saldo em 31.12.2007		Adições	Alienações e abates	Transferências de “Outros activos tangíveis”	Transferências de “Outros activos - Outros”		Imparidade do exercício	Saldo em 31.12.2008	
	Valor bruto	Imparidade acumulada				Valor bruto	Imparidade acumulada		Valor bruto	Imparidade acumulada
Bens recebidos em dação de crédito										
Imóveis	68.062	(5.786)	14.443	4.854	-	1.227	(12)	(7.919)	76.425	(13.717)
Outros	1.316	(57)	15.629	42	5.990	49	(12)	(62)	22.844	(131)
	<u>69.378</u>	<u>(5.843)</u>	<u>30.072</u>	<u>4.896</u>	<u>5.990</u>	<u>1.276</u>	<u>(23)</u>	<u>(7.981)</u>	<u>99.269</u>	<u>(13.847)</u>

	2007									
	Saldo em 31.12.2006		Reexpressão das demonstrações financeiras (Nota 3)	Adições	Alienações e abates	Transferências de Outros activos		Imparidade do exercício	Saldo em 31.12.2007	
	Valor bruto	Imparidade acumulada				Valor bruto	Imparidade acumulada		Valor bruto	Imparidade acumulada
Bens recebidos em dação de crédito										
Imóveis	43.265	(1.739)	(2.543)	28.342	2.099	1.446	(11)	(1.516)	68.062	(5.786)
Outros	539	(76)	-	974	-	197	(34)	(14)	1.316	(57)
	<u>43.804</u>	<u>(1.815)</u>	<u>(2.543)</u>	<u>29.316</u>	<u>2.099</u>	<u>1.643</u>	<u>(45)</u>	<u>(1.531)</u>	<u>69.378</u>	<u>(5.843)</u>

No exercício de 2008, o Grupo recebeu em dação o montante de 15.350 mEuros relativo a obras de pintura, tendo registado na rubrica “Bens recebidos em dação de crédito – Outros”.

**19. RECURSOS DE INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO E BANCOS CENTRAIS**

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u> <i>(proforma)</i>
<u>Recursos de Bancos Centrais</u>		
Mercado Monetário Interbancário	20.000	-
Recursos de Bancos Centrais no estrangeiro	268.973	181.025
Juros a pagar	816	120
	<u>289.789</u>	<u>181.145</u>
<u>Recursos de Instituições de Crédito no País</u>		
Mercado Monetário Interbancário	978	8.951
Depósitos e outros recursos	60.782	73.004
Empréstimos	784.073	102.239
Recursos a muito curto prazo	868.560	-
<u>Recursos de Instituições de Crédito no Estrangeiro</u>		
Depósitos e outros recursos	54.508	145.723
Empréstimos	138.704	390.740
Recursos a muito curto prazo	20.000	-
	<u>1.927.606</u>	<u>720.657</u>
<u>Juros a pagar</u>		
De Instituições de Crédito no País	1.865	3.047
De Instituições de Crédito no Estrangeiro	1.388	2.981
<u>Despesas com encargos diferidos</u>		
De Instituições de Crédito no País	571	571
De Instituições de Crédito no Estrangeiro	(945)	(1.305)
	<u>2.879</u>	<u>5.294</u>
	<u><u>2.220.273</u></u>	<u><u>907.096</u></u>

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a rubrica “Recursos de Bancos Centrais no estrangeiro” diz respeito a empréstimos obtidos por parte do BPN Cayman Limited junto do Banco Nacional de Angola.

Em 31 de Dezembro de 2008, a rubrica “Recursos de instituições de crédito no país” inclui financiamentos concedidos pela CGD nos montantes de 868.560 mEuros na rubrica “Recursos de muito curto prazo” e 585.092 mEuros na rubrica “Empréstimos”. De acordo com a lei nº 6-A/2008 de 11 de Novembro, as operações de crédito ou de assistência de liquidez que sejam realizadas pela CGD, a favor do Banco no contexto da nacionalização e em substituição do Estado, até à data da aprovação dos objectivos de gestão previstos no nº 7, beneficiam de garantia do Estado.

BANCO PORTUGUÊS DE NEGÓCIOS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os prazos residuais dos recursos de Bancos Centrais e de outras instituições de crédito apresentam a seguinte estrutura:

	<u>2008</u>	<u>2007</u> <i>(proforma)</i>
Até três meses	1.006.966	784.719
De três meses a seis meses	596.286	43.280
De seis meses a um ano	617.021	79.097
	<u>2.220.273</u>	<u>907.096</u>

20. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u> <i>(proforma)</i>
Depósitos de poupança	69.709	95.504
Outros débitos		
À ordem	896.349	1.188.887
A prazo		
Depósitos	4.035.705	3.445.276
Outros recursos:		
Cheques e ordens a pagar	54.725	29.288
Outros	8.388	7.238
	<u>5.064.876</u>	<u>4.766.193</u>
Juros a pagar	63.386	34.062
	<u>63.386</u>	<u>34.062</u>
	<u>5.128.262</u>	<u>4.800.255</u>

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os prazos residuais de recursos de clientes e outros empréstimos são os seguintes:

	<u>2008</u>	<u>2007</u> <i>(proforma)</i>
<u>Exigível à vista</u>	940.043	1.229.092
<u>Exigível a prazo</u>		
Até três meses	2.205.039	1.651.145
De três meses a um ano	1.737.138	1.333.699
De um a cinco anos	246.042	586.319
	<u>5.128.262</u>	<u>4.800.255</u>

21. RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u> <i>(proforma)</i>
<u>Obrigações em circulação</u>		
Obrigações de caixa	25.000	25.000
Outras responsabilidades representadas por títulos	<u>199.500</u>	<u>200.000</u>
	<u>224.500</u>	<u>225.000</u>
<u>Obrigações emitidas no âmbito de operações de titularização</u>		
Chaves SME CLO No.1	580.345	570.753
Chaves Funding No. 5	<u>197.217</u>	<u>-</u>
	<u>777.562</u>	<u>570.753</u>
<u>Outros</u>		
Certificados de depósito	9.050	14.280
	<u>1.011.112</u>	<u>810.033</u>
Correcções de valor de passivos objecto de operações de cobertura	(2.898)	(2.974)
Juros a pagar	349	227
	<u>(2.549)</u>	<u>(2.747)</u>
	<u>1.008.563</u>	<u>807.286</u>

As condições associadas às obrigações em circulação são as seguintes:

<u>Obrigações</u>	<u>Valor nominal</u>	<u>Data de emissão</u>	<u>Data de reembolso</u>	<u>Remuneração</u>
BPN Private Equity	10.000	09-07-2007	09-07-2010	Remuneração indexada à performance do índices LPX Major Market Price, com remuneração mínima garantida de 3%.
BPN Competição Ibérica	10.000	29-10-2007	29-10-2010	Remuneração indexada à performance dos índices Ibex e PSI20.
BPN Dividendos	5.000	30-04-2007	30-04-2009	Remuneração indexada à performance dos índices Dow Jones Euro Stoxx Select Dividend 30 e Dow Jones Euro Stoxx 50, com uma remuneração mínima garantida de 3,85%.
BPN Floating Rate Notes due 2009	199.500	25-09-2006	25-09-2009	Remuneração indexada à Euribor a 3 meses, com spread de 0,35%.
	<u>224.500</u>			

As condições associadas às obrigações emitidas no âmbito de operações de titularização são as seguintes:

Chaves SME CLO No.1

Em Dezembro de 2006, o Banco procedeu à venda de parte da sua carteira de crédito no montante de 601.210 mEuros, através de uma operação de titularização denominada "Chaves SME CLO No.1".

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os passivos financeiros associados a esta operação ascendem a 580.346 mEuros e 570.753 mEuros, respectivamente.

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Os créditos foram vendidos pelo seu valor nominal (contabilístico) à Sagres – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A. (“Sagres”), na qual o BPN não detém qualquer participação directa ou indirecta. O BPN continua a efectuar a gestão dos contratos, entregando à Sagres todos os montantes recebidos ao abrigo dos contratos de crédito. Como forma de financiamento, a Sagres emitiu obrigações com diferentes níveis de subordinação e de rating e, consequentemente, de remuneração.

Estas obrigações apresentam as seguintes características:

Dívida emitida	Montante	2008		Data de reembolso	Remuneração
		Rating			
		Moody's	S&P		
Class A Secured Floating Rate Notes	527.550	Aaa	AAA	Fevereiro de 2010	Euribor 3 m + 0,18%
Class B Secured Floating Rate Notes	21.000	Aa2	AA	Novembro de 2015	Euribor 3 m + 0,25%
Class C Secured Floating Rate Notes	38.050	A1	A-	Agosto de 2016	Euribor 3 m + 0,45%
Class D Secured Floating Rate Notes	4.900	A3	BBB	Agosto de 2016	Euribor 3 m + 0,55%
Class E Secured Floating Rate Notes	9.600	Baa2	BBB	Agosto de 2016	Euribor 3 m + 0,60%
Montante Liquidado	(20.755)				
	<u>580.345</u>				
Dívida emitida	Montante	2007		Data de reembolso	Remuneração
		Rating			
		Moody's	S&P		
Class A Secured Floating Rate Notes	527.550	Aaa	AAA	Fevereiro de 2010	Euribor 3 m + 0,18%
Class B Secured Floating Rate Notes	21.000	Aa2	AA	Novembro de 2015	Euribor 3 m + 0,25%
Class C Secured Floating Rate Notes	38.050	A1	A-	Agosto de 2016	Euribor 3 m + 0,45%
Class D Secured Floating Rate Notes	4.900	A3	BBB	Agosto de 2016	Euribor 3 m + 0,55%
Class E Secured Floating Rate Notes	9.600	Baa2	BBB	Agosto de 2016	Euribor 3 m + 0,60%
Montante Liquidado	(30.347)				
	<u>570.753</u>				

Adicionalmente foi emitida uma Tranche F, adquirida pelo Banco, que foi utilizada como um fundo de reserva da carteira e para fazer face a despesas iniciais. Esta tranche constitui o equivalente ao capital do Fundo, motivo pelo qual o crédito se encontra no balanço. Esta tranche não foi reconhecida nesta rubrica.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os montantes liquidados correspondem à amortização de créditos ocorrida nos meses de Dezembro de cada um dos exercícios. Conforme previsto nas condições de emissão, este montante foi compensado no dia 20 dos meses seguintes, tendo o Banco transferido da rubrica “Crédito vivo” para a rubrica “Crédito titularizado”, o montante de capital necessário para garantir o valor total das obrigações emitidas.

Chaves Funding No. 5

Em Dezembro de 2008, a BPN Crédito IFIC procedeu à venda de parte da sua carteira de crédito no montante de 202.000 mEuros, através de uma operação de titularização denominada “Chaves Funding No. 5”.

Em 31 de Dezembro de 2008, os passivos financeiros associados a esta operação ascendem a 197.217 mEuros.

Os créditos foram vendidos pelo seu valor nominal (contabilístico) à Sagres – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A. (“Sagres”), na qual o Grupo não detém qualquer participação directa ou indirecta. A BPN Crédito IFIC continua a efectuar a gestão dos contratos, entregando à Sagres todos os montantes recebidos ao abrigo dos contratos de crédito. Como forma de financiamento, a Sagres emitiu obrigações com diferentes níveis de subordinação e de rating e, consequentemente, de remuneração.

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Estas obrigações apresentam as seguintes características:

Dívida emitida	Montante	Rating S&P	Data de reembolso	Remuneração
Tranche A	149.800	AA	20 de Março de 2021	Euribor 3 m + 0,80
Tranche B	52.200	–	20 de Março de 2021	Euribor 3 m + 1,20
Montante liquidado	(4.783)			
	<u>197.217</u>			

Adicionalmente foi emitida uma Tranche C, que foi utilizada como um fundo de reserva da carteira e para fazer face a despesas iniciais, não reconhecida na rubrica “Passivos financeiros associados a activos transferidos”. A tranche A foi adquirida pelo BPN e as tranches B e C pela BPN Crédito IFIC.

Em 31 de Dezembro de 2008, a rubrica “Certificados de depósito”, inclui certificados emitidos pelo BPN Brasil e vendidos a clientes com maturidades compreendidas entre Janeiro de 2009 e Julho de 2013.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a rubrica “Correcção de valor de passivos objecto de operações de cobertura” refere-se ao valor inicial das opções adquiridas para cobertura das obrigações emitidas. Estas opções encontram-se registadas na rubrica “Instrumentos financeiros derivados de negociação”.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os prazos residuais das responsabilidades representadas por títulos são os seguintes:

2008				
Tipo de activo ou de indexante subjacente à remuneração das obrigações				
	Taxa de juro	Crédito	Índices	Total
Até 1 ano	202.966	-	5.000	207.966
Entre 1 e 5 anos	3.035	-	20.000	23.035
Mais de 5 anos	-	777.562	-	777.562
	<u>206.001</u>	<u>777.562</u>	<u>25.000</u>	<u>1.008.563</u>

2007				
Tipo de activo ou de indexante subjacente à remuneração das obrigações				
	Taxa de juro	Crédito	Índices	Total
Até 1 ano	4.505	-	-	4.505
Entre 1 e 5 anos	209.785	-	22.243	232.028
Mais de 5 anos	-	570.753	-	570.753
	<u>214.290</u>	<u>570.753</u>	<u>22.243</u>	<u>807.286</u>

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

22. PROVISÕES E IMPARIDADE

O movimento nas provisões e imparidade nos exercícios de 2008 e 2007 foi o seguinte:

	2008							Saldo em 31.12.2008
	Saldo em 31.12.2007	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	Diferenças de câmbio	Transferências	Outros	
Imparidade de crédito a clientes (Nota 11)	1.001.767	217.810	(87.261)	(2.173)	-	328.111	15.066	1.473.320
Imparidade de aplicações em instituições de crédito (Nota 7)	-	587	(426)	-	-	(160)	-	1
Imparidade de activos disponíveis para venda (Nota 9)	28.638	90.030	-	(9.085)	-	(88.639)	-	20.944
	28.638	90.617	(426)	(9.085)	-	(88.799)	-	20.945
Imparidade de outros activos tangíveis (Nota 13)	2.503	21	-	-	-	-	-	2.524
Imparidade de outros activos (Nota 18)	19.586	23.746	(187)	(3.697)	-	4.461	-	43.909
	22.089	23.767	(187)	(3.697)	-	4.461	-	46.433
Provisões para encargos com benefícios de empregados	174	16	-	-	-	-	-	190
Provisões para outros riscos e encargos	681.318	140.513	(1.098)	(29.080)	236	(243.773)	-	548.116
	681.492	140.529	(1.098)	(29.080)	236	(243.773)	-	548.306
	1.733.986	472.723	(88.972)	(44.035)	236	-	15.066	2.089.004

	2007									
	Saldos em 31.12.2006	Reexpressão das demonstrações Financeiras	Saldos em 31.12.2006	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	Diferenças de câmbio	Outros	Transferências	Saldos em 31.12.2007 (proforma)
Imparidade de crédito a clientes (Nota 11)	137.242	719.477	856.719	194.002	(22.854)	(32.825)	-	6.749	(24)	1.001.767
Imparidade de aplicações em instituições de crédito (Nota 7)	-	-	-	797	(6)	-	-	-	(791)	-
Imparidade de activos financeiros disponíveis para venda (Nota 9)	-	3.552	3.552	18.419	(57)	(3.334)	-	(221)	10.279	28.638
	-	3.552	3.552	19.216	(63)	(3.334)	-	(221)	9.488	28.638
Imparidade de outros activos tangíveis (Nota 13)	-	1.032	1.032	1.471	-	-	-	-	-	2.503
Imparidade de outros activos (Nota 18)	9.183	5.873	15.056	9.379	(262)	(31)	-	(5.347)	791	19.586
	9.183	6.905	16.088	10.850	(262)	(31)	-	(5.347)	791	22.089
Provisões para encargos com benefícios de empregados	39	-	39	610	-	(475)	-	-	-	174
Provisões para outros riscos e encargos	1.035	554.897	555.932	134.411	(443)	(102)	-	1.775	(10.255)	681.318
	1.074	554.897	555.971	135.021	(443)	(577)	-	1.775	(10.255)	681.492
	147.499	1.284.831	1.432.330	359.089	(23.622)	(36.767)	-	2.956	-	1.733.986

Em 2007, o Banco efectuou uma cessão de créditos vencidos pelo montante de 17.450 mEuros. O valor nominal destes créditos ascendia a 29.567 mEuros. No âmbito desta operação, o Banco utilizou as provisões constituídas nessa data e reconheceu um ganho em "Outros ganhos de exploração – Outros" no montante de 2.948 mEuros. Em 2008, esta operação foi revertida. Em consequência, o Banco readquiriu créditos pelo montante de 17.450 mEuros, tendo realizado os seguintes registos contabilísticos nas rubricas:

- . Crédito a clientes: 29.568 mEuros
- . Imparidade de crédito a clientes: 15.066 mEuros
- . Outros custos de exploração – outros: 2.948 mEuros.

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

O saldo da “Provisão para outros riscos e encargos” apresenta a seguinte decomposição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u> <i>(proforma)</i>
Provisões para imóveis detidos pelos fundos imobiliários	<u>199.297</u>	<u>147.245</u>
Imparidade para crédito a clientes:		
Imparidade para crédito concedido através do Banco Insular	168.637	491.039
Provisão para garantias prestadas	<u>4.311</u>	<u>4.076</u>
	<u>172.948</u>	<u>495.115</u>
Outras provisões:		
Provisão para eventual recompra de produtos financeiros a clientes	68.000	-
Provisões para contingências genéricas	31.000	-
Provisões para garantias e compromissos assumidos	20.660	17.000
Provisão para títulos de investimento estruturado colocados como capital garantido junto de clientes	14.107	2.051
Provisões para contingências fiscais	8.485	8.484
Provisões para contingências judiciais	7.124	2.145
Provisões para rendas vencidas a regularizar dos fundos imobiliários	4.284	978
Provisões para activos financeiros	14.307	5.443
Outras	<u>7.904</u>	<u>2.857</u>
	<u>175.871</u>	<u>38.958</u>
	<u>548.116</u>	<u>681.318</u>

Em 2008, o Banco procedeu à transferência para imparidade para crédito de 329.154 mEuros relativos às provisões para créditos concedidos através do “balcão virtual” do Banco Insular e que foram registados em 2008.

Em 31 de Dezembro de 2008, as provisões para outros riscos e encargos incluem 168.637 mEuros relativos a responsabilidades registadas no Banco Insular. Estas responsabilidades foram reconhecidas no balanço do BPN em Fevereiro de 2009.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

23. PROVISÕES TÉCNICAS DE CONTRATOS DE SEGUROS

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u> <i>(proforma)</i>
Ramo vida:		
De seguro directo e resseguro aceite:		
Provisão matemática:		
De contratos de seguro	27.206	29.339
De contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária	<u>205.871</u>	<u>297.560</u>
	<u>233.077</u>	<u>326.899</u>
Provisão para participação nos resultados	21	3
Provisão para sinistros:		
Sinistros declarados	8.062	6.462
Sinistros não declarados (IBNR)	<u>112</u>	<u>92</u>
	<u>8.174</u>	<u>6.554</u>
Outras provisões técnicas		
Provisão para compromissos de taxa	9.583	9.573
Outras provisões	-	1.649
	<u>250.856</u>	<u>344.678</u>

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a provisão matemática do ramo vida e a provisão para participação nos resultados de seguro directo e resseguro aceite apresentam a seguinte composição:

	<u>2008</u>			<u>2007</u>		
	Provisão matemática	Provisão para participação nos resultados	Total	Provisão matemática	Provisão para participação nos resultados	Total
<b>De contratos de seguro:</b>						
Seguro Popular de Vida	2.156	-	2.156	2.465	-	2.465
Seguro Real Vida	49	-	49	45	-	45
Renda Vitalícia Imediata	1.142	-	1.142	1.198	-	1.198
Seguro Popular de Vida Grupo Fechado	118	19	137	75	-	75
Protecção ao Crédito	2.427	-	2.427	3.170	-	3.170
Seguro Real Vida Grupo Fechado	11	-	11	6	-	6
Seguro Popular de Vida Grupo Aberto	1.320	-	1.320	1.090	-	1.090
Seguro Real Vida Grupo Aberto	1	-	1	1	-	1
Investimento SPV	1.218	-	1.218	1.371	-	1.371
Ouro Real	17.246	-	17.246	18.742	-	18.742
Futuro Real	1.503	-	1.503	1.159	-	1.159
Ouro Real Fénix	15	-	15	16	-	16
	<u>27.206</u>	<u>19</u>	<u>27.225</u>	<u>29.339</u>	<u>-</u>	<u>29.339</u>
<b>De contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária:</b>						
Investimento Real Grupo Fechado	1.419	-	1.419	1.028	-	1.028
Investimento Real SAE	1.015	-	1.015	793	-	793
Investimento Real Grupo Aberto	337	-	337	308	-	308
Investimento Real	32.665	-	32.665	45.949	-	45.946
PPR	60.603	-	60.603	68.826	2	68.828
Seguro Popular Investimento	901	-	901	1.181	-	1.181
Rendimento Real	3.888	-	3.888	4.131	-	4.131
PPE/E Fenix	423	-	423	514	-	514
PPR BPN	71.555	-	71.555	108.292	-	108.292
PPI Segurança	31.998	2	32.000	65.208	-	65.208
Valor Duplo PPR/E	834	-	834	1.041	-	1.041
Fenix Reforma	234	-	234	290	1	291
	<u>205.871</u>	<u>2</u>	<u>205.872</u>	<u>297.560</u>	<u>3</u>	<u>297.563</u>
	<u>233.077</u>	<u>21</u>	<u>233.098</u>	<u>326.899</u>	<u>3</u>	<u>326.902</u>

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

O movimento ocorrido na provisão matemática e na provisão para participação nos resultados de seguro directo e resseguro aceite e na provisão matemática de resseguro cedido durante os exercícios de 2008 e 2007 foi o seguinte:

	2008			
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período e Juro atribuído	Resultados distribuídos	Saldo final
Seguro directo e resseguro aceite:				
Provisão matemática:				
- De contratos de seguro	29.339	(2.133)	-	27.206
- De contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária	297.560	(91.770)	81	205.871
	<u>326.899</u>	<u>(93.903)</u>	<u>81</u>	<u>233.077</u>
Provisão para participação nos resultados:				
- De contratos de seguro	-	19	-	19
- De contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária	3	80	(81)	2
	<u>3</u>	<u>99</u>	<u>(81)</u>	<u>21</u>
	<u>326.902</u>	<u>(93.804)</u>	<u>-</u>	<u>233.098</u>
Resseguro cedido:				
Provisão matemática (Nota 17):				
- De contratos de seguro	(4.858)	893	-	(3.965)
	<u>322.045</u>	<u>(92.911)</u>	<u>-</u>	<u>229.134</u>
	2007			
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período e Juro atribuído	Resultados distribuídos	Saldo final
Seguro directo e resseguro aceite:				
Provisão matemática:				
- De contratos de seguro	28.205	1.131	2	29.339
- De contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária	302.466	(5.189)	283	297.560
	<u>330.672</u>	<u>(4.057)</u>	<u>285</u>	<u>326.899</u>
Provisão para participação nos resultados:				
- De contratos de seguro	41	(36)	(5)	-
- De contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária	334	(51)	(280)	3
	<u>375</u>	<u>(87)</u>	<u>(285)</u>	<u>3</u>
	<u>331.047</u>	<u>(4.144)</u>	<u>0</u>	<u>326.902</u>
Resseguro cedido:				
Provisão matemática (Nota 17):				
- De contratos de seguro	(7.591)	2.734	-	(4.858)
	<u>323.455</u>	<u>(1.411)</u>	<u>-</u>	<u>322.045</u>

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

As provisões técnicas constituídas para os contratos do ramo vida representam, no seu conjunto, as responsabilidades para com os segurados e incluem:

- Provisões matemáticas determinadas de acordo com métodos actuariais prospectivos, em conformidade com as bases técnicas de cada um dos produtos;
- Provisões para participação nos resultados a atribuir no final de cada ano aos contratos em vigor. O seu cálculo é efectuado de acordo com as bases técnicas de cada contrato, devidamente aprovadas pelo ISP (Instituto de Seguros de Portugal), com base nas taxas de rendibilidade dos investimentos afectos à cobertura das respectivas provisões matemáticas;
- Provisões para sinistros, de modo a fazer face às indemnizações a pagar referente a sinistros já ocorridos mas não regularizados;
- Provisão para compromissos de taxa, constituída relativamente a todos os seguros em que a taxa de rendibilidade efectiva das aplicações que se encontra a representar as provisões matemáticas, é inferior à taxa técnica de juro média ponderada utilizada na determinação das provisões matemáticas desses contratos.

24. OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u> <i>(proforma)</i>
Obrigações de caixa subordinadas BPN (SFE) - 2003	25.000	25.000
Obrigações de caixa subordinadas BPN - 2003	50.000	50.000
Obrigações de caixa subordinadas BPN - 2003	25.000	25.000
Obrigações de caixa subordinadas BPN - 2005	50.000	50.000
Obrigações Subordinadas Perpétuas BPN - 2008	94.500	-
	<u>244.500</u>	<u>150.000</u>
Juros a pagar	2.175	465
	<u>246.675</u>	<u>150.465</u>

As condições das principais emissões podem ser resumidas da seguinte forma:

Obrigações	Valor nominal	Data de reembolso	Remuneração	Taxa de juro nominal em		Cláusula de reembolso antecipado
				31.12.2008	31.12.2007	
Obrigações subordinadas perpétuas BPN/2008	94.500	Perpétuo	Euribor 6 meses + 2%	7,290%	6,764%	No final do décimo ano de vida do empréstimo e posteriormente em cada data de pagamento de juros subsequente, o BPN poderá proceder ao reembolso antecipado do empréstimo apenas na sua totalidade, mediante autorização do Banco de Portugal.
Obrigações de caixa subordinadas BPN (SFE) - 2003	25.000	16-05-2013	Euribor 6 meses + 2%	6,309%	6,579%	Nos últimos cinco anos, mediante autorização do Banco de Portugal, o BPN poderá proceder ao reembolso antecipado do empréstimo, total ou parcialmente.
Obrigações de caixa subordinadas BPN - 2003	50.000	16-06-2013	Euribor 6 meses + 2%	5,369%	6,898%	Nos últimos cinco anos, mediante autorização do Banco de Portugal, o BPN poderá proceder ao reembolso antecipado do empréstimo, total ou parcialmente.
Obrigações de caixa subordinadas BPN - 2003	25.000	16-06-2013	Euribor 6 meses + 2%	5,369%	6,898%	Nos últimos cinco anos, mediante autorização do Banco de Portugal, o BPN poderá proceder ao reembolso antecipado do empréstimo, total ou parcialmente.
Obrigações de caixa subordinadas BPN/2005	50.000	22-12-2015	Euribor 6 meses + 1,15%	4,352%	5,942%	Nos últimos cinco anos, mediante autorização do Banco de Portugal, o BPN poderá proceder ao reembolso antecipado do empréstimo, total ou parcialmente.
	<u>244.500</u>					

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

25. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u> <i>(proforma)</i>
Credores por seguro directo e resseguro	22.088	29.211
Credores e outros recursos:		
Credores por operações sobre futuros e operações	-	19
Recursos diversos	142	833
Cauções recebidas pela realização de contratos futuros	115.376	188.680
Sector público administrativo	5.471	20.077
Cobrança por conta de terceiros	151	139
Contribuições para outros sistemas de saúde	267	265
Credores diversos:		
Credores por fornecimento de bens	38.615	46.805
Credores por contratos de factoring	3.343	4.485
Outros credores	74.917	461.036
Encargos a pagar		
Juros a pagar	1.504	2.353
Outros encargos a pagar	31.032	26.339
Receitas com encargo diferido		
De rendas de locação operacional	409	435
De outras rendas	2.062	-
De garantias prestadas e outros passivos eventuais	989	982
De compromissos irrevogáveis assumidos perante terceiros	14	14
Outras	15.470	16.217
Outras contas de regularização		
Posição cambial	5.194	9.140
Operações cambiais a liquidar	26.051	32.993
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	115	-
Outras operações a regularizar	3.475	1.016
	<u>346.687</u>	<u>841.037</u>

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a rubrica "Cauções recebidas pela realização de contratos futuros", diz respeito a depósitos efectuados que servem de caução a operações contratadas com clientes.

Em 31 de Dezembro de 2007, a rubrica "Credores diversos – outros credores" inclui o montante de 399.207 mEuros a pagar aos detentores das unidades de participação de fundos imobiliários e mobiliários formalmente adquiridos em 2008, no âmbito da reexpressão do perímetro de consolidação (Nota 3).

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a rubrica "Encargos a pagar – Outros encargos a pagar" inclui o montante de 5.197 mEuros, relativo a prémio de antiguidade, subsídio de morte e outros benefícios de longo prazo a pagar aos colaboradores (Nota 36).

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

26. CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2007, o capital do Banco era integralmente detido pelo BPN, SGPS, S.A., entidade detida pela SLN.

Em Setembro de 2008, foi realizado um aumento de capital no montante de 80.000 mEuros, tendo sido integralmente subscrito e realizado pela BPN, SGPS, S.A..

Conforme referido na Nota Introdutória, em Novembro de 2008, todas as acções representativas do capital social do BPN foram nacionalizadas ao abrigo da Lei nº 62-A/2008, de 11 de Novembro. De acordo com a referida Lei, a nacionalização foi motivada pelo volume de perdas acumuladas pelo Banco, ausência de liquidez adequada e iminência de uma situação de ruptura de pagamentos que ameaçavam os interesses dos depositantes e a estabilidade do sistema financeiro.

Em 31 de Dezembro de 2008, o capital do Banco é integralmente detido pelo Estado Português através da Direcção Geral do Tesouro e Finanças, representado por 76.000.000 de acções de valor nominal de cinco Euros cada.

O Banco passou assim a ter a natureza de sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, sendo detido pela Direcção Geral do Tesouro e Finanças. A gestão do Banco foi atribuída à Caixa Geral de Depósitos, S.A., cabendo a esta entidade a designação dos membros dos órgãos sociais.

27. RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E LUCRO DO EXERCÍCIO

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, as rubricas de reservas e resultados transitados têm a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u> <i>(proforma)</i>
Prémios de emissão	6.790	6.790
Reservas de reavaliação		
- Reserva de justo valor (Nota 9)	536	716
- Reserva por impostos diferidos	(178)	(177)
	<u>358</u>	<u>539</u>
Outras reservas e resultados transitados		
- Reserva legal	24.621	20.540
- Outras reservas	24.686	24.963
- Resultados transitados	(1.691.118)	(1.332.851)
- Reservas de conversão cambial	7.962	6.822
	<u>(1.633.849)</u>	<u>(1.280.526)</u>

Em 31 de Dezembro de 2008, as “Outras reservas e resultados transitados” incluem as reservas legais do Banco, no montante de 24.621 mEuros, e as reservas legais, livres e de reavaliação legal das suas subsidiárias e associadas. As reservas de reavaliação legal só podem ser utilizadas para a cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

BANCO PORTUGUÊS DE NEGÓCIOS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

A formação do resultado líquido consolidado do exercício de 2008 pode ser descrita da seguinte forma:

Resultado líquido do BPN, S.A. em 31 de Dezembro de 2008	<u>(428.391)</u>
<u>Resultado líquido do exercício das empresas financeiras:</u>	
Real Vida Seguros, S.A.	(53.291)
BPN Diversificação - Fundo Especial de Investimento Aberto	(26.553)
BPN Créditos Brasil - Promotora de Vendas Ltda	(18.428)
BPN Imoglobal - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	(16.650)
CLIP Multi-Strategy	(13.229)
Outros	(8.810)
	<u>(565.351)</u>
<u>Resultado líquido do exercício das empresas não financeiras:</u>	
Labicer - Laboratório Industrial Cerâmico, S.A.	(24.399)
Monte da Quinta Propriedades, Lda.	(3.843)
Lugab - Gestão e Participações, S.A.	(1.597)
Outros	(2.031)
	<u>(31.870)</u>
<u>Ajustamentos de consolidação:</u>	
- Anulação dos custos de liquidação do BPN Créditos Brasil, registados nas contas individuais do BPN, S.A.	16.837
- Anulação da provisão para as participações nas empresas do grupo Precore II e Crossco, registadas nas contas individuais do BPN, S.A.	8.333
- Amortizações do exercício dos imóveis das carteiras dos fundos imobiliários, registados contabilisticamente no consolidado como de serviço próprio	(1.621)
- Anulação das valias potenciais dos imóveis das carteiras dos fundos imobiliários, registados contabilisticamente ao custo de aquisição no consolidado em "Outros activos"	(3.792)
- Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos consolidadas pelo método de equivalência patrimonial (Nota 15)	(1.975)
Outros	(430)
	<u>17.352</u>
Interesses minoritários	4.631
Resultado Líquido Consolidado em 31 de Dezembro de 2008	<u><u>(575.238)</u></u>

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

28. INTERESSES MINORITÁRIOS

O valor das participações de terceiros em filiais tem a seguinte distribuição por entidade:

	2008				
	Participação atribuível a Int. Minoritários (%)	Capitais próprios ajustados em 31.12.2008	Proporção nos Capitais Próprios	Resultado líquido em 31.12.2008	Proporção nos resultados líquidos atribuível a Int. Minoritários
BPN Imonegócios	29,37%	474.300	139.302	8.503	(2.497)
BPN Imoreal	9,47%	199.643	18.906	4.418	(418)
BPN Imoglobal	13,33%	125.152	16.683	(26.223)	3.496
Centro Hospital de S. Francisco	49,00%	8.387	4.110	320	(157)
BPN Tesouraria	49,34%	5.746	2.835	(570)	281
BPN Taxa Fixa Euro	38,27%	3.740	1.431	636	(243)
BPN Conservador	11,77%	11.734	1.381	(14.965)	1.761
BPN Acções Global	17,70%	5.578	987	(4.235)	750
Outras entidades	n/a	n/a	12.119	n/a	1.659
			<u>197.754</u>		<u>4.631</u>
	2007				
	Participação atribuível a Int. Minoritários (%)	Capitais próprios ajustados em 31.12.2007	Proporção nos Capitais Próprios	Resultado líquido em 31.12.2008	Proporção nos resultados líquidos atribuível a Int. Minoritários
BPN Imoglobal	13,33%	124.598	16.609	687	(92)
BPN Imoreal	9,38%	179.394	16.827	8.977	(842)
Candal Parque	29,40%	38.325	11.267	1.731	(509)
Mercapital	50,00%	16.028	8.014	6.028	(3.014)
Centro Hospital de S. Francisco	49,00%	8.000	3.920	694	(340)
BPN Taxa Fixa Euro	38,27%	8.959	3.429	275	(105)
BPN Valorização Patrimonial	5,91%	52.304	3.091	255	(15)
BPN Acções Europa	17,98%	8.369	1.505	221	(40)
Outras Entidades	n/a	n/a	10.079	n/a	1.930
			<u>74.741</u>		<u>(3.026)</u>

A parcela do lucro consolidado atribuível a accionistas minoritários em 2008 e 2007 apresenta o seguinte detalhe:

Interesses minoritários em 31 de Dezembro de 2006	3.612
Reexpressão das demonstrações financeiras	74.308
Interesses minoritários em 1 de Janeiro de 2007	<u>77.920</u>
Variação de Reservas	46
Variação Cambial	51
Outros	(12)
Resultado líquido do exercício	(3.263)
Interesses minoritários em 31 de Dezembro de 2007	<u>74.741</u>
Alterações do perímetro de consolidação	129.383
Variação de Reservas	(3.493)
Variação Cambial	(868)
Outros	(6.640)
Resultado líquido do exercício	4.631
Interesses minoritários em 31 de Dezembro de 2008	<u>197.754</u>

29. JUROS E RENDIMENTOS E JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u> <i>(proforma)</i>
<u>Juros e rendimentos similares:</u>		
Juros de disponibilidades em bancos centrais	4.339	3.500
Juros de disponibilidades em instituições de crédito		
No País	898	4.314
No Estrangeiro	2.785	2.156
Juros de outras disponibilidades	-	5
Juros de aplicações em Instituições de Crédito		
No País	5.080	369
No Estrangeiro	21.472	19.896
Juros de crédito a clientes		
Crédito interno	352.484	304.307
Crédito ao exterior	47.137	35.677
Outros créditos e valores a receber	2.462	-
Juros de crédito vencido	3.981	4.206
Juros de activos financeiros detidos para negociação		
Títulos	1.363	2.819
Swaps	7.994	11.643
Juros de activos financeiros disponíveis para venda	33.220	27.943
Juros de activos titularizados não desreconhecidos	36.682	15.649
Juros de derivados de cobertura	67	13
Juros de devedores e outras aplicações	687	1.499
Outros juros e rendimentos similares	3.634	6.729
Comissões recebidas ao custo amortizado	18.410	15.940
	<u>542.696</u>	<u>456.665</u>

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	<u>2008</u>	<u>2007</u> <i>(proforma)</i>
<u>Juros e encargos similares</u>		
Juros de depósitos		
Do sector público	24.633	19.225
De emigrantes	2.154	924
De outros residentes	184.240	105.126
De não residentes	56.225	32.981
Juros e recursos de instituições de crédito		
No País	23.529	10.322
No Estrangeiro	37.291	23.638
Juros de passivos financeiros de negociação		
Swaps	13.544	11.491
Juros de responsabilidades representadas por títulos sem característica subordinada	12.686	14.652
Juros de responsabilidades pelo não desreconhecimento de operações de titularização	45.281	42.535
Juros de responsabilidades representadas por títulos e passivos subordinados	14.972	8.805
Juros de recursos a bancos centrais	658	79
Outros juros e encargos similares	14.539	2.155
Comissões pagas ao custo amortizado	4.079	3.801
	<u>433.831</u>	<u>275.735</u>

30. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u> <i>(proforma)</i>
De activos financeiros disponíveis para venda	1.525	3.514
Outros	546	805
	<u>2.071</u>	<u>4.319</u>

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

31. RENDIMENTOS E ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u> <i>(proforma)</i>
<u>Rendimentos de serviços e comissões:</u>		
Por serviços prestados	32.861	38.421
Por garantias prestadas	8.875	7.440
Outras operações realizadas por conta de terceiros	5.973	6.821
Outros	13.682	15.962
	<u>61.391</u>	<u>68.644</u>
<u>Encargos com serviços e comissões:</u>		
Por serviços recebidos	16.092	16.607
Por garantias recebidas	60	3
Por operações sobre instrumentos financeiros	84	21
Por operações realizadas por terceiros	2.427	3.483
Outras comissões pagas	2.294	5.326
	<u>20.957</u>	<u>25.440</u>

32. RESULTADOS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u> <i>(proforma)</i>
<u>Resultados em activos e passivos detidos para negociação</u>		
Instrumentos de capital	(7.500)	2.353
Instrumentos de dívida	(35.332)	(2.390)
Instrumentos financeiros derivados	(24.992)	1.052
Outros títulos	(39.310)	(10.850)
	<u>(107.134)</u>	<u>(9.835)</u>
<u>Resultados de activos financeiros disponíveis para venda</u>		
Instrumentos de dívida	267	(2.364)
Outros títulos	544	747
	<u>811</u>	<u>(1.616)</u>
<u>Resultados de reavaliação cambial</u>		
	<u>(12.850)</u>	<u>3.916</u>
<u>Resultados de alienação de outros activos</u>		
	<u>13.305</u>	<u>3.484</u>
	<u>(105.868)</u>	<u>(4.052)</u>

No exercício de 2008, a rubrica "Resultados em activos e passivos detidos para negociação – Instrumentos financeiros derivados" inclui uma perda de 36.443 mEuros relativa à opção de venda sobre acções da Sociedade Lusa de Negócios SGPS, S.A., detida por um cliente.

No exercício de 2008, a rubrica "Resultados de alienação de outros activos" diz respeito a ganhos obtidos pelo BPN Brasil na alienação de créditos.

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

33. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
		<i>(proforma)</i>
<u>Outros rendimentos de exploração</u>		
Rendas de locação operacional	12.477	8.192
Ganhos e rendimentos operacionais:		
Reembolso de despesas	7.533	4.832
Recuperação de crédito	3.678	3.776
Rendimentos da prestação de serviços diversos	63.032	30.011
Outros	94.625	55.671
Ganhos em activos não financeiros:		
Propriedades de investimento	20.309	304
Activos não correntes detidos para venda	796	696
Outros activos tangíveis	730	2.195
Outros	162	167
Outros proveitos operacionais	6.909	220.585
	<u>210.251</u>	<u>326.430</u>
<u>Outros encargos de exploração:</u>		
Donativos e quotizações	452	1.112
Contribuições para FGD e FGCAM	1.020	817
Perdas em activos não financeiros:		
Activos não correntes detidos para venda	556	664
Outros activos tangíveis e intangíveis	33.991	233
Outros	110.301	221.367
Outros impostos	14.640	13.410
	<u>160.960</u>	<u>237.603</u>
	<u>49.291</u>	<u>88.826</u>

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a rubrica "Ganhos e rendimentos operacionais – Outros" inclui os montantes de 41.484 mEuros e 17.213 mEuros relativos a rendas recebidas de imóveis das carteiras dos fundos imobiliários do Grupo.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a rubrica "Perdas em activos não financeiros - Outros" inclui os montantes de 53.075 mEuros e 20.218 mEuros, respectivamente relativos a custos das mercadorias vendidas da PayUp Polska, Concretope e Labicer.

34. MARGEM TÉCNICA DA ACTIVIDADE DE SEGUROS34.1 PRÉMIOS, LÍQUIDOS DE RESSEGURO

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u> <i>(proforma)</i>
<u>Ramo Vida</u>		
Seguro directo e resseguro aceite		
Prémios Brutos emitidos	59.414	88.795
Resseguro cedido	(7.773)	(7.986)
	<u>51.641</u>	<u>80.809</u>

Os prémios adquiridos, líquidos de resseguro emitidos pela Real Vida apresentam o seguinte detalhe:

	<u>2008</u>			<u>2007</u>		
	Seguro directo e resseguro aceite	Resseguro cedido	Líquido	Seguro directo e resseguro aceite	Resseguro cedido	Líquido <i>(proforma)</i>
Ramo Vida:						
- De contratos de seguro						
. Sem participação nos resultados	12.604	(7.747)	4.858	14.082	(7.952)	6.130
. Com participação nos resultados	46.810	(26)	46.783	74.713	(34)	74.679
	<u>59.414</u>	<u>(7.773)</u>	<u>51.641</u>	<u>88.795</u>	<u>(7.986)</u>	<u>80.809</u>

34.2 CUSTOS COM SINISTROS, LÍQUIDOS DE RESSEGURO

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u> <i>(proforma)</i>
<u>Ramo Vida</u>		
Sinistros pagos		
Seguro directo e resseguro aceite	150.109	91.170
Saldo de resseguro cedido	(2.623)	(2.732)
Variação da provisão para sinistros		
Seguro directo e resseguro aceite	1.620	423
Saldo de resseguro cedido	(461)	-
	<u>148.645</u>	<u>88.861</u>
Variação das outras provisões técnicas		
Seguro directo e resseguro aceite	(93.893)	5.568
Saldo de resseguro cedido	893	(1.751)
Provisão para participação nos resultados	99	11
	<u>(92.901)</u>	<u>3.828</u>
	<u>55.744</u>	<u>92.689</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Os custos com sinistros em 2008 e 2007 apresentam o seguinte detalhe por ramo:

		2008				
	Sinistros pagos	Variação da provisão para sinistros	Sub-total	Variação das outras provisões técnicas	Participação nos resultados	Total
<b>Seguro directo e resseguro aceite:</b>						
- De contratos de seguro						
sem participação nos resultados	4.162	-	4.162	(827)	19	3.354
com participação nos resultados	145.947	1.621	147.567	(93.066)	80	54.582
	<u>150.109</u>	<u>1.621</u>	<u>151.729</u>	<u>(93.893)</u>	<u>99</u>	<u>57.935</u>
<b>Resseguro cedido:</b>						
- De contratos de seguro						
sem participação nos resultados	2.622	461	3.084	(890)	-	2.194
com participação nos resultados	-	-	-	(3)	-	(3)
	<u>2.622</u>	<u>461</u>	<u>3.084</u>	<u>(893)</u>	<u>-</u>	<u>2.191</u>
<b>Líquido:</b>						
- De contratos de seguro						
sem participação nos resultados	1.540	(461)	1.078	62	19	1.160
com participação nos resultados	145.947	1.621	147.567	(93.063)	80	54.584
	<u>147.486</u>	<u>1.159</u>	<u>148.645</u>	<u>(93.001)</u>	<u>99</u>	<u>55.744</u>
		2007				
	Sinistros pagos	Variação da provisão para sinistros	Sub-total	Variação das outras provisões técnicas	Participação nos resultados	Total
<b>Seguro directo e resseguro aceite:</b>						
- De contratos de seguro						
sem participação nos resultados	6.313	380	6.694	52	(1)	6.745
com participação nos resultados	84.856	43	84.900	5.516	12	90.427
	<u>91.170</u>	<u>423</u>	<u>91.593</u>	<u>5.568</u>	<u>11</u>	<u>97.172</u>
<b>Resseguro cedido:</b>						
- De contratos de seguro						
sem participação nos resultados	2.732	-	2.732	1.753	-	4.485
com participação nos resultados	-	-	-	(2)	-	(2)
	<u>2.732</u>	<u>-</u>	<u>2.732</u>	<u>1.751</u>	<u>-</u>	<u>4.483</u>
<b>Líquido:</b>						
- De contratos de seguro						
sem participação nos resultados	3.581	380	3.961	(1.700)	(1)	2.260
com participação nos resultados	84.856	43	84.900	5.518	12	90.429
	<u>88.437</u>	<u>423</u>	<u>88.861</u>	<u>3.817</u>	<u>11</u>	<u>92.689</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

35. CUSTOS COM PESSOAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2008	2007 (proforma)
Remunerações dos órgãos de gestão e de fiscalização	16.915	3.641
Remuneração de empregados	83.182	73.370
Fundo de Pensões (Nota 36):		
Custo com serviço corrente	8.800	8.470
Rendimento esperado	(4.710)	(3.804)
Custo dos juros	4.761	4.243
Perdas actuariais reconhecidas no ano	201	42
Outros encargos sociais obrigatórios	17.444	13.606
Outros custos com o pessoal	5.685	2.610
	<u>132.278</u>	<u>102.178</u>

A variação ocorrida no exercício de 2008 na rubrica “Remunerações dos órgãos de gestão e de fiscalização” está relacionada com prémios e remunerações processadas a membros de Conselhos de Administração anteriores, que estão a ser objecto de apreciação final pelo actual Conselho de Administração.

O número de empregados do BPN e das suas filiais a 31 de Dezembro de 2008 e 2007, por tipo de funções, era o seguinte:

	31.12.2008				31.12.2007			
	Actividade Bancária	Actividade Seguradora	Outras Actividades	Grupo	Actividade Bancária	Actividade Seguradora	Outras Actividades	Grupo
Direcção	84	3	35	122	79	7	38	124
Chefias	391	9	43	443	377	7	46	430
Técnicos	671	33	247	951	671	34	284	989
Administrativos	1.056	28	211	1.295	1.078	27	292	1.397
Auxiliares	28	-	161	189	27	0	143	170
	<u>2.230</u>	<u>73</u>	<u>697</u>	<u>3.000</u>	<u>2.232</u>	<u>75</u>	<u>803</u>	<u>3.110</u>

36. PENSÕES DE REFORMA E OUTROS BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Até 31 de Dezembro de 1997 o Grupo ainda não tinha aderido ao acordo colectivo de trabalho para o sector bancário. Por essa razão, e até essa data, os seus empregados estavam enquadrados no esquema de reformas da Segurança Social. Durante o ano de 1998, o Banco celebrou com os Sindicatos dos Bancários do Norte, Centro e Sul e Ilhas e com o Sindicato dos Quadros e Técnicos Bancários, Acordos de Adesão ao acordo colectivo de trabalho. Esses acordos prevêm que o Banco assegure as responsabilidades com pensões de reforma por velhice, invalidez e sobrevivência relativamente à totalidade do seu pessoal abrangido pelo acordo colectivo de trabalho a partir de 31 de Dezembro de 1997. Com o objectivo de cobrir as responsabilidades com pensões de reforma então assumidas foi constituído o Fundo de Pensões do Grupo BPN gerido pela Real Vida.

As responsabilidades com pensões de reforma por velhice, invalidez e sobrevivência assumidas pelas subsidiárias do sector financeiro, estão igualmente cobertas pelo Fundo de Pensões acima referido. A Real Vida dispõe igualmente de Fundo de Pensões, enquadrado nos termos do Contrato colectivo de Trabalho da Actividade Seguradora. Entre as suas características principais destaca-se o facto de assegurar exclusivamente o pagamento de pensões por velhice e invalidez.

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Pensões de reforma e subsídio por morte após a idade da reforma

O Banco assumiu o compromisso de pagar aos seus empregados pensões de reforma, velhice ou sobrevivência, bem como responsabilidades com assistência médica e subsídio por morte, nos termos previstos no Acordo Colectivo de Trabalho Vertical (ACTV) para o sector bancário e no plano de pensões em vigor no Grupo BPN.

O Banco assegura o esforço contributivo necessário para a cobertura das suas responsabilidades por pensões através do Fundo de Pensões do Grupo BPN.

As pensões pagas são função do tempo de serviço prestado pelos trabalhadores e da respectiva retribuição à data da reforma, sendo actualizadas com base nas remunerações vigentes para o pessoal no activo.

Determinação das responsabilidades com pensões de reforma e subsídio por morte após a idade da reforma

Para determinação das responsabilidades com pensões de reforma em pagamento e por serviços passados dos empregados no activo, com referência a 31 de Dezembro de 2008 e 2007 foram efectuados estudos actuariais por entidades especializadas.

As hipóteses e bases técnicas utilizadas foram as seguintes:

	2008	2007
Método actuarial	Projected Unit Credit	Projected Unit Credit
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de invalidez	EVK 80	EVK 80
Taxa de desconto	5,75%	5,00%
Taxa de rendimento dos activos dos fundos	5,75%	5,00%
Taxa de crescimento dos salários	3,50%	2,50%
Taxa de crescimento das pensões	2,50%	1,75%

Nos estudos efectuados em 2008 e 2007, foi considerado que a idade normal de reforma ocorrerá aos 65 anos.

A comparação entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados na determinação dos custos com pensões do Grupo para os exercícios de 2008 e 2007 e os valores efectivamente verificados é apresentada no quadro seguinte:

	2008		2007	
	<u>Pressupostos</u>	<u>Real</u>	<u>Pressupostos</u>	<u>Real</u>
Taxa de rendimento	5,75%	-26,5%	5,00%	0,27%
Taxa de crescimento dos salários	3,50%	5,30%	2,50%	5,50%
Taxa de crescimento das pensões	2,50%	3,70%	1,75%	3,40%

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, as responsabilidades com serviços passados de acordo com os estudos actuariais efectuados, assim como o fundo de pensões para cobertura das mesmas, ascendiam a:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Responsabilidades por serviços passados:		
Activos	110.533	92.883
Reformados e pré-reformados	<u>2.743</u>	<u>2.401</u>
	<u>113.276</u>	<u>95.284</u>
Fundos de pensões	<u>112.091</u>	<u>93.671</u>
Diferencial	<u>(1.185)</u>	<u>(1.613)</u>
Nível de financiamento	<u>98,95%</u>	<u>98,31%</u>

O movimento no valor do fundo de pensões durante os exercícios de 2007 e 2008 foi o seguinte:

	<u>BPN</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de Dezembro de 2006	<u>70.085</u>	<u>8.924</u>	<u>79.009</u>
Contribuições pagas			
De natureza regular			
Efectuadas pela entidade	12.844	916	13.760
Efectuadas pelos empregados	960	185	1.145
Pensões pagas	(99)	(19)	(118)
Rendimento líquido do fundo de pensões	189	99	288
Outras variações	-	(413)	(413)
Saldos em 31 de Dezembro de 2007	<u>83.979</u>	<u>9.692</u>	<u>93.671</u>
Contribuições pagas			
De natureza regular			
Efectuadas pela entidade	38.276	3.691	41.967
Efectuadas pelos empregados	1.040	174	1.214
Pensões pagas	(106)	(20)	(126)
Rendimento líquido do fundo de pensões	(22.086)	(2.549)	(24.635)
Saldos em 31 de Dezembro de 2008	<u>101.103</u>	<u>10.988</u>	<u>112.091</u>

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o Fundo de Pensões do Grupo BPN é gerido pela Real Vida.

O movimento nas responsabilidades por serviços passados pode ser demonstrado da seguinte forma:

	2008			2007		
	<u>BPN</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>	<u>BPN</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
Responsabilidades no início do exercício	85.939	9.345	95.284	72.485	8.234	80.719
Desvios actuariais	3.384	(42)	3.342	1.217	-	1.217
Inclusão do subsídio por morte no Fundo de Pensões	-	-	-	1.288	138	1.426
Pensões pagas pelo fundo de pensões	(105)	(20)	(125)	(76)	(19)	(95)
Contribuições de empregados	1.040	174	1.214	960	-	960
Custo de serviço corrente	7.662	1.138	8.800	6.262	2.208	8.470
Custo dos juros	4.293	468	4.761	3.803	440	4.243
Outros	-	-	-	-	(1.656)	(1.656)
Responsabilidades no final do exercício	<u>102.213</u>	<u>11.063</u>	<u>113.276</u>	<u>85.939</u>	<u>9.345</u>	<u>95.284</u>

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 2007 e 2008 os custos relativos a pensões foram os seguintes (Nota 35):

	2008			2007		
	BPN	Outros	Total	BPN	Outros	Total
Custo serviço corrente	7.662	1.138	8.800	6.262	2.208	8.470
Rendimento esperado	(4.221)	(489)	(4.710)	(3.470)	(334)	(3.804)
Custo dos juros	4.294	467	4.761	3.803	440	4.243
Perda actuariais reconhecidas no ano	198	3	201	42	-	42
	<u>7.933</u>	<u>1.119</u>	<u>9.052</u>	<u>6.637</u>	<u>2.314</u>	<u>8.951</u>

Encargos com Saúde

A assistência médica aos empregados no activo e pensionistas do Banco está a cargo dos Serviço de Assistência Médico-Social (SAMS). A contribuição anual do BPN para os SAMS corresponde a 6,50% do total das retribuições efectivas dos trabalhadores no activo.

Outros benefícios de longo prazo

O Banco paga um prémio a todos os trabalhadores que completem quinze, vinte e cinco e trinta anos de efectivo serviço, nesse ano, de valor igual a um, dois ou três meses da sua retribuição mensal efectiva. Adicionalmente, é pago um prémio aos trabalhadores que se encontrem numa situação de passagem à situação de invalidez ou invalidez presumível de valor proporcional àquele de que beneficiaria se continuasse ao serviço até reunir os pressupostos do escalão seguinte. Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a rubrica "Encargos a pagar – Outros encargos a pagar" inclui o montante de 5.197 mEuros, relativo a prémio de antiguidade, subsídio de morte e outros benefícios de longo prazo a pagar aos colaboradores (Nota 25).

Desvios actuariais diferidos

O movimento ocorrido nas rubricas de desvios actuariais diferidos nos exercícios de 2008 e 2007 pode ser demonstrado como segue:

	Corredor		Desvios fora do Corredor		Total
	BPN	Outros	BPN	Outros	
Saldos em 31 de Dezembro de 2006	<u>7.248</u>	<u>502</u>	<u>1.197</u>	<u>4</u>	<u>8.951</u>
Desvios actuariais do ano	1.345	99	4.442	12	5.898
Amortização	-	-	(42)	-	(42)
Saldos em 31 de Dezembro de 2007	<u>8.593</u>	<u>601</u>	<u>5.597</u>	<u>16</u>	<u>14.807</u>
Desvios actuariais do ano	1.627	507	29.389	630	32.153
Amortização	-	-	(198)	(3)	(201)
Saldos em 31 de Dezembro de 2008	<u>10.220</u>	<u>1.108</u>	<u>34.788</u>	<u>643</u>	<u>46.759</u>

Os desvios fora do corredor estão a ser amortizados considerando um período médio de aproximadamente 28 anos até à reforma dos activos.

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2008 os saldos em balanço relativos ao fundo de pensões, são os seguintes (Nota 18):

	<u>BPN</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
Valor Fundo de Pensões	101.103	10.988	112.091
Valor das responsabilidades com Fundo de Pensões	<u>(102.213)</u>	<u>(11.063)</u>	<u>(113.276)</u>
<i>Diferencial</i>	(1.110)	(75)	(1.185)
Desvios actuariais diferidos	45.008	1.751	46.759
Total	<u><u>43.898</u></u>	<u><u>1.676</u></u>	<u><u>45.574</u></u>

37. OUTROS GASTOS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
		<i>(proforma)</i>
Com Fornecimentos		
Água energia e combustíveis	7.981	6.443
Material de higiene e limpeza	1.841	1.636
Outros fornecimentos	<u>12.102</u>	<u>3.748</u>
	21.924	11.827
Com Serviços		
Serviços Especializados		
Estudos e consultas	18.536	16.126
Avenças e honorários	5.210	4.277
Outros serviços especializados	4.076	6.405
Informática	2.721	1.724
Consultores e auditores externos	2.303	1.453
SIBS	2.154	1.427
Segurança e vigilância	1.671	1.371
Judiciais, contencioso e notariado	1.074	979
Informações	985	1.330
Mão de obra eventual	167	52
Limpeza	<u>5</u>	<u>3</u>
	38.902	35.147
Rendas e alugueres	13.556	14.020
Comunicações	10.766	9.804
Publicidade	6.025	8.270
Conservação e reparação	4.474	2.860
Deslocações	4.400	4.642
Seguros	2.358	1.656
Transportes	1.088	1.014
Formação de pessoal	456	490
Trabalhos especializados - ACE	6.693	4.384
Outros serviços	4.717	28.925
	<u><u>115.357</u></u>	<u><u>123.039</u></u>

No exercício de 2007, a rubrica "Outros serviços" inclui o montante de 24.416 mEuros relativo às despesas incorridas no âmbito do "Projecto Adamastor" (Nota 3).

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

38. PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS

Os passivos contingentes associados à actividade bancária encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais e apresentam o seguinte detalhe:

	<u>2008</u>	<u>2007</u> <i>(proforma)</i>
<u>Passivos eventuais</u>		
Garantias e avales		
Residentes	543.557	455.502
Não Residentes	66.577	69.254
Cartas de crédito em "stand by"	5.500	5.500
Créditos documentários abertos		
Residentes	21.701	26.493
Não Residentes	2.299	5.584
Activos dados em garantia	61.449	36.209
	<u>701.083</u>	<u>598.542</u>
<u>Compromissos</u>		
<u>Compromissos revogáveis</u>		
Linhas de crédito revogáveis	791.946	1.131.330
Facilidades de desconto em conta	107.337	254.126
<u>Compromissos irrevogáveis</u>		
Contratos a prazo de depósitos a constituir	-	2.038
Linhas de crédito	189.712	209.366
Responsabilidades a prazo de contribuições anuais para o FGD	4.017	3.909
Responsabilidade potencial para com o SII	19	92
Outros compromissos irrevogáveis	104.985	10.900
	<u>1.198.016</u>	<u>1.611.761</u>
<u>Responsabilidades por serviços prestados:</u>		
Depósito e guarda de valores	3.675.981	6.664.633
De cobrança de valores	82.363	90.213
Valores administrados pela instituição	1.599.338	2.424.494
	<u>5.357.682</u>	<u>9.179.340</u>
	<u><u>7.256.781</u></u>	<u><u>11.389.643</u></u>

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a rubrica "Activos dados em garantia" refere-se aos títulos dados em garantia ao Banco de Portugal para cobertura de linha de crédito intradiária disponibilizada no montante de 22.500 mEuros. Adicionalmente, em 31 de Dezembro de 2008, esta rubrica inclui títulos dados em garantia a favor do Banco Central Europeu, do Fundo de Garantia de Depósitos e do Sistema de Indemnização a Investidores nos montantes de 25.880 mEuros, 4.950 mEuros e 1.400 mEuros, respectivamente.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

39. RELATO POR SEGMENTOS

Para cumprimento dos requisitos do IAS 14, o Banco adoptou os seguintes segmentos de negócio:

- Negociação e vendas: compreende a actividade bancária relacionada com a gestão da carteira própria de títulos, operações de mercado monetário e cambial, recepção e transmissão de ordens em relação com um ou mais instrumentos financeiros e execução de ordens por conta de clientes;
- Banca de investimentos/retalho: compreende a actividade bancária de investimento e a junto dos particulares e empresários em nome individual, tais como a recepção de depósitos e de outros fundos reembolsáveis, empréstimos, concessão de garantias e assunção de outros compromissos. Inclui também o montante total devido à Instituição pelo cliente ou grupo de clientes ligados entre si.
- Banca comercial: actividades creditícia e de captação de recursos junto de empresas, bem como a tomada de fundos para fazer face aos compromissos com a concessão de crédito;
- Gestão de activos: inclui as actividades associadas à gestão de carteiras de clientes, gestão de fundos de investimento mobiliário e imobiliário, sejam abertos ou fechados, e de fundos discricionários de gestão de patrimónios;
- Crédito especializado: inclui todas as actividades de concessão de crédito especializado, nomeadamente automóvel e ao consumo;
- Seguro Vida: Inclui a actividade desenvolvida pela Real Vida Seguros, S.A. (actividade Vida);
- Outros: compreende todos os segmentos de actividade que não foram contemplados nas linhas de negócio anteriores.

A distribuição dos principais activos, passivos e rubricas de resultados por linhas de negócio e mercados geográficos nos exercícios de 2008 e 2007 é a seguinte:

	2008							Total
	Negociação e Vendas	Banca de Investimento/ Retalho	Banca Comercial	Gestão de Activos	Crédito Especializado	Seguros Vida	Outros	
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	88.263	98.374	-	2	6	835	67	187.547
Disponibilidades em outras instituições de crédito	56.629	65.665	-	10.674	2.897	39.053	34.771	209.689
Aplicações em instituições de crédito	311.719	5.961	-	12.804	186	-	130.362	461.032
Activos financeiros detidos para negociação	36.602	8.971	-	25.225	-	939	316	72.053
Activos financeiros disponíveis para venda	84.896	25.563	-	4.305	57.062	84.439	7.388	263.653
Crédito a clientes	139.124	1.790.693	2.631.421	-	703.381	-	13.765	5.278.384
Outros	45.893	42.326	-	702.590	76.089	139.806	708.971	1.715.675
<b>Activo líquido total</b>	<b>763.126</b>	<b>2.037.553</b>	<b>2.631.421</b>	<b>755.600</b>	<b>839.621</b>	<b>285.072</b>	<b>895.640</b>	<b>8.188.033</b>
Recursos de outras instituições de crédito	212.400	324.551	459.185	192.460	572.436	-	169.452	1.930.484
Recursos de Bancos Centrais	269.786	-	20.003	-	-	-	-	289.789
Recursos de clientes e outros empréstimos	259.758	928.379	3.664.743	-	-	-	275.382	5.128.262
Responsabilidades representadas por títulos	208.560	-	-	-	-	-	800.003	1.008.563
Outros	11.496	-	-	33.915	239.479	292.107	878.123	1.455.120
<b>Passivo Total</b>	<b>962.000</b>	<b>1.252.930</b>	<b>4.143.931</b>	<b>228.375</b>	<b>811.915</b>	<b>292.107</b>	<b>2.122.960</b>	<b>9.812.218</b>

	2008							Total
	Negociação e Vendas	Banca de Investimento/ Retalho	Banca Comercial	Gestão de Activos	Crédito Especializado	Seguros Vida	Outros	
Margem Financeira estrita	(10.065)	(5.537)	104.395	(3.989)	18.155	10.521	(4.615)	108.865
Rendimentos de instrumentos de capital	24	128	-	628	-	-	1.291	2.071
Rendimentos de serviços e comissões	1.311	14.152	30.760	11.928	409	3.562	(731)	61.391
Encargos com serviços e comissões	(6.031)	(568)	(567)	(12.412)	(435)	(665)	(279)	(20.957)
Resultados de activos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados	1.187	(5.326)	9.023	(58.791)	-	(36.762)	(16.464)	(107.133)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	306	(46)	-	-	-	(569)	1.120	811
Resultados da reavaliação cambial	-	(217)	-	-	7	(7.360)	(5.280)	(12.850)
Resultados da alienação de outros activos	-	93	10.883	10.360	736	-	(8.768)	13.304
Outros resultados de exploração	(34.788)	1.226	(12.783)	6.341	21.894	(2.569)	65.867	45.188
<b>Produto da actividade bancária e seguradora</b>	<b>(48.056)</b>	<b>3.905</b>	<b>141.711</b>	<b>(45.935)</b>	<b>40.766</b>	<b>(33.842)</b>	<b>32.141</b>	<b>90.690</b>

BANCO PORTUGUÊS DE NEGÓCIOS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	2007							
	Negociação e Vendas	Banca de Investimento/ Retalho	Banca Comercial	Gestão de Activos	Crédito Especializado	Seguros Vida	Outros	Total
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	246.247	267.891	1	2	5	2.988	496	517.630
Disponibilidades em outras instituições de crédito	77.888	89.836	201	16.305	4.952	18.267	13.603	221.052
Aplicações em instituições de crédito	71.608	-	-	46.095	186	2.291	101.051	221.231
Activos financeiros detidos para negociação	29.320	11.648	-	47.811	-	2.177	46.405	137.361
Activos financeiros disponíveis para venda	127.722	44.677	-	59.043	-	-	258.965	490.407
Crédito a clientes	162.999	1.401.917	2.458.323	-	688.271	-	6.968	4.718.478
Outros	77	42.108	-	492.586	71.083	320.374	140.872	1.067.100
<b>Activo líquido total</b>	<b>715.861</b>	<b>1.858.077</b>	<b>2.458.525</b>	<b>661.842</b>	<b>764.497</b>	<b>346.097</b>	<b>568.360</b>	<b>7.373.258</b>
Recursos de outras instituições de crédito	109.118	-	236.419	120.461	93.810	-	166.143	725.951
Recursos de Bancos Centrais	180.128	-	1	-	-	-	1.016	181.145
Recursos de clientes e outros empréstimos	202.853	930.143	3.509.363	-	-	-	97.896	4.800.255
Responsabilidades representadas por títulos	214.290	-	-	-	-	-	592.996	807.286
Outros	2.223	11.059	-	67.903	40.654	382.230	1.548.801	2.052.870
<b>Passivo Total</b>	<b>708.612</b>	<b>941.202</b>	<b>3.805.783</b>	<b>188.364</b>	<b>134.464</b>	<b>382.230</b>	<b>2.406.652</b>	<b>8.567.507</b>

	2007							
	Negociação e Vendas	Banca de Investimento/ Retalho	Banca Comercial	Gestão de Activos	Crédito Especializado	Seguros Vida	Outros	Total
Margem Financeira estrita	3.304	(13.236)	147.568	6.844	16.436	4.165	15.849	180.930
Rendimentos de instrumentos de capital	516	67	-	2.214	-	-	1.522	4.319
Rendimentos de serviços e comissões	-	14.810	25.087	15.096	2.626	4.387	6.638	68.644
Encargos com serviços e comissões	(5.670)	(301)	(29)	(16.152)	(448)	(3.082)	242	(25.440)
Resultados de activos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados	177	24	-	2.749	-	(11.887)	(899)	(9.836)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	(2.924)	564	-	(1)	-	747	(3)	(1.617)
Resultados da reavaliação cambial	1.550	35	-	-	(14)	-	2.345	3.916
Resultados da alienação de outros activos	-	2.022	-	5.037	986	-	(4.560)	3.485
Outros resultados de exploração	-	3.652	3.344	62.826	16.449	(11.957)	2.633	76.947
Produto da actividade bancária e seguradora	(3.047)	7.637	175.970	78.613	36.035	(17.627)	23.767	301.348

Os principais critérios de alocação utilizados pelo Grupo na construção destes mapas foram os seguintes:

- Para as rubricas “Crédito a clientes” e “Recursos de clientes e outros empréstimos”, detalhou a informação entre “Particulares e “Empresas”, tendo alocado os respectivos saldos a “Banca de investimento/retalho” e “Banca comercial”, respectivamente.
- A rubrica “Recursos de instituições de crédito” e “Recursos de bancos centrais”, foram alocadas a “Banca comercial” dado que a finalidade é serem utilizados na actividade normal do Grupo.
- Os outros activos e passivos foram considerados em “Outros”, dado a impossibilidade de alocação segmental.

**Mercados Geográficos**

	2008							
	Portugal	Resto da União Europeia	Resto da Europa	América do Norte	América Latina	África	Outros	Total
Disponibilidades e aplicações em instituições de crédito (líquido)	33.564	4.197	-	80	2.485	276.040	541.902	858.268
Aplicações em títulos e derivados (líquido)	285.492	59.826	-	-	21.810	-	1.950	369.079
Crédito a clientes (líquido)	4.434.193	703.268	-	1.685	80.972	34.502	23.764	5.278.384
Provisões técnicas de resseguro cedido	7.569	-	-	-	-	-	-	7.569
Outros	1.486.906	106.061	-	423	54.645	7.973	18.725	1.674.733
<b>Activo líquido total</b>	<b>6.247.724</b>	<b>873.352</b>	<b>-</b>	<b>2.188</b>	<b>159.913</b>	<b>318.515</b>	<b>586.341</b>	<b>8.188.033</b>
Recursos de instituições de crédito e bancos centrais	1.192.364	572.436	-	18.177	87.365	7.237	342.694	2.220.273
Recursos de clientes e outros empréstimos	4.470.539	-	-	-	2.052	316.609	339.062	5.128.262
Outros	1.964.974	239.586	-	9.383	27.664	356	221.720	2.463.683
<b>Passivo Total</b>	<b>7.627.877</b>	<b>812.022</b>	<b>-</b>	<b>27.560</b>	<b>117.081</b>	<b>324.202</b>	<b>903.476</b>	<b>9.812.218</b>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	2008							Total
	Portugal	Resto da União Europeia	Resto da Europa	América do Norte	América Latina	África	Outros	
Juros e rendimentos similares	380.816	68.043	208	27	22.916	25.593	45.093	542.696
Juros e encargos similares	(287.528)	(46.894)	-	(965)	(18.502)	(24.707)	(55.235)	(433.831)
Margem Financeira	93.288	21.149	208	(938)	4.415	886	(10.142)	108.865
Rendimentos de instrumentos de capital	2.004	37	-	-	-	-	29	2.071
Rendimentos de serviços e comissões	53.095	1.409	-	-	5.271	389	1.227	61.391
Encargos com serviços e comissões	(18.910)	(841)	-	(33)	(567)	(1)	(604)	(20.957)
Resultados em operações financeiras	(123.544)	760	-	473	21.224	(91)	(4.689)	(105.868)
Outros resultados de exploração	64.401	8.941	-	(4.440)	(19.339)	(30)	(242)	49.291
Prémios, líquidos de resseguro	51.641	-	-	-	-	-	-	51.641
Resultados em investimentos afectos a contratos de seguros	92.901	-	-	-	-	-	-	92.901
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(148.645)	-	-	-	-	-	-	(148.645)
Produto da Actividade Bancária e Seguradora	66.230	31.454	208	(4.939)	11.003	1.153	(14.420)	90.690

	2007							Total
	Portugal	Resto da União Europeia	Resto da Europa	América do Norte	América Latina	África	Outros	
Disponibilidades e aplicações em instituições de crédito (líquido)	20.277	33.771	-	64	3.288	330.239	572.274	959.913
Aplicações em títulos e derivados (líquido)	538.033	17.275	-	-	33.543	281	51.961	641.093
Crédito a clientes (líquido)	4.463.162	67.305	-	-	94.573	31.724	61.713	4.718.477
Provisões técnicas de resseguro cedido	7.913	-	-	-	-	-	-	7.913
Outros	979.266	30.663	-	4.582	20.492	3.084	7.776	1.045.863
Activo líquido total	6.008.651	149.014	-	4.646	151.896	365.328	693.724	7.373.259
Recursos de instituições de crédito e bancos centrais	526.827	28	-	9.219	81.775	1	289.245	907.096
Recursos de clientes e outros empréstimos	4.119.588	98.491	-	-	9.909	369.357	202.910	4.800.255
Outros	2.617.275	1.375	-	3.594	14.289	867	222.757	2.860.156
Passivo Total	7.263.691	99.894	-	12.813	105.973	370.225	714.912	8.567.507

	2007							Total
	Portugal	Resto da União Europeia	Resto da Europa	América do Norte	América Latina	África	Outros	
Juros e rendimentos similares	377.506	5.255	364	16	18.490	14.723	40.312	456.665
Juros e encargos similares	(223.556)	(2.175)	-	(901)	(4.019)	(11.964)	(33.120)	(275.735)
Margem Financeira	153.949	3.080	364	(885)	14.470	2.759	7.192	180.930
Rendimentos de instrumentos de capital	1.532	1.535	-	-	-	-	1.252	4.319
Rendimentos de serviços e comissões	62.589	908	-	(13)	4.822	338	-	68.644
Encargos com serviços e comissões	(22.019)	(971)	-	-	(576)	(29)	(1.845)	(25.440)
Resultados em operações financeiras	56	-	-	-	(1.368)	-	(2.740)	(4.052)
Outros resultados de exploração	81.620	2.715	4.215	2.641	(313)	1.311	(3.363)	88.826
Prémios, líquidos de resseguro	80.809	-	-	-	-	-	-	80.809
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(88.866)	-	-	-	-	-	-	(88.866)
Comissões e outros proveitos e custos associados a seguros	(3.822)	-	-	-	-	-	-	(3.822)
Produto da Actividade Bancária e Seguradora	265.849	7.267	4.579	1.742	17.035	4.379	496	301.348

40. ENTIDADES RELACIONADAS

Em 31 de Dezembro de 2008, são consideradas entidades relacionadas do Grupo BPN, a Direcção Geral do Tesouro e Finanças, outras entidades do Estado Português, as empresas associadas que não sejam objecto de consolidação integral e os membros do Conselho de Administração.

<b>Nome</b>	<b>Sede</b>
<b>Empresas associadas</b>	
<u>Gestão de Participações Sociais</u>	
Ângulo Superior, SGPS, S.A.	Portugal
<u>Fundos</u>	
Fundo de Capital de Risco Banco Efisa - Dinamização e Competitividade Empresarial	Portugal
<u>Segurador</u>	
Portucale Corretora de Seguros, Ltda	Brasil
<u>Outras Entidades</u>	
ALC Leasing, S.A.R.L.	Moçambique
Avipronto - Produtos Alimentares, S.A.	Portugal
Ergorent - Aluguer e Comércio de Equipamentos e Serviços, S.A.	Portugal
Locagest - Aluguer e Participações, Lda	Portugal
Nearent - Aluguer e Comércio de Equipamentos, S.A.	Portugal
Precore II - Betão Pronto, S.A.	Portugal
Sobrissul - Sociedade de Britas Seleccionadas do Sul, S.A.	Portugal
Carlife - Centros de Manutenção de Veículos Automóveis, S.A.	Portugal
CELF SGPS, S.A.	Portugal
Tecneira Moçambique - Tecnologias Energéticas, S.A.	Moçambique
Labicer.com (Itália)	Italia
Nearent Ibérica, S.L.	Espanha
Fenton Ventures & Resources Inc.	Portugal
Payshope Moçambique S.A.R.L.	Moçambique
<b>Membros do Conselho de Administração do BPN</b>	
Francisco Manuel Marques Bandeira	
Pedro Manuel de Oliveira Cardoso	
José Lourenço Soares	
Mário Manuel Faria Gaspar	
Jorge António Beja Pessoa	
Rui Manuel Correia Pedras	
Norberto Emilio Sequeira da Rosa	

BANCO PORTUGUÊS DE NEGÓCIOS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2008, as demonstrações financeiras do Grupo incluem os seguintes saldos e transacções com entidades relacionadas, excluindo os órgãos de gestão:

	Direcção Geral do Tesouro e Finanças	Outras entidades do Estado Português	Associadas	Membros do Conselho de Administração
<u>Activos:</u>				
Aplicações em instituições de crédito	-	-	18.758	-
Títulos e Instrumentos Financeiros derivados de negociação	-	101	34.091	-
Crédito a clientes	-	11.734	6.809	162
Outros activos	1.248	3.872	8.071	14
<u>Passivos:</u>				
Recursos de clientes e outros empréstimos	124.524	22.732	3.049	-
Outros passivos	999	52	1.605	-
<u>Garantias prestadas</u>	-	-	8.025	-
<u>Proveitos:</u>				
Juros e rendimentos similares	-	-	1.941	-
Ganhos em operações financeiras	-	-	7.622	-
Rendimentos de serviços e comissões	-	-	972	-
Outros proveitos de exploração	-	-	1.793	-
<u>Custos:</u>				
Juros e encargos similares	-	-	101	-
Perdas em operações financeiras	-	-	23.659	-
Comissões	-	-	2.569	-
Outros custos de exploração	-	-	3.924	-
	<u>126.772</u>	<u>38.492</u>	<u>122.990</u>	<u>176</u>

Em 31 de Dezembro de 2007, as entidades relacionadas eram na sua grande maioria entidades do Grupo SLN.

41. GESTÃO DE CAPITAL

As demonstrações financeiras consolidadas do Banco relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, apresentam prejuízos do exercício e uma situação líquida negativa de 575.238 mEuros e 1.624.185 mEuros, respectivamente. Esta situação põe em causa a continuidade das operações do Banco. O capital do Banco foi nacionalizado, estando a Direcção Geral do Tesouro e Finanças a preparar um plano para a sua viabilização. Até esta data não existe uma decisão definitiva sobre este assunto, nem o Conselho de Administração do BPN foi informado sobre qualquer decisão. Contudo, a Administração do Banco decidiu preparar e apresentar as contas do exercício de 2008 no pressuposto da sua futura viabilização e, por conseguinte, com base na continuidade das suas operações. Consequentemente, a continuidade das operações do Banco encontra-se condicionada ao plano de viabilização que vier a ser aprovado pela Direcção Geral do Tesouro e Finanças e ao sucesso da sua implementação.

#### 42. DIVULGAÇÕES RELATIVAS A INSTRUMENTOS FINANCEIROS

##### Políticas de gestão do risco

###### **Risco de Crédito**

O Risco de Crédito é considerado um dos mais relevantes da actividade das Instituições Financeiras, em virtude de se encontrar associado a perdas potenciais decorrentes da possibilidade de incumprimento dos tomadores dos empréstimos (e do seu garante, se existir) ou de um emissor de um título ou da contraparte de um contrato.

A avaliação do risco de crédito encontra-se dispersa pelos diferentes escalões de decisão da concessão de crédito, sendo que para exposições consideradas elevadas, e complementando todo o processo de avaliação normal, são elaborados Relatórios de Risco de forma a se obter um conhecimento mais profundo dos Grupos Económicos e/ou Empresas envolvidas.

###### *Decisão*

O processo de decisão do chamado crédito geral, no Banco encontra-se repartido por 2 segmentos: Empresas e Retalho. Sendo esta divisão paralela com o Modelo de Estrutura Comercial adoptado pelo BPN (Centros de Empresas e Agências, respectivamente). Em ambos existem 5 Escalões de Decisão, sendo o Escalão definido em função do Montante da Operação, do Prazo da Operação, da Exposição do Grupo Económico e do Rating da Empresa (no caso do segmento empresas). Este processo encontra-se automatizado por uma Aplicação Informática (WorkFlow de Crédito). Os objectivos principais desta aplicação são: a criação da proposta (que inclui dos dados do cliente e respectivo Grupo Económico, a definição da tipologia de crédito, a definição das condições especiais associadas à tipologia de crédito e a descrição do colateral) e a Validação da Proposta (consistindo na validação e tomada de decisão, que poderá incluir alterações à proposta inicialmente apresentada, informação adicional e novos elementos do cliente).

###### *Avaliação*

A avaliação do risco de crédito processa-se ao nível dos grupos económicos, tendo por base os seguintes critérios de ponderação:

- Notações externas de risco de crédito, no caso da contraparte, sendo esta avaliação levada a cabo pelo Departamento Internacional (sendo pouco expressivo na carteira);
- Ratings internos, encontrando-se a atribuição do mesmo automatizada através de um WorkFlow, e sendo o seu modelo baseado em:
  - ✓ Elementos financeiros do cliente, sendo estes inseridos na aplicação informática que calcula vários rácios e posteriormente atribui um Grau de Rating em termos Quantitativos;
  - ✓ Preenchimento de um questionário pela área comercial (podendo este ser revisto em qualquer momento pela Direcção de Risco de Crédito) compreendendo informação qualitativa que definirá o Grau de Risco, que deverá espelhar a avaliação em termos qualitativos da empresa.

Como resultado da ponderação das duas classificações anteriores obtém-se o Rating Final da entidade.

- A tipologia do crédito, finalidade e montante propostos;
- O risco de crédito do grupo económico na globalidade;
- O endividamento global espelhado na central de risco do Banco de Portugal;
- Existência de dividas ao Estado ou à Segurança Social;

- A concentração da exposição;
- O relacionamento/experiência comercial e creditício existente;
- Valia patrimonial do grupo económico (existindo um WorkFlow para certificação do património);

Existem ainda processos de avaliação distintos para tipologias de crédito específicas, como sendo:

- Financiamento à construção, que para além das ponderações já referidas, ainda é complementado com uma análise relativa a:
  - ✓ Projectos concluídos (Histórica);
  - ✓ Obras em curso;
  - ✓ Projecto a financiar (mapa de exploração, plano financeiro, descrição do projecto, incluindo os aspectos específicos do mesmo, licenças necessárias para a sua concretização);
- Crédito à habitação e cartões de crédito, existindo WorkFlows específicos, que têm implementados modelos de scoring (baseados em modelos estatísticos), com o objectivo de melhorar a eficiência da classificação dos clientes particulares e de estabelecer critérios objectivos e coerentes de aceitação ou rejeição das propostas.

Para finalizar todo o processo de avaliação falta ainda referir a valorização dos colaterais. Sendo que no caso específico do financiamento à construção e à aquisição imobiliária, colateralizado com garantia real hipotecária, o imóvel é avaliado por técnicos certificados seguindo as regras do Banco de Portugal referentes à valorização de imóveis no activo para efeitos de cálculo do rácio de solvabilidade.

#### ***Acompanhamento***

O acompanhamento do crédito concedido inicia-se após a contratação e prolonga-se até ao reembolso total, de forma a garantir o seu cumprimento. Também nesta área o BPN dispõe de uma ferramenta informática (WorkFlow vigilâncias especiais) que permite a caracterização de clientes com potencial de incumprimento. Esta caracterização implica a classificação em diferentes graus de vigilância especial de acordo com o grau de preocupação relativamente à possibilidade de incumprimento (4 graus, sendo que um deles é despoletado automaticamente se ocorrerem moras ou créditos abatidos ao activo na central de risco do Banco de Portugal) ou já incumprimento efectivo (existindo dois graus) do mesmo.

Ao longo do ano de 2008 foi dada especial atenção ao acompanhamento da concessão e crédito no sector de imobiliário e construção, face à elevada exposição existente neste sector.

#### ***Risco de Taxa de Juro***

O risco de taxa de juro pode ser definido como o impacto nos resultados e nos capitais próprios de uma variação adversa das taxas de juro de mercado. O BPN incorre na assunção de risco de taxa de juro sempre que, no desenvolvimento da sua actividade, contrata operações com fluxos financeiros futuros sensíveis a eventuais variações da taxa de juro.

O BPN monitoriza mensalmente o risco de taxa de juro com base em análises de sensibilidade da margem financeira e da situação líquida face a um choque standard na taxa de juro de 200bp. Esta avaliação é efectuada com base na técnica de *gap analysis*, segundo a qual todos os activos e passivos sensíveis a variações na taxa de juro e não associáveis às carteiras de negociação são distribuídos de acordo com as suas maturidades ou datas de repricing residuais. Esta análise segue as recomendações do Comité de Supervisão Bancária de Basileia e da Instrução nº 19/2005 do Banco de Portugal.

Durante o ano de 2008 o perfil do gap de taxa de juro do BPN alterou-se substancialmente, devido essencialmente à alteração de perfil de *funding* do Grupo, com a diminuição de depósitos e de financiamentos no mercado monetário e de capitais e o aumento das tomadas de curto prazo.

#### **Risco de Liquidez**

O risco de liquidez é o risco de uma instituição não possuir recursos suficientes para financiar os seus activos ou para honrar os seus compromissos sem incorrer em perdas inaceitáveis. O ano de 2008 foi para o BPN um ano atípico em termos de gestão da liquidez, quer devido à evolução macroeconómica e do sistema financeiro em geral, quer devido à evolução específica do Banco.

Com efeito, a crise financeira e os diversos desenvolvimentos no Banco, amplamente divulgados na Comunicação Social, provocaram alterações muito substanciais na estrutura de *funding*, provocando a perda de depósitos e de financiamentos junto dos mercados monetários e de capitais, nomeadamente até ao momento da nacionalização.

Actualmente, a gestão do risco de liquidez é efectuada em estreita colaboração com a Caixa Geral de Depósitos, situação que se iniciou logo após a nacionalização. Neste âmbito, já em Dezembro de 2008 encontrava-se em preparação a montagem de um programa de papel comercial no valor de 2.000.000 mEuros com a garantia do Estado, que veio a ser totalmente subscrito pela CGD em Março de 2009 através de 3 emissões com maturidades em Setembro de 2009.

A gestão do risco de liquidez baseia-se na análise semanal dos prazos residuais de maturidade dos diferentes activos e passivos do balanço, evidenciando, para cada um dos intervalos considerados, os volumes de cash inflows e cash outflows esperados, bem como os respectivos gaps de liquidez. Adicionalmente, são construídos semanalmente dois cenários com base em diferentes pressupostos: um cenário optimista e um cenário pessimista (este último equivalente a um cenário de *stress*) com vista à determinação de um intervalo de oscilação para as necessidades de financiamento nos vários prazos.

O controlo e reporte do risco de liquidez para o Banco de Portugal é efectuado quinzenal, mensal e trimestralmente ao abrigo de um exercício de monitorização descrita na Carta Circular 86/2007 e da Instrução nº 1/2000 – Rácio de Liquidez.

#### **Risco de Mercado**

O risco de mercado é o risco da existência de perdas decorrentes da variação adversa de valor de um instrumento financeiro como consequência da variação de factores de risco, nomeadamente taxa de juro, taxa de câmbio, preços de acções e preços de mercadorias.

O risco de mercado é medido diariamente em termos de sensibilidade a variações nos factores de risco, como sejam a taxa de juro (*basis point value*) e as taxas de câmbio. Encontram-se definidos limites de risco de mercado para a carteira de negociação, sendo estes limites controlados diariamente por um órgão distinto da área de negócio, mantendo o princípio da segregação de funções. Por outro lado, é efectuado semestralmente um exercício de *stress testing*, com o objectivo de avaliar o impacto de alterações extremas das condições de mercado, nomeadamente de taxas de juro, taxas de câmbio e preços de acções nos resultados e nos capitais próprios.

#### **Risco Cambial**

O risco cambial representa o risco de perdas devido a variações adversas nas taxas de câmbio. O controlo e avaliação do risco cambial são efectuados a nível individual diariamente e mensalmente a nível consolidado. Relativamente à carteira de negociação, encontram-se definidos limites à exposição a cada moeda e a todas as moedas globalmente, sendo estes limites controlados numa base diária.

### ***Risco Operacional***

O Sistema de Gestão e Medição do Risco Operacional em implementação pelo Grupo BPN tem como objectivo incorporar as melhores práticas, e vir a satisfazer os critérios estabelecidos para a utilização do método de medição avançada (AMA) no cálculo de requisitos mínimos de fundos próprios para cobertura do risco operacional.

No âmbito da implementação da função de gestão do risco operacional, destacam-se a criação do Gabinete de Risco Operacional em Junho de 2007 e do Comité de Risco operacional em Novembro de 2007.

O Gabinete de Risco Operacional tem como principais competências estruturar e implementar o sistema de medição e gestão de risco operacional de uma forma agregada, bem como definir e implementar estratégias, políticas e procedimentos em termos de identificação, medição, controlo e mitigação do risco operacional. É também uma competência do Gabinete de Risco Operacional a definição e implementação de um sistema de reporte interno e do reporte para a entidade de supervisão.

O Comité de Risco Operacional tem como competências a gestão do risco operacional e o tratamento dos aspectos mais significativos do sistema de medição e gestão do risco operacional. No Comité, têm assento dois Administradores, o responsável do Gabinete de Risco Operacional, da Direcção de Auditoria e Inspecção, do Gabinete de Compliance, da Direcção de Organização e da Direcção de Suporte Operacional.

O BPN é membro efectivo da ORX (Operational Risk Exchange) desde início de 2007. A ORX Association é o maior consórcio de informação relativa a dados de perda de risco operacional, sendo constituída actualmente por 50 bancos europeus e norte-americanos, que reportam todos os trimestres os seus eventos de risco operacional.

Esta associação é também um dos mais importantes fóruns de discussão sobre o risco operacional. O BPN tem estado activamente envolvido na actividade desta Associação, participando no grupo de trabalho "Definitions Working Group" que visa a definição das fronteiras do risco operacional e a criação de standards comuns para todos os Bancos.

O BPN apresentou a candidatura formal ao Banco de Portugal para a utilização do método AMA no cálculo dos requisitos mínimos de fundos próprios para cobertura do risco operacional, encontrando-se a aguardar o processo de validação por parte do Banco de Portugal.

O Gabinete de Risco Operacional emite trimestralmente relatórios com a tipificação dos eventos de risco operacional ocorridos nas diferentes empresas do Grupo, destinados às respectivas Administrações. Estes relatórios facilitam a apreciação e a tomada de medidas adequadas para a mitigação dos riscos identificados.

### ***Acordo de Basileia - Risco de Crédito***

No ano de 2008 foram pela primeira vez calculados os requisitos de capital decorrentes da aplicação do Novo Acordo de Capital de Basileia II, tendo sido utilizado o método padrão para o cálculo do risco de crédito. Esta alteração condiciona a comparação entre os anos de 2007 e 2008.

Foi dada continuidade ao processo de desenvolvimento de Modelos de Risco para cada segmento da carteira de crédito, de acordo com as regras e classes de activos de Basileia II. Nesse âmbito foram desenvolvidos modelos, para o segmento de Crédito ao Consumo na BPN Crédito IFIC. Estes modelos respondem às exigências do Acordo de Basileia, sendo os primeiros modelos realizados no Grupo BPN que permitem o cálculo dos vários parâmetros para a aplicação dos modelos avançados, nomeadamente:

- Probabilidades de Incumprimentos (PD) no momento da concessão
- PD's dinâmicas ao longo da vida da operação
- Perdas dado o incumprimento (LGD's)

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Adicionalmente foi desenvolvido um modelo inicial de pricing para o referido segmento de crédito ao consumo que irá ser implementado no circuito decisional, de forma a permitir uma adequada relação entre o risco das operações a taxa de juro praticada.

São igualmente utilizados modelos de scoring de originação para os segmentos de crédito à habitação e cartões de crédito.

Natureza e extensão dos riscos resultantes de instrumentos financeiros**Risco de Liquidez**

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os cash-flows provisionais (não descontados), excluindo juros projectados, dos instrumentos financeiros, de acordo com a respectiva maturidade contratual apresentam o seguinte detalhe:

		2008									
		Prazos residuais contratuais									
		Até 1 mês	De 1 mês a 3 meses	De 3 meses a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 10 anos	Mais de 10 anos	Indeterminado	Total
<b>Activo</b>											
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais		187.547	-	-	-	-	-	-	-	-	187.547
Disponibilidades em outras instituições de crédito		206.842	3.047	-	-	-	-	-	-	-	209.889
Aplicações em instituições de crédito		480.846	-	-	-	186	-	-	-	-	481.032
Activos financeiros deitados para negociação e ao justo valor através de resultados		43.661	33	1.019	2.404	1.998	12.557	-	-	36.898	98.589
Activos financeiros disponíveis para venda		456	-	1.373	71.330	5.763	59.774	9.952	58.761	77.188	284.597
Derivados de cobertura		6.857	-	-	-	-	-	-	-	-	6.857
Crédito a clientes (saldos brutos)		1.210.938	936.657	1.241.055	563.340	1.092.730	513.226	402.887	576.682	214.209	6.751.704
		<b>2.116.947</b>	<b>939.737</b>	<b>1.243.446</b>	<b>637.074</b>	<b>1.100.677</b>	<b>565.557</b>	<b>412.819</b>	<b>635.443</b>	<b>328.295</b>	<b>7.969.995</b>
<b>Passivos</b>											
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados		20.568	-	-	-	-	-	-	-	35.233	55.801
Recursos de Bancos Centrais		92.228	16.542	37.310	-	-	-	143.709	-	-	289.789
Recursos de outras instituições de crédito		1.598.282	199.128	71.382	27.716	4.850	1.400	5.000	22.727	-	1.930.485
Recursos de clientes e outros empréstimos		2.057.226	1.320.761	957.707	633.825	135.830	10.164	11.689	1.060	-	5.128.262
Responsabilidades representadas por títulos		9.050	4.942	-	199.469	17.510	-	580.345	197.217	-	1.008.563
Derivados de cobertura		360	-	-	-	-	-	-	-	-	360
Outros passivos subordinados		-	1.711	484	-	-	150.000	-	94.500	-	246.675
		<b>3.777.714</b>	<b>1.543.084</b>	<b>1.066.963</b>	<b>861.040</b>	<b>158.190</b>	<b>181.564</b>	<b>740.743</b>	<b>315.504</b>	<b>35.233</b>	<b>6.659.035</b>
Diferencial		<b>(1.660.767)</b>	<b>(603.347)</b>	<b>(176.583)</b>	<b>(223.966)</b>	<b>942.487</b>	<b>423.993</b>	<b>(327.924)</b>	<b>319.939</b>	<b>293.062</b>	<b>(659.940)</b>
		2007 (proforma)									
		Prazos residuais contratuais									
		Até 1 mês	De 1 mês a 3 meses	De 3 meses a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 10 anos	Mais de 10 anos	Indeterminado	Total
<b>Activo</b>											
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais		517.630	-	-	-	-	-	-	-	-	517.630
Disponibilidades em outras instituições de crédito		221.052	-	-	-	-	-	-	-	-	221.052
Aplicações em instituições de crédito		200.858	16.743	1.307	2.137	-	186	-	-	-	221.231
Activos financeiros deitados para negociação e ao justo valor através de resultados		51.790	1.274	1.693	3.615	15.726	18.317	11.138	7.720	39.298	150.571
Activos financeiros disponíveis para venda		22.472	6.024	6.443	35.724	2.167	1.094	5.923	38.554	387.950	506.351
Crédito a clientes (saldos brutos)		836.046	928.349	1.015.963	483.246	937.019	524.255	496.101	388.410	110.856	5.720.245
Derivados de cobertura		115	-	-	-	-	-	-	-	-	115
		<b>1.846.963</b>	<b>952.390</b>	<b>1.025.408</b>	<b>524.722</b>	<b>954.912</b>	<b>543.852</b>	<b>513.162</b>	<b>434.684</b>	<b>538.104</b>	<b>7.337.195</b>
<b>Passivos</b>											
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados		21.779	2.560	-	92	23	-	-	-	215	24.669
Recursos de Bancos Centrais		1.017	146.163	33.965	-	-	-	-	-	-	181.145
Recursos de outras instituições de crédito		263.177	47.364	49.810	-	250.769	103.000	5.684	-	6.147	725.951
Recursos de clientes e outros empréstimos		2.278.478	1.038.353	953.028	469.466	56.049	2.141	2.044	698	-	4.800.255
Responsabilidades representadas por títulos		14.280	9	-	200.000	22.243	-	570.754	-	-	807.286
Derivados de cobertura		1.295	-	-	-	-	-	-	-	-	1.295
Outros passivos subordinados		-	-	485	-	-	-	150.000	-	-	150.485
		<b>2.580.024</b>	<b>1.234.449</b>	<b>1.037.268</b>	<b>669.556</b>	<b>329.084</b>	<b>105.141</b>	<b>728.482</b>	<b>698</b>	<b>6.362</b>	<b>6.691.006</b>
Diferencial		<b>(730.061)</b>	<b>(282.059)</b>	<b>(11.862)</b>	<b>(144.836)</b>	<b>625.828</b>	<b>438.711</b>	<b>(215.320)</b>	<b>433.986</b>	<b>531.742</b>	<b>646.129</b>



BANCO PORTUGUÊS DE NEGÓCIOS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

**Risco de crédito**

Qualidade do risco de crédito

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os títulos de dívida apresentam a seguinte composição de acordo com o rating de referência utilizado pelo Banco:

	2008				Total
	Portugal	Resto União Europeia	América do Norte	Outros	
<b>Activos financeiros detidos para negociação</b>					
AAA	1.677	-	-	-	1.677
AA- até AA+	2.806	497	-	-	3.303
A- até A+	2.868	-	-	-	2.868
Menor que A-	8.661	-	-	-	8.661
Sem Rating	253	249	-	18.492	18.994
	<u>16.265</u>	<u>746</u>	<u>-</u>	<u>18.492</u>	<u>35.503</u>
Emitidos por:					
Corporates	2.320	497	-	-	2.817
Governos e outras autoridades locais	4.073	-	-	-	4.073
Instituições financeiras	9.872	249	-	16.555	26.676
Outros Emitentes	-	-	-	1.937	1.937
	<u>16.265</u>	<u>746</u>	<u>-</u>	<u>18.492</u>	<u>35.503</u>
<b>Activos financeiros registados ao justo valor através de resultados</b>					
AAA	-	26.516	-	-	26.516
	<u>-</u>	<u>26.516</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>26.516</u>
Emitidos por:					
Instituições financeiras	-	26.516	-	-	26.516
	<u>-</u>	<u>26.516</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>26.516</u>
<b>Activos financeiros disponíveis para venda (líquido de imparidade)</b>					
AAA	-	544	-	-	544
AA- até AA+	32.708	-	-	-	32.708
A- até A+	-	131	-	2.986	3.117
Menor que A-	12.960	30.832	2.239	14.575	60.606
Sem Rating	88.153	15.428	-	3.214	106.795
	<u>133.821</u>	<u>46.935</u>	<u>2.239</u>	<u>20.775</u>	<u>203.770</u>
Emitidos por:					
Corporates	7.732	21.570	-	7.383	36.685
Governos e outras autoridades locais	32.708	707	-	-	33.415
Instituições financeiras	91.556	23.085	2.239	13.392	130.272
Outros emitentes	1.825	1.573	-	-	3.398
	<u>133.821</u>	<u>46.935</u>	<u>2.239</u>	<u>20.775</u>	<u>203.770</u>

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	2007				Total
	Portugal	Resto União Europeia	América do Norte	Outros	
<b>Activos financeiros detidos para negociação</b>					
AAA	4.401	2.379	-	-	6.780
AA- até AA+	2.775	1.027	-	-	3.802
A- até A+	-	3.389	1.376	6.529	11.294
Menor que A-	-	13.253	1.469	14.727	29.449
Sem Rating	1.024	9.922	993	36.965	48.904
	<b>8.200</b>	<b>29.970</b>	<b>3.838</b>	<b>58.221</b>	<b>100.229</b>
<b>Emitidos por:</b>					
Corporates	-	14.922	1.185	12.305	28.412
Governos e outras autoridades locais	7.176	2.651	-	1.966	11.793
Instituições financeiras	-	13.587	2.653	11.092	27.332
Outros emitentes	-	247	-	32.445	32.692
	<b>7.176</b>	<b>31.407</b>	<b>3.838</b>	<b>57.808</b>	<b>100.229</b>
<b>Activos financeiros registados ao justo valor através de resultados</b>					
AA- até AA+	-	13.210	-	-	13.210
	<b>-</b>	<b>13.210</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>13.210</b>
<b>Emitidos por:</b>					
Instituições financeiras	-	13.210	-	-	13.210
	<b>-</b>	<b>13.210</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>13.210</b>
<b>Activos financeiros disponíveis para venda (líquido de imparidade)</b>					
AAA	-	-	-	-	-
AA- até AA+	29.794	662	-	-	30.456
A- até A+	2.987	35.862	9.859	24.722	73.430
Menor que A-	15.975	49.341	3.229	36.905	105.450
Sem Rating	50.752	17.211	968	3.668	72.599
	<b>99.508</b>	<b>103.076</b>	<b>14.056</b>	<b>65.295</b>	<b>281.935</b>
<b>Emitidos por:</b>					
Corporates	29.269	42.694	490	32.637	105.090
Governos e outras autoridades locais	32.781	7.783	-	6.753	47.317
Instituições financeiras	26.151	40.727	11.980	23.783	102.641
Outros emitentes	11.307	11.872	1.586	2.122	26.887
	<b>99.508</b>	<b>103.076</b>	<b>14.056</b>	<b>65.295</b>	<b>281.935</b>

Exposição máxima ao risco de crédito

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a exposição máxima ao risco de crédito por tipo de instrumento financeiro, excluindo os títulos em carteira, pode ser resumida como segue:

	2008	2007
<b>Patrimoniais:</b>		
Crédito a clientes	6.751.704	5.720.245
Disponibilidades em outras instituições de crédito	209.689	221.052
Aplicações em instituições de crédito	427.469	221.231
	<b>7.388.862</b>	<b>6.162.528</b>
<b>Extrapatrimoniais:</b>		
Garantias prestadas	543.557	455.502
Compromissos revogáveis e irrevogáveis	1.198.016	1.611.761
	<b>1.741.573</b>	<b>2.067.263</b>
	<b>9.130.435</b>	<b>8.229.791</b>
	=====	=====



## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

No quadro seguinte é apresentado o efeito na margem financeira projectada para os exercícios de 2009 e 2008, respectivamente, de uma deslocação paralela das curvas de taxas de juro de 50, 100 e 200 bp que indexam os instrumentos financeiros sensíveis a variações na taxa de juro:

	Projeção Margem Financeira - Exercício de 2009					
	- 200 bp	- 100 bp	- 50 bp	+ 50 bp	+ 100 bp	+ 200 bp
Proveitos com juros	(122.797)	61.398	(30.699)	30.699	61.398	122.797
Custos com juros	122.314	(61.157)	30.578	(30.578)	(61.157)	(122.314)
Margem Financeira	<u>(483)</u>	<u>242</u>	<u>(121)</u>	<u>121</u>	<u>242</u>	<u>483</u>

	Projeção Margem Financeira - Exercício de 2008					
	- 200 bp	- 100 bp	- 50 bp	+ 50 bp	+ 100 bp	+ 200 bp
Proveitos com juros	(108.076)	(54.038)	(27.019)	27.019	(54.038)	108.076
Custos com juros	95.808	47.904	23.952	(23.952)	47.904	(95.808)
Margem Financeira	<u>(12.268)</u>	<u>(6.134)</u>	<u>(3.067)</u>	<u>3.067</u>	<u>(6.134)</u>	<u>12.268</u>

Risco Cambial

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os instrumentos financeiros apresentam o seguinte detalhe por moeda:

	2008					Total
	Moeda					
	Euros	Dólares Norte Americanos	Libra Esterlina	Iene	Outras Moedas	
<b>Activo</b>						
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	169.977	6.498	218	-	10.854	187.547
Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito	160.013	10.417	976	403	37.880	209.689
Aplicações em Instituições de Crédito	261.371	158.848	39	5	40.770	461.033
Activos Financeiros Detidos para Negociação	46.851	7.403	1.727	334	15.738	72.053
Activos Financeiros ao Justo Valor Através de Resultados	26.516	-	-	-	-	26.516
Activos Financeiros Disponíveis para Venda	207.272	26.652	-	-	50.673	284.597
Crédito a Clientes (salDOS brutos)	5.994.084	191.953	228	294	565.145	6.751.704
Outros Activos	1.712.042	5.067	549	-	148.343	1.866.001
	<u>8.578.126</u>	<u>406.838</u>	<u>3.737</u>	<u>1.036</u>	<u>869.403</u>	<u>9.859.140</u>
<b>Passivo</b>						
Recursos de Instituições de Crédito e Bancos Centrais	(1.345.635)	(348.804)	(14.727)	(2)	(511.105)	(2.220.273)
Recursos de Clientes e Outros Empréstimos	(4.670.960)	(206.101)	(8.165)	(104)	(242.932)	(5.128.262)
Responsabilidades Representadas por Títulos	(893.053)	(10)	-	-	(115.500)	(1.008.563)
Passivos Financeiros ao Justo Valor Através de Resultados	(55.801)	-	-	-	-	(55.801)
Passivos Subordinados	(246.675)	-	-	-	-	(246.675)
Outros Passivos	(1.145.968)	(3.145)	(3.531)	-	-	(1.152.644)
	<u>(8.358.092)</u>	<u>(558.060)</u>	<u>(26.423)</u>	<u>(106)</u>	<u>(869.537)</u>	<u>(9.812.218)</u>
<b>Derivados (Nocionais)</b>						
Swaps Cambiais	-	-	-	-	22	22
Swaps de Taxa de Juro	(8.980)	-	-	-	-	(8.980)
Futuros	938	4.702	2.268	968	8.877	17.753
Opções de Caps e Floors	(5.000)	-	-	-	-	(5.000)
Operações Cambiais a Prazo	10.105	(9.418)	-	-	686	1.373
	<u>(2.937)</u>	<u>(4.716)</u>	<u>2.268</u>	<u>968</u>	<u>9.585</u>	<u>5.168</u>
Exposição Líquida	<u>217.097</u>	<u>(155.938)</u>	<u>(20.418)</u>	<u>1.898</u>	<u>9.451</u>	<u>52.090</u>

BANCO PORTUGUÊS DE NEGÓCIOS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	2007					Total
	Moeda					
	Euros	Dólares Norte Americanos	Libra Esterlina	Iene	Outras Moedas	
<b>Activo</b>						
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	499.420	787	792	1	16.630	517.630
Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito	147.236	47.538	1.919	366	23.993	221.052
Aplicações em Instituições de Crédito	32.213	79.633	5.521	-	103.864	221.231
Activos Financeiros Detidos para Negociação	106.260	4.256	2.002	(4.055)	28.898	137.361
Activos Financeiros ao Justo Valor Através de Resultados	12.294	557	-	-	359	13.210
Activos Financeiros Disponíveis para Venda	319.908	52.181	1.022	-	145.935	519.046
Crédito a Clientes (saldos brutos)	4.899.162	177.098	669	35	643.281	5.720.245
Outros Activos	1.039.764	7.510	382	-	25.705	1.073.361
	<u>7.056.257</u>	<u>369.560</u>	<u>12.307</u>	<u>(3.653)</u>	<u>988.665</u>	<u>8.423.136</u>
<b>Passivo</b>						
Recursos de Instituições de Crédito e Bancos Centrais	(403.388)	(250.819)	(255)	(6.736)	(245.898)	( 907.096)
Recursos de Clientes e Outros Empréstimos	(3.633.866)	(304.590)	(16.576)	(312)	(844.911)	( 4.800.255)
Responsabilidades Representadas por Títulos	(796.754)	-	-	-	(10.532)	( 807.286)
Passivos Financeiros ao Justo Valor Através de Resultados	(24.669)	-	-	-	-	( 24.669)
Passivos Subordinados	(150.465)	-	-	-	-	( 150.465)
Outros Passivos	(1.869.168)	(7.815)	(753)	-	-	( 1.877.736)
	<u>( 6.878.310)</u>	<u>( 563.224)</u>	<u>( 17.584)</u>	<u>( 7.048)</u>	<u>( 1.101.341)</u>	<u>( 8.567.507)</u>
<b>Derivados (Nocionais)</b>						
Swaps Cambiais	-	-	-	-	12.713	12.713
Futuros	2.977	9.917	2.502	1.409	16.805	33.610
Operações Cambiais a Prazo	-	(5.471)	-	34.924	34.923	64.376
	<u>2.977</u>	<u>4.446</u>	<u>2.502</u>	<u>36.333</u>	<u>64.441</u>	<u>110.699</u>
Exposição Líquida	<u>180.924</u>	<u>( 189.218)</u>	<u>( 2.775)</u>	<u>25.632</u>	<u>( 48.235)</u>	<u>( 33.672)</u>

**Justo Valor**

A comparação entre o justo valor e o valor de balanço dos principais activos e passivos registados pelo custo amortizado, em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, é apresentado como se segue:

	2008				
	Saldos analisados			Saldos não analisados	
	Valor de balanço	Justo valor	Diferença	Valor de balanço	Valor de balanço total
<b>Activo</b>					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	187.547	187.547	-	-	187.547
Disponibilidades em outras instituições de crédito	209.689	209.689	-	-	209.689
Aplicações em instituições de crédito	461.033	461.033	-	-	461.033
Crédito a clientes	5.419.650	5.150.903	(268.747)	1.332.054	6.751.704
	<u>6.277.919</u>	<u>6.009.172</u>	<u>(268.747)</u>	<u>1.332.054</u>	<u>7.609.973</u>
<b>Passivo</b>					
Recursos de clientes e outros empréstimos	5.128.262	5.054.886	(73.376)	-	5.128.262
Responsabilidades representadas por títulos	222.442	194.949	(27.493)	786.121	1.008.563
Outros passivos subordinados	246.675	156.814	(89.861)	-	246.675
	<u>5.597.379</u>	<u>5.406.649</u>	<u>(190.730)</u>	<u>786.121</u>	<u>6.383.500</u>

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	2007				
	Saldo analisado			Saldo não analisado	
	Valor de balanço	Justo valor	Diferença	Valor de balanço	Valor de balanço total
<i>Activo</i>					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	517.630	517.630	-	-	517.630
Disponibilidades em outras instituições de crédito	221.052	221.052	-	-	221.052
Aplicações em instituições de crédito	221.231	221.231	-	-	221.231
Crédito a clientes	4.593.785	4.563.589	(30.196)	1.126.460	5.720.245
	<u>5.553.699</u>	<u>5.523.502</u>	<u>(30.196)</u>	<u>1.126.460</u>	<u>6.680.158</u>
<i>Passivo</i>					
Recursos de clientes e outros empréstimos	4.800.255	4.747.438	(52.817)	-	4.800.255
Responsabilidades representadas por títulos	222.243	212.533	(9.710)	585.043	807.286
Outros passivos subordinados	150.465	93.178	(57.287)	-	150.465
	<u>5.172.963</u>	<u>5.053.149</u>	<u>(119.814)</u>	<u>585.043</u>	<u>5.758.006</u>

Os pressupostos utilizados na elaboração destes mapas foram os seguintes:

- Aplicações em instituições de crédito: dado tratarem-se de aplicações de muito curto prazo, o Banco considera que o valor contabilístico é uma aproximação razoável do seu justo valor.
- A rubrica "Saldo não analisado" do "Crédito a clientes" inclui o crédito com emissão de títulos de dívida não subordinada e os juros corridos, bem como as operações de crédito das participadas BPN IFI, BPN Crédito IFIC, BPN Cayman e BPN Brasil.
- Recursos de clientes: o spread aplicado teve como referência as taxas praticadas pelo Banco na data de referência (218 basis points em 2008 e 37 basis points em 2007);
- Responsabilidades representadas por títulos: foi utilizado um spread baseado numa emissão de dívida senior floating rate efectuada por outro banco nacional. Não foram analisadas as emissões de dívida no âmbito de operações de titularização do Grupo.

O detalhe do apuramento do justo valor do crédito a clientes apresenta-se de seguida:

	2008			2007		
	Valor de Balanço	Justo Valor	Diferença	Valor de Balanço	Justo Valor	Diferença
Operações concedidas à menos de 12 meses	1.783.659	1.783.659	-	1.427.835	1.427.835	-
Operações com plano financeiro definido	1.742.019	1.603.097	( 138.923)	1.602.435	1.581.878	( 20.557)
Operações sem plano financeiro definido	1.893.972	1.764.147	( 129.824)	1.563.516	1.553.877	( 9.640)
	<u>5.419.650</u>	<u>5.150.903</u>	<u>( 268.747)</u>	<u>4.593.785</u>	<u>4.563.589</u>	<u>( 30.196)</u>

As operações de crédito analisadas foram sujeitas ao desconto dos cash flows futuros (capital e juros) para as datas de referência, à taxa de juro média ponderada pelo montante para créditos concedidos nos 6 meses anteriores, para cada segmento analisado, sendo que para as operações sem plano financeiro definido (créditos em conta corrente e descobertos em depósitos à ordem), foi assumido um cash flow futuro em 31 de Janeiro pela totalidade do capital vincendo e juros até essa data.

Para as operações concedidas à menos de 12 meses, o Grupo considera que o valor contabilístico é uma aproximação razoável do seu justo valor.

BANCO PORTUGUÊS DE NEGÓCIOS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

As taxas médias utilizadas e os segmentos considerados com base nas operações iniciadas nos 6 meses anteriores foram os seguintes:

BPN, S.A.

31-12-2008

Segmento	Núm. Operações	Capital vincendo	Capital vencido	Valor de Balanço	Taxa Média Ponderada por Montante
Accionistas SLN	72	4.882	37.800	42.682	6,8503%
Empresa - CC	1375	141.616	327	141.943	6,6591%
Empresa - Empréstimos	929	155.788	379	156.167	7,0706%
Empresa - Outros	13259	162.432	5.372	167.804	9,6494%
Grupo SLN	22	57.256	-	57.256	6,9494%
Particular - CC	5794	12.245	26	12.271	7,7297%
Particular - Empréstimos	2196	70.860	41	70.900	6,4794%
Particular - Outros	2517	16.668	142	16.811	9,7053%

31-12-2007

Segmento	Núm. Operações	Capital vincendo	Capital vencido	Valor de Balanço	Taxa Média Ponderada por Montante
Accionistas SLN	85	32.319	-	32.319	6,0142%
Empresa - CC	1852	216.008	47	216.055	6,0411%
Empresa - Empréstimos	438	114.573	90	114.663	5,8760%
Empresa - Outros	16030	211.600	583	212.182	7,7153%
Grupo SLN	27	7.109	-	7.109	5,7716%
Particular - CC	8149	14.032	1	14.032	7,2029%
Particular - Empréstimos	1620	64.800	588	65.388	5,8570%
Particular - Outros	3961	32.192	123	32.315	8,7308%

Banco Efisa, S.A.

31-12-2008

Segmento	Núm. Operações	Capital Vincendo	Capital Vencido	Valor de Balanço	Taxa Média Ponderada por Montante
Empresa - CC	4	462	-	462	7,4993%
Empresa - Empréstimos	30	33.237	-	33.237	6,1275%
Empresa - Outros	1	420	-	420	6,3610%
Particular - CC	1	26	-	26	7,2080%
Particular - Empréstimos	44	235	2.802	238	11,6159%
Particular - Outros	3	1	-	1	0,0000%

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

31-12-2007

Segmento	Núm. Operações	Capital Vincendo	Capital Vencido	Valor de Balanço	Taxa Média Ponderada por Montante
Empresa - CC	9	126.571	-	126.571	6,4778%
Empresa - Empréstimos	11	16.373	-	16.373	6,3027%
Empresa - Outros	n/a	-	-	-	n/a
Particular - CC	n/a	-	-	-	n/a
Particular - Empréstimos	27	111	3.980	115	11,4154%
Particular - Outros	2	0,3	-	0,3	0,0000%

O justo valor foi apurado através da fórmula  $\sum Cfn / [(1+i)^n/365]$ , sendo n o número de dias que medeiam entre 31 de Dezembro e a data do cash flow, e sendo i a taxa de juro média ponderada pelo montante para créditos concedidos nos últimos 6 meses, para cada segmento analisado.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a forma de apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros valorizados ao justo valor nas demonstrações financeiras, pode ser resumida como se segue:

	2008					Total
	Custo Histórico	Cotações de Mercado	Técnicas de Valorização			
			Inputs Observáveis de Mercado	Fontes Externas	Outras Técnicas	
Activos Financeiros Detidos para Negociação	-	50.873	21.180	-	-	72.053
Outros Activos Financeiros ao Justo Valor Através de Resultados	-	26.516	-	-	-	26.516
Activos Financeiros Disponíveis para Venda	18.462	210.068	-	35.123	-	263.653
Derivados de Cobertura	-	-	(360)	-	-	(360)
Passivos Financeiros de Negociação	-	-	19.171	-	36.630	55.801
	18.462	287.457	39.991	35.123	36.630	417.663

	2007					Total
	Custo Histórico	Cotações de Mercado	Técnicas de Valorização			
			Inputs Observáveis de Mercado	Fontes Externas	Outras Técnicas	
Activos Financeiros Detidos para Negociação	-	114.964	22.397	-	-	137.361
Outros Activos Financeiros ao Justo Valor Através de Resultados	-	13.210	-	-	-	13.210
Activos Financeiros Disponíveis para Venda	25.220	429.712	-	33.060	-	487.992
Derivados de Cobertura	-	-	(1.295)	-	-	(1.295)
Passivos Financeiros de Negociação	-	-	(19.942)	-	(4.727)	(24.669)
	25.220	557.886	1.160	33.060	(4.727)	612.599



OLIVEIRA REGO & ASSOCIADOS  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

## **CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS**

### **INTRODUÇÃO**

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas do **Banco Português de Negócios, S.A.**, as quais compreendem o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2008 (que evidencia um total de 8.188.033 milhares de euros e um total de capital próprio negativo de 1.624.185 milhares de euros, incluindo um resultado líquido negativo de 575.238 milhares de euros), a demonstração dos resultados consolidados, a demonstração dos fluxos de caixa consolidados e a demonstração das alterações no capital próprio consolidado do exercício findo naquela data e o correspondente anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

### **RESPONSABILIDADES**

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### **ÂMBITO**

4. Excepto quanto à limitação descrita nos parágrafos nº 6, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
  - a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que não o tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;



## OLIVEIRA REGO & ASSOCIADOS

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

- a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

5. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

### **RESERVA**

6. Apesar do esforço desenvolvido para a quantificação de todas as responsabilidades ou passivos contingentes do Banco perante terceiros e a sua integração ou divulgação nas respectivas demonstrações financeiras, não foi possível obter a totalidade das respostas aos pedidos de confirmação externa de saldos com advogados e entidades relacionadas do Banco antes da nacionalização, processo que se encontra ainda em curso, assim como a confirmação de valores de títulos pertencentes a clientes depositados no Banco.

### **OPINIÃO**

7. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existisse a limitação descrita no parágrafo 6 acima, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do **Banco Português de Negócios, S.A.**, em 31 de Dezembro de 2008, o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados do exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas internacionais de Relato Financeiro, tal como adoptadas na União Europeia.

### **ÊNFASES**

8. Em 12 de Novembro de 2008, entrou em vigor a Lei nº 62-A/2008, de 11 de Novembro, que procedeu à nacionalização de todas as acções representativas do capital social do Banco Português de Negócios, S.A., atribuindo a respectiva gestão à Caixa Geral de Depósitos, S.A. a quem coube proceder à designação dos membros dos órgãos sociais do Banco, os quais entraram em funções nessa data, conforme deliberação da Assembleia-Geral.

9. O Banco efectuou a "reexpressão" das demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício de 2007, de forma a corrigir os erros materiais que as mesmas continham, de acordo com o previsto na Norma Internacional de Contabilidade 8 - "Políticas Contabilísticas,



## OLIVEIRA REGO & ASSOCIADOS

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros". O impacto da "reexpressão" nas demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício de 2007 (*proforma*) é apresentado de forma detalhada na Nota 3 do Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas.

10. O Banco apresenta um capital próprio negativo de 1.624.185 milhares de euros, encontrando-se na situação prevista no artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais e impossibilitado de cumprir as normas prudenciais que integram o Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras. A continuidade das operações e o futuro da Instituição encontram-se dependentes de decisão do accionista Estado Português através da Direcção Geral do Tesouro e Finanças.
11. As demonstrações financeiras consolidadas estatutárias referentes ao exercício de 2007 foram objecto de certificação legal das contas por outro revisor oficial de contas. As contas apresentadas para efeitos comparativos com o exercício estão em formato *proforma* pelo que não emitimos opinião sobre as mesmas.
12. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as contas do Banco e as das entidades controladas directamente e indirectamente pelo Grupo, incluindo entidades de propósito especial (SPV). Para efeitos de formação da opinião expressa no presente documento, a nossa sociedade obteve informação financeira das contas estatutárias das empresas que integram o perímetro de consolidação incluindo os pareceres dos revisores/auditores das empresas com materialidade.

LISBOA, 19 DE MAIO DE 2009

OLIVEIRA REGO & ASSOCIADOS  
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS  
Representada pelo sócio Manuel de Oliveira Rego



### RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhor Accionista,

1. De acordo com o disposto nos artigos 420º e 508º – D do Código das Sociedades Comerciais, cumpre à nossa Sociedade emitir relatório e dar parecer sobre os documentos de prestação de contas, individuais e consolidadas, do **Banco Português de Negócios, S.A. (BPN)**, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2008.
2. Em 12 de Novembro de 2008, entrou em vigor a Lei nº 62-A/2008, de 11 de Novembro, que procedeu à nacionalização de todas as acções representativas do capital social do BPN, atribuindo a respectiva gestão à Caixa Geral de Depósitos, S.A. a quem coube proceder à designação dos membros dos órgãos sociais do Banco, os quais entraram em funções nessa data, conforme deliberação da Assembleia-Geral.
3. O Banco efectuou a “reexpressão” das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício de 2007, de forma a corrigir os erros materiais que as mesmas continham, de acordo com o previsto na Norma Internacional de Contabilidade 8 - “Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros”.  
O impacto da “reexpressão” das demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2007 é apresentado do Relatório de Gestão e na Nota 3 do Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.
4. O Fiscal Único alerta que o Banco apresenta um capital próprio individual e consolidado negativo, encontrando-se na situação prevista no artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais e impossibilitado de cumprir as normas prudenciais que integram o Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras. A continuidade das operações e o futuro da Instituição encontram-se dependentes de decisão do accionista Estado Português através da Direcção Geral do Tesouro e Finanças.
5. No âmbito das nossas funções previstas no Código das Sociedades Comerciais, procedemos à revisão legal das contas individuais e consolidadas do BPN e analisámos o Relatório de Gestão apresentado pelo Conselho de Administração do Banco, em relação aos quais damos a nossa opinião expressa na Certificação Legal das Contas, suportada pelos trabalhos desenvolvidos desde a nossa nomeação, em 12 de Novembro de 2008, e nos procedimentos específicos efectuados após o encerramento das contas do exercício.  
No desenvolvimento dos nossos trabalhos, contámos sempre com a colaboração do Conselho de Administração e dos Serviços da Sociedade, em termos de disponibilização das informações que consideramos necessárias.

6. **PARECER:**

Tudo devidamente ponderado, somos de parecer que a Assembleia-Geral:

- a) aprove o Relatório de Gestão e as contas do exercício de 2008, actividade individual e consolidada, apresentados pelo Conselho de Administração;
- b) aprove a proposta de aplicação de resultados que faz parte integrante do Relatório de Gestão;
- c) proceda à apreciação geral da Administração e Fiscalização da Sociedade e delas tire as conclusões referidas no art.º 455º do Código das Sociedades Comerciais.

*O FISCAL ÚNICO*

*LISBOA, 19 DE MAIO DE 2009*



**OLIVEIRA REGO & ASSOCIADOS**  
**SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS**  
*Representada pelo sócio Manuel de Oliveira Rego*

## RELATÓRIO DE AUDITORIA

### CONTAS CONSOLIDADAS

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros)

#### **Introdução**

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do Banco Português de Negócios, S.A. ("Banco"), as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2008, que evidencia um total de 8.188.033 mEuros e capitais próprios negativos de 1.624.185 mEuros, incluindo um resultado líquido negativo de 575.238 mEuros, as Demonstrações dos resultados consolidados, dos fluxos de caixa consolidados e das alterações no capital próprio consolidado do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

#### **Responsabilidades**

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração do Banco a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

#### **Âmbito**

3. Excepto quanto ao assunto descrito no parágrafo 4 abaixo, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

A expressão Deloitte refere-se a uma ou várias sociedades que operam ao abrigo de um acordo com a Deloitte Touche Tohmatsu, uma Swiss Verein, bem como às suas respectivas representadas e afiliadas. Deloitte Touche Tohmatsu é uma associação mundial de sociedades dedicadas à prestação de serviços profissionais de excelência, concentradas no serviço ao cliente sob uma estratégia global, aplicada localmente em, aproximadamente, 140 países. Como Swiss Verein (associação), nem a Deloitte Touche Tohmatsu nem qualquer das suas sociedades membro assumem qualquer responsabilidade isolada ou solidária pelos actos ou omissões de qualquer das outras sociedades membro. Cada uma das sociedades membro é uma entidade legal e separada que opera sob a marca "Deloitte", "Deloitte & Touche", "Deloitte Touche Tohmatsu" ou outros nomes relacionados.

Capital Social: 500.000,00 euros - Matrícula na CRC de Lisboa e NIPC 501 776 311

Sede: Edifício Atrium Saldanha, Praça Duque de Saldanha, 1 - 6º, 1050-094 Lisboa

Tel: +(351) 210 427 500 Fax: +(351) 210 427 950 - [www.deloitte.com/pt](http://www.deloitte.com/pt)

• Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 - 13º, 4150-146 Porto - Tel +(351) 225 439 200 - Fax +(351) 225 439 650

Member of  
Deloitte Touche Tohmatsu

## Reserva

4. Até à data de conclusão do nosso trabalho, não obtivemos resposta ao nosso pedido de confirmação de saldos por parte de um número significativo de advogados, accionistas da Sociedade Lusa de Negócios, SGPS, S.A., antigo accionista do Banco, e entidades pertencentes a este grupo. Desta forma, não podemos concluir quanto à existência de eventuais passivos não registados. Adicionalmente, não nos foi possível efectuar a confirmação directa de saldos de clientes relativos a títulos depositados no Banco, pelo que não podemos concluir quanto à razoabilidade do montante registado.

## Opinião

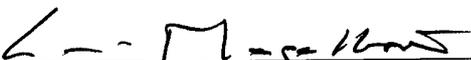
5. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários, caso não existisse a limitação descrita no parágrafo 4 acima, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do Banco Português de Negócios, S.A. em 31 de Dezembro de 2008, bem como o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados no exercício findo nesta data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adoptadas na União Europeia.

## Ênfases

6. Em Novembro de 2008 todas as acções representativas do capital social do Banco foram nacionalizadas ao abrigo da Lei nº 62-A/2008, de 11 de Novembro. De acordo com a referida Lei, a nacionalização foi motivada pelo volume de perdas acumuladas pelo Banco, ausência de liquidez adequada e iminência de uma situação de ruptura de pagamentos que ameaçava os interesses dos depositantes e a estabilidade do sistema financeiro (Nota 1). Durante o segundo semestre de 2008, foram identificadas um conjunto de situações com impacto significativo nas demonstrações financeiras do Banco, nomeadamente imparidades e provisões para crédito concedido e activos imobiliários (Nota 3), originadas em exercícios anteriores. De forma a permitir a comparabilidade da informação financeira apresentada, o Banco efectuou a reexpressão das demonstrações financeiras do exercício de 2007, conforme permitido pelo IAS 8, as quais são apresentadas em anexo no formato proforma. Os impactos e as divulgações decorrentes desta alteração estão descritos na Nota 3 do Anexo.
7. As demonstrações financeiras consolidadas do Banco relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, apresentam prejuízos do exercício e uma situação líquida negativa de 575.238 mEuros e 1.624.185 mEuros, respectivamente. Esta situação põe em causa a continuidade das operações do Banco. O capital do Banco foi nacionalizado, estando a Direcção Geral do Tesouro e Finanças a preparar um plano para a sua viabilização. Até esta data não existe uma decisão definitiva sobre este assunto, nem o Conselho de Administração do BPN foi informado sobre qualquer decisão. Contudo, a Administração do Banco decidiu preparar e apresentar as contas do exercício de 2008 no pressuposto da sua futura viabilização e, por conseguinte, com base na continuidade das suas operações. Consequentemente, a continuidade das operações do Banco encontra-se condicionada ao plano de viabilização que vier a ser aprovado pela Direcção Geral do Tesouro e Finanças e ao sucesso da sua implementação.

8. As demonstrações financeiras consolidadas proforma relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, são apresentadas pelo Banco para efeitos comparativos e de forma a dar cumprimento aos requisitos de publicação de contas. Atendendo a que apenas fomos nomeados auditores do Banco em 20 de Novembro de 2008, as demonstrações financeiras consolidadas do exercício de 2007 não foram por nós examinadas e, conseqüentemente, não expressamos qualquer opinião sobre as mesmas.

Lisboa, 20 de Maio de 2009



DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.  
Representada por Luís Augusto Gonçalves Magalhães